



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXV SUP. A AO Nº 175, QUARTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2020

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de março de 2020 4

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de outubro de 2020 68

1.2 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2020 181

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2020 280





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e doze minutos do dia dez de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Reguffe, Luiz Pastore, Elmano Férrer, Kátia Abreu, Leila Barros, Prisco Bezerra, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Carlos Viana, Irajá, Marcos Rogério, Paulo Rocha, Soraya Thronicke, Fabiano Contarato e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, José Serra, Major Olímpio, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Rodrigo Pacheco e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da quinta reunião, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Ofício número 88 de 2020 do Ministério de Minas e Energia. Usa da palavra o senador Confúcio Moura. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 3975, de 2019 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2015) - Não Terminativo** - que: ""Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões de que trata essa Lei"" **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. Usam da palavra os senadores Marcos Rogério, Espiridião Amin, Lasier Martins, Eduardo Braga e Jean Paul Prates **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 - CAE. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar nº 2, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para vedar a instituição, no Sistema Financeiro Nacional, de cobrança de tarifas por disponibilização de serviços sem a efetiva utilização pelo usuário." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Favorável ao projeto. Usa da palavra o senador Elmano Férrer. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar nº 4, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Possibilita aos que estão enquadrados no regime do Simples Nacional a adesão à transação tributária a ser tratada por Lei Federal." **Autoria:** Senador Luiz Pastore (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. O Presidente da Comissão designa relator "ad hoc" o senador Plínio Valério. Usa da palavra o senador Prisco Bezerra. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 15). **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 1273, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera dispositivos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas, e pela rejeição da emenda nº 1. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. Usam da palavra os senadores Kátia Abreu, Rogério Carvalho, Daniella Ribeiro, Confúcio Moura, Carlos Viana e Tasso Jereissati. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 5-CAE (Substitutivo). **ITEM 6 - Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para determinar que constituem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública bens, direitos e valores apreendidos pela Polícia Federal, com perdimento decretado pela Justiça Federal como fruto de contrabando ou descaminho, e que possam ser usados na repressão ao crime." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 7 - Projeto de Lei Complementar nº 261, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre alterações da Lei Complementar n.º 123/2006, de 14 de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezembro de 2006, notadamente o artigo 56 e dá outras providências criando as centrais de negócios." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Luiz Pastore. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 1237, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre a instalação de comissão de negociação do valor total anual das anuidades ou das semestralidades escolares." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE. **Observação:** A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **ITEM 9 - Projeto de Lei nº 6403, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera as Leis nos 4.502, de 30 de novembro de 1964, e 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para reduzir as multas de lançamento de ofício e a multa de mora, aplicáveis a impostos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil." **Autoria:** Senador Luiz Pastore (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e de cinco emendas apresentadas. Usam da palavra os senadores Elmano Férrer, Luiz Pastore, Reguffe e Espiridião Amin. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 3137, de 2019 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) para o período de 2020 a 2023." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e de três emendas de sua autoria, e pela rejeição da emenda nº 1. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 11 - Projeto de Lei nº 2519, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) no Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)." **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e de duas emendas apresentadas e pela rejeição da Emenda nº 1-CRE. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 12 - Projeto de Lei nº 1952, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera as Leis nos 11.482, de 31 de maio de 2007, e 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 9.249, de 1995, e da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para alterar a tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física; estabelecer a incidência do Imposto sobre a Renda sobre lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas, incluídas as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional; extinguir a dedutibilidade dos juros sobre o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capital próprio; reduzir a alíquota do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica; e afastar a isenção do Imposto sobre a Renda incidente sobre ativos financeiros." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e de quatro emendas apresentadas. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 13 - Projeto de Lei nº 2015, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do substitutivo apresentado, e pela rejeição das emendas nºs 1 a 7. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 14 - Projeto de Lei nº 1550, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer a obrigatoriedade da disponibilização de cardápio em Braille por bares, lanchonetes e restaurantes." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CAE (substitutivo), por 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 13, de 2020** que: "Requer urgência para o Projeto de Lei nº 4, de 2020 - Complementar, que "Possibilita aos que estão enquadrados no regime do Simples Nacional a adesão à transação tributária a ser tratada por Lei Federal." **Autoria:** Senador Prisco Bezerra (PDT/CE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 13/2020 – CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 14, de 2020** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, o convite do Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre e explicações sobre as medidas práticas e efetivas que o Governo Brasileiro está adotando para enfrentar os impactos na economia brasileira da crise internacional do petróleo e do Coronavírus." **Autoria:** Senador Reguffe (PODEMOS/DF). Usam da palavra os senadores Elmano Férrer e Espiridião Amin. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 14/2020 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 15, de 2020** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, o convite do Exmo. Sr. Onix Lorenzoni, Ministro da Cidadania, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre suposta discriminação na concessão de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefícios do Programa Bolsa Família." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) e outros. Usa da palavra o senador Prisco Bezerra. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 15/2020-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 16, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os determinantes do baixo crescimento econômico e as alternativas de política econômica para acelerar a expansão do PIB, da renda per capita e reduzir o desemprego, sobretudo em função das perspectivas de desaceleração mundial e riscos de recessão decorrentes da crise do Coronavírus e da queda do preço do petróleo." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PDT/TO). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 16/2020-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/03/10>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação de ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

Comunico aos Srs. Senadores que recebemos, do Ministério de Minas e Energia, o Ofício 88, de 26 de fevereiro de 2020, em resposta ao Requerimento de Informação nº 541, de 2019, de iniciativa deste Colegiado.

A íntegra do documento estará disponível para consulta na Secretaria desta Comissão.

Com a palavra o Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o item 10 está pronto para ser submetido à votação, mas eu peço a V. Exa., mais uma vez, o adiamento, para que eu possa dirimir algumas dúvidas ainda existentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Confúcio.

Como se trata de um projeto polêmico, o prazo necessário para V. Exa. analisar as emendas e o projeto será concedido, Senador. *(Pausa.)*

Eu estou aguardando o Senador para ler o Projeto de Lei 3.975, que "altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015".

Eu vou passar... Eu vou suspender a reunião por cinco minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Suspensa às 10 horas e 14 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 20 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Marcos Rogério, que está com a palavra, foi quem pediu vista no Projeto de Lei 3.975, de 2019, não terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3975, DE 2019 (EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2015)

- Não terminativo -

“Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões de que trata essa Lei”

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

Observações:

1. Em 17/09/2019, foi concedida vista coletiva da matéria, nos termos regimentais.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria, em respeito ao Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos, à V. Exa. e ao conjunto dos Senadores, bem como aos atores do setor elétrico, trazer aqui algumas ponderações em relação a essa matéria, porque, apesar de não ser possível discutir o mérito no atual momento, uma vez que a matéria já passou pelo Senado e pela Câmara e encontra-se aqui apenas para votar as inovações trazidas pelos Deputados Federais, essa é a primeira oportunidade em que posso tratar do assunto, porque, quando ele passou no Senado, eu não estava, e depois, na Câmara, eu estava aqui.

No mercado de curto prazo, a judicialização em relação à questão do GSF alcançava cerca de R\$7,4 bilhões, em valores brutos, e cerca de R\$4,6 bilhões, em valores líquidos, à época dos requerimentos. E o requerimento de informações que encaminhei ao Ministério de Minas e Energia foi público, na Comissão de Infraestrutura, deixando claro, exatamente, a todos do setor elétrico, ao conjunto dos Senadores e Senadoras e à sociedade quais eram as dúvidas que tinha em relação a esse tema. Compreendo a necessidade de enfrentar o problema, mas dúvidas foram suscitadas naquele primeiro momento quando estivermos aqui na CAE a iniciar o debate das inovações, e encaminhei requerimento solicitando informações ao Ministério de Minas e Energia.

Quais eram as dúvidas que tinha naquele momento? Em relação ao deslocamento hidráulico, em relação à antecipação de garantia física e em relação a atrasos de transmissão. O Ministério de Minas e Energia informou que o montante envolvido para a resolução da questão, na via legislativa, com a extensão da outorga, alcançava o montante de R\$10 bilhões – essa foi a informação que veio do Ministério de Minas e Energia – e R\$4,6 bilhões no mercado de curto prazo, no momento do requerimento, na judicialização. Quando o ministério encaminha as informações, já no primeiro momento, aponta um impacto superior a R\$10 bilhões.

Mas ainda havia dúvidas razoáveis e, portanto, solicitei informações à Agência Nacional de Energia Elétrica. A Aneel informou que o montante envolvido para a resolução da questão, na via legislativa, com a extensão da outorga, alcançava o montante de R\$16,35 bilhões. Eram R\$ 4,6 bilhões no mercado de curto prazo no momento do requerimento, na judicialização; R\$10,5 bilhões, no Ministério de Minas e Energia; e R\$16,35 bilhões a informação que vinha da Aneel. Foram três informações importantes para que se refletisse sobre a matéria.

Não é correto afirmar que essas mudanças não implicam impacto para o consumidor, uma vez que postergam o prazo de vencimento da outorga. Primeiro, pela regra atual, para algumas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usinas, em havendo renovação, seria postergada a captura da renda hidráulica pelo consumidor na forma do regime de cotas. Segundo, no caso da aprovação do PLS 232, também seria adiada a destinação de parte da renda hidráulica para o consumidor na forma de aporte na CDE de dois terços, que foi o que nós aprovamos na Comissão de Infraestrutura. Seriam dois terços para a CDE e um terço para o Tesouro.

Hoje a renda hidráulica é capturada pelo Governo como se fosse um tributo, ou seja, o consumidor paga a conta sempre que existe uma situação nova da segurança energética e outras questões, mas, quando entra a renda hidráulica, o Governo a toma como se fosse um imposto arrecadado. Nós estamos fazendo, pela via do PLS 232, a destinação de dois terços para a CDE, um terço ficando com o Governo.

Com relação às divergências pontuais, apenas para os Senadores terem no seu horizonte de análise, no PL 3.975, de 2019, quanto ao deslocamento hidráulico, pelos dados da Aneel, o impacto é de R\$7,7 bilhões e, no MME, é de R\$4,7 bilhões; quanto à antecipação de garantia física, é de R\$3,04 bilhões (Aneel) e de R\$4,2 bilhões (Ministério de Minas e Energia); quanto ao atraso de transmissão, é de R\$5,5 bilhões (Aneel) e de R\$2,03 bilhões (Ministério de Minas e Energia).

O que é que nós fizemos a partir dessas informações que coletamos junto ao Ministério de Minas e Energia e junto à Aneel? Nós trabalhamos um processo de mediação, Sr. Presidente, para tentar encontrar uma solução para o impasse. Foi construído um acordo que compreende a aprovação do PL 3.975 no Senado e o compromisso do Ministério de Minas e Energia em encaminhar o veto dos incisos I, II e IV do art. 2º da Lei 13.203, de 2015, na forma do PL 10.985, de 2018, da Lei 10.985, de 2018, isto é, retira-se a compensação do valor do deslocamento hidráulico.

Tenho aqui a íntegra dos incisos que serão vetados. A Comissão já conhece o texto. Não vou fazer aqui menção em relação a ele.

Qual a consequência desse veto? Diminuirá o valor total a ser calculado para fins de extensão de outorga, o que beneficiará o consumidor seja no modelo atual, nos casos de usinas cotistas, seja com a aprovação do PLS 232, com destinação de dois terços da renda hidráulica para a CDE, contribuindo para a modicidade tarifária.

Então, isso tudo nós colocamos às claras junto ao Ministério de Minas e Energia, junto à Aneel e àqueles que são os maiores interessados nessa matéria, os geradores. Nas conversas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tivemos, houve avanços. E há por parte deste Senador, por parte daqueles que estiveram conosco e das associações concordância com relação ao que foi tratado.

Além desse ponto, também foi dialogado com o Ministério a questão do Brasduto.

Então, sobre os pontos em que havia maiores dificuldades nas tratativas internas nós conversamos.

Não há a possibilidade – e aqui o Senador Eduardo Braga, à época, sinalizava isso, e é verdade – de se fazer modificações no texto, no âmbito do processo legislativo, na fase em que se encontra, então a única possibilidade que temos é o caminho do acordo, é o caminho do entendimento.

O nosso posicionamento, às claras, foi dizer quais eram os pontos que nos preocupavam – são esses –, dialogar com o setor para que a medida que fosse adotada não fosse uma medida que inviabilizasse o setor... Porque houve no passado, 2013/2014, uma situação que gerou prejuízo para o setor, muita coisa foi embutida pelo Governo naquele esforço para redução de conta de energia, e quem ficou com o ônus de tudo foi justamente quem gerava. Era preciso corrigir isso. O projeto corrige, mas alguns pontos precisavam desse ajuste. Diante disso, foi feito um acordo com o setor, envolvendo o Governo – e eu estou anunciando hoje, na possibilidade aqui do acordo com V. Exa., com o Relator da matéria e o conjunto dos Senadores, que da nossa parte não há qualquer impedimento para a votação da matéria, nos termos daquilo que nós discutimos com setor e com o Governo, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Presidente, posso comentar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode. Só estou aguardando o número de Senadores para que a gente possa votar essa matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se V. Exa. permitir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Já que fomos agraciados com essa descrição ou resumo do PLS 232, eu queria fazer um comentário ao Senador Marcos Rogério, até me prevalecendo do conhecimento que tem e da sua atividade parlamentar, sempre digna de elogios, que eu pude acompanhar na Câmara e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

agora acompanho no Senado: este projeto modifica algum dispositivo relacionado à Conta de Desenvolvimento Econômico?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Esse aqui?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que o senhor mencionou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Lá, há uma modificação que vai impactar a CDE, que é em relação à renda hidráulica. Nesse ponto, sim, você vai ter...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Destina dois terços...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... dois terços da renda hidráulica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é sobre geração, então?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Geração.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Porque hoje nós estamos vivendo, Senador, uma discrepância, uma incongruência, na verdade. Por força de várias circunstâncias, todas as permissões e concessões existentes em 2013/2014 foram prorrogadas sob a forma de concessão por 30 anos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Regime de cotas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... fosse cooperativa, fosse estatal, fosse privada a empresa.

Sucedo o seguinte: pequenas empresas distribuidoras de energia, às vezes vizinhas de cooperativas, vizinhas contíguas, vizinhas mesmo, de cerca e porta, não podem receber subsídios que são conferidos às cooperativas, gerando uma discrepância...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Uma distorção enorme.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... de até 50%, 60%, às vezes dentro do próprio Município.

Repito: num Município você tem uma pequena empresa que distribui energia, que compra... Vou dar o caso concreto da Celesc, que ganhou o prêmio agora em agosto do ano passado e agora no mês passado, no mês de fevereiro, de empresa com melhor serviço e com menor tarifa, para distribuição acima de 400 mil consumidores.

Então, essa metade do Município recebe tarifa da Celesc e cobra 50% a mais, porque é empresa privada, do que as cooperativas vizinhas que atendem a outra metade do Município, que recebem, têm acesso à CDE, e compram energia da mesma supridora, mas resulta numa tarifa absurdamente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Totalmente desproporcional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso dentro do mesmo Município. Sem falar que pode atender um Município e a cooperativa atender outro, gerando uma perda de competição... Quer dizer, o condenado é o Município ou a parte do Município que recebe.

Então, eu queria fazer um apelo a V. Exa. para que examinasse os fatos concretos. Eu disponho do mapa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o caso de Santa Catarina, um caso clássico.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... no Brasil. Do mapa no Brasil! O mapa que eu tenho não é só de Santa Catarina. Em Santa Catarina nós temos quatro privadas, de pequeno porte. No Brasil são mais de 14!

Seria para que V. Exa. verificasse porque, ou extingue a possibilidade de haver empresa privada pequena, exigindo parâmetros objetivos para que a Aneel aplique... E um dos parâmetros objetivos é a tarifa final.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja, nesse caso, embora não haja mudança direta nas regras da CDE, o consumidor dessa cidade, pelas novas regras estabelecidas no 232, poderia optar por migração para o mercado livre, que hoje tem uma limitação e nós estamos tirando isso. Ou seja, independentemente de carga ou tensão, ter a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de se fazer a migração. E sem que isso importe em uma taxa de energia, uma conta maior para aqueles que ficarem no mercado cativo, porque...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor há de convir que quando for um consumidor individual, domiciliar, isso não tem como acontecer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – As regras estão sendo alteradas para permitir justamente a possibilidade de portabilidade também para o consumidor em geral.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bom, eu fico muito satisfeito com essa informação que V. Exa. me presta e vou lhe enviar esses subsídios...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... para o senhor ver se como está escrito atende casos como os que eu vou lhe mencionar, ou não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem mais alguma coisa para vocês dois falarem aí? Já?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu aproveitei a ilustração, não é, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu fiquei vendo vocês baterem papo aí...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor coloca um assunto desse com um professor como o Marcos Rogério para falar e o senhor acha que não terá público?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Lasier com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Não, Presidente Omar Aziz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É sobre esse assunto?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Não.

A minha cogitação é de outra ordem. Era uma inversão, considerando o projeto do Senador Confúcio, aquele do braille nos restaurantes, para se fazer pelo menos a leitura. Temos 14 no painel, mas me parece que temos nove no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós estamos em votação do item primeiro, Senador. Assim que terminar esse, nós vamos para o outro.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ser?

Em discussão o item 1, ainda, da pauta.

Consulto o Relator, Senador Eduardo Braga, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente, eu apenas quero repetir aquilo que já havia dito quando apresentei o relatório. Essa é uma matéria que já foi votada no Senado, já foi votada na Câmara, inclusive no Plenário da Câmara e no Plenário do Senado e está nesta Comissão apenas para receber um parecer sobre uma emenda apresentada no Plenário da Câmara dos Deputados, que trata inclusive da questão da aplicação do Fundo Social no regime de partilha.

Portanto, o parecer é favorável e espero que hoje a CAE possa aprovar. Aprovando este parecer sobre a emenda, a matéria vai a Plenário e que o Plenário se manifeste para que a matéria vá ao Executivo, onde tenho certeza de que Ministério de Minas e Energia e outros interessados irão, obviamente, atuar junto à Casa Civil para construir aquilo que o Governo entende que deve ou não vetar sobre a matéria. E, em segundo momento, o Congresso Nacional haverá de avaliar o termo.

Portanto, apenas para reafirmar o relatório apresentado, que é o que cabe no momento, para que nós possamos, em outros momentos, em outras instâncias, continuar um debate sobre um tema tão importante e relevante ao setor elétrico brasileiro.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, Jean Paul aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Jean Paul.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Apenas para pontuar uma coisa importante em relação, evidentemente, aos méritos. A parte meritória desse PL já foi ressaltada, mas eu queria apenas colocar aqui que a questão da destinação para os Estados e Municípios, meus colegas, é totalmente inócua diante do teto de gastos.

Então, nós estamos aqui apresentando uma PEC que retira esse percentual dos 30% destinados a FPE e FPM – via FPE e FPM –, para que a gente possa, de fato, usufruir deste recurso que está sendo destinado aqui.

A questão do fundo do duto eu não vou nem comentar mais, porque já comentei aqui antes, que soa até um pouco contraditório. A gente está vendendo os dutos da Petrobras e montando um fundo para construir novos dutos, sabe-se lá para que, talvez para vender também.

Mas, enfim, não me soa bem. Eu até seria favorável se estivesse dentro de um arcabouço um pouco diferente, que reconhecesse o papel do Estado como abridor de novos caminhos, como foi no caso do Gasbol Brasil-Bolívia, que não teria sido construído àquela época se dependesse apenas dos vaticínios das pessoas que diziam que não havia reserva de gás na Bolívia e que não havia mercado de gás no Brasil.

Mas, enfim, a questão aqui a é outra, é tratar justamente do desbloqueio desse recurso aqui, porque, do contrário, o que nós estamos fazendo aqui será letra morta.

Então, queria pedir a contribuição de todos nós, Senadores e Senadoras presentes aqui, para assinarem comigo essa PEC que tira do teto dos gastos esses 30% que estão aqui destinados à saúde e à educação via FPE e FPM.

É isso, Presidente.

Obrigado.

Vou começar pelo meu Líder aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para esclarecer ao Senador Jean Paul, quanto à questão do Brasduto que está incluído nesta matéria, há um compromisso de veto do Governo, até porque nós não vamos criar uma Petrobras paralela com recurso do povo brasileiro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para beneficiar pessoas que ganham uma concessão no Estado por um milhão e depois que fazem um gasoduto ou um negócio, ela vai para R\$1 bilhão e o Estado não ganha nada com isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi exatamente o que eu quis ressaltar, apenas a contradição do processo, mas sempre o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ficar tranquilo, porque a demora, em relação a essa matéria, para retornar aqui, à CAE, realmente foi essa questão aí.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não se fará, enquanto nós estivermos aqui, mas ninguém vai se beneficiar com recurso do povo brasileiro para fazer obras que beneficiem uma empresa e não a população realmente necessária.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Omar Aziz voltou a valorizar a mais-valia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é questão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a mais-valia. É a mais-valia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Também é.

Em votação o relatório do Senador Eduardo Braga.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dos velhos tempos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório do Senador Eduardo Braga, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Eu vou passar ao item 14, porque esse item 14 é terminativo, e a gente tem número para votar. É o Senador Confúcio o autor, e o Senador Lasier Martins é o Relator da matéria.

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 1550, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer a obrigatoriedade da disponibilização de cardápio em Braille por bares, lanchonetes e restaurantes.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras.

Trata-se do Projeto de Lei nº 1.550, do ano passado, de 2019, do Senador Confúcio Moura, que altera a Lei 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que trata de obrigar que os estabelecimentos – os restaurantes, em especial – disponibilizem cardápio em braile – não só em restaurantes: bares, lanchonetes e restaurantes.

Não foram apresentadas emendas à matéria.

Nos aspectos formais, nenhum óbice.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou direto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para o relatório, em alguns tópicos, porque essa matéria é muito clara, a partir do seu próprio enunciado.

Então, eu entendo que o objetivo desse PL em análise é exemplar e fomenta a independência e a autonomia das pessoas com deficiência visual, o que é digno de apreço.

Em primeiro lugar, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem, no Brasil, aproximadamente 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual, das quais menos de 10% são cegas. Então, é preciso deixar claro que 650 mil pessoas, no Brasil – eu até achava que era mais –, seriam beneficiadas pelo presente projeto de lei.

Quanto aos valores associados ao benefício, a própria CDH reconhece que os bares e restaurantes teriam custos para elaborar cardápios em braile.

Sabidamente, estabelecimentos de pequeno porte podem não conseguir arcar com os custos trazidos pela obrigação de disponibilizar cardápio em braile. No entanto, o legislador deve sopesar os princípios que regem a necessidade de normas com tão elevado significado. Ainda que se dirija a um contingente relativamente pequeno de pessoas, tais leis, mais do que meras obrigações, são importantes instrumentos para a mudança de paradigmas sociais e visam a garantir a dignidade das pessoas com deficiência.

E, aqui, o mérito desse projeto do Senador Confúcio.

Então, Sr. Presidente, eu quero passar logo para o arremate deste relatório, que é o seguinte: estabelecer que apenas estabelecimentos com mais de 90 lugares devam ter o cardápio em braile; e os demais podem ter apenas um exemplar, para um caso de necessidade.

Diante disso, o substitutivo propõe o seguinte: a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 62-A:

Art. 62-A. Os bares, lanchonetes e restaurantes disponibilizarão ao menos um exemplar de seu cardápio em Braille.

§1º O disposto no *caput* se aplica somente aos estabelecimentos que disponibilizem cardápios impressos e que ofereçam, no mínimo, 90 (noventa) lugares.

§2º Estão excluídos da previsão contida neste artigo os estabelecimentos que atuem exclusivamente com o sistema de autosserviço [...].

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Objetivamente, é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o relatório do Senador Lasier. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos colocar em votação o projeto. A votação é nominal: eu peço para abrir o painel para a gente votar nominalmente esta matéria. *(Pausa.)*

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Não abriu ainda.

(Procede-se à votação.) (Pausa.)

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem.) – Eu peço para fazer a leitura do item 9, que é terminativo também, já que o senhor está apreciando os itens terminativos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema algum!

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Ah, não, desculpe-me! É o item 4, porque o Senador Plínio vai sair. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o item 3.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – É o item 3, PL 4.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Isso! É o item 3.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – É o item 3 sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Lasier, falta V. Exa. votar.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Não abriu ainda. Está demorando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Vote em outro lugar. Vote em outro computador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Estão votando o quê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Jean, vote aí! (*Pausa.*)

Senadora Kátia, o povo de Tocantins aguarda, com grande expectativa, a sua votação nessa matéria, não é, Senador Reguffe?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Votei, Sr. Presidente. Tocantins está presente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senadora, seu nome não está presente ainda aqui. (*Pausa.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Agora, está o.k., Senador?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tocantins muito presente aqui.

Eu queria que... Está encerrada a...

(Procede-se à apuração.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aprovada a matéria: 13 votos SIM, 0 NÃO.

Vamos passar ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4, DE 2020

- Não terminativo -

Possibilita aos que estão enquadrados no regime do Simples Nacional a adesão à transação tributária a ser tratada por Lei Federal.

Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES)

Relatoria: Senador Jorginho Mello



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

Com a palavra o Senador Plínio Valério, que vai relatar *ad hoc* o PL do Senador Luiz Pastore, cujo Relator é o Senador Jorginho Mello.

Com a palavra, Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 4, de 2020, do Senador Luiz Pastore, que possibilita aos que estão enquadrados no regime do Simples Nacional a adesão à transação tributária a ser tratada por Lei Federal.

O Relator é o Senador Jorginho Mello, e eu leio seu relatório, *ad hoc*.

A proposição é veiculada em dois artigos. No art. 1º, autoriza-se que os débitos apurados no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em fase de contencioso administrativo, judicial ou inscritos em dívida ativa, possam ser extintos mediante transação tributária, prevista no art. 171 do Código Tributário Nacional.

O parágrafo único do art. 1º determina que se aplicam aos débitos apurados no âmbito do Simples Nacional a lei que regula a transação tributária do ente federativo responsável pela cobrança dos referidos débitos.

Por fim, o art. 2º do PLP prevê a cláusula de vigência ao dispor que a lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor aponta, na justificção, que o objetivo da proposição é autorizar que os optantes pelo Simples Nacional possam usufruir da regulação da transação tributária veiculada na Medida Provisória (MPV) nº 899, de 16 de outubro de 2019.

Da análise, Presidente. Fala da competência da CAE e fala do mérito.

O Senador Luiz Pastore e o Deputado Marco Bertaiolli, respectivamente Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 899, de 2019, e Relator da referida norma, buscam, com o PLP nº 4, de 2020, sanar a ausência de regulação da transação tributária de créditos apurados no âmbito do sistema Simples.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O Poder Executivo teve de vedar a transação com créditos do Simples Nacional na alínea “a” do inciso III...

O projeto, ao determinar a observância da lei que dispõe sobre transação tributária editada pelo ente federativo responsável pela cobrança, garante a possibilidade de transação para débitos aos optantes do Simples Nacional, desde que haja a referida lei disciplinadora do instituto.

O único ajuste que se propõe é na ementa do PLP, com vistas a refletir o comando da norma, cujo escopo é determinar a aplicação da lei editada pelo ente responsável pela cobrança do crédito tributário.

Voto, Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 4, de 2020, e, no mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei Complementar nº 4, de 2020, a seguinte redação: “Possibilita aos créditos apurados no regime do Simples Nacional a aplicação da lei reguladora de transação tributária editada pelo ente federativo responsável pela sua cobrança.”

Este é o voto favorável do Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria.

Vou passar a palavra ao Senador Luiz Pastore, que pediu para discutir.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para discutir.) – Por favor, já que tem quórum, Presidente, para inverter para o item 9, que é terminativo, da pauta em votação agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos, primeiro, discutir essa matéria do item 3, Senador Luiz Pastore.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Está bom. Obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Luiz Pastore está num curto espaço de tempo aqui no Senado conosco, mas tem tido uma participação muito efetiva com projetos, com relatorias. Eu quero parabenizá-lo, Senador, pelo tempo que o senhor está passando aqui conosco e tem contribuído muito para que tenhamos nesta Comissão projetos aprovados com celeridade. E a sua participação no Senado deve orgulhar muito o Estado do Espírito Santo e a Senadora que V. Exa. substitui, a Senadora Rose de Freitas, que é uma grande amiga nossa. E V. Exa., pelo espaço que passou aqui, deixa uma marca importante para o seu Estado.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto do Senador Luiz Pastore.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O relatório passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com Emenda nº 1 da CAE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente, eu queria solicitar urgência para apreciação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Urgência?

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

EXTRAPAUTA



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 13, DE 2020

- Não terminativo -

Requer urgência para o Projeto de Lei nº 4, de 2020 - Complementar, que "Possibilita aos que estão enquadrados no regime do Simples Nacional a adesão à transação tributária a ser tratada por Lei Federal".

Autoria: Senador Prisco Bezerra (PDT/CE)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o pedido de urgência. *(Pausa.)*

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senadora do nosso querido Estado...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – da Paraíba, é um prazer tê-la aqui conosco.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Obrigada.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir inversão de pauta do item 8, por gentileza. É não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Como o da senhora não é terminativo e o do Senador é terminativo e precisa de quórum, se a gente não votá-lo agora, acabaremos não tendo quórum para votá-lo. Pode ser, Senadora? Voto esse e voto o da senhora depois.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Pode. Claro.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Item 9. Relatoria do Senador Ciro Nogueira.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 6403, DE 2019

- Terminativo -

Altera as Leis nos 4.502, de 30 de novembro de 1964, e 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para reduzir as multas de lançamento de ofício e a multa de mora, aplicáveis a impostos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Pela aprovação do projeto e de cinco emendas apresentadas.

Observações:

1. Em 03/03/2020, foi lido o relatório.

Em discussão o PL de 2019.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para discutir.) – Esse projeto visa a apenas ter um teto de 100% nas multas de qualidade, visto que o Supremo Tribunal já entendeu que acima de 100% é confisco e tem causado uma série de transtornos aos empresários. E é muito bem visto que tenhamos um teto máximo de 100% nas multas, para deixá-lo de acordo com a legislação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi lido o relatório.

Em votação essa matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, peço vista do projeto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – Vista conjunta, Presidente.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Conjunta também, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Peço vista e advirto todos de que eu tenho uma nota técnica do Governo Federal em mãos e me sinto no dever de considerar a nota técnica. Por isso peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Com muita consciência.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Mas já foi pedida vista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dessa matéria já foi pedida vista.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Já foi pedida vista. Acho que não cabe não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa matéria o Senador Ciro Nogueira já leu aqui. No dia em que ele leu foi pedida vista da matéria e a gente não a votou ainda por falta de quórum...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por quem? Por quem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O quê?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi pedida vista por quem e quando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só perguntar, eu não tenho uma memória assim tão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estou indagando porque eu acho que ela não foi votada porque não havia quórum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Foi dada vista coletiva.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estou indagando à Mesa se foi pedida vista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Amin, foi pedida vista há tanto tempo que eu não lembro quem pediu vista. E a gente não tem colocado em votação matérias terminativas aqui porque a gente sempre deixa as matérias terminativas para o final e, quando chega no final...

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Senador Elmano...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não temos número suficiente de Senadores para votar a matéria terminativa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A minha pergunta é regimental, Presidente. Se houve o pedido de vista, o assunto está encerrado. Agora...

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Senador Elmano Férrer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estou usando da palavra, Senador. Calma, controle-se.

Se houve pedido de vista, eu respeito o Regimento. Agora, se não houve pedido de vista, se a matéria não foi votada porque não havia quórum, isso não tem efeito de pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A informação é de que não houve pedido de vista, não havia quórum.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu peço vista e agora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A vista está concedida.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... acrescento à nota de que eu disponho – e os outros disporão também – a minha insistência em respeito ao Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, sem problema nenhum. Se eu fosse levar a ferro e fogo aqui o Regimento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É só lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muita gente falaria aqui... A gente não leva a ferro e fogo aqui.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – *Dura lex, sed lex*: no cabelo só Gumex.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Senador Amin, eu não levo o Regimento a ferro e fogo aqui, até porque há debates paralelos aqui que eu respeito por entender que a gente tem que se aprofundar nas matérias.

Em relação à nota técnica, é bom ter conhecimento, mas nem a tudo que advém de nota técnica da Receita Federal nós vamos nos curvar, só porque vem uma nota técnica de lá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estou me curvando só para ler.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só estou me curvando para ler.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria ter acesso à nota técnica também.

Vamos passar a outro item.

Item da Senadora Daniella Ribeiro, item 8. Depois Senadora Kátia, item 2.

ITEM 8



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 1237, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a instalação de comissão de negociação do valor total anual das anuidades ou das semestralidades escolares.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Como Relatora.) – Sr. Presidente, o parecer de que trata o Projeto de Lei 1.237, de 2019, da Senadora Mara Gabrilli, que dispõe sobre a instalação de comissão de negociação do valor total anual das anuidades ou das semestralidades escolares.

Sr. Presidente, eu vou...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Daniella Ribeiro está lendo uma matéria muito importante aqui. Trata da questão do reajuste das escolas particulares. É uma proposta da Senadora Mara Gabrilli, que é de importância para ser debatida aqui no Senado.

Senadora, com a palavra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Como Relatora.) – Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei (PL) nº 1.237, de 2019, da Senadora Mara Gabrilli.

O projeto é composto por dois artigos. O art. 1º altera a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares, para permitir a instalação de comissão de negociação de valores referentes ao acréscimo às anuidades ou semestralidades de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituições de ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior. A instalação da referida comissão obedecerá a regulamento a ser elaborado pelo Poder Executivo.

A comissão de negociação poderá eleger mediador e fixar o prazo em que este deverá apresentar proposta de conciliação, ou para fixar o término para a negociação direta sem mediador.

A proposição estabelece, ainda, que as negociações, nas universidades e nos centros universitários, quando necessárias, poderão ocorrer no âmbito de seus respectivos conselhos superiores.

O art. 2º determina que a eventual lei decorrente do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificção, a autora destaca que, considerando o cenário de crise econômica atualmente vivido, acrescido da necessidade de manter o ritmo de democratização de acesso à educação superior preconizado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), entendemos que este seria um momento propício para resgatar o espírito da instância de negociação dos valores dos encargos educacionais prevista no Projeto de Lei que originou a Lei nº 9.870, de 1999, com as adaptações e retificações cabíveis.

Após o exame desta Comissão, a matéria seguirá para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, à qual caberá a decisão terminativa.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

O PL 1.237, de 2019, vem ao exame da CAE, para que esta opine sobre seus aspectos econômico e financeiro, em cumprimento ao disposto no art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O objetivo do projeto é fornecer às partes envolvidas uma instância de negociação capaz de coibir majorações abusivas ou o estabelecimento de valores que prejudiquem o equilíbrio econômico e financeiro das instituições de ensino.

Para tanto, o projeto resgata e aprimora dispositivos vetados do projeto de lei de conversão original aprovado pelo Congresso, que previa, já em 1999, a existência da comissão de negociação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei nº 9.870, de 1999, não impõe um limite máximo para o reajuste anual. Assim, as instituições de ensino são livres para determinar valores. Entretanto, a lei veda a revisão ou o reajustamento do valor das parcelas da anuidade ou semestralidade escolar em prazo inferior a um ano, a contar da data de sua fixação, salvo quando expressamente prevista em lei. Assim, as instituições particulares de ensino precisam fazer um planejamento com uma projeção do aumento de seus custos para o ano seguinte, para definir o reajuste das anualidades.

Nos últimos dez anos, as mensalidades escolares tiveram aumentos sistematicamente superiores à inflação. Em 2018, tais aumentos afetaram cerca de 9 milhões de alunos matriculados na rede privada de ensino, segundo o Censo Escolar da Educação Básica realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Quando ocorre um aumento significativo das anuidades, os pais ou responsáveis podem negociar com as instituições de ensino. Entretanto, muitas vezes não é fácil negociar individualmente e os pais acabam por transferir os filhos para outra escola.

Assim, julgamos meritória a instituição de uma comissão de negociação, na qual as partes interessadas possam se manifestar de forma mais igualitária e transparente. Destacamos, apenas, que caberá ao Poder Executivo regulamentar a matéria, dispondo, principalmente, sobre a forma como se dará a composição da comissão e qual será o seu poder de determinar a decisão final.

Contudo, julgamos oportuno aperfeiçoar o projeto por meio de pequenos reparos, para ajustar sua redação aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Para tanto, apresentamos duas emendas: a primeira apresenta o objetivo da proposição no art. 1º; a segunda resgata a redação original do projeto de lei de conversão, que julgamos mais adequada, mas mantém a necessidade de a matéria ser regulamentada.

Do voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.237, de 2019, com as seguintes emendas:

Emenda da CAE.

Acrescente-se o seguinte art. 1º ao Projeto de Lei nº 1.237, de 2019, renumerando-se os demais:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

“Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor sobre a instalação de comissão de negociação do valor total das anuidades escolares.”

A segunda emenda:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei [...], a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 1º

§8º...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Senadora Daniella, por favor, não há possibilidade de ouvir o relatório nessa forma aqui.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Obrigada, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sinceramente, eu quero dar atenção a ela, é uma matéria importante. Desculpe-me, mas não há como trabalhar aqui deste jeito.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Obrigada.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Como Relatora.) – Continuando:

§8º Quando as condições propostas nos termos do §3º do *caput* não atenderem às partes, ser-lhes-á facultado instalar comissão de negociação, nos termos do regulamento, inclusive para eleger mediador e fixar o prazo em que este deverá apresentar proposta de conciliação, ou para fixar o término para a negociação direta sem mediador.

§9º As negociações, nas universidades e nos centros universitários, quando necessárias, poderão ocorrer no âmbito de seus respectivos conselhos superiores.

É isso, Sr. Presidente. Lido o relatório.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o relatório da Senadora Daniella Ribeiro. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Daniella Ribeiro, que é favorável ao projeto, com duas emendas.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas de nºs 1 e 2.

A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu estou apresentando um requerimento para chamar a esta Comissão o Ministro da Economia, para que ele explique à sociedade brasileira e ao Parlamento, ao Senado Federal, quais são as providências objetivas que o Governo Federal vai tomar neste momento com relação a essa crise internacional que nós estamos vendo aí. É importante que ele dê uma explicação formal ao Parlamento brasileiro e à sociedade sobre que medidas efetivas o Governo Federal vai tomar com relação a isso que está aí. É uma crise muito grave, o Brasil já tem 12 milhões de desempregados, e é importante que o Ministro venha ao Senado Federal.

Então, estou apresentando este requerimento, que espero seja tratado com celeridade por parte da direção desta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está aqui o requerimento, Senador?

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – A minha assessoria deve estar levando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se trazer ainda antes de terminar a reunião, a gente coloca em votação, Senador.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 2, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para vedar a instituição, no Sistema Financeiro Nacional, de cobrança de tarifas por disponibilização de serviços sem a efetiva utilização pelo usuário.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Favorável ao projeto.

A Senadora Kátia Abreu está com a palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero destacar a importância deste projeto de lei de autoria do Senador Jorginho Mello, superimportante para o contribuinte brasileiro, para os usuários do sistema bancário.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei Complementar nº 2, de 2020, do Senador Jorginho Mello, para vedar – eu gostaria de pedir silêncio aqui à assessoria, por favor – a instituição, no Sistema Financeiro Nacional, de cobrança de tarifas por disponibilização de serviços sem a efetiva utilização pelo usuário, ou seja, visa a proibir a cobrança de tarifas caso o usuário não tenha usado aqueles serviços. Se usou, pagou; se não usou, não pagou.

Entendemos que o PLP atende à boa técnica legislativa consoante a Lei Complementar nº 95, de 1991. Está bem escrito, deixa bem clara a alteração legislativa a ser realizada, dotada de juridicidade, legalidade e coercibilidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, somos favoráveis ao PLP por uma série de motivos. De fato, a edição da Resolução nº 4.765, de 27 de novembro de 2019, publicada pelo Banco Central do Brasil, deixou claro que é preciso proteger o cidadão brasileiro da criação de tarifas indevidas pelas instituições financeiras. Essa resolução se refere à decisão do Conselho Monetário Nacional que permite “uma cobrança de tarifa bancária por disponibilização de serviço mesmo sem haver a efetiva utilização pelo usuário”, ou seja, essa resolução permite que os bancos cobrem as tarifas mesmo sem utilização.

A alteração introduzida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil não nos parece razoável, uma vez que aumenta ainda mais os custos para os consumidores de serviços financeiros, ainda mais sem uma contrapartida efetiva pelo serviço.

Segundo matéria do site UOL, em novembro de 2019, com base nos dados de balanço das instituições financeiras de janeiro a setembro do ano passado, os quatro maiores bancos do País arrecadaram R\$24 bilhões apenas com a cobrança de tarifas e taxas bancárias, um crescimento de 7,1% em relação aos nove primeiros meses de 2018, uma expansão acima da inflação que alcançou apenas 2,89% no mesmo período. Enquanto isso, as taxas cresceram 7,1%.

Considerando o número total de clientes dessas quatro instituições, que são cerca de 293 milhões de brasileiros, cada um pagou em média R\$82,47 em tarifas entre janeiro e setembro de 2019, o que corresponde a uma estimativa anual de R\$110, incluindo pessoas físicas e jurídicas.

Outro levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) com 70 pacotes de serviços ofertados pelos maiores bancos do País apontou, colegas Senadores, um reajuste médio de 14%, entre abril de 2017 e março de 2019, quase o dobro da inflação no mesmo período, que foi de 7,45%. Com isso, as despesas dos brasileiros com serviços bancários, com tarifas e taxas, chegaram a 1% dos orçamentos familiares em 2017, segundo o IBGE. Para quem tem grandes posses e riquezas, 1% pode não significar nada. Segundo o IBGE, esse 1% está sendo utilizado da renda das famílias. Esse valor, colegas, é 150% maior que os dados da pesquisa do IBGE de 2008, quando essas despesas representavam 0,4% dos mesmos orçamentos. Então, em 2008 representavam 0,4% das despesas dos orçamentos, hoje, 150% a mais, ou seja, 1% das despesas dos orçamentos dos brasileiros.

O pagamento de tarifas, por parte desses consumidores, deve corresponder à efetiva utilização do serviço. Se eu usei, eu pago, independentemente dos abusos nos aumentos, muito além do valor da inflação. Nisso, o Banco Central, que é o regulador dos bancos deste País, é



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que deveria atuar fortemente, como as outras reguladoras fazem com serviço de energia, com serviço de água, com determinadas tarifas. O Banco Central, além de responsável por fazer política monetária, tem a obrigação de regular, sim, os abusos – não é regular preço, mas abusos. As nossas agências têm essa principal função neste País, e infelizmente isso não está sendo cumprido.

Em virtude do exposto, entendemos que o PLP é meritório e deveria ser aprovado, ou seja, nós estamos aqui aprovando o projeto de Jorginho Mello que permite apenas, independentemente da exorbitância dos aumentos, que se cobre apenas o que o usuário utilizou daquele serviço.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – Sr. Presidente! Sr. Presidente, eu pediria vista. Eu quero ressaltar a importância e a profundidade da relatoria feita neste instante pela nossa Senadora Kátia Abreu, e o faço considerando que o Governo deverá mandar para a Liderança aqui do Senado um parecer sobre essa matéria, da mais alta relevância para o nosso País.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou conceder vista e não vou mais discutir essa matéria. Está concedida vista.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O.k. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Querem que eu siga o Regimento, vou seguir o Regimento. Não se discute, acabou.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próximo item é do Senador Esperidião Amin, Relator do projeto da Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 5



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2015

- Não terminativo -

Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

2. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou requerimento para encaminhamento do projeto à Comissão de Assuntos Econômicos para avaliação dos aspectos econômicos e financeiros.

3. A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

4. Em 18/02/2020, foi concedida vista coletiva da matéria, nos termos regimentais.

5. Foram apresentadas as emendas nºs 1, 2, 3 e 4, de autoria dos senadores Kátia Abreu, Rogério Carvalho e Alessandro Vieira.

6. Pendente manifestação sobre a emenda nº 4.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu recebi a incumbência, na forma do projeto que me foi entregue para relatar, a partir de uma diligência feita na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, uma vez que, tanto lá quanto cá, há uma unanimidade... Eu pediria só atenção para esta expressão: há uma unanimidade quanto ao mérito. O desafio era compatibilizar, nos termos do que é da competência, digamos, mais radical da Comissão de Relações Exteriores, o projeto à Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa foi a diligência. Recebi o assunto...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para os que não se situaram ainda completamente, é sobre a opção de garantir às mulheres o direito ao serviço militar, ou seja, além de poderem hoje ocupar patentes de sargento até general – não há óbice –, o que se pretende aqui é permitir...

Foram apresentadas, até o momento em que eu disponibilizei... Na última reunião, eu me comprometi a antecipar, para a semana passada ainda, a minha versão final. Depois disso, a nobre Senadora Kátia Abreu apresentou, ontem, uma nova versão, na verdade, da sua primeira emenda. E é sobre isso, portanto, que nós estamos nos quedando: sobre o compromisso que eu assumi de trazer um texto compreendendo a satisfação à Lei de Responsabilidade Fiscal. E hoje tenho que fazer um comentário sobre – se a Senadora Kátia Abreu me permite – a sua segunda versão da emenda que ela tinha apresentado.

Então, eu vou me deter apenas à parte final do meu relatório, uma vez que o assunto volta hoje por solicitação minha.

O Senador Rogério Carvalho foi um dos que apresentaram emenda.

Eu queria só reportar o seguinte: Na oportunidade, eu também gostaria de consignar, no meu relatório, o exemplo de uma mulher catarinense, Anita Garibaldi, que é um exemplo de serviço militar e patriótico. Foi uma das poucas mulheres a conseguir despontar em um universo majoritariamente masculino. Participou da Guerra dos Farrapos, lutou aqui, lutou na Itália, foi uma revolucionária e por isso é cognominada Heroína dos Dois Mundos. E é a única mulher, Sr. Presidente, que tem uma estátua em Roma, no Gianicolo, e à feição do que ela foi: uma guerreira; um filho num braço e no outro um fuzil, para demonstrar a sua competência.

As Forças Armadas apresentaram uma modulação de impacto que eu considero satisfatória, posto que informam quanto custaria, a cada 10% de participação de contingente feminino, nessa conscrição anual, e essas estimativas podem ser multiplicadas. E aí eu começo a comentar a sugestão da Senadora Kátia Abreu.

Em síntese, o que o projeto faz é acrescentar à Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, o seguinte dispositivo:

§ 2º As mulheres ficam isentas do Serviço Militar em tempo de paz, garantindo-se a elas a prestação voluntária desse serviço, de acordo com suas aptidões, desde que manifestem essa opção no período de apresentação previsto no art. 13 desta Lei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a solução dada ao problema, quer dizer, o busílis, o núcleo do problema que fez com que este projeto viesse para cá era satisfazer a Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, o cerne da minha missão está escrito aqui, Senador Rogério, Senadora Kátia, enfim, Senadores e Senadoras que estão aqui presentes.

§ 3º As Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária Anual dos próximos exercícios financeiros deverão conter previsão própria e suficiente para viabilizar a prestação voluntária de que trata o § 2º.

É uma solução, portanto, que remete à obrigação de que as próximas leis – seja a Orçamentária Anual, de cada ano, evidentemente, e de Diretrizes Orçamentárias – contenham esta provisão. Com isso, nós teríamos condições de satisfazer a diligência. Quero lembrar, foi uma diligência que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que analisa o mérito da questão, fez à Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu entendo que deveria me ater a propor uma solução para este problema de conformação orçamentária. Agora, eu sou absolutamente a favor do espírito do projeto, do mérito do projeto e acho que isso deve valer para todas as atividades humanas, desde as religiosas até as militares. Eu disse e vou repetir: eu não me conformo com a Carta Apostólica de 1994 que o Santo João Paulo II assinou, proibindo que se ordene mulher sacerdote na Igreja Católica Apostólica Romana. Por uma Carta Apostólica de 1994, não é por um dogma de fé, uma carta.

Então, eu acho que em todos os setores de atividade humana a mulher deve ter acesso. Eu não divirjo da proposta da Senadora Kátia Abreu e se a maioria aqui quiser incluir eu apoiarei. Eu só não incluí, quero deixar bem claro, não porque divirja no mérito, mas porque ela, a meu ver, exorbita da competência do Relator na Comissão que recebeu em diligência um assunto específico de natureza orçamentária.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra a Senadora Kátia, por favor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas aqui de comentar toda minha admiração sincera e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdadeira por Anita Garibaldi, que só conseguiu entrar no Exército em Santa Catarina porque se disfarçou de homem. Se ela tivesse vestido saia, não teria sido a mártir e a heroína que foi.

Portanto, nós estamos cansadas dos disfarces e queremos passar batom, usar brinco e nos alistar no serviço militar.

E, com relação a estátuas. Nossa Senhora também tem várias estátuas em Roma, e não só Anita Garibaldi. Espero que a Irmã Dulce brevemente possa ter a sua, nossa primeira santa.

E a questão religiosa não cabe aqui neste momento. Cada igreja, cada dogma, cada religião tem as suas prerrogativas e não cabe ao Congresso Nacional votar se vamos ter padre mulher ou não. Isso é uma questão interna – certo? –, não é uma questão legislativa ou de intromissão, igual em time de futebol. Certo? Então, eu acho que também, com todo respeito, não cabe aqui neste momento.

Essa emenda, segunda emenda, não muda nada no mérito, apenas inclui em seu §4º exatamente essa correção dessa dúvida que apresentou o Senador Amin. Ou seja:

§ 4º As Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária Anual dos próximos exercícios financeiros deverão conter previsão própria e suficiente para viabilizar a prestação opcional de que trata o § 2º.

Com esta emenda, nós estaremos tirando qualquer dúvida.

E ainda insisto: o Relator disse aqui, na reunião passada, que esta prestação opcional vai aumentar despesa para o Exército brasileiro, e eu confirmo que não, porque, pelo relatório dele, ele supõe que 100 mil vagas foram utilizadas pelos homens. Então, 30% disso seriam mais 30 para as mulheres. Absolutamente: eu não estou aqui aprovando leis que venham ofender a autonomia do gasto do Exército Brasileiro.

Se o Exército Brasileiro definiu que são 100 mil vagas apenas, infelizmente, para 2 milhões de jovens que querem entrar, nós queremos que, dessas 100 mil vagas, 30% sejam das mulheres. Ou seja, 70 mil para os homens e 30 mil para as mulheres. Então, não vejo como isso vai aumentar despesa.

Em nenhum local, nem na sugestão do Senador Rogério, nem na minha, nós estamos dizendo que tem que ser a mais, mesmo porque o Exército tem o livre-arbítrio de, num ano,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar: "Eu quero 500 mil, eu quero 100 mil, eu quero 10 mil, 80 mil...". Não cabe a nós dizer quantas pessoas serão convocadas para o Serviço Militar. A obrigatoriedade é de 100%.

Então, nós queremos que estejam garantidos para as mulheres os 30% de vagas, depois que o Exército definir a cota e o contingente que deverá ser chamado.

Não há aumento de despesa. A correção está feita com esta emenda, impondo que a LDO deve prever... Se alguma despesa houver, porque eu, sinceramente... Se as mulheres também não se apresentarem em número suficiente... E eu já registro aqui, na data de hoje, que isso vai ser impossível de acontecer. As mulheres vão superar essa demanda, e muito!

Na verdade, deveria ser *fifty-fifty*, mas tudo bem. Vamos começar com 30, porque nós temos humildade para esperar a nossa hora ideal chegar.

Então, não haverá despesa, colegas. Nós não vamos construir alojamento novo; nós não vamos construir banheiro novo; nós só vamos dividir e separar o alojamento em que ficam as mulheres do alojamento em que ficam os homens. Qual é o problema?

Então, na minha avaliação, não está havendo, por parte do Exército, como sempre houve com a população brasileira, uma boa vontade nesta área, nesta questão.

Então, eu peço a reflexão dos meus colegas, e, por favor, aqui não se trata de uma ativista; vocês me conhecem aqui há muitos anos. Sou mulher, sou feminista sim, todas nós somos – não chegamos até aqui sem ser feministas –, mas não somos ativistas de tradição. Então, eu vim aqui solicitar uma questão de justiça, de equidade. Por favor.

Todos os avanços que nós tivemos foi graças ao voto dos homens do Senado e da Câmara, porque nós nunca tivemos voto suficiente para isso. Ai de nós se não fossem vocês.

Então, mais uma vez, eu não canso de dizer isso nas reuniões que vou, porque nós não temos mulheres aqui para ganhar. Os homens têm votado por consciência, por justiça.

Então, eu peço mais uma vez, com todo o respeito ao Senador Amin, que é um grande Senador, que se dedica às matérias, porque, neste caso, o Exército perdeu a sua razão – acho que, talvez, pela primeira vez na vida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é a primeira vez que ele perde.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não é não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É porque eu sou nova.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não faça isso...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É porque eu não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A história não mente.

Se a gente aprovar o relatório do Senador, a sua emenda está prejudicada. A senhora sabe que não será votada...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Inverta a votação se for possível, Sr. Presidente: votar a emenda primeiro e depois o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é possível porque não é terminativo aqui.

Veja bem, eu estou sendo orientado aqui – se eu estiver equivocado, por favor me corrija; eu não sou aqui o dono da verdade, não. Teria que ser apresentado voto em separado da emenda e derrubar o relatório todo, segundo a informação que estou tendo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu não gostaria de um voto em separado, não só em respeito ao meu colega, mas em respeito ao trabalho que ele fez, porque, de fato, o relatório é muito bom. Agora, eu acho que...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... uma emenda, com a concordância de todos, a gente votando primeiro, não haverá prejuízo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O substitutivo é permitido, ele é regimental, mas eu não gostaria de apresentar um substitutivo na proposta do Senador Amin, que é um Senador de grande capacidade e categoria aqui no Senado. Se ele permitir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu queria agradecer ao Senador Amin por ter, oportunamente, no primeiro momento da discussão, acatado a sugestão de permitir e abrir para que as mulheres pudessem servir às Forças Armadas, servir ao Exército. E não vejo... Como há disposição por parte do Relator – não é? –, se ele acatar a emenda no relatório dele, eu acho que não haveria necessidade de a gente ter mais uma sessão para tratar desse assunto.

Considerando que estamos no mês de março, Mês das Mulheres, eu acho que esta Comissão poderia dar a sua contribuição à causa das mulheres.

Eu quero dizer que eu sou um ativista – viu, Kátia? Apesar de não ser mulher, eu sou um ativista da luta feminista. Eu acho que a igualdade... A gente não precisa ser negro para poder ser ativista da causa dos nossos irmãos; nós não precisamos ser mulher para ser ativista da causa das nossas irmãs; e assim sucessivamente. Não tenho problema com nenhum tipo de interpretação. Eu só quero dizer que esta não é uma luta que se separa por gênero, uma luta de garantia de igualdade entre homens e mulheres numa sociedade democrática.

Eu pediria a todos e faço um apelo a todos para que a gente possa aprovar a emenda no relatório do Senador Amin, se ele assim o acatar.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Volto a insistir: nós temos que derrubar o relatório do Senador Amin, para aprovar um relatório de voto em separado.

Senadora Daniella Ribeiro, eu vou abrir primeiro para...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, de forma rápida eu queria, primeiro, parabenizar o Senador Esperidião Amin. Como sempre, ele é muito diligente e, ao mesmo tempo, é uma pessoa que tem um carinho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito especial em todos os seus relatórios e em seus projetos. Eu destaco até, inclusive, a alegria dele, Senadora Kátia, de comemorar o fato de o Partido Progressista ter agora *fifty-fifty* (50% e 50%) – hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Já registrei. (*Risos.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para discutir.) – Então, nessa perspectiva eu quero parabenizar a Senadora Kátia Abreu e pedir... Neste momento, Kátia, muitas pessoas confundem a história do feminismo com o "femismo". O "femismo" é o machismo, é aquilo que faz mal. Aqui não se trata, de forma alguma, de, ao defender a mulher, você ser "femista". O feminismo não é nada mais do que... Aí o que queremos são direitos iguais, direitos sociais iguais, em que homens e mulheres possam contribuir juntos, e espaços iguais, da mesma forma.

Senadora Kátia, quero parabenizá-la pela sua emenda. Você, de forma brilhante, demonstrou que não há, de forma alguma, impacto financeiro nem orçamentário para o Governo.

Então, esse é o apelo que a gente faz. Não falo isso nem por ser este o Mês Internacional da Mulher, não só por respeito, mas, acima de tudo, pelo mérito e, principalmente, por não atentar contra as questões pelas quais esta Comissão prima, que é a questão financeira e orçamentária.

Então, nesse sentido, primeiro, faço um apelo ao colega Senador Esperidião Amin para que acate essa emenda. E que possamos aprovar... Apelo aos colegas também, para que possamos aprovar isso, para, assim, dar oportunidade... Ainda precisamos, sim, infelizmente, de cotas, haja vista as poucas conquistas e espaços que as mulheres têm. Então, esse é um meio de que ainda necessitamos, para que, em um futuro próximo – é o que esperamos –, não precisemos mais votar e discutir assuntos como esses, questões como essas aqui, não só referentes às mulheres, mas também a outras minorias, no sentido dos direitos que infelizmente são negados.

Essa é a minha fala.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, há um equívoco de leitura e de interpretação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, se nós precisamos... E foi esse o meu trabalho; dediquei o meu engenho a isso. Se nós precisamos escrever um parágrafo dizendo que as leis orçamentárias e de diretrizes futuras têm que prever, têm que fazer provisão para fazer face a essa prerrogativa, nós o fazemos porque reconhecemos que há despesas adicionais.

Só me deixe concluir!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – É claro!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Está no relatório isso. Tem que ler o relatório.

Em relação aos aspectos econômicos da matéria, as Forças Armadas comunicaram, a partir de um ofício do Ministério da Defesa, qual seria o impacto em cada Força: na Marinha, seria de R\$23,450 milhões por ano por 10%; no Exército e na Aeronáutica... Eles comunicaram isso. Essa é a minha obrigação.

Segundo, essas estimativas foram construídas sendo consideradas instalações distintas para recrutas, sendo possível a alteração dos valores após o projeto executivo. Foi uma previsão. O valor total corresponderá a R\$581,210 milhões por 10%. Eu não posso fugir do que o Ministério da Defesa informou.

Segundo, quando eu uso a comparação da Igreja, é lógico que eu não estou propondo que se faça uma lei para isso. O que eu disse e repito é que é minha convicção que a mulher tem de ter a mesma atuação do homem em qualquer atividade humana passível de legislação pelo Congresso ou passível de qualquer regulamentação. Eu vou defender que a mulher tenha igual participação à do homem, mas não por lei, Senadora.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Mas me desculpe...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Finalmente, o §3º foi criado para isso. Se nós achamos que não há nenhuma despesa, não precisa do §3º!

Mas eu acho que precisa. O ministério que eu ouvi, que é o Ministério da Defesa... Eu não cobre uma previsão por três anos, como é nosso hábito. Nós prevemos sempre: qual é o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

impacto em 2020, 2021 e 2022? Daqui para a frente, temos que pedir, porque o orçamento será o de 2021, 2022 e 2023.

Eu pedi para um ano só, modulado a 10%. Ou seja: tem custo, sim, senhora; tem custo, sim, senhor, e a nossa criatividade aqui foi escrever a provisão como uma determinação legal para as leis anteriores. Foi uma solução, eu acho, até questionável, mas a mais cabível e útil para cumprir uma disposição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto ao mérito, Senadora Daniella, com o maior carinho, se quiser destinar 10%, 20%, 30%, 40%, claro que eu serei a favor da discussão e da aprovação, mas eu acho que isso é no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, que diligenciou a nós. Só isso.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, só, de forma rápida, um ponto, porque, já que... A questão, Sr. Presidente, de forma rápida, é: foram apresentados valores, mas não foi apresentada descrição, em absoluto, de qual seria o gasto, o que é que se vai gastar, se você tem o mesmo número, ou seja, se a gente sabe de alojamento...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Salário...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Exatamente: salário...

Eu não consegui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Se for destinado, dentre os recrutas, 10% de vagas, dimensiona-se o número: 10 mil pessoas. Para 10 mil pessoas, o custo de adaptação das instalações, nos quartéis respectivos, foi avaliado pelo Ministério da Defesa em tanto.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – A mulher não quer uma cama de princesa, não; é a mesma cama.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Mas as instalações sanitárias não são as mesmas.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Entendeu?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, eu fico impressionada com a eficiência do Exército: como é que calculou isso, com exatidão, em R\$500 milhões, uma adaptação dessa? Nem nas obras de infraestrutura do País é possível um levantamento com tamanha rapidez e com tamanha precisão.

Sr. Presidente, se não for possível, infelizmente, eu quero transformar a minha emenda num substitutivo – se não for possível o acatamento dela nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro o Senador Confúcio; depois, o Senador Carlos Viana.

Senador Confúcio, por favor.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o assunto é interessante. A Senadora Kátia Abreu, preocupada, e, à semelhança da Lei das Cotas e também à semelhança das candidaturas femininas nos partidos políticos, quer uma vinculação, de cara, de 30%. Aí se fala assim: "Mas e o impacto disso?" O impacto não existe, Sr. Presidente. O impacto não existe sabe por quê? Porque o orçamento... Se são cem soldados masculinos, tiram-se 30: ficam 70 e 30 mulheres. Consequentemente, não se altera o orçamento.

Quanto à parte de investimentos em pequenos reparos, em ajuste, o próprio quartel prepara muitos pedreiros, encanadores, eletricitistas... Eles mesmos fazem, com mão de obra local, própria. Pode comprar o material, que é muito barato.

Então, não existe essa questão de gastar mundos e fundos. O que existe, na realidade, Sr. Presidente, é um preconceito claro e explicitado de mulher não poder servir nem fazer carreira, nem subir em cargos de oficiais, missões.

Olha, o fim da escravidão no Brasil não veio em uma pancada só. Veio a Lei do Ventre Livre, depois, a lei não sei de quê, veio a Lei dos Sexagenários... Foi degrau a degrau. E, agora, essa questão militar é um degrau; é apenas um degrau que a Senadora Kátia e a Senadora Daniella estão propondo aqui, agora, contra basicamente o machismo que impera nas Forças Armadas. Isso é claro. É claro! Então, acho que se deve encarar mesmo.

E aqui, Kátia, você pode contar comigo. Nada contra o brilhante Senador Esperidião Amin, extraordinário, mas acho que sua emenda é oportuna.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ouvir o Senador Carlos Viana e vou adiar essa discussão para a semana que vem, para que a gente possa ter um consenso aqui, porque eu acho o seguinte: ninguém é contra a entrada das mulheres nas Forças Armadas, nem o Senador Amin. Ele está fazendo um relatório e, no nosso entendimento, aqui a questão é técnica só. Nós não estamos entrando no mérito sobre se elas devem ou não entrar no Exército. O que está sendo discutido aqui é a questão absolutamente financeira. E o Senador Confúcio...

Até porque eu entendo isso e sei que eu, como Governador, fiz muitas obras com o Exército brasileiro. Veja bem: eles têm lá, no Estado do Amazonas, um setor de engenharia formidável. Fazem estrada, fazem tudo, não vão fazer banheiro? Espere aí! Está certo? Não vão fazer um alojamento?

Eles entraram na BR-174 e parte da BR-174 foi asfaltada por eles. A manutenção da 319, que liga, muitas vezes é dada por eles. Em outras estradas eles participaram de obras, e nunca ninguém reclamou das obras feitas pelo Exército brasileiro. Então, eles têm uma engenharia muito forte lá no meu Estado, como têm no resto do Brasil. Onde há o Exército brasileiro, há um batalhão, há um comando de engenharia do Exército brasileiro, porque numa guerra, numa logística, é necessário ter isso, onde se constroem postes rapidamente, onde se constrói uma série de coisas com agilidade. Então, há engenheiros, há profissionais.

Nessa questão de construir isso ou aquilo, eles têm capacidade para isso tranquilamente, eu não vejo dificuldade. Mas também nós não podemos aqui crucificar o Senador Amin, como se ele fosse contra a entrada das mulheres. Não é isso. Ele não é contra. Ele está tentando ser técnico com as informações técnicas que recebeu. Cabe a nós aqui chegarmos a um entendimento.

Por isso que eu vou suspender esta discussão, para que a Senadora Kátia Abreu, o Senador Amin e a Senadora Daniella se entendam nessa questão aí, para ver se a gente chega a um entendimento.

Eu vou ouvir o Senador Carlos Viana e suspendo a discussão sobre essa matéria no dia de hoje, está o.k.?

Senador Carlos Viana, por favor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quero dar minha contribuição nessa discussão em alguns pontos, até para reflexão dos Srs. Senadores e Senadoras aqui.

Eu servi numa unidade do Exército que é uma das mais antigas, o 12º Batalhão de Infantaria, que é infantaria de montanha. E sou até soldado ilustre: fui condecorado pela 4ª Região na época – hoje há mudanças e tudo.

Lá nós tínhamos, além de uma companhia de comando e serviços, mais três companhias, cada uma alojada em um prédio, um alojamento próprio e tudo o mais.

Hoje, quando nós chegamos lá, ao quartel, por exemplo, está tudo vazio. Todos os alojamentos estão vazios. Então, não haveria nenhum tipo de problema, nada: é praticamente zero a possibilidade da entrada de mulheres aceitas no Exército. É zero.

E a maioria das unidades que eu tenho observado estão na mesma situação: não há espaço suficiente para que a gente possa... Até hoje não se tem nem mais o rancho praticamente. Não há nem o rancho para o soldado no Exército.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A pessoa chega lá depois do café da manhã e sai antes do almoço, pessoal. A situação do Exército Brasileiro hoje, financeiramente, é muito temerária e deficiente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Aqui há um outro ponto de vista...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Eu vou fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Amin, deixe o Senador Carlos...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só para terminar o raciocínio aqui de quem acompanha e admira bem as Forças: nós estamos discutindo um instituto – que é esse do serviço militar obrigatório, sendo feita justiça às mulheres – que, historicamente, não faz mais nenhum sentido. Não faz nenhum sentido o serviço militar. Nós temos que caminhar para uma tropa profissional de deslocamento rápido...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – De inscritos, e não conscritos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exato: de inscritos, com o espaço igual para homens e mulheres, como tem acontecido hoje no oficialato. Não é mais quantidade. Por quê? Vamos raciocinar sobre os possíveis pontos de conflito que a nossa Pátria possa ter na história ou no momento contemporâneo: são praticamente zero.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Só ali, na Bolívia.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Bolívia, no caso de tráfico de drogas.

Qual a ameaça que um vizinho nosso pode dar ao Brasil numa selva?

Para tratar um batalhão, hoje, você mata um boi por dia. Então, você tem uma logística, ali, difícil.

Então, a possibilidade de uma guerra é muito remota. Nós temos que ter as Forças Armadas como defesa do Território. É essa a questão. Uma força profissional qualificada, bem montada, em ações.

Diferentemente da Força Aérea, que tem um espaço aéreo que tem que ser controlado, você tem uma intervenção rápida na questão do transporte de drogas; diferentemente de uma Marinha, que faz o papel de uma guarda costeira com muita eficiência... São questões diferentes. Mas guerra de um serviço militar, nos mesmos moldes da Segunda Guerra Mundial, em que nós vamos selecionar jovens para mandar... Isso é praticamente zero – graças a Deus! – na nossa história.

O que se faz aqui – e eu entendi bem a Senadora Kátia – é justiça ao papel feminino, que é muito bem-vindo em todas as áreas. A questão de se adaptarem os quartéis para receberem mulheres, com toda sinceridade, isso é um argumento, Senador Amin, dos menores nessa história. E outra coisa: mantém o voluntariado àquela que quiser se apresentar para o serviço militar. É opcional.

Então, acho que a gente pode caminhar para o entendimento. Quem sabe, Senador Amin, caminhar para o entendimento de nós mantermos o voluntariado e estabelecemos, sim, uma cota que seja minimamente resolvida, sem prejudicar o orçamento do Exército.

Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Eu acho que, como cota, já se universalizou o número 30%.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até 30%.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – A única coisa que eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até 30%, porque esse erro de dizer que tem que exigir 30%... Isso aí é um erro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Não é isso. Mas também não é isso que está na emenda da Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Não, é até 30.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Ela descreveu assim: "Será garantida às mulheres uma cota de 30% [...]"

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, aí não dá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Mas espere aí, há a ressalva. Deixe-me terminar de ler.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, há uma ressalva.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – "[...] a serem preenchidas anualmente na prestação [...]" Essa emenda foi apresentada ontem. "[...] a serem preenchidas anualmente, na prestação do Serviço Militar, podendo estas serem ocupadas por candidatos do sexo masculino, caso não ocorra procura suficiente por parte de mulheres na prestação opcional desse serviço prevista no disposto do §2º deste artigo".

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Essa condicionante já estava no início, Senador Amin. Desde o início já estava essa condicionante.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Na versão anterior...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Estava.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – ... era até 30%.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Até.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Diante de todo esse impasse, eu gostaria de pedir vista do projeto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – A redação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele já teve vista. Eu estou fazendo um acordo para a gente discutir...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Já teve pedido de vista?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – É muito simples: eu, respeitada a questão da competência original da Comissão de Relações Exteriores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço ao Senador Amin, com toda a sua...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Estou incluindo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que a gente traga na semana que vem novamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Mas eu estou anunciando que vou incluir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia e Senadora Daniella, o Senador Amin está incluindo essa questão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Vou incluir a emenda... E vou incluir a emenda que veio ontem; não foi a emenda original. A emenda original era: "até 30%" – essa era a redação. A redação de ontem era: "30% garantidos, desde que haja contingente feminino".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou aqui acrescentando. Se V. Exa. quiser submeter, hoje, à votação, acho que fica claro; e, se quiser votar na semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Em votação.

As Senadores e os Senadores que aprovam...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – É §4º... Viu, Senadora? Porque já há o 3º. Então, ele entra como §4º, e o 3º é o das Diretrizes Orçamentárias.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele recebeu um telefonema lá da Câmara agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Olha... (*Risos.*) (*Palmas.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mulheres de coturno já! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro vamos aprovar aqui.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório, incluindo a emenda que o Senador Amin acabou de relatar aos senhores, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado à unanimidade aqui nesta Comissão. (*Palmas.*)

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Eu venho solicitar a V. Exa...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Senador, só para lembrar que a autora, que está aqui me ligando, é a Vanessa Grazziotin, do Amazonas, sua colega de Santa Catarina, e deixa um abraço apertado.

E parabéns, Vanessa Grazziotin, pela autoria deste projeto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, a Vanessa sempre foi uma...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que é de Santa Catarina, nascida em Videira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Vanessa é minha contemporânea de faculdade. Nós militamos juntos no movimento estudantil, desde a década de 80, e eu sei da luta dela para que essa igualdade fosse feita na prática.

Parabéns à Senadora Vanessa por ter proposto essa matéria.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Presidente, eu solicito a V. Exa. que coloque em votação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há um requerimento de V. Exa. aqui.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... o requerimento do Senador Jean Paul e um de minha autoria, convocando o... Eu só queria trocar a palavra "convocar" por "convidar".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convidar o Onyx, para vir discutir a questão do Bolsa Família.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – O raciocínio de V. Exa. é mais rápido do que o meu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, tinham me informado, e eu colocaria, com certeza.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há três requerimentos aqui: do Senador Jean Paul, do Senador Tasso e do Senador Reguffe.

Senador Carlos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Eu estive agora, pela manhã, com o Ministro Onyx, e ele está marcado, já foi convidado para uma audiência, na próxima quarta-feira, aqui no Senado, na Comissão de Desenvolvimento e Turismo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Ministro Onyx.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, tá.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ele, já na próxima quarta-feira, está confirmado numa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas aqui é questão específica, sobre a questão do...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Bolsa Família.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bolsa Família.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos tratar de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ser.

EXTRAPAUTA**ITEM 16****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 14, DE 2020****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre e explicações sobre as medidas práticas e efetivas que o Governo Brasileiro está adotando para enfrentar os impactos na economia brasileira da crise internacional do petróleo e do Coronavírus.

Autoria: Senador Reguffe (PODEMOS/DF)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento do Senador Reguffe, que convoca o Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as medidas práticas e efetivas que o Governo brasileiro está adotando para enfrentar os impactos, na economia brasileira, da crise internacional do petróleo e do coronavírus.

O Senador quer mudar de convocação para convite, que seria uma forma mais elegante da Comissão?

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu não tenho nenhum problema de mudar para convite. Eu considero apenas que essa prática de, a todo tempo, se mudar de convocação para convite... A convocação deveria ser encarada como algo natural, como algo normal. Não deveria ser um problema um ministro de Estado ser convocado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, lógico que não.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Não há uma denúncia, inclusive, contra o ministro de Estado. É apenas para que ele preste esclarecimentos de quais medidas objetivas o Ministério está tomando com relação a essa crise externa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Brasil está tomando.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Agora, aqui, em todas as Comissões, o tempo todo, se transforma de convocação para convite.

Eu não vejo nenhum óbice de ser convite, apenas acho que essa é uma atribuição do Poder Legislativo que deveria ser encarada, inclusive pelos próprios ministros, como algo normal e natural, porque ministro de Estado deve explicações rotineiras ao Parlamento e à sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E uma coisa que me chamou a atenção ontem – e vou já passar a palavra ao Senador Elmano e ao Senador Amin...

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Não vejo nenhum problema em que seja convertido para convite não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Eu sei da sua... V. Exa. é uma pessoa muito cooperativa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem me chamou a atenção, Senador Amin, Senador Tasso, Senador Elmano, Senador Prisco, a declaração do Ministro Guedes sobre a reforma tributária. Ele estava dizendo que o Governo vai mandar uma proposta, e o Senado já está debatendo não sei o quê então.

Vejam bem: eu acho que os Senadores desta Comissão, a partir de uma declaração de que ele está mandando uma proposta, o que que nós estamos fazendo nesta Comissão?

Eu venho batendo nesta tecla desde o primeiro momento: qual é a proposta do Governo sobre reforma tributária?

O Senador Serra se posicionou, na primeira reunião que nós tivemos na Comissão Mista, Senado e Câmara. Ele lembrou a Constituinte de 1988, o tempo que se demorou para fazer uma reforma tributária. Não é uma coisa simples. Deram 45 dias.

O Governo está há mais de um ano tentando elaborar uma reforma tributária, e a declaração do Ministro Guedes, ontem, foi de que ele traria essa reforma na semana que vem.

Então, começam-se conflitos de dizer quem é que vai fazer a reforma: se vai ser a reforma do Appy, se vai ser a reforma de não sei de quem, ou do Ministro Guedes, ou de qualquer iluminado que este Brasil possa ter.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente, só para concluir aqui.

Eu não vejo nenhum óbice em que se torne convite, apesar de considerar que deveria ser encarado como algo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Natural.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – ... natural e normal a vinda de um ministro de Estado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque, quando a gente convoca, a gente dá prazo para ele vir.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para encaminhar.) – Agora é o seguinte: se o Ministro resolver indicar um representante...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – ... ou não vier, ele tem que ser convocado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – E não vai contar comigo até o final da Legislatura para mais nenhuma transformação em convite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está correto.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Mas não existe nenhum óbice de ser convite não. O objetivo é que ele venha, como algo que deveria ser normal e natural, dar uma explicação ao Parlamento e à sociedade brasileira sobre o que está se fazendo de prático, até porque é uma crise, que se avizinha, muito grave, e cabe ao Ministro explicar isso ao Parlamento e à sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque a gente usa... A convocação é o extremo; a convocação é a obrigação; e a gente não faz isso...

O poder do Senado de convocar qualquer autoridade brasileira...

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Mas deveria ser algo natural, normal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós podemos convocar um ministro do Supremo se a gente quiser, mas não é o caso. Por quê? Porque nós temos tido uma prática de respeito mútuo às autoridades. Convoca-se no caso extremo de uma acusação grave, de uma...

Eu acho que isso, além de isso ser grave... Também é urgente a gente discutir a questão econômica do País. V. Exa. tem razão.

Senador Elmano...

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, quero falar exatamente sobre essa questão.

O nosso estimado Reguffe, com a sua flexibilização – com a sua flexibilidade, eu diria melhor –, pela sua compreensão, tem a tendência, inclusive atendendo à sugestão de V. Exa., de que se faça um convite.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falaria também, de outra parte, que o Ministro Paulo Guedes, como muitos outros ministros deste Governo, tem atendido a todas as solicitações das Comissões, quer sejam do Senado, quer sejam da Câmara dos Deputados. Eu sempre vi aqui no Senado, através das Comissões, a presença de Ministros de várias áreas, quando são convidados.

Então, creio que o Ministro da Economia tem o maior interesse em atender ao gentil convite desta Casa, para fazer as explicações que se fazem necessárias, sobretudo no momento atual de incerteza, de instabilidade, sobretudo no que se refere à economia brasileira e à economia mundial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento do Senador Reguffe.

Senador Amin, por favor...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para encaminhar.) – O Senador Reguffe dá uma demonstração de sensibilidade e de acolhimento da nossa cultura. Ele tem toda a razão: convocar um ministro é como se fosse uma coisa extraordinária e acusatória.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quem já assistiu a uma sessão na Câmara dos Comuns, seja na televisão, seja ao vivo, sabe que aquilo é tudo apertado, não é?

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – É rotineiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E, três dias na semana, há uma mesinha deste tamanho, que separa o gabinete do Governo e o gabinete da Sombra – o Shadow é o gabinete da oposição –, com confronto, intervenções múltiplas, curtas, objetivas e de gestão.

Agora, no Brasil, convocar tem o sentido de condução coercitiva, não é coisa boa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acontece que aquele é um país...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É parlamentarista.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... parlamentarista. É totalmente diferente.

Aqui é o seguinte: o Ministro da Economia tem a força de mandar prender ou soltar, de fazer o que quiser neste País, porque ele é que determina tudo que ele quer fazer. Com um decreto, o Ministro quebra uma empresa, só aumentando IPI ou baixando IPI, e não dá satisfação a ninguém! Essa é uma diferença muito grande.

Nós não estamos falando de um governo democrático...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Parlamentarista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, é um governo democrático que foi eleito, em que é nomeado um Ministro que tem poder sobre a Receita Federal, que tem poder sobre o Banco Central e que tem o poder de, com uma caneta, Senador Amin, reduzir ou aumentar IPI de um produto e acabar com um setor todinho num Estado ou não. Então, nós não estamos falando de um país em que se respeita o Parlamento, em que se respeita a regra.

A grande fuga de capital que nós estamos tendo no Brasil, hoje, se deve a medidas que o Governo toma de fundo ideológico. Sinceramente, não dá para a gente menosprezar a relação comercial que nós temos com a Argentina!

"Ah, não, eu não gosto do Presidente, eu não vou lá". Espere aí! "Ah, eu gosto do país tal"... E não dá para a gente apostar todas as nossas fichas do Brasil nos Estados Unidos da América.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não é nos Estados Unidos. É no Trump.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No Trump. Não dá! Por mais que as pessoas gostem do Presidente Bolsonaro – e eu já disse aqui: não tenho nada, absolutamente nada contra ele –, nós temos que tratar a economia do Brasil não como uma republiqueta.

"Ah, eu sou amigo do Amin, vou fazer negócio com o Amin"... Não! O Brasil tem que estar aberto para qualquer país, seja ele de direita, de esquerda... E mais ainda: nós não temos que estar abertos é para assassinos, pessoas que estão matando o povo, prendendo e tal. Esses, não. Mas qualquer país em que alguém foi eleito democraticamente, seja de direita, seja de esquerda, nós temos que respeitar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O maior exemplo que nós temos hoje de uma economia que cresceu, e cresceu muito, e com ideologias profundas, é a China. E ela não olha para o que que está escrito lá na testa do cara, se o cara é comunista, se a pessoa é de direita, se é isso ou não: faz negócio com todo mundo. E o Brasil se reserva o direito de nosso representante maior não gostar do Presidente da Argentina: "Então não vou lá".

Isso não é bom. Isso cria uma insegurança nos empresários que estão investindo lá, nos empresários que estão aqui investindo... Por uma questão ideológica e religiosa, quer se mudar a embaixada e se coloca um dos maiores compradores de carne bovina e de frango contra a gente – por uma questão pessoal, ideológica, religiosa. Então, é isso que nós estamos vendo hoje.

Então, nada contra.

Eu tenho que concordar com uma coisa: vai se trazer o Ministro Paulo Guedes aqui? Vai. Vai entrar mudo e vai sair calado. Vai falar, falar, falar, e não vai resolver nada, absolutamente nada, porque o que fez afugentar capital...

Quando se afugenta capital de um país, é que nem um terremoto: você demora dez anos para construir uma casa, com muito sacrifício, e em 30 segundos você perde essa casa no terremoto. Depois, para você reconstruir essa casa, sem capital – porque você perdeu tudo no terremoto –, aí vai demorar muitos anos para você reconstruir essa casa.

Então, capital que se afugentou no Brasil por insegurança jurídica, por métodos que não são aceitos hoje no mundo, pela questão ambiental sendo tratada de uma forma jocosa...

O Brasil tem tratado a questão ambiental de uma forma desrespeitosa. Isso afugenta capital, e esse capital não volta tão cedo. E você não sai da crise e não gera emprego com o capital investido neste País. Essa é a grande realidade.

Hoje, o concentrado é o IPI, amanhã é outro; o cara faz um IPI para cinco meses!

Isso que eu estou colocando aqui são práticas que o Governo tem feito que afugentam qualquer capital. Infelizmente é isso.

O requerimento do Senador Reguffe está aprovado.

Nós temos o requerimento do Senador Tasso, convidando o Ministro Onyx Lorenzoni.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 50, *caput*, e art. 58, §2º, III, da Constituição Federal, combinado com o [...] art. 90 [...] do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Sr. Onyx Lorenzoni, Ministro da Cidadania, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre suposta discriminação na concessão de benefícios do Programa Bolsa Família.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

EXTRAPAUTA**ITEM 17****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 15, DE 2020****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado

Federal, a convocação do Exmo. Sr. Onix Lorenzoni, Ministro da Cidadania, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre suposta discriminação na concessão de benefícios do Programa Bolsa Família.

Autoria: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) e outros)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – É convite?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É convite, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – E é do Senador Jean Paul também, no mesmo teor. Nós fizemos em conjunto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu faço só uma sugestão, Presidente: quando já aprovado...

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente, por favor...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que se entre em contato com a Comissão de Assuntos Sociais, para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para fazer tudo conjunto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... se fazer conjunto, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... em ambos os casos, há uma absoluta afinidade.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente, por favor.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senador Prisco

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Pela ordem.) – Eu queria parabenizar a iniciativa do Senador Jean Paul e, em especial, o Senador Tasso. No caso do Senador Tasso, principalmente pelo alerta que fez a todos os Parlamentares nordestinos – se não me engano, na rede social dele, quinta ou sexta-feira – sobre essa redução do Bolsa Família em uma das regiões mais pobres do Brasil.

Na minha opinião, essa é uma atitude irresponsável e me parece até revanchista em relação aos resultados eleitorais do Presidente na Região Nordeste.

Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Requerimento da Senadora Kátia Abreu. Ela requer uma audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Sr. Claudio Adilson



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Gonçalves, Diretor-Presidente da MCM; Sr. Samuel Pessoa, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas e sócio da Consultoria Reliance; e Sr. Mansueto Almeida, Secretário do Tesouro Nacional, para que seja debatida... Para acelerar a expansão do PIB da renda *per capita* e reduzir o desemprego.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

EXTRAPAUTA**ITEM 18****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 16, DE 2020**

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os determinantes do baixo crescimento econômico e as alternativas de política econômica para acelerar a expansão do PIB, da renda per capita e reduzir o desemprego, sobretudo em função das perspectivas de desaceleração mundial e riscos de recessão decorrentes da crise do Coronavírus e da queda do preço do petróleo.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PDT/TO)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem mais nada a tratar, esta reunião está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e dezenove minutos do dia vinte de outubro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Plínio Valério, Mecias de Jesus e Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Diego Tavares, Renan Calheiros, Ney Suassuna, Marcelo Castro, José Maranhão, Esperidião Amin, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Major Olímpio, Oriovisto Guimarães, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Leila Barros, Acir Gurgacz, Weverton, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Carlos Viana, Irajá, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorginho Mello e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Jayme Campos, Nelsinho Trad, Zenaide Maia e Antonio Anastasia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, José Serra, Reguffe e Veneziano Vital do Rêgo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da sexta reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 61, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "b", e do art. 73, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Senhor JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, em vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Múcio Monteiro Filho." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** A comissão dispõe das condições para deliberação. É apresentada Questão de Ordem pelo senador Alessandro Vieira, indeferida pela presidência. O presidente passa a presidência para o senador Plínio Valério para que possa proferir o relatório. Após a leitura do relatório e a exposição do indicado, usam da palavra os senadores Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Jorge Kajuru, Major Olímpio, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Telmário Mota, Ney Suassuna, Mecias de Jesus, Lasier Martins, Jean Paul Prates, Nelsinho Trad, Alessandro Vieira, Rogério Carvalho, José Maranhão, Rogério Carvalho, Diego Tavares, Leila Barros, Zequinha Marinho, Wellington Fagundes e Randolfe Rodrigues. **Resultado:** A comissão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprova a indicação por 23 votos favoráveis, 3 contrários e nenhuma abstenção. **Observação:** É aprovada também a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria (REQ 23/2020-CAE). **ITEM 2 - Mensagem (SF) nº 55, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor ALEXANDRE COSTA RANGEL, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com mandato até 31 de dezembro de 2024, em vaga decorrente do término do mandato de Carlos Alberto Rebello Sobrinho." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pronto para deliberação. Após a leitura do relatório e a exposição do indicado, usam da palavra os senadores Jorge Kajuru, Rogério Carvalho, Izalci Lucas, Leila Barros, Kátia Abreu e Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** A comissão aprova a indicação por 13 votos favoráveis, 2 contrários e nenhuma abstenção. **Observação:** É aprovada também a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria (REQ 25/2020-CAE). **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 62, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 45,197,310.00 (quarenta e cinco milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e dez dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado da Paraíba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Aprimoramento do Modelo de Atenção na Rede de Saúde do Estado da Paraíba"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Ney Suassuna. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** É aprovado também Requerimento de Urgência para a matéria (REQ 21/2020-CAE). **ITEM 2 - Mensagem (SF) nº 63, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 126,886,000.00 (cento e vinte e seis milhões, oitocentos e oitenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Modernização, Ampliação e Melhoramento da Eficiência da Gestão Hídrica e da Prestação dos Serviços de Saneamento no Estado da Paraíba – PROJETO DE SEGURANÇA HÍDRICA"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Ney Suassuna (*Ad hoc*), substituiu Senador José Maranhão. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Usa da palavra o senador Diego Tavares, Mecias de Jesus e Telmário Mota. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** É aprovado também Requerimento de Urgência para a matéria (REQ 22/2020-CAE). **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Mensagem (SF) nº 48, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Encaminha proposta de operação de crédito externo no valor de US\$ 750,000,000.00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "2º Programa do Convênio de Linha de Crédito Condicional BID - BNDES de Financiamento a Investimentos Produtivos e Sustentáveis". **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** É aprovado também Requerimento de Urgência para a matéria (REQ 24/2020-CAE). **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 21, de 2020** que: "Requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 62 de 2020, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 45,197,310.00 (quarenta e cinco milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e dez dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado da Paraíba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Aprimoramento do Modelo de Atenção na Rede de Saúde do Estado da Paraíba". **Autoria:** Senador Ney Suassuna (REPUBLICANOS/PB). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 22, de 2020** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 63 de 2020, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 126,886,000.00 (cento e vinte e seis milhões, oitocentos e oitenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Modernização, Ampliação e Melhoramento da Eficiência da Gestão Hídrica e da Prestação dos Serviços de Saneamento no Estado da Paraíba – PROJETO DE SEGURANÇA HÍDRICA". **Autoria:** Senador Ney Suassuna (REPUBLICANOS/PB). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 23, de 2020** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 61 de 2020, que "Submete à consideração do Senado Federal,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos termos do art. 52, inciso III, alínea "b", e do art. 73, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Senhor JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, em vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Múcio Monteiro Filho." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 24, de 2020** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 48 de 2020, que "Encaminha proposta de operação de crédito externo no valor de US\$ 750,000,000.00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "2º Programa do Convênio de Linha de Crédito Condicional BID - BNDES de Financiamento a Investimentos Produtivos e Sustentáveis"." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 25, de 2020** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 55 de 2020, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor ALEXANDRE COSTA RANGEL, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com mandato até 31 de dezembro de 2024, em vaga decorrente do término do mandato de Carlos Alberto Rebello Sobrinho"." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/10/20>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo aos Srs. Senadores que estão acompanhando a reunião remotamente pelo sistema de videoconferência que neste momento as mãos serão abaixadas e vamos iniciar as inscrições para a lista de oradores.

Antes de iniciarmos a apreciação da pauta, passo à leitura das normas e diretrizes da 7ª Reunião.

Os relatórios das mensagens constantes da pauta foram apresentados à Comissão e divulgados pelo Portal do Senado. Assim, ficou concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9 de 2020.

A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores, por sistema de videoconferência, para debate e leitura do relatório. Contudo, a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta instaladas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

na entrada da garagem coberta e três urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo duas urnas em frente aos Plenários nºs 3 e 1 e uma em seu interior. O acesso à sala de reunião estará restrito às Sras. e aos Srs. Senadores, às autoridades a serem sabatinadas e aos servidores das Secretarias das Comissões e das áreas de tecnologia do Senado Federal no estrito exercício de suas atribuições. Caso necessário, um assessor poderá adentrar a sala de reuniões para atender demanda dos respectivos Senadores ou Senadoras, retirando-se após a finalidade cumprida.

As regras e procedimentos para a reunião foram definidas para fins de prevenção de transmissão da Covid no âmbito do Senado Federal e, no que couber, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, com os Atos da Comissão Diretora nºs 7 e 9, de 2020, com os Atos do Presidente nºs 2, 3, 4 e 6, de 2020, com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, e com o Ato da Diretoria-Geral nº 4, de 2020. Quaisquer questões adicionais serão decididas ou determinadas pelo Presidente da Comissão.

2ª PARTE**ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 62, DE 2020****- Não terminativo -**

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 45,197,310.00 (quarenta e cinco milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e dez dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado da Paraíba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Aprimoramento do Modelo de Atenção na Rede de Saúde do Estado da Paraíba”.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ney Suassuna

Relatório: Pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna sobre o empréstimo para o Estado da Paraíba, que V. Exa. tão bem representa aqui, Senador Ney.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NEY SUASSUNA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos direto ao voto, porque todo o restante, Srs. Senadores, é igual a qualquer outro processo que foi analisado. Desde a parte da saída do Estado da Paraíba, quando se viu se a Assembleia autorizava, todos os trâmites foram feitos. Por esta razão, para não perder o tempo – sabendo que temos tantas coisas a fazer aqui hoje –, eu pediria permissão para ler direto o voto. Estamos de acordo?

Voto.

O pleito encaminhado pelo Estado da Paraíba encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

Projeto de Resolução do Senado nº 62, de 2020.

[...]

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Paraíba autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento [...], no valor de US\$ 45.197.310,00 (quarenta e cinco milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e dez dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Aprimoramento do Modelo de Atenção na Rede de Saúde do Estado da Paraíba".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Estado da Paraíba;

II – Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento;

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor [como já dissemos]: US\$45.197.310,00 (quarenta e cinco milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e dez dólares dos Estados Unidos da América);

V – Juros: taxa LIBOR para o dólar dos Estados Unidos da América de, de três em três meses, mais margem variável a ser determinada periodicamente pelo BID, de acordo com as suas políticas de gestão de recursos;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VI – Liberações Previstas: US\$ 7.000.000,00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020; US\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021; US\$ 10.598.655,00 (dez milhões, quinhentos e noventa e oito mil, e seiscentos e cinquenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América) em 2022; US\$ 10.098.655,00 (dez milhões, noventa e oito mil, e seiscentos e cinquenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América) em 2023, e US\$ 7.000.000,00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2024;

VIII – Comissão de compromisso: até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos não desembolsados do empréstimo;

IX – Recursos para inspeção e supervisão: até 1% (um por cento) do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolso, por semestre;

X – Prazo de amortização: 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, após carência de 66 (sessenta e seis) meses.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º O devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato, desde que haja anuência prévia do garantidor, que será manifestada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia.

§ 3º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Estado da Paraíba na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado da Paraíba celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessárias para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais. O último parágrafo:

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, e como requisito indispensável para tanto, o Ministério da Fazenda verificará e atestará adimplência do Estado da Paraíba quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e ao pagamento dos precatórios judiciais bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Assim, Sras. e Srs. Senadores, peço que seja aprovado este processo, porque ele é muito importante para o nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Ney Suassuna.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Ney Suassuna.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentada.

A matéria já vai ao Plenário do Senado Federal, se houver, hoje à tarde.

O Senador Ney Suassuna quer pedir urgência para ser votado no Plenário?

O SR. NEY SUASSUNA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - PB) – Sim, Sr. Presidente. Quero sim, Sr. Presidente. Estou pedindo urgência.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 21, DE 2020

Requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 62 de 2020, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 45,197,310.00 (quarenta e cinco milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e dez dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado da Paraíba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Aprimoramento do Modelo de Atenção na Rede de Saúde do Estado da Paraíba”.

Autoria: Senador Ney Suassuna (REPUBLICANOS/PB)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão, a urgência requerida pelo Senador Ney Suassuna. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o pedido de urgência do Senador Ney Suassuna.

Nós temos um segundo empréstimo para a Paraíba. Logo em seguida, nós ouviremos o Ministro que está aqui para ser sabatinado para o TCU.

Está como Relator o Senador José Maranhão. Ele não se encontra ainda aqui, e como nós temos pressa e estamos vivendo um momento atípico, eu vou pedir ao Senador Ney Suassuna, da Paraíba, que possa ler, *ad hoc*, esse relatório do Senador José Maranhão, por favor.

2ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 63, DE 2020

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

valor de US\$ 126,886,000.00 (cento e vinte e seis milhões, oitocentos e oitenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Modernização, Ampliação e Melhoramento da Eficiência da Gestão Hídrica e da Prestação dos Serviços de Saneamento no Estado da Paraíba – PROJETO DE SEGURANÇA HÍDRICA".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ney Suassuna ("ad hoc")

Relatório: Pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Observações:

O SR. NEY SUASSUNA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - PB. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse projeto de resolução autoriza o Estado da Paraíba a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, com Banco Internacional par Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) no valor de US\$126,866 milhões.

Vamos passar direto ao voto, porque, na realidade, é o que importa para todos nós, uma vez que passou esse processo por todos os trâmites que eram necessários, desde o Estado da Paraíba até mesmo na Casa Civil. Por incrível que pareça, quem nos conseguiu dar rapidez na Casa Civil foi exatamente o Ministro que vai ser aqui hoje sabatinado.

Então, o devedor é o Estado da Paraíba; o credor é o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento; o garantidor é a República Federativa do Brasil. O valor é US\$ 126.886.000,00 e os juros, igualzinho ao outro, são a taxa LIBOR para o dólar americano, com seis meses de margem variável. A diferença entre o outro e este é que o outro era de seis meses e este é de seis meses.

As liberações previstas são US\$18 milhões para o primeiro ano, 2020; US\$19 milhões para o ano de 2021; US\$22 milhões para o ano de 2022; US\$22 milhões para o ano de 2023; US\$17 milhões para 2024; e ainda US\$ 17,762 milhões para 2025. Foi muito dividido esse empréstimo. E também US\$9,515 milhões para o ano de 2026.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O adicional da taxa de juros é de 0,5% (cinco décimos). E, se houver acrescido, a taxa LIBOR vai ser adicionada a essa taxa.

A abertura de crédito é de 0,25; a comissão de compromisso também é de 0,25, e o prazo de amortização é de 168 meses, com carência por 73 meses, ou, no máximo, de 90 meses.

As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato do empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados, conforme a execução do contrato.

O devedor poderá solicitar conversão.

Será exigida autorização do Senado, caso aconteçam essas alterações.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Estado da Paraíba para contratação da operação de crédito externo referido nessa resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista neste *caput* fica condicionada a que o Estado da Paraíba celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recurso necessárias para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras de arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, como requisito indispensável para tanto, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado da Paraíba quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e ao pagamento dos precatórios judiciais, bem como o cumprimento substancial das condições prévias do primeiro desembolso.

Art. 4º. O prazo máximo para exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir da vigência desta resolução.

Art. 5º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Como foi no primeiro caso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu gostaria também de pedir urgência após a votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador que tão bem representa o Estado da Paraíba, Senador Diego Tavares, com a palavra, por favor.

O SR. DIEGO TAVARES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para discutir.) – Bom dia, Presidente. Cumprimento todos os nobres Senadores. Cumprimento o Senador Ney Suassuna, colega de bancada. Tenho o prazer de estar aqui ao seu lado. Quero parabenizá-lo pelo seu relatório, como também o Senador José Maranhão, que não pôde estar presente.

Queria aqui fazer o registro, em nome do Senado Federal, da importância desse empréstimo para o nosso Estado.

Ontem mesmo, na Comissão de Meio Ambiente, eu estava presente e relatava: no Estado da Paraíba, hoje, 30 das 223 cidades têm acesso a saneamento básico; nós temos hoje 2,4 milhões de paraibanos que têm problemas de saúde por não ter acesso a saneamento básico. Esse empréstimo vem para somar à saúde, montando a rede prioritária da criança e a da mulher.

Era só esse registro, meu Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, só gostaria, na qualidade de Líder do Republicanos, de manifestar publicamente a nossa alegria de ter o Senador Ney Suassuna no Senado Federal. O Senador Ney Suassuna é uma figura conhecida nacionalmente, muito respeitada no Brasil, no Senado e no seu Estado, a Paraíba. Ele vem para prestar relevante serviço ao Senado Federal e ao Brasil, e nos alegra muito que esta vinda dele seja pelo nosso partido, o Republicanos, que eu tenho a honra de liderar nesta Casa.

Parabéns ao Senador Ney Suassuna pela atenção e pela oportunidade que ele tem no momento de ajudar o Estado dele da Paraíba com relação aos empréstimos que neste momento esta Casa autoriza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Mecias.

Senador Telmário, com a palavra, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras e dizer para o Senador Ney que ele sempre é bem-vindo nesta Casa. Como bem disse o Senador Mecias, é um Parlamentar que só enobrece o nosso Parlamento.

Quando a sua estrela brilha, não adianta ninguém apagar. O Senador Ney volta exatamente num momento de uma votação importante, que é esse empréstimo do BID para o seu Estado. E me faz lembrar aqui o Senador Omar, que era até oposição ao Prefeito de Manaus, mas, mesmo no Governo inclusive do PT, o Senador Omar fez uma gestão grande aqui para ajudar a capital de Manaus, se não me falha a memória – não foi, Senador Omar? –, numa situação semelhante.

Portanto, eu sei que, no momento por que o nosso País passa, no momento que os Estados estão vivendo dessa situação socioeconômica e financeira, esse recurso vai melhorar muito os serviços públicos daquele Estado.

Eu quero parabenizar o Senador Ney, parabenizar todos os Senadores do Estado da Paraíba e dizer que com certeza esse recurso vai entrar ali num momento importante para aquela população que tanto enobrece o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Telmário.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador José Maranhão, que *ad hoc* o Senador Ney Suassuna acabou de ler.

Os Senadores que concordam com o Relator permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O Senador Ney Suassuna pede que seja votada em urgência em Plenário hoje.

2ª PARTE





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 22, DE 2020

Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 63 de 2020, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 126,886,000.00 (cento e vinte e seis milhões, oitocentos e oitenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Modernização, Ampliação e Melhoramento da Eficiência da Gestão Hídrica e da Prestação dos Serviços de Saneamento no Estado da Paraíba – PROJETO DE SEGURANÇA HÍDRICA”.

Autoria: Senador Ney Suassuna (REPUBLICANOS/PB)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Senadores e Senadoras que concordam com o pedido de urgência permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o pedido.

Quero aqui parabenizar o Senador Diego Tavares pelo empenho, o Senador Ney Suassuna, que, convocado a relatar um projeto de aporte de recurso para o Estado da Paraíba, prontamente se colocou à disposição. Quero agradecer ao Senador José Maranhão, que fez esse relatório que V. Exa. acabou de ler; mandar um abraço ao meu querido amigo Veneziano, Senador também, e que a Paraíba possa agradecê-lo, pois foi a primeira pessoa a me ligar para a gente colocar hoje; e à nossa querida Senadora pelo Estado da Paraíba, Daniella Ribeiro, que se ausenta temporariamente, mas deixa em seu lugar Senador que pode nos ajudar aqui, da mesma forma como o Senador Veneziano se ausenta aqui, mas deixa a experiência larga do Senador Ney Suassuna para poder conduzir os destinos do Brasil e, principalmente, ajudar o Estado da Paraíba. Meu muito obrigado a V. Exa.

Nós iremos passar agora à sabatina do Ministro Jorge Oliveira, que foi...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE)
– Sr. Presidente, antes da sabatina, tenha duas questões de ordem para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador. Só um minutinho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE)
– Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador José Maranhão, é que nós tínhamos um prazo. Foi lido já o relatório *ad hoc*, mas já fiz todas as deferências a V. Exa. pelo Estado. Daqui a pouco, passo a palavra a V. Exa. Passo já, já. Desculpe, Senador Maranhão, mas é por causa da pressa mesmo.

Senador Alessandro, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE.
Para questão de ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

A primeira questão de ordem versa sobre o obstáculo que temos para a realização da sabatina. Há de se observar, Sr. Presidente, que a vaga no Tribunal de Contas da União ainda não está aberta. Não existe vaga. O Plenário do TCU está completo. Surgirá, hipoteticamente, uma vaga no mês de dezembro, caso se confirme a aposentadoria do hoje Ministro José Mucio. Nesse sentido, me parece inoportuno que o Senado da República se preste a fazer uma sabatina preventiva, qual agência de emprego que faz cadastro de reserva para vagas futuras. Não é essa a função do Senado. Não existe neste momento nenhum tipo de restrição à pessoa do indicado ou coisa parecida, mas existe um obstáculo fático: a vaga não existe. A vaga irá surgir caso se confirme a aposentadoria – e é importante ressaltar que o Ministro José Mucio pode retratar sua intenção de aposentadoria a qualquer tempo. Então, essa é a primeira questão de ordem apresentada.

Se V. Exa. me permite, já apresento a segunda para apreciação de forma célere.

Art. 383. Na apreciação do Senado sobre escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas [esse é o art. 383 do nosso Regimento Interno]:

I – a mensagem, que será lida em plenário e encaminhada à Comissão competente, deverá estar acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de: [...],

b)

II –



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

c) o Portal do Senado Federal possibilitará à sociedade encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas, que serão submetidas ao exame do relator com vistas ao seu aproveitamento, inclusive quanto à necessidade de realização de audiência pública em face das informações e indagações recebidas;

.....
e) a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, ouvi-lo, em arguição pública, sobre assuntos pertinentes [...].

A mensagem encaminhada pelo Presidente da República não foi lida em Plenário, constituindo-se grave omissão procedimental injustificável mesmo diante do caráter excepcional de pandemia. Foi retirada do sítio eletrônico do Senado Federal a possibilidade de participação social efetiva por meio de encaminhamento de informações acerca do postulante ou perguntas a serem formuladas e, terceiro, Sr. Presidente, houve encaminhamento para publicação da convocação do candidato em 14 de outubro, ao passo que a sessão de arguição foi designada no prazo de quatro dias úteis, ocorreu no dia 20, em desrespeito à regra que exige prazo não inferior a cinco dias úteis. A gente tem aí uma grave ofensa ao princípio da publicidade, Sr. Presidente.

Então, requiro a suspensão dos trabalhos de sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro, eu tenho um respeito muito grande por V. Exa., mas V. Exa. tem defendido aqui, no Senado, por várias vezes, decisões que o Supremo tem tomado. De algumas V. Exa. discorda, mas com a grande maioria V. Exa. concorda e até faz ênfase. Há uma decisão contra a qual V. Exa. entrou no Supremo com um pedido de liminar para que fosse suspensa e, pelo que me consta, o Ministro Dias Toffoli negou esse pedido seu. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é o seguinte: eu, como Presidente da Comissão, recebo aqui e dou celeridade ao máximo – todos vocês me conhecem muito bem – a tudo aquilo que me chega às mãos. Eu não espero um dia sequer para... Há pessoas que vão ser sabatinadas que nunca foram nem no meu gabinete me pedir para... E eu coloco a sabatina aqui, porque é coisa normal, é meu papel fazer isso. Então, eu acho, Senador Alessandro, que, depois de a gente convocar esta reunião e o Ministro estar aqui, na sala ao lado, seria até descortês a gente encerrar esta reunião.

Quanto à questão de que o Ministro Mucio se aposenta final do ano, isso já é amplamente divulgado, mas, se a gente for falar o inverso, nós só poderíamos ter eleição para Prefeito depois



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que o Prefeito saísse da cadeira. Depois que o Prefeito sair, dia primeiro, você faz a eleição para Prefeito ou para Governador ou para Presidente. No caso específico daqui, eu acho que não tem... Se fizermos essa sabatina e o Ministro não se aposentar, como V. Exa. coloca, ele vai ficar mais três anos. Aí é só a sabatina feita, não vai ter nenhum prejuízo a ninguém, porque, pelo que me consta, o Ministro José Mucio, pelo que a assessoria me falou, tem 72 anos. Ele teria mais três anos ainda para ser Ministro, o que é decisão pessoal dele, não é uma decisão que nós estamos tomando. Então, esse é um fato.

Segundo, a imprensa me procurou muito para perguntar sobre isso, Senador Alessandro, e eu, de uma forma mais clara possível, disse: "Olha, chega na CAE e nós vamos sabatar. Iremos aprovar. Caso o Ministro Mucio não queira se aposentar, já não é problema nosso aqui. Isso é um problema pessoal dele".

Então, eu peço vênha a V. Exa. para que a gente possa fazer a sabatina e tocar os trabalhos. Sei que V. Exa. vem com essa disposição, respeito seu posicionamento, não tenho nada aqui a discutir, mas, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, eu tenho que me posicionar. Assim, eu vou ter que negar por ofício aqui, de Presidente, os dois pedidos que V. Exa. fez. Desculpe-me, porque, para mim não é fácil dizer isso para V. Exa., de quem eu gosto e por quem tenho um carinho muito grande.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente... (*Pausa.*)

Senador Mecias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É sobre essa matéria?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está vencida, Senador.

Eu já neguei o pedido dele, nós vamos fazer a sabatina, mas se V. Exa. quiser...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Eu gostaria.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

É só para dizer que corroboro as palavras de V. Exa. e que eu entendo que não há óbice algum para a sabatina do Ministro Jorge e que, claro, uma vez ele aprovado pela Comissão e pelo Plenário do Senado, ele estará apto para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União a qualquer tempo que o Ministro Mucio oficializar a aposentadoria dele. Portanto, não há óbice para sabatina.

Era isso que eu gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Eu queria convidar o Ministro. Eu peço ao Líder Fernando Bezerra e ao Senador Jesus que possam acompanhar o Ministro até aqui, por favor.

Major da Polícia Militar, viu, Major Olimpio? Nós estamos em casa, meu irmão! (*Risos.*)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Fora do microfone.*) – Presidente, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador José Maranhão, mil desculpas. Eu falei em V. Exa. agora, do seu empenho e da gratidão que o povo da Paraíba tem que ter com V. Exa., que me pediu pessoalmente para que a gente desse urgência ao pedido de empréstimo para a Paraíba.

O Senador José Maranhão, com esse jeito todo carinhoso que tem com todos nós, me ligou na semana passada e disse: "Omar...". Porque, ao telefone, a gente se trata pelo nome, tira essa coisa de Senador. Então, o Senador Maranhão se empenhou bastante para que a gente pudesse aprovar esses dois empréstimos importantes para o Estado da Paraíba.

Com a palavra o Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Pela ordem.*) – Depois das palavras de V. Exa. eu estaria até dispensado de dizer alguma coisa. Todavia, qualquer matéria que diz respeito a Governo, na Paraíba, é matéria política e bastante sensível na opinião pública. Como eu tive, hoje pela manhã, de fazer uma consulta médica com certa urgência, eu não cheguei a tempo de ler pessoalmente o meu parecer, favorável à concessão do empréstimo ao Governo do Estado para financiamento de um projeto de saúde pública, porque trata de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que terá profundas repercussões na vida social, econômica e política do Estado da Paraíba.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que, como autor do parecer, eu teria todo o prazer de fazer a leitura. V. Exa. está trabalhando sob a pressão do tempo e sob a pressão das circunstâncias até internacionais da crise gerada pela Covid, de maneira que eu quero mais uma vez aqui reiterar o meu compromisso como Relator do projeto, favorável à concessão de financiamento para obras fundamentais no Estado da Paraíba.

Agradeço a V. Exa. pelas referências que fez à minha modesta pessoa, ao zelo, ao interesse e até à preocupação com a aprovação mais urgente possível deste projeto, cuja elaboração já vem se arrastando há muito tempo, de forma criteriosa, obedecendo a todos os trâmites legais que regulam a matéria.

Quero dizer a V. Exa. aqui e aos meus pares que o meu parecer continua o mesmo – favorável à concessão do empréstimo – e que estarei possivelmente no Plenário ainda hoje para votar, em caráter definitivo, esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador José Maranhão, V. Exa. é uma pessoa querida por todos nós e tem o respeito de todos nós.

É verdade que, pela pressa e pelo momento, nós tivemos que ler *ad hoc*, mas o parecer foi muito bem lido pelo Senador Mecias, de Roraima. Ele deixou muito claro aqui que o relatório que o Senador Ney Suassuna estava lendo era o de V. Exa., favorável ao empréstimo da Paraíba. Isso ficou muito claro.

E, dificilmente, algum Senador ou Senadora vai votar contra o empréstimo da Paraíba, onde nós temos a melhor carne de sol de Campina Grande – de Campina Grande. Deixo muito claro que é de Campina Grande. Quem for comer carne de sol em Campina Grande vai ver a melhor carne de sol do Brasil, que é lá em Campina Grande. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só conheço a de Campina Grande, só posso falar dela mesmo. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – ... tropeiros chamados de "tropeiros da Borborema", porque era uma carne que sendo desidratada completamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Salgada, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – ... não precisava de refrigeração, que não existia, e o grupo era de mercadores que eram ambulantes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o bacalhau que vinha de Portugal em mil quinhentos e pouco, que era desidratado também para poder servir de alimentação.

Senador Plínio Valério, por favor. V. Exa. vai assumir a Presidência, para que eu possa ler relatório do Ministro Jorge Antonio. *(Pausa.)*

1ª PARTE**ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 61, DE 2020****- Não terminativo -**

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "b", e do art. 73, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Senhor JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, em vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Múcio Monteiro Filho.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: A comissão dispõe das condições para deliberação.

Observações:

1. Por força do ATC 9/2020, fica dispensada a vista coletiva prevista no art. 383, II, "b";
2. Reunião destinada à arguição do indicado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz para relatar a matéria.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Como Relator.) – Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 61, de 2020, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "b", e do art. 73, §2º, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Sr. Jorge Antonio de Oliveira Francisco, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, em vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Mucio Monteiro Filho.

Eis o relatório.

Por intermédio da Mensagem nº 61, de 2020, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, é submetido à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "b", e do art. 73, §2º, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Sr. Jorge Antonio de Oliveira Francisco para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, em vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Mucio Monteiro Filho.

Em conformidade com os dispositivos acima citados do Estatuto Magno, compete privativamente ao Senado Federal, aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.

Por seu turno, o art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal, confere a esta Comissão competência para opinar sobre indicações da presente natureza, obedecido o rito prescrito no art. 383, também da carta regimental.

Em consonância com o supracitado art. 383, inciso I, alínea "a", o indicado encaminhou o seu currículo a esta Casa.

O Dr. Jorge Antonio de Oliveira Francisco é natural da Cidade do Rio de Janeiro, tendo nascido no dia 15 de novembro de 1974.

No que diz respeito à sua formação acadêmica, o indicado bacharelou-se em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar de Brasília, em 1995, Curso de Formação de Oficiais. Também se bacharelou em Direito no ano de 2006, pelo Centro Universitário Iesb. É pós-graduado em Direito Público pelo Instituto Processus (2007) e especialista em Ciências Policiais pela APMB (2008), Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. O indicado é ainda especialista docente em Assessoria e Consultoria Parlamentar, pelo Centro Universitário do Distrito Federal (2009).

Quanto à sua experiência profissional, o Dr. Jorge Antonio de Oliveira Francisco exerce, desde junho do ano de 2019, o elevado cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Presidência da República, onde, além de assistir diretamente Sua Excelência o Senhor Presidente da República no desempenho das atividades presidenciais, exerce a direção superior dos órgãos internos responsáveis pela fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, entre outras atividades relevantes do Governo e de administração, inclusive na verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais e na coordenação do processo de sanção e veto de projetos de lei enviados pelo Congresso Nacional.

O ilustre indicado exerce ainda a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República, sendo responsável, entre outras atividades superiores, pelo exame dos aspectos jurídicos e a forma dos atos propostos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e pela análise de atos normativos sobre política social, infraestrutura, sobre tributação, orçamento, além da análise de propostas em tramitação no Poder Legislativo.

O Dr. Jorge Antonio de Oliveira Francisco é também Conselheiro Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), onde acompanha e fiscaliza a execução orçamentária.

Como advogado, atuando desde 2013, após a sua transferência para a reserva, o indicado exerceu a função perante o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, a Justiça Federal do Rio de Janeiro, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a Justiça Federal do Distrito Federal, entre outros tribunais e juízos.

Também exerceu atividade como Assessor Jurídico e de Orçamento em gabinete parlamentar na Câmara dos Deputados, entre os anos de 2013 e 2018, atuando especialmente na gestão e acompanhamento de processos de execução de emendas parlamentares ao Orçamento da União, ademais elaborando proposições normativas e pareceres, além de outras atividades pertinentes à função.

Na sua vida profissional, o Dr. Jorge Antonio de Oliveira Francisco exerceu ainda as funções de Assessor Parlamentar da Polícia Militar do Distrito Federal no Congresso Nacional e na Câmara Legislativa do Distrito Federal, entre os anos de 2003 e 2013, fazendo a interface entre a Polícia Militar do Distrito Federal e o Poder Legislativo, atuando na análise da administração financeira e orçamentária, inclusive com atuação no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além das atividades acima arroladas, o indicado foi oficial da Polícia Militar, em que ingressou no ano de 1993, chegando ao posto de major, tendo passado para a reserva no ano de 2013. Na Polícia Militar do Distrito Federal, além das atividades de assessoria parlamentar acima mencionadas, atuou em operações de inteligência, no tratamento de dados e informações para operações policiais, bem como em logística, gerência de patrimônio, planejamento de aquisições, licitações, entre outras atividades.

Cumpra ainda consignar que o Dr. Jorge Antonio de Oliveira Francisco, ao longo de sua vida profissional, foi agraciado com diversas condecorações e menções honrosas, de que destacamos a Comenda da Ordem do Mérito da Defesa, no grau de grã-cruz; a Comenda da Ordem do Mérito Naval, no grau de oficial; a Comenda da Ordem do Mérito Militar, no grau de grande oficial; a Medalha da Ordem do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, no grau de grande oficial; a Medalha do Exército Brasileiro; a Medalha do Mérito Eleitoral do Distrito Federal, na classe de jurista, entre diversas outras que recebeu.

O ilustre indicado tem igualmente participado como palestrantes de diversos eventos e atividades, incluindo seminários, cursos e webinários.

Por fim, cabe registrar que, atendendo às determinações do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e do Ato nº 2, de 2011, desta Comissão, o Dr. Jorge Antonio de Oliveira Francisco apresentou declarações requeridas, a saber:

a) nos termos do art. 383, I, b, 1, do RISF, c/c o art. 1º, II, a, do Ato nº 2, de 2011, desta Comissão, declaração de que não há cônjuge ou parente seu que exerça atividade pública ou privada vinculada a sua atividade profissional;

b) nos termos do art. 383, I, b, 2 e § 2º, do RISF c/c art. 1º, II, b, do Ato nº 2, de 2011, desta Comissão, declaração que não participa nem nunca participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;

c) nos termos do art. 383, I, b, 3, e § 3º, do RISF c/c o art. 1º, II, c e § 4º do Ato nº 2, de 2011, desta Comissão, declaração que se encontra em situação regular quanto aos tributos federais e do Distrito Federal, tendo anexado certidões correspondentes;

d) nos termos do art. 383, I, b, 4, e § 2º, do RISF c/c art. 1º, II, d, do Ato nº 2, de 2011, desta Comissão, declaração de que não há ação judicial na qual figura como autor ou réu;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e) nos termos do art. 383, I, b, 5, e § 2º, do RISF c/c art. 1º, II, e, do Ato nº 2, de 2011, desta Comissão, declaração de que nos últimos cinco anos atuou, em juízos ou tribunais judiciais, conforme arrolados;

f) nos termos do art. 383, I, b, 5, e § 2º, do RISF c/c art. 1º, II, e, do Ato nº 2, de 2011, desta Comissão, declaração de que nos últimos cinco anos não atuou em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

g) nos termos do art. 383, I, c, do RISF c/c art. 1º, III, do Ato nº 2, de 2011, desta Comissão, argumentação escrita com o objetivo de demonstrar, de forma sucinta, sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade para a qual está sendo indicado.

Em vista do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação do Dr. Jorge Antonio de Oliveira Francisco para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Sala das Comissões.

Era esse o relatório que eu tinha a proferir sobre o nosso querido Ministro, que, se aprovado por esta Comissão e pelo Plenário, será um futuro Ministro do Tribunal de Contas da União.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Omar, pelo relatório bem esclarecedor.

Passo a palavra ao Sr. Jorge Antonio de Oliveira Francisco, para que faça uma breve exposição.

Informo ao indicado que o tempo destinado à exposição é de dez minutos.

O SR. JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que relata esta indicação feita pelo Presidente da República ao cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, e Exmo. Senador Plínio Valério, que conduz esta sessão, agradeço a Deus a oportunidade de estar sendo sabatinado pelo Senado Federal, conforme preceitua a Constituição, e a generosidade dos Srs.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores e das Sras. Senadoras aqui presentes em me ouvir e em avaliar o cumprimento dos requisitos, caso entendam aprovar o meu nome para essa importante função.

Cabe esclarecer uma questão preliminar que foi posta – aí me dirijo a V. Exas. de forma muito respeitosa nesse sentido – e que trata da questão da indicação do nome para ocupar uma vaga que não está ainda aberta. Não houve a vacância do cargo para a indicação ora feita pelo Presidente da República. Algumas circunstâncias foram consideradas para que fosse feito dessa maneira, e a primeira delas é a situação atípica que vivemos da pandemia e a não regularidade dos trabalhos do Senado da República assim como da Câmara dos Deputados. A segunda é a questão que envolve as eleições, já iminentes, porque, naturalmente, os Parlamentares se envolvem no trato das questões políticas municipais que se avizinham. A terceira delas é que, já no retorno das eleições, em dezembro, nós temos desafios grandes de reformas importantes postas à apreciação do Parlamento e também da questão orçamentária, a ser votada em tempo relativamente exíguo. No dia 22 de dezembro, entraria em recesso o Parlamento federal, retornando no dia 2 de fevereiro, já com o compromisso de votação das Presidências das Casas e de constituição de Comissões.

Então, todas essas situações foram consideradas para que esta indicação fosse levada a efeito neste momento, diante da manifesta posição do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro José Mucio Monteiro Filho, em formalizar o pedido de sua aposentadoria para o dia 31 de dezembro próximo.

Essa condição não é nova. Não é a primeira vez que o Senado da República sabatina um indicado sem a vacância do cargo. Há vários precedentes aqui no Senado, em tempos até bem superiores ao que se apresenta agora. Nós já tivemos sabinas com mais de dez meses de antecedência. A própria Procuradoria-Geral da República, em data não tão longínqua assim, sabatinou o indicado, ou a indicada, à época, com um tempo similar ao que está acontecendo.

Desse modo, não houve nenhuma pretensão do Presidente da República em desrespeitar o Parlamento e as regras postas porque, por óbvio, o que não pode ocorrer é a nomeação para o cargo enquanto não houver a vacância e, em consequência, a posse.

Mas a indicação que ocorrerá, caso formalizada a aposentadoria do Ministro Mucio, ainda dentro do mandato do atual Presidente indicante, dentro da Legislatura que compõe o Senado Federal hoje, nós entendemos de maneira razoável, dentro das circunstâncias somadas que aqui coloquei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De modo geral, eu gostaria apenas de me apresentar para além daquilo que o Senador Omar Aziz gentilmente colocou em seu parecer, no relatório. Eu moro aqui em Brasília desde 1985, cidade que escolhi para viver, e agradeço a meus pais pela escolha feliz de vir para a Capital e proporcionar uma vida melhor para a gente aqui. Egresso do Rio de Janeiro, aqui escolhi como minha casa para fazer minha vida pessoal e profissional.

Estudei no Colégio Militar de Brasília, de onde trago as bases de civismo e amor à Pátria, que são valores que cultivo de forma muito intransigente, de amor ao meu País e às causas que o meu País defende.

Na sequência, ao término da minha formação escolar, tive a oportunidade de ingressar na Polícia Militar do Distrito Federal, instituição a que tenho muito orgulho de ter pertencido no serviço ativo por mais de 20 anos. Hoje integro seus quadros ainda na reserva. Essa instituição me ensinou muito, sobretudo no trato com as pessoas. A Polícia Militar está diuturnamente no trato com todos de todas as esferas sociais, de todas as orientações políticas, sociais ou de qualquer contexto. É uma grande escola que eu tenho, uma gratidão que tenho à minha instituição por tudo o que ela representa para mim em termos de valores.

A Polícia Militar me proporcionou, como indicado para acompanhar a reforma da previdência de 2003, a PEC 40, que se materializou na Emenda Constitucional nº 41. Eu vim representar a corporação, defendendo os interesses das instituições policiais militares e, por mais de 15 anos, estive no Congresso Nacional atuando na Câmara e no Senado como assessor parlamentar. Aqui sim foi meu grande aprendizado de vida: a Câmara, que representa a população proporcionalmente dos Estados; o Senado Federal, que representa as nossas unidades federadas. Aqui eu aprendi muito em termos de diálogo e convivência.

Hoje estar na condição de indicado para o Tribunal de Contas da União, uma corte de contas que exerce o papel de controle externo, auxiliar do Parlamento federal na função da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das contas públicas, nós temos aqui um grande desafio.

Eu agradeço a indicação do Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e me coloco à disposição das Sras. e Srs. Senadores para que possamos tratar de temas afetos à Corte, tribunal que surge da inspiração e do empenho de Ruy Barbosa, que nos anos seguintes se confirma pelo empenho do Ministro Serzedello Corrêa. Ao longo de toda a sua existência, tem feito de fato um controle muito profícuo das contas públicas e hoje, com mecanismos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eficientes de transparência, tem proporcionado aos gestores públicos ferramentas eficientes para tratar a coisa pública da melhor forma possível.

O Tribunal de Contas, diante da pandemia, por exemplo, desenvolveu um programa chamado Coopera para fiscalizar, auditar e dar suporte às contratações necessárias nesse período de enfrentamento.

Por fim, senhoras e senhores, eu gostaria de fazer uma referência muito positiva e efusivos elogios aqui ao Ministro José Mucio Monteiro Filho, que conduziu a Corte de Contas, que conduz a Corte de Contas, na Presidência agora, e anuncia a sua aposentadoria, mas é uma pessoa que tem muito a nos ensinar, tem um currículo invejável, é elogiável a sua postura, o seu diálogo, é uma pessoa inspiradora para todos nós. A responsabilidade é muito grande de ousar pensar em sucedê-lo nessa condição, caso o Senado da República aprove o meu nome, mas, com certeza, a postura que ele adotou dentro do Tribunal de Contas, foi a mesma com que eu procurei atuar dentro do Poder Executivo.

No tempo em que fiquei na Câmara dos Deputados, atuei no gabinete do então Deputado Jair Bolsonaro e do seu filho, Eduardo Bolsonaro, onde tenho a honra de ter servido de forma muito leal, de forma muito franca, dizendo, tecnicamente, aquilo que entendi correto de ser praticado e tive a liberdade de tratar desses assuntos de forma muito direta com os dois Parlamentares à época.

Na Presidência, eu fui chamado, ainda na transição, para coordenar parte da elaboração normativa da estrutura do novo Governo. Assumi, em 1º de janeiro de 2019, como Subchefe para Assuntos Jurídicos, função em que tenho a responsabilidade de fazer o controle de constitucionalidade, juridicidade, técnica normativa e elaboração de atos dentro da Presidência da República – preparo o despacho com o Presidente da República. É uma função também que detém muita responsabilidade, e, todas as vezes que tive que exercer uma posição técnica contrária àquilo que estava sendo posto, exerci com muita lealdade e com muita firmeza e respeito ao mandatário do Poder Executivo.

Eu agradeço a generosidade, mais uma vez, das Sras. e dos Srs. Senadores em me ouvir. Se me derem a honra da aprovação do meu nome para o Tribunal de Contas, o meu compromisso é de manter a postura que tive durante toda a minha vida pública, nos cargos por que passei e, para isso, me coloco à disposição do meu País para servir da melhor forma possível.

Muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos já 14 Senadores inscritos. O Senador Fernando Bezerra é o primeiro na inscrição.

Eu vou propor um bloco de três ou quatro Senadores. O que vocês... *(Pausa.)*

Quatro Senadores. Então, vamos fazer um bloco de quatro Senadores.

A Senadora Leila não está inscrita, mas ela tem prioridade sobre todos os marmanjos daqui, porque é a única Senadora, está bom? Então, na hora em que a senhora quiser falar, a senhora fala, que eu deixo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o senhor me avisa quem é que contraria essa sua diretriz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ninguém vai contrariar o Presidente aqui, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas me avisa, que eu quero ter um particular com ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora fala a hora em que a senhora quiser. Não precisa se preocupar em pedir para falar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Tu chegaste às quinze para as seis?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não precisa...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você é contra, Kajuru? Você é contra a Leila?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Que isso, Kajuru?

Bom dia! Bom dia, Sr. Presidente! Bom dia a todos os amigos!

Sr. Presidente, eu quero me inscrever. Eu acho que o senhor pode...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aguardar um pouco...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Por respeito... Eu respeito muito a hierarquia da Casa, porque eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os mais velhos! A senhora respeita os mais velhos!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Exatamente, os mais velhos! Então, eu vou esperar acho que a terceira leva, e aí o senhor pode me encaixar ali. Eu sei que quem pediu prioridade aqui, os primeiros, são os nossos decanos. Então, vamos deixá-los primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas aqui não tem esse negócio de decano! Aqui quem tem prioridade é mulher, viu, Leila? Esse negócio de decano é para lá...

Inscrito, Senador Fernando Bezerra, depois Senador Esperidião Amin, depois Senador Jorge Kajuru.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ah, não! O Kajuru! Então, eu quero... *(Risos.)*

Pula o Kajuru!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Major Olimpio.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente! Sr. Presidente! Senador Mecias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Só para saber a minha ordem de inscrição, eu pedi a V. Exa. mais cedo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está inscrito, Senador Mecias.

Eu vou dizer aqui a ordem de inscrição, que foi pedida por V. Exa. e a assessoria que foi...

Fernando Bezerra, Esperidião Amin, Jorge...

Eu não estou colocando, Senador, já tem um Senador na frente.

Jorge Kajuru, Major Olimpio, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, que deve falar através da coisa – só um minutinho –, Senador Telmário, Senador Ney Suassuna, Mecias de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jesus, Lasier Martins, Jean Paul, Alessandro Vieira, Senador Rogério Carvalho, Senador José Maranhão.

Com a palavra, o Senador Fernando Bezerra.

Eu vou inscrevendo aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpellar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, gostaria de cumprimentar o Ministro Jorge de Oliveira pela indicação ao cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, e destacar o caráter técnico da escolha feita pelo Presidente Jair Bolsonaro.

Formado em Direito e em Administração de Segurança Pública, Jorge de Oliveira possui pós-graduação em Direito Público. Atuou por 20 anos na Polícia Militar do Distrito Federal, onde alcançou a patente de Major.

Após longa atuação no Congresso Nacional como assessor parlamentar e jurídico, chegou ao Governo Federal em 1º de janeiro de 2019 para assumir a Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. No cargo, teve a atribuição de examinar os aspectos jurídicos dos atos propostos ao Presidente e fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos.

Em junho de 2019, Jorge de Oliveira foi nomeado Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Nesse sentido, Sr. Presidente, o Ministro Jorge de Oliveira possui sólida formação jurídica que o qualifica para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Destaco que, no Governo, teve a atuação marcada pela intransigente defesa da harmonia entre os Poderes como pilar fundamental da democracia. Construtor de consensos e promotor da unidade da equipe de Governo são marcas do seu trabalho como Ministro do Presidente Bolsonaro.

Portanto, entendo que o Ministro Jorge de Oliveira reúne todas as credenciais para ocupar a vaga a ser deixada pelo Ministro José Múcio Monteiro, pernambucano, meu conterrâneo, a quem cumprimento pelo exemplo de homem público que inspira a todos nós.

Dito isso, Sr. Presidente, gostaria de formular uma pergunta acerca do controle dos benefícios fiscais por parte do Tribunal de Contas da União. Segundo o Instituto Fiscal Independente do Senado Federal, o Brasil gasta mais de R\$300 bilhões por ano com subsídios e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incentivos fiscais. Vivemos um momento de severa restrição orçamentária. A renúncia tributária já passa de 4% do PIB, sendo que historicamente alcançava algo em torno de 2%.

Tendo em vista o papel de fiscalização e controle do TCU, a pergunta que dirijo ao Ministro Jorge: o que ele acha a respeito da forma como os benefícios fiscais são avaliados e controlados pelo Tribunal de Contas da União?

Essa é a minha indagação.

Encerro fazendo aqui uma sugestão de V. Exa. autorizar a abertura do painel de votação para que a gente possa ir facilitando a coleta dos votos por parte dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque eu teria que esperar a sabatina da CVM, para abrir para os dois depois.

A história aqui vai ser longa hoje, Fernando; então, não adianta nem a gente apressar. Porque ainda nós temos que ver, a pedido do Senador que é o Relator... O Senador Ciro Nogueira está aqui? Está o Senador Ciro Nogueira? *(Pausa.)*

Ele estava aqui... Ele é o Relator da CVM. Porque nós estamos aqui... Eu quero colocar aqui muito claro o seguinte, nós estamos aqui sem funcionar a Comissão há alguns meses, e ficou um negócio no Senado em que três ou quatro decidem por 81, aqui. Eu acho que nós precisamos ter uma conversa com o Presidente e retomar as reuniões de imediato, das Comissões, aqui. Não dá para ser desse jeito que se está levando não. Não dá mais!

Essa questão de estarem fechadas Comissões, fica nisso. Porque se as Comissões não estivessem fechadas, não seria necessário a gente fazer duas sabinas num dia. Nós fizemos a aprovação de um projeto agora para empréstimo da Paraíba porque, se a gente não faz agora, a Paraíba vai perder esse dinheiro, e perde o ano fiscal. Quer dizer, nós prejudicaríamos o povo todo! Então, há a compreensão dos senhores de a gente votar.

Nós temos de votar os dois ao mesmo tempo. Tem que ouvir aqui e votar depois. Não dá para fazer duas votações, Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não. Não dá. É uma só. Na realidade, eu fiz a sugestão porque ontem, na apreciação de 17



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

nomes para diversas agências reguladoras, depois das primeiras manifestações de dois indicados, nem todos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi feito dessa forma?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Foi feito dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então...

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Apenas para contribuir com V. Exa., assegurar a V. Exa. que os relatórios já foram disponibilizados aos Srs. Senadores,...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS) – ... de tal sorte que aquele que leu já está com seu juízo pré-formado. Então, quem não se sentir à vontade de ir lá votar, não vota. Agora, quem sentir, pode ir, vota e volta para cá de novo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir o auxílio do Senador Marcos Rogério, que presidiu ontem algumas sabatinas, não foi, Senador? Como foi a forma que vocês fizeram? O Senador Fernando Bezerra me...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, considerando a exiguidade do tempo e o volume de sabatinados, nós fizemos ontem desta forma: a lista com os indicados foi para o painel, nós iniciamos com a sabatina interna e abrimos o painel para votação. Então, é o que foi dito aqui. Quem não se sente à vontade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas votavam nos sete?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Votavam em todos, inclusive nos que seriam sabatinados na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aí é que depende da Comissão aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No caso de ontem, nós tínhamos duas reuniões, porque... Duas reuniões. Da primeira lista, abria-se a votação. Da segunda reunião, não; aí você só pode abrir a votação, no caso da Comissão de Infraestrutura, só se abria a segunda votação quando a segunda reunião estava instalada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No caso específico, então, eu posso colocar os dois nomes no painel...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pode.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De acordo com todos?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa era a orientação.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente, na Comissão de Assuntos Sociais, só foi aberto o painel depois que foi feita a leitura de todos os pareceres. Só depois da leitura de todos os pareceres é que foi aberto o painel para votação dos indicados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem a sabatina?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Foi feita a leitura dos pareceres e só depois é que as pessoas se pronunciaram para a sabatina, mas o parecer já tinha sido emitido.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Vamos seguir com a do Ministro porque já pode ir votando o dele aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas depois eu não... Só um minutinho. Meu medo é que a gente não tenha quórum depois para votar a CVM.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Um esclarecimento, veja bem: o que o Senador Marcos Rogério nos falou? Comissão de Infraestrutura era em duas baterias de dez nomes em cada, suponhamos. Iniciou a primeira bateria, antes de percorrer os dez nomes, abre-se o painel, abriu-se o painel; segunda bateria começou, abriu-se o painel. Nas CAS, eram três nomes apenas, e não foi considerado o seguinte critério: o parecer já estava lá. Eu não li o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, nós vamos abrir, por sugestões da maioria, para que possa abrir para votar nos dois.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que cabe abrir e se vota com a consciência de cada um.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, eu acho que deve abrir para votar no Ministro que está sendo indicado agora. O segundo, para quem nem foi feito parecer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu amigo, deixe-me dizer uma coisa: Senador Mecias, eu sei disso. Agora, se V. Exa. quiser esperar para ouvir o Diretor da CVM, não há problema nenhum, cada um tem o direito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, se já houve uma prática antes, por que não pode haver uma prática depois aqui?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) – Presidente, só para colaborar, nós estamos trabalhando aqui pela primeira vez o inusitado, que é vincular uma sabatina à votação de outra sabatina. Isso não pode. Eu acho que V. Exa. poderia e deveria abrir o painel para a votação do indicado pelo Presidente da República ao Tribunal de Contas da União. É sobre isso que nós estamos tratando.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – É sobre isso que nós estamos falando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se vai haver ou não a sabatina, se vai haver quórum ou não, isso é uma preocupação para mais adiante, não agora.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Perfeito, Senador Renan.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não. Estou sendo informado aqui. Eu não creio que seja verdade o que ele está me dizendo, eu acho que está equivocado: que, quando vai votar, tem que votar nos dois ao mesmo tempo. Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já fizemos quinhentas votações aqui e...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... um é numa hora e depois o outro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É pelo sistema. O sistema está assim. O sistema está assim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Apenas para colaborar, por que é assim? Há uma razão por que a Secretaria estabeleceu esse critério de colocar os nomes na lista: considerando a situação de exposição do conjunto dos Senadores, esse sistema permite que o Senador, ao vir à cabine de votação, faça, num único ato,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

a votação de todos, ou seja, você diminui a exposição do Senador em relação justamente ao momento que está se passando. É uma questão excepcional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como eu não posso mudar, nós abriremos a votação após ouvir o relatório da CVM e aí votamos os dois. Está definido isso. Está definido, está definido. Vai ser dessa forma. Aí as pessoas que têm outras coisas a fazer, na hora em que souberem que estamos votando, voltam aqui e votam.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque, se há um problema no sistema, eu não tenho como abrir agora, e não é natural a gente não ver pelo menos o relatório para votar. Só porque o pessoal leu, aí, fica difícil.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas, Sr. Presidente, são relatórios distintos, são personalidades distintas. Nós deveríamos votar o Dr. Jorge, o Ministro Jorge, depois votar o indicado da CVM. São dois debates distintos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – É que, segundo a assessoria, a cédula é a mesma.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Uma contribuição, Sr. Presidente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Não tem como separar a cédula?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Apenas uma contribuição para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Nelson.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, V. Exa. pode franquear a abertura do painel de votação. Quem se sentir apto a votar vai lá e vota. Quem não se sentir espera para vir o outro sabatinado e depois vota. Ponto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, a experiência do Senador Renan Calheiros tem de ser levada em consideração. O Senador Renan Calheiros foi Presidente da Casa. E a sugestão que ele está dando...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, não é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, não é só isso. É que, ao votar ao mesmo tempo, certamente nós estaremos prejudicando a votação do indicado para o Tribunal de Contas, porque nós vamos tratá-lo no mesmo nível de alguém que não foi ainda sabatinado. Essa que é a diferença fundamental.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, qual a decisão que nós vamos tomar? Eu não quero tomar uma decisão unilateral. Eu quero conversar com V. Exas. Qual é a decisão?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Assim que passar o relatório da CVM, abre-se o painel e nós votamos os dois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Vamos lá.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero saudar o Dr. Jorge, que é o nosso sabatinado. E, tratando objetivamente, eu gostaria de salientar e esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria a V. Exa...

Bandeira, o Senador Amin está se sentindo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um aparte. Ele está pedindo um aparte na discussão de vocês aí.

É porque o Bandeira está me informando que não tem nada a ver. Pode votar em um e depois votar no outro, está certo? Poderemos votar agora no Dr. Jorge e depois votar no outro. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. É isso que eu quero fazer. Quando apurar o primeiro, vai sair zero para o outro. Mas depois vem a segunda votação. Quando ele for ouvido, nós faremos a mesma prática que o Senador Fernando Bezerra sugeriu. O.k.?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quem quiser votar já no Dr. Jorge, fique à vontade para votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, só queria que o senhor repusesse o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, aí está errado. São 4 minutos e 58 segundos. Está lá atrás. Está certinho agora.

São cinco minutos que V. Exa. tem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Obrigado, muito obrigado.

Eu só queria dizer que V. Exa. acaba de abortar e consagrar o método "Jack, o estripador": vamos por partes. Vamos por partes. Cada parte é uma parte.

Eu gostaria de iniciar as minhas palavras endereçando uma manifestação de respeito ao nosso sabatinado e dizer que eu enxergo a posição do Senado, Senador Kajuru, como uma coisa *imprimatur*, é a ordem: "imprima-se", que a igreja colocava nos livros apropriados. E naqueles que ela admitia, escrevia, *nihil obstat*, nada contra.

O papel do Senado não é indicar nem desejar, o papel do Senado, Senador Omar Aziz, é dizer "não temos nada contra", porque o poder constitucional de indicar e nomear é do Executivo. Então, neste momento parece claro, pela leitura do relatório do Senador Fernando Bezerra, que *nihil obstat*.

Então, eu gostaria de aproveitar o ensejo para fazer duas indagações/proposições. A primeira: o Senador Fernando Bezerra me distinguiu quando falou sobre renúncias fiscais. O Tribunal de Contas tem um belo trabalho sobre esse assunto e foi, no ano passado, que ele divulgou que mais de 60% das renúncias fiscais não são avaliadas.

Eu quero dizer para o senhor que eu apresentei o primeiro projeto de lei sobre avaliação de toda a sorte de despesas não financeiras, ou seja, juro subsidiado, renúncia fiscal, todos os incentivos nacionais, em 1991. Aprovamos no Senado; não passou na Câmara. Está aqui, no Senado, um terceiro projeto de lei complementar de minha autoria que já foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. O Relator foi o Senador Luiz do Carmo, que estava aqui há





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco. E, quando chegou ao Plenário, ia ser votado, houve um recurso e ele voltou; entramos na pandemia, está dormindo. Não são 300 bilhões. Se somarmos as despesas não financeiras, ou seja, as renúncias ou juros subsidiados que se concedem, o Brasil dispenderá, neste ano da pandemia, R\$500 bilhões. E continua sem avaliação – eu não sei se havia meta para dar a renúncia e não sei se a meta de gerar empregos ou manter empregos, fazer aquele setor competitivo ou não e beneficiar o consumidor, que são as três bases, os três fundamentos da avaliação –, sem saber nada sobre isso. Por isso os Ministros da Fazenda, hoje é Ministro da Economia, já chamaram de bolsa empresário, brincadeira – o Joaquim Levy chamou de brincadeira. O atual Ministro também critica bastante esse sistema.

Acho que o Tribunal de Contas tem um grande papel, não para aprovar o meu projeto, mas para ajudar o Governo Federal e os governos estaduais e municipais a terem essa cautela, sob pena de considerar esse desperdício, por falta de avaliação, um mau serviço público. Eu estou tirando recurso do Estado ou entregando-o sem saber quem o aproveitou.

E finalmente eu gostaria de chamar a sua atenção para a questão das concessões. O Tribunal de Contas aprovou agora, no final de setembro, um acórdão que demonstra o lastimável estado da falta de crítica do Governo, da ANTT em particular, em relação às concessões rodoviárias, ou seja, todo mundo acha que o privado vai fazer certo; não faz e não é punido, não há mecanismo de punição.

Este acórdão foi aprovado no dia 29 de setembro, foi prolatado pelo Ministro Nardes, e acho que o senhor daria uma grande contribuição ao País se ajudasse a concretizar medidas para a sua correção.

Muito obrigado.

Cumpri o prazo, Presidente, o que não é fácil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado Senador Esperidião.

Senador Jorge Kajuru com a palavra por cinco minutos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Doce amigo, Presidente Omar Aziz, meu respeito. Do mesmo modo ao nosso aqui sabatinado, Dr. Jorge Oliveira.

O senhor já foi assessor jurídico do então Deputado Jair Bolsonaro, chefiou o gabinete do Deputado Eduardo Bolsonaro e ocupou dois cargos de relevo no Executivo, comandado pelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Bolsonaro. Daí cabe a pergunta: o senhor não receia ser visto no TCU menos como fiscal de contas públicas e mais como eventual advogado de defesa do Governo Bolsonaro? É uma pergunta.

Na condição de Ministro do TCU, o senhor vai auxiliar o Congresso no acompanhamento da execução orçamentária do País. Gostaria de saber que opinião o senhor tem sobre o cumprimento ou não do teto fiscal. É um paradigma ou não para o senhor? E também sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, o senhor foi indicado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União e está sendo sabatinado antes da vacância do cargo no TCU, o que só vai acontecer no final do ano, daqui a dois meses. Tal fato, com grau de ineditismo, causou algum estranhamento. Gostaria de conhecer o que o senhor tem a dizer sobre essas circunstâncias atípicas de sua indicação.

De minhas três perguntas, pois eu abomino o voto secreto, essa última questão é a única que me faz votar contra a sua indicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Major Olímpio.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para interpelar.) – Exmo. Senador Aziz, Presidente da CAE, todos os Senadores, assessorias, o Brasil está acompanhando.

Ministro Jorge, eu sempre digo que gratidão é dívida que não prescreve. Não estamos aqui para avaliar quem fez a indicação, mas sim V. Exa. Devo dizer que tive a felicidade de conhecê-lo há bastante tempo, no exercício de múltiplas atividades, e em todas V. Exa. sempre se pautou pela isenção, pela humildade de comportamento, pela discrição e pela efetividade das suas ações.

Aliás, preocupa-me muito a saída de V. Exa. do Governo, porque V. Exa. é uma ilha de capacidade num mar muitas vezes até de insanidades.

Quero dizer que, com muito orgulho, ao contrário do que alguns poderiam imaginar, eu venho aqui partilhar com V. Exa. este momento. Tenho certeza de que, espiritualmente, alguém o acompanha neste momento, que é o senhor seu pai, Cap. Jorge Francisco, e de que V. Exa. aprendeu muito com ele e continua sendo um filho honrado que dá muita alegria à sua família.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer também que muitos aqui não saberão o quanto V. Exa. foi importante para a história do Brasil. V. Exa., até pela discricão, não se pauta à frente dos holofotes, mas, na assessoria técnica, eu tenho a certeza, a convicção e até o testemunho do quanto V. Exa. foi importante em muitos momentos.

A dívida de gratidão sobre a qual eu queria dizer aqui, senhores, é que, se nós votamos a previdência dos militares estaduais junto com a dos militares federais, nós devemos muito ao Ministro Jorge Francisco. Faço isso para que todos os policiais militares e bombeiros militares tenham a plena consciência do trabalho que foi desempenhado pelo Ministro.

E, Ministro, eu tenho certeza de que, onde colocarem o senhor... É outra coisa que é muito importante: o senhor nunca se movimentou para nada, para ser nada; isso é uma coisa que nós devemos testemunhar também dentro de uma casa política. Se V. Exa. tivesse feito o menor gesto, a sua sabatina seria amanhã, mas V. Exa. não fez nenhum gesto, nunca, para ser colocado em nenhum cargo, estava pelo espírito de servir.

E eu gostaria, só para estímulo, neste debate – estímulo, não por dúvida no voto que farei –, que V. Exa. tecesse algumas considerações. Que medidas podem ser adotadas para descentralizar a atuação do Tribunal de Contas em todo o País no controle de orçamento da União transferido para os Estados e Municípios?

E, até em decorrência disso, a segunda questão: em meio à pandemia, a União está realizando repasses vultosos aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, a entidades. Temos visto muitas denúncias em contratos realizados entre esses entes, como diversas representações, por exemplo, que fiz contra o Governador de São Paulo em contratos irregulares – eu não ia me esquecer dele não, Kajuru –, com fraudes gritantes, por exemplo, na compra de respiradores por três vezes e meia o preço de um respirador normalmente no mercado, inclusive, agora, durante a pandemia. No seu entendimento, como muitos desses recursos que estão sendo utilizados pelos entes da Federação provêm da União, que medidas o tribunal poderá adotar para fiscalizar e punir eventuais desvios dessas condutas criminosas?

Eu encerro as minhas considerações e desejo a V. Exa. que Deus o abençoe muito na atividade nova – e, certamente, o Senado vai ratificar a indicação, e V. Exa., no momento oportuno, na vacância do cargo, o assumirá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa., Major Olimpio, faz um depoimento aqui que... Muito de nós não têm conhecimento e relações com o Ministro Jorge, mas V. Exa.,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como militar que é – continua sendo mesmo fora, na reserva –, dá um depoimento aqui que nos deixa muito mais tranquilos em votar a favor do Ministro Jorge e do relatório que fizemos é nesse sentido. Então, obrigado pela participação e obrigado pela informação, que é muito importante.

Muita gente, às vezes, faz um trabalho espetacular e não aparece, porque é da própria natureza da pessoa não querer aparecer; existem outros que não fazem absolutamente nada, mas gritam como se tivessem resolvido o problema do mundo. Então, a sensatez, o equilíbrio, isso é muito importante. E é lógico, Ministro Jorge, que existem absurdos no Tribunal de Contas que nós, que já fomos gestores, sabemos. Você querer que uma obra feita na cidade, na capital seja igual a uma no interior da Amazônia, por exemplo, onde você não tem dificuldade para chegar qualquer material lá... Aí a rigidez, às vezes, prejudica um cara humilde que não sabe. Mas são coisas que depois nós vamos debater.

V. Exa. poderia responder aos quatro Senadores que lhe indagaram.

Depois, os próximos quatro Senadores serão o Senador Marcos Rogério, o Senador Izalci Lucas, o Senador Oriovisto Guimarães e o Senador Telmário Mota.

O SR. JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO (Para expor.) – Obrigado, Senador Omar Aziz.

Eu queria agradecer ao Líder Fernando Bezerra pelas palavras, inicialmente, pelos cumprimentos, pessoa com quem nós temos um contato muito próximo pela função que exerce de representar as pautas do Governo Federal aqui no Senado.

O ponto que V. Exa. nos traz aqui, que é o controle dos benefícios fiscais, também corroborado pelo Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin, é um ponto de reflexão. Os benefícios têm um fim sempre muito meritório, mas é importante acompanhar a efetividade desse benefício. Então, os benefícios fiscais visam desenvolver setores ou proporcionar o desenvolvimento de determinadas regiões, eles são importantes como política pública, e governar é escolher. Os recursos não pertencem ao Governo Federal, não pertencem a nenhuma esfera do Poder Público: os recursos pertencem a toda a sociedade.

O Tribunal de Contas zela, sim, por essa prestação de serviço, mas é importante destacar que o Tribunal de Contas é um órgão de controle externo que auxilia o Poder Legislativo na fiscalização dos recursos. Por óbvio, o Tribunal, que tem como uma das suas maiores riquezas o seu quadro de pessoal... Nós temos ali um corpo técnico altamente capacitado: são servidores





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concurados, um dos concursos mais difíceis do País – é reconhecida a capacidade técnica dos Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas da União –; nós temos o Ministério Público que atua diretamente junto ao TCU, hoje com sete membros, que são altamente diligentes; temos auditores que atuam como ministros-substitutos – e aqui faço referência ao decano entre eles, o Ministro Sherman, que faz um trabalho essencialmente técnico – e os ministros que são escolhidos de forma paritária entre indicações do Presidente, da Câmara e do Senado.

Essa composição é uma composição muito técnica, mas o papel do tribunal, constitucionalmente falando, é avaliar, levantar, por meio de auditorias, a regularidade dessa prestação de contas.

No caso de contas presidenciais, o tribunal sequer julga essas contas. Há um relatório feito por um relator designado por sorteio, é feito um parecer prévio aprovado pelo Colegiado e remetido ao Parlamento federal, que é o responsável pelo julgamento das contas do Presidente.

E é importante que se diga, sim, que o controle dos benefícios fiscais não só no impacto que gera para as contas, mas pela efetividade daquilo que era proposto... Agora, o papel do Tribunal de Contas, também como auxiliar do Poder Legislativo, é indicar, em alguma medida, se está havendo uma efetividade dessa política pública. E a revisão dela, seja pelo Parlamento, a depender do incentivo, seja por ato do Poder Executivo, de fato, é importante, porque não pode haver a concessão de um benefício sem que haja um retorno para a sociedade.

Em relação às concessões, que o Senador Amin coloca aqui com muita propriedade, é uma preocupação grande que se tem no Governo Federal. O Ministro Tarcísio, por exemplo, que trata das questões relativas às concessões na área de transporte, tem sido muito diligente. E o Tribunal de Contas tem feito um papel muito importante no sentido de caminhar *pari passu* nessa avaliação. Esse incremento técnico, digamos, trazido pelo Tribunal de Contas, com a *expertise* acumulada dos anos, bem como a diligente atuação do Parlamento brasileiro é o conjunto de forças que vão fazer com que nós tenhamos, de fato, as concessões públicas sendo mais bem fiscalizadas e efetivamente punidas, quando não forem cumpridas a contento. É óbvio que nós temos outros mecanismos hoje que permitem transacionar essas irregularidades de forma mais célere, mais efetiva, em benefício da sociedade. De fato, são marcos regulatórios importantes, que já foram avanços aqui do Parlamento, mas é sempre importante que o Tribunal de Contas também evolua de maneira mais eficiente em analisar essas questões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, sobre a observação importante que traz o nosso Presidente, o tribunal não pode ter a face meramente repressiva, punitiva. O tribunal tem que ter também a face colaborativa, orientadora, preventiva, até pela experiência que detém. Então, respeitados os limites legais de atuação, que a Constituição traz de forma muito clara, e a Lei Orgânica do Tribunal, é importante também que haja esse compromisso de fortalecimento da sociedade brasileira.

Senador Jorge Kajuru, com muito respeito, acolho a sua manifestação, respeitando a sua posição, mas, como disse preliminarmente, não é inédita a situação que ocorre hoje da apreciação de um nome para uma vaga que não está disponível, sem que haja vacância do cargo. O Senado Federal tem vários precedentes que nós levantamos aqui, inclusive em tempo muito superior ao que ocorre com esta situação a que eu me submeto agora. Então, com a própria Procuradoria-Geral da República, em tempo muito similar, já houve apreciação, sem o cargo estar vago. Já tivemos situações com dez meses de antecedência, sem o cargo estar vago também. Muito mais pela atipicidade do momento que vivemos que por uma antecipação da possibilidade desta sabatina foi que se antecipou em pouco mais de dois meses da formalização do anúncio da aposentadoria do Ministro Mucio.

O fato é que, se nós não estivéssemos fazendo agora... Caso eu seja aprovado aqui, nós teremos a continuidade dos trabalhos, a possibilidade de transição no Poder Executivo, uma capacitação para o fluxo de processos e procedimentos internos do Tribunal de Contas. Do contrário, essa ocupação ocorreria só em fevereiro ou em março, por conta das etapas que eu mencionei a V. Exas. aqui e que impediriam essa apreciação de forma regular.

Por fim, o senhor fala sobre a questão da isenção. Eu fico muito à vontade para falar sobre isso. Eu tenho muito orgulho de ter trabalhado com o então Deputado Jair Bolsonaro como assessor parlamentar em seu gabinete. Trabalhei, sim, com o Deputado Eduardo Bolsonaro durante o seu primeiro mandato. Tenho uma relação pessoal próxima com ele, porque sou padrinho de casamento dele e tenho um respeito muito grande por isso.

Agora, a limitação da atuação do Ministro do Tribunal de Contas é dada pela lei. Entender que um Ministro possa atuar como advogado ou em benefício próprio do Presidente da República, seja esse ou qualquer outro, é, com o devido respeito, um equívoco. Por quê? Primeiro porque há uma colegialidade dentro do tribunal que se baseia não só pelos votos dos Ministros, que são essencialmente técnicos, lastreados por premissas técnicas colocadas pelas secretarias específicas, mas também pela atuação do Ministro Público junto ao Tribunal de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contas. E, principalmente em relação ao Presidente da República, eu reforço aqui que não cabe ao Tribunal de Contas julgar as contas do Presidente, mas fazer apenas uma avaliação situacional das contas. Esse julgamento cabe ao Parlamento. Então isso significaria entender também a diminuição do próprio Parlamento.

Então, acolho a percepção de V. Exa. com muito respeito. Tenho, na minha vida, total tranquilidade em todas as funções que exerci. E, no atual Governo, sendo Subchefe para Assuntos Jurídicos, eu, por diversas vezes, disse, juridicamente, vários "nãos" ao Presidente, contrários àquilo que ele tinha por pretensão. Eu entendia ser meritório aquilo que ele buscava, mas juridicamente não era possível. Com muita lealdade, com muita firmeza, mas sobretudo com muito respeito, eu colocava essa posição ao Presidente e me manifestava de forma inequívoca em relação a isso. Então, eu tenho muita segurança, se aprovado pelo Senado, de me conduzir como Ministro do Tribunal de Contas da mesma maneira.

Por fim, falou o Senador Major Olimpio. O Senador Major Olimpio eu conheci ainda como Deputado na Câmara dos Deputados. É uma pessoa com quem sempre tive uma relação muito respeitosa, mesmo diante de eventuais divergências, que são naturais, até porque o Senador tem legitimidade para isso, para exercer o seu mandato de maneira plena, livre, mantendo as suas convicções. Conhecemos a história um do outro; parcialmente, ele conhece a minha e sabe da minha formação não só profissional, mas também pessoal e a quem eu devo realmente tudo que eu tenho.

Agradeço as palavras de V. Exa. Não quero deixar de pautar um ponto que V. Exa. trouxe – agradeço pelas palavras, pela gentileza das palavras –, que é a descentralização da atuação do Tribunal de Contas. O tribunal já possui, nas 26 unidades da Federação, exceto no Distrito Federal, uma representação, mas, sobretudo, vem demonstrando uma transparência ativa, que possibilita o compartilhamento de informações com a sociedade para o exercício do controle social, o que é fundamental. Nós temos que esclarecer as pessoas porque é delas o resultado daquilo que nós fazemos. Nós temos que encorajar o cidadão, o mais simples possível, para que ele fiscalize, em conjunto com os órgãos oficiais, as contas públicas.

Então, essa descentralização da atuação do tribunal já tem um alicerce em várias ações desenvolvidas ali dentro, e acho extremamente importante para que possamos transferir às pessoas esse compartilhamento da guarda dos recursos públicos.

Com relação à Covid, como eu falei, o tribunal desenvolveu um programa chamado Coopera, *pari passu* com o Poder Executivo, que faz esses repasses, que são repasses de fato



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

vultosos. Nós não podemos engessar o gestor público neste momento, mas essa discricionariedade não significa uma irresponsabilidade. Então, os gestores que aproveitaram a situação, se excederam e cometeram os seus equívocos serão regularmente punidos nos rigores da lei, porque nem mesmo a questão do teto de gastos, que foi trazida pelo Senador Kajuru, foi excepcionada, nem a responsabilização dos gestores. Houve flexibilização de determinados contratos por ocasião da pandemia, direcionados especificamente a isso quando o método regular não se fazia eficiente, mas mesmo esses contratos emergenciais estão sendo fiscalizados pelos órgãos de controle interno, no caso do Poder Executivo Federal, a CGU, e pelo Tribunal de Contas da União e suas secretarias técnicas que fazem auditoria de todos eles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Estou recebendo orientação da assessoria de que nós devemos esperar a vinda do Presidente Omar para abrir o processo de votação, mas ele já está retornando.

Eu quero passar a palavra ao Senador Marcos Rogério. Os próximos a usarem a palavra são o Senador Marcos Rogério, Senador Izalci Lucas, Senador Oriovisto e Senador Telmário Mota.

O Presidente Omar Aziz já se encontra aqui e pode agora abrir o Plenário para votação.

Inscrição do Senador Zequinha Marinho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos abrir o painel de votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

Tem que abrir o painel. Já abriram? *(Pausa.)*

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, Sras. e Srs. Senadores, cumprimento com muita alegria o Ministro Jorge Oliveira, Ministro afável no trato, construtor de pontes, de modo sempre discreto e inteligente, numa linha de defesa do interesse público e do desenvolvimento do País. Cumprimento V. Exa. pela indicação acertada do Presidente da República.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço aqui brevíssimas ponderações em relação a este momento e às circunstâncias que envolvem a composição daquela corte. O Poder Legislativo exerce duas das mais relevantes funções estatais: legislar e fiscalizar, a função legislativa e fiscalizatória. Para desempenhar esta última em relação à Administração Pública Federal, o Constituinte atribuiu ao Congresso Nacional a titularidade do controle externo, que se expressa de várias formas. Dentre as muitas atribuições exercidas diretamente pelo Parlamento, destacamos: sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites de delegação legislativa; julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República; fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, convocar Ministros de Estado para prestarem informações e sustar contratos irregulares.

O poder de controle é do Parlamento. Contudo, algumas tarefas exigem *expertise*, técnica e um relativo distanciamento da política. Visando assegurar o adequado desempenho do controle externo, a Constituição Federal determina que o Tribunal de Contas da União preste auxílio ao Congresso Nacional no exercício do poder que lhe é inerente. Foram atribuídas, portanto, relevantíssimas competências técnicas ao TCU, dando-lhe meios para exercer a função de controlar.

Feita essa introdução e tendo em mente que a função administrativa é típica do Poder Executivo, formularei aqui apenas duas questões ao Ministro.

O problema das obras paralisadas, Ministro, se arrasta por anos em nosso País. Em 2019, uma auditoria operacional do TCU analisou mais de 30 mil obras públicas financiadas com recursos federais. Dessas, mais de 30% foram consideradas como paralisadas ou inacabadas, correspondendo a quase 20% do investimento previsto.

Algumas dessas obras, contudo, estão paralisadas por decisões do próprio TCU. A Corte identificou como principais causas das paralisações contratação com base em projeto básico deficiente, insuficiência de recursos financeiros de contrapartida e dificuldade de gestão dos recursos recebidos.

A pergunta que faço a V. Exa. é se o Tribunal não estaria exacerbando, em suas funções, em um verdadeiro ativismo fiscalizatório, tomando a frente do Executivo e impedindo que esse Poder trabalhe e resolva os problemas identificados. Esse é o primeiro questionamento.

Segundo. Temos visto um certo resguardo, um movimento do TCU que, por meio da construção jurisprudencial própria – o que também aconteceu na Justiça do Trabalho –, procura





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ampliar suas competências. Por exemplo, quando estende penalidade de proibição de licitar com a Administração Pública imposta a uma pessoa jurídica a outra que sequer foi chamada aos autos, apenas ao argumento de pertencerem ao mesmo grupo econômico. Mas não somente isso, a parte mais fraca na atividade de controle, os gestores, se veem absolutamente amedrontados e receosos de tomar decisões. Situações complexas que necessitam de certa flexibilidade e, mesmo, alguma ousadia decisória, ficam emperradas. O administrador está engessado; não pela lei, mas pelo TCU.

Gostaria de ouvir o que pensa V. Exa. acerca disso. Aliás, fazendo menção aqui a uma frase, a uma tese de um dos Ministros daquela Corte: o Brasil vive um período chamado de apagão das canetas. O administrador tem medo de decidir e, muitas das vezes, em consequência dos excessos. O papel da Corte é fundamental, mas não pode exceder os limites da lei.

Cumprimento V. Exa. pela indicação extremamente acertada do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci Lucas com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero manifestar aqui o meu reconhecimento pela capacidade do sabatinado, o Ministro Jorge. Ao mesmo tempo, eu quero também parabenizar o Governo pelas indicações. Eu participei das últimas sabinas, e a gente percebe claramente que as pessoas indicadas são qualificadas e compatíveis com o cargo a que estão sendo indicadas.

Mas mesmo assim, independentemente de Governo, eu quero pedir o apoio de todos os Parlamentares porque eu estou apresentando uma PEC para que a gente possa receber, no caso de Ministro do Supremo, que exige PEC, três indicações, uma lista tríplice, para que a Comissão possa sabatinar três e escolher o melhor. De qualquer forma, estou apresentando agora, e também para as agências, um projeto de lei.

Mas com relação ao Ministro Jorge, já o conheço há anos. É uma pessoa que conhece o DF como ninguém. Já início logo, Ministro Jorge, perguntando sobre uma das preocupações que tenho, porque tanto eu quanto a Senadora Leila e o Senador Reguffe estamos superpreocupados. Apresentamos até PEC e mudanças constitucionais, outras mudanças, porque ainda não há um consenso de entendimento com relação ao fundo constitucional. Há uma certa interpretação que acho que é equivocada, tanto é que o Supremo já deu uma liminar com relação à questão do Imposto de Renda, que todos os fundos fiquem com o Estado, e há esse questionamento no Tribunal de Contas. Eu preciso saber de V. Exa. já qual é a posição de V.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa. com relação ao fundo constitucional, e não só isso. Há vários outros questionamentos. V. Exa. conhece muito bem todas essas questões.

Segundo, eu quero elogiar o Tribunal de Contas, que tem evoluído muito. De fato, o Ministro Nardes tem feito um trabalho excepcional em termos de gestão, porque nós temos um grande problema no Brasil. Os nossos Municípios e Estados, e até mesmo o Governo Federal, ainda são analógicos. Nós estamos no século XXI, mas a nossa gestão é do século XIX, ou seja, o próprio Tribunal de Contas, com relação a convênios com entidades, quando ele percebe, quando ele vai avaliar e julgar as contas, já são dez anos, não tem como recuperar o recurso e tal.

Eu sempre defendi que a auditoria fosse concomitante. Qualquer recurso repassado do Estado para qualquer entidade... Eu mesmo fui auditor de um projeto da Misereor, que é um projeto da Alemanha, com recursos da Alemanha com a Igreja Católica aqui no Brasil, e, dependendo dos convênios, há um percentual mínimo para a auditoria, que é executiva, e durante a execução você fiscaliza. Os próprios contadores podem fazer isso. Os contadores, de um modo geral, já são escravos mesmo, empregados do Governo, porque nós contadores fazemos para o Governo tudo que ele quer, informações de todos os jeitos, e isso pode ser controlado tecnologicamente. Acho que, com relação às entidades também os contadores podem fazer uma auditoria concomitante, porque de fato – eu que acompanhei várias, por anos, desde quando eu estava aí como Deputado – as auditorias do Tribunal de Contas, quando terminavam, não tinha mais jeito, Senador Telmário. O gestor já foi embora, dez anos depois o recurso não tem como ser ressarcido. Então, reconheço que está havendo um avanço, mas com relação a isso a gente precisa melhorar.

Outra preocupação que o Senador Amin colocou, uma outra questão, é a questão do teto. O próprio Ministro José Mucio alertou agora sobre a questão de um teto do teto. E o também Ministro do Tribunal de Contas Bruno disse isso, que nós não podemos fazer isso, esse puxadinho do teto, porque nós aprovamos muita coisa para o Covid, agora fora do teto, é evidente, e nós já aprovamos no Senado, foi para a Câmara dizendo que pode ser prorrogado para 2021, mas que seja exatamente na mesma fonte, porque senão vai virar... Não utilizar esse mecanismo para furar o teto, como há alguns querendo aí furar esse teto, o que para nós é muito ruim. Então, eu peço também o comentário de V. Sa. com relação a isso.

Por último, Presidente, essa é questão maior das auditorias: a gente tem muita dificuldade de recuperar os recursos. E eu conheci muito bem a proposta do Ministro Nardes com relação à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudança de fiscalização. Aprovei agora, com relação ao Covid... Da nossa cúpula aqui do DF, de primeiro escalão, estão todos presos, e agora o Tribunal de Contas da União fará a fiscalização, mas está aguardando os processos. Então, não é concomitante. Alguma coisa deve ser feita para que não ajam somente no final do processo, mas durante o processo.

Eu quero aqui dizer e reconhecer que nós estamos perdendo um grande Ministro. V. Exa. agora vai fazer muita falta para o Distrito Federal, porque foi um defensor realmente da Capital, que é a Capital de todos os brasileiros.

Parabéns pela atuação, pela seriedade, pela competência e pelo compromisso com o País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Senador Omar Aziz, é um prazer participar desta reunião. Cumprimento o senhor, o Ministro e todos os colegas, dos quais a pandemia me faz sentir saudades.

Indo direto às perguntas. Ministro Jorge, nós tivemos notícia, pela imprensa, poucos dias atrás, de um jantar que aconteceu na casa de um membro do Tribunal de Contas da União. Eu particularmente não tenho nada contra a urbanidade, nada contra as amizades, acho isso tudo muito normal, ético, sem problema nenhum. Mas esse jantar teve a finalidade de reaproximar o Presidente da Câmara dos Deputados do Ministro da Economia. Esse jantar foi amplamente noticiado, o senhor certamente conhece o que eu estou falando, e eu vou me poupar de citar detalhes ou de citar nomes.

Eu entendo que uma coisa é urbanidade, outra coisa é fazer política. O senhor acha correto um membro do TCU fazer política? Isso não briga contra o papel institucional do TCU? Esta é minha primeira pergunta, se a política é facultada aos membros do TCU, política partidária inclusive.

Outra questão que coloco para o senhor é a seguinte: lendo a Constituição, o art. 73, no seu §1º, coloca as exigências para que alguém possa ser conduzido como membro do Tribunal de Contas da União. Entre essas exigências, o §3º diz que é preciso que tenha notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros; e vai em frente.

Eu gostaria de saber do senhor um pouco da sua biografia, que eu não conheço, e que o senhor me contasse um pouco dos seus conhecimentos econômicos e contábeis, já que os jurídicos eu sei que o senhor tem – econômicos e contábeis. E mais: a Constituição também



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

pede que haja experiência profissional no mínimo de dez anos em que esses conhecimentos são requeridos. Então, gostaria também que o senhor dissesse, na sua biografia, na sua história, onde o senhor aplicou conhecimentos econômicos e contábeis.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpellar.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Ministro Jorge; Srs. Senadores, Sras. Senadoras, inclusive respondendo à pergunta do Senador Oriovisto, que acabou de falar, o Ministro Omar, quando fez o relatório dele, falou dessa biografia.

Ministro Jorge, 46 anos, V. Exa. construiu a estrada para chegar a ser indicado para esse cargo tão importante na República brasileira. Sem nenhuma dúvida, V. Exa. tem uma biografia tanto prática quanto acadêmica suficiente para ocupar o cargo que ora estamos analisando.

V. Exa. é um lorde, ocupa um cargo importante da República, é Ministro da República, e foi aí que eu conheci V. Exa., nessa relação institucional enquanto Senador e V. Exa., Ministro.

V. Exa. sabe que eu sempre tenho meus pontos de vista e os coloco, e V. Exa. nunca confundiu essa situação; muito pelo contrário: sempre que procurei V. Exa., fui atendido com muita rapidez, com muita cortesia, com muito respeito. Aí nós construímos essa relação de respeito. E, quando o nome de V. Exa. surgiu para essa indicação, fiquei muito feliz, muito feliz.

Deixe-me passar uma experiência que eu gostaria muito que acontecesse na coisa pública – muito, mas muito mesmo.

Eu comecei a minha vida numa instituição financeira, e ali fiquei 19 anos, e fui oito anos auditor. Saí lá do Goiás, do Kajuru, para ir fundar o controle externo do Tribunal de Contas do meu Estado. Eu fui lá no Amin – porque em Santa Catarina havia uma experiência boa, em Goiânia também havia no Tribunal de Contas e na Bahia – e montei um *checklist* muito importante.

Ministro, deixe-me passar essa experiência da iniciativa privada para o setor público que eu acho da maior importância.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje qualquer Prefeito é candidato à guilhotina política, e nós estamos destruindo os nossos políticos com pouca coisa. Pode acreditar. Na iniciativa privada, se, por exemplo, um ministro for gerente ou auditor, ao chegar na sua agência, sobre as irregularidades que eu constatar, V. Exa. já se manifesta no meu próprio relatório, botando "ciente" e "de acordo". Então, sobre o que eu apontar de irregularidade, V. Exa. já se manifesta, porque esse relatório do auditor vai para o Tribunal de Contas, lá ele é analisado no controle externo, aí ele vai para o ministro relator, para ir para o Plenário, mas, até acontecer isso, vão três, quatro, cinco anos.

Se o Prefeito – eu estou usando o Prefeito, porque é a figura das mais atingidas e que é a escola que prepara o nosso político no Brasil –, olhe só, quando o relatório dele chegar a ser analisado no Plenário, já levou um período muito grande. E ali muitas vezes não está a resposta do gestor. Dali vai sair uma decisão, em cima dos autos, só do auditor. Como ele vai responder a isso? Se o assessor dele, se o substituto dele for o adversário, toca fogo. Se não for, talvez ele vá encontrar esse ou aquele documento. Está morto. Quem sai dessas Prefeituras sai direto para a improbidade administrativa – direto para a improbidade administrativa.

Então, qual é a nossa posição? O TCU, através das suas resoluções – e, aí, com 46 anos, assumindo aquela casa cheio de energia, de competência, preparado como você é –, deve tentar mudar, porque nós não podemos partir do princípio de que todo Prefeito é ladrão e todo Vereador é trombadinha. Nós temos que oportunizar a essas pessoas, Kajuru... E aí nós estamos destruindo políticos bons, competentes. Amanhã, o Brasil é quem perde com isso. Vou lhe dar um exemplo da iniciativa privada, citando isso como coisa importante: o banco em que eu trabalhava estava perdendo seus melhores gerentes porque os auditores estavam se promovendo pela quantidade de irregularidades que constataavam. Quando ele fez a auditoria preventiva, salvou muitos deles, que chegaram a ser ministros da economia do Brasil, do Banco Central do Brasil, esses que foram gerentes que eu auditei.

Então, para a gente salvar os nossos políticos, o TCU, claro, tem que criar resoluções, fechar as torneiras. E a gente sabe onde há um erro e onde não há um erro verdadeiro, onde há corrupção e onde não há corrupção. Fechar todas as torneiras. Mas nós temos de oportunizar ao camarada... Se a gente, por iniciativa tanto do TCE quanto do TCU, ouvir o gestor na ocasião e ele se manifestar, nós vamos salvar muita gente, salvar com justiça.

Eu queria dar essa sugestão, Ministro Jorge, porque eu acho que, se você conseguir emplacar isso, já valeu a pena esse salário que vai ganhar até 62 anos, está certo? Estou falando isso no tom de brincadeira, de carinho que tenho por você, mas queria dar essa sugestão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a mesma coisa eu fiz hoje – já concluindo, Presidente – quando recebi a visita do Ministro Kassio, que vai para o Supremo Tribunal. Olhem só, vejam como o Supremo tem de organizar as coisas: recentemente aconteceu um fato em Roraima que envolveu o Senador Chico Rodrigues. E o Ministro Barroso o que disse? Foi para a tribuna do Plenário e disse o seguinte: "Estamos desmontando uma quadrilha criminosa em Roraima e o Senador Chico não pode falar com A, com B e com C" – e botou o Telmário no meio. Ora, o Telmário não tem nem recurso lá, nunca foi lá. Não defendo nem minhas emendas, quanto mais as emendas dos outros. Pronto. Agora, sou quadrilheiro. Eu até disse: eu sou tão quadrilheiro quanto a família do Ministro Barroso, a mãe, o pai e os filhos todinhos. Ele me jogou na vala comum. Se eu faço parte da quadrilha, a família dele todinha faz parte. E pior: manteve o inquérito – manteve o inquérito! – em segredo de justiça. A mídia toda quer saber por que eu estou lá. Ele declinou o meu nome. Ora, é muito fácil fazer, fazer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Não.

Então, sabe, essas coisas precisam mudar – precisam mudar!

Todo dia a mídia me liga: "E aí, Senador, por que seu nome está lá?". Eu digo: o Barroso tem que dizer agora, porque ainda está em segredo de justiça.

Então, essas duas coisas têm que mudar, tanto no Judiciário quanto no Tribunal de Contas. É a sugestão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo a palavra ao Ministro para que ele possa responder aos questionamentos dos Senadores.

O SR. JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO (Para expor.) – Sua Exa. o Senador Marcos Rogério fala em relação ao poder de controle, que é prevalência do Parlamento, e, como já ratifiquei aqui, a previsão constitucional do papel do Tribunal de Contas é de auxiliar esse papel do Parlamento brasileiro.

O senhor traz uma preocupação que também é nossa, independentemente de estar no Governo ou – se eu for honrado em ocupar a vaga – no Tribunal de Contas da União, em relação a obras paralisadas. De fato, um levantamento do Tribunal de Contas aponta mais de 30 mil





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obras federais paralisadas em todo o País. Isso é um desperdício de dinheiro público e esse desperdício de dinheiro público ou mau uso desse recurso traz muitos prejuízos à sociedade não só pelas obras, mas também porque nós estamos tirando dinheiro que poderia ser empregado de maneira mais efetiva em outra política pública

É fato também que nós tivemos uma série de problemas relacionados às grandes obras, com grandes empresas, com grandes empreiteiras e que isso, em alguma medida, maculou esse processo de fiscalização, de monitoramento de maneira mais incisiva, impedindo, de fato, porque a legislação traz algumas dificuldades, uma punição mais efetiva ou a efetividade de mecanismos que possam responsabilizar os gestores ou os contratados pelo desvio do recurso e diminuir o impacto do prejuízo decorrente dessa obra paralisada.

Então, de fato, toda política pública que o Executivo leva a efeito é lastreada num permissivo legal. O Congresso Nacional que é legítimo para impor isso e até para aprovar o orçamento. E por isso que cabe ao Congresso fiscalizar a sua efetividade. Então, voltando a um ponto que o Senador Amin nos trouxe: nós precisamos unir esforços, todos os órgãos – e o Tribunal de Contas tem um papel relevante nesse sentido, até pela *expertise* que tem –, para fazer o monitoramento desse gasto público e, aí sim, apontar essas irregularidades ou a não efetividade dos gastos.

O senhor traz a preocupação também, que é manifesta em determinadas literaturas, de uma eventual extrapolação de atividades ou exacerbação de competências do Tribunal de Contas da União. O papel do Tribunal de Contas é muito bem definido pelo texto constitucional, art. 71 e seguintes, assim como pela Lei Orgânica 8.443. Lá define muito claramente os limites de atuação. Por óbvio, há construções jurisprudenciais que são feitas ao longo do tempo para fazer frente a desafios novos que chegam à Administração, mas sempre com os princípios norteadores. Um deles, o principal para essa condição, é o da proporcionalidade, para que não haja, de fato, um ativismo fiscalizatório e que esses atos de fiscalização e auditoria sejam motivados e orientados para o bem comum, e não para uma outra finalidade.

Ao que parece, ao meu sentimento em relação ao corpo técnico do Tribunal de Contas e aos Ministros que lá estão, não é o papel que eu observo, muito pelo contrário. As auditorias levadas a efeito pelo Tribunal de Contas são extremamente técnicas e passam por filtros diversos de controle não só internamente no Tribunal, mas também cada Poder, também por previsão constitucional, tem o seu órgão de controle interno. Então, no caso do Poder Executivo Federal, a Controladoria-Geral da União, o Ministro Wagner Rosário, faz o papel de controle





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interno das realizações do Executivo e esse controle é verificado, sim, pelo Tribunal de Contas no controle externo da atividade. E o Tribunal faz, sim, o julgamento dos gestores de todos os níveis que tratam dos recursos públicos federais.

O senhor fala também de um termo que tem se tornado recorrente chamado "apagão das canetas", que seria o medo dos administradores em fazer ou praticar os atos de gestão com medo das punições advindas dessa eventual irregularidade observada. Nós temos que ter a grandeza de compreender o tamanho do nosso País e as diferenças que existem nas nossas regiões e dentro dos nossos Estados, dentro dos nossos Municípios. Então, nós temos Municípios extremamente pequenos, pouco estruturados muitas vezes, que sequer as pessoas que estão ainda aqui eleitas ou legitimadas a exercer a Administração em determinados setores do Município têm a capacidade técnica de exercer, cumprindo todas as regras.

A legislação é relativamente complexa. Isso é um esforço legal que tem sido feito pelo Executivo, e o Parlamento também se debruça em fazer uma revisão dos marcos regulatórios, da consolidação das normas, a simplificação, a desburocratização, mas, ainda assim, são conhecimentos muito técnicos que, às vezes, o gestor de um Município muito pequeno, em determinada localidade, não tem em conta nos seus atos de gestão. Então, cabe também ao Tribunal de Contas, na minha avaliação, como eu falei anteriormente, não só exercer a face punitiva que a lei impõe que se faça quando se deve fazer, mas sobretudo atuar de forma mais preventiva, colaborativa com os gestores, no sentido de orientá-los nas melhores práticas públicas, na administração dos recursos públicos. E isso tem sido feito por vários Ministros. Foi citado aqui o Ministro Nardes, por exemplo, que trata muito a questão da governança, de implementar modelos de governança, as boas práticas da administração em todos os níveis. Então, são preocupações procedentes, e eu me somo a V. Exa. nessas posições.

O Senador Izalci Lucas traz dois apontamentos aqui. O primeiro deles, eu vou deixar para a sequência, mas vou falar do mais simples que é o com relação ao teto de gastos. O teto de gastos, trazido pela Emenda Constitucional 95, impõe à União que limite os seus gastos durante um período de 20 anos. Isso é importante para o Estado brasileiro. Foi uma necessidade verificada em 2016, implementada já para o exercício de 2017, que, durante 20 anos, nós temos que avaliar isso, podendo fazer uma revisão desse marco em 2027. É importante que nós tenhamos essa higidez fiscal. É importante para o País ter essa disciplina fiscal para que o nível de endividamento cresça a cada ano. Então, com muita responsabilidade, o teto de gastos tem sido defendido por parcelas significativas do Parlamento brasileiro, como conceito, é o texto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional que nós temos que respeitar, e, na minha posição, como Secretário-Geral da Presidência, eu me somo ao Presidente da República em obediência a essa inovação do texto condicional, que foi importante, como digo, assim como ao Ministro da Economia, o Ministro Paulo Guedes, que tem uma defesa intransigente desse propósito.

O Fundo Constitucional do DF é uma situação muito cara aos Parlamentares aqui do Distrito Federal, por óbvio, a Senadora Leila, o Senador Reguffe, e o Senador Izalci, que foi muito diligente nesse último ano de 2019, tentando buscar soluções para essa questão, mas não é algo que afeta apenas o Distrito Federal. Ampliando um pouco a questão do fundo constitucional, ele tem um impacto em todas as unidades da Federação. Por que isso?

O fundo constitucional foi instituído por uma previsão constitucional do art. 21, inciso XIV, que deu a competência para a União de organizar e manter as forças de segurança pública aqui do Distrito Federal e prestar assistência financeira à saúde e à educação. Esse fundo foi regulamentado por uma lei, a 10.633, e trouxe alguns parâmetros ali estabelecendo o valor nominal acrescido ano a ano pela variação da receita corrente líquida da União. Esse valor para esse exercício, por exemplo, está na ordem de 15 bilhões.

O que ocorreu ao longo desses anos, desde 2000 que ocorre a disponibilização desse recurso... E aí faço um parêntese, porque, diferentemente do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, esse recurso não é transferido para o orçamento do Distrito Federal. O fundo constitucional é um recurso que a União disponibiliza para cumprir o mandamento constitucional em que nós temos que organizar e manter as forças de segurança. E por que isso? Porque aqui fisicamente estão instalados todos os prédios próprios da União, da Administração Pública federal, a maior parte deles, assim como das Embaixadas, das representações diplomáticas, e, por isso, o Distrito Federal tem uma condição diferente em relação às outras unidades da Federação. Por exemplo, a própria Constituição prevê, no §4º do art. 32, que uma lei deve dispor como o governo utiliza as forças de segurança, que são organizadas e mantidas pela União, que ainda não foi votada pelo Parlamento. O que ocorre com o fundo constitucional? Esse recurso fica disponível e não transferido para o DF. E aí o Distrito Federal vem, ao longo desses últimos anos, desses 20 anos, fazendo a retenção do Imposto de Renda Pessoa Física. Ele retém esse montante e incorpora aos recursos do Distrito Federal; também as contribuições de caráter previdenciário, nos casos dos militares, policiais e bombeiros, a contribuição sobre saúde. Nós tínhamos também uma utilização, que foi apontada pelo Tribunal de Contas como indevida, que era a utilização desse recurso para pagamento de pessoal inativo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

da área de saúde e educação. E, por fim, uma questão de cessão de servidores – esse problema já foi equacionado, porque uma lei veio, até no trabalho de V. Exa., a pacificar esse tema.

Agora, é óbvio que a legislação, ao regulamentar o fundo, trouxe essa permissividade de que essa assistência a serviços públicos do Distrito Federal alcançassem as áreas de saúde e educação. Então, isso é um problema, porque, no caso específico do Distrito Federal, nós temos hoje um passivo questionado, suspensa a execução por uma liminar do Supremo Tribunal Federal, em que nós temos uma dívida, ou seja, recursos que seriam devidos à União e, portanto, se devidos à União, também contabilizariam o rateio que poderia compartilhar com todos os Estados, do Imposto de Renda da ordem de 11 bilhões, quase o exercício anual do fundo constitucional. Então, de fato, é um problema que V. Exa. conhece na profundidade, sabe dos impactos disso. E tentamos, no ano passado, construir algumas soluções, avançamos na discussão. O Executivo cumpriu uma orientação manifestada num acórdão do Tribunal de Contas da União em constituir um grupo de trabalho.

Conversamos com V. Exa., com os demais Senadores da bancada que compõe o Parlamento na esfera federal, os dezoito Deputados e os três Senadores, tentando construir uma solução junto com o Governo local. E tenha certeza de que continuaremos nessa interlocução. Quero permanecer no Executivo ou, se tiver a honra, ocupar uma posição como Ministro do Tribunal de Contas.

O Senador Oriovisto Guimarães, remotamente, fez colocações...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Jorge?

O SR. JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. já ultrapassou 15 minutos falando e se ateuve muito a uma pergunta do...

O SR. JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO (Para expor.) – Sim, peço perdão a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E aí nós vamos passar ao próximo orador, e na próxima...

O SR. JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO (Para expor. *Fora do microfone.*) – Eu faço...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... V. Exa. pode ser um pouco mais sucinto, porque essa explicação sobre Brasília realmente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Brasília está no meu coração...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, eu sei, eu sei. Como está no meu coração a Zona Franca de Manaus e como não me agrada ouvir falar em revisão e tocar na Zona Franca de Manaus.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu tenho que ficar aqui escutando, não é? Porque parece que todos os incentivos que são dados no Brasil são incentivos que... Brasília é uma cidade-Estado: quer dizer que tem que ter as suas preocupações, mas o Ministro Jorge é daqui, agradeceu ao pai e à mãe dele por terem-no trazido para cá – correto?

O SR. JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO (Para expor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele tem aqui uma história em Brasília como Major da Polícia, então ele sabe melhor do que a gente o que está acontecendo com o Brasil e o que pode ser feito por Brasília.

Mas eu vou passar ao próximo inscrito: Senador Ney Suassuna.

Eu só peço... Porque, senão, é o seguinte: nós temos 27 Senadores inscritos...

O SR. NEY SUASSUNA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - PB) – Mas eu sou uma pessoa sucinta. Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Também tem que ser sucinto na resposta...

O SR. NEY SUASSUNA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - PB) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... porque, senão, nós vamos ficar aqui o dia todo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NEY SUASSUNA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - PB. Para interpelar.) – Presidente Aziz, é um prazer estar aqui pela terceira vez e ter exatamente pegado esse evento.

O que eu posso falar do senhor, hoje interpelado por nós, é que eu nunca vi ninguém tão multifacetado em termos de diligência. Ele tem um... É incrível, é a Teoria das Inteligências Múltiplas do Gardner – e ele completa não escolhendo uma ou outra, mas, onde ele passou, foi eficiente.

A Paraíba está muito feliz com ele. Por quê? Foi ele, na Casa Civil, que rapidamente me disse: "Vai sair amanhã no *Diário Oficial*". Eu nem comuniquei ao Governador porque eu estava na dúvida se isso era para valer ou não – como macaco velho aqui, sei que nem sempre isso é verdadeiro. Foi, e aí comuniquei ao Governador. Tivemos lá a rapidez, saiu, conseguimos aqui fazer, juntamente com o José Maranhão, os dois, e vamos pedir – já pedimos – o reforço para sair hoje no Plenário, na nossa sessão.

Agora, veja só, Ministro – vou chamá-lo já de Ministro porque já é Ministro lá no... Ministro, veja só: enquanto a gente tem exemplos como esse, nós temos exemplos de quando eu era Ministro da Integração. Houve uma solicitação da Casa Civil para fazer um atendimento, atendimento legal: os empresários podiam botar parte do seu Imposto de Renda para cuidar da Ferrovia Norte-Sul. E o que aconteceu? Dez anos depois eu fui chamado ao Tribunal de Contas – dez anos! – para dar satisfação, senão haveria o pedido de bloqueio dos meus bens. Dez anos depois! Que esta velocidade que nós estamos, com a ajuda de V. Exa., permaneça também e chegue também ao Tribunal de Contas, porque não é possível você ser homem público e dez anos depois chegarem e dizerem: "Você precisa provar isso, isso e isso". E quem jogou os papéis fora? Graças a Deus, eu tinha todos os papéis. Mesmo assim, o Ministério Público do Tribunal solicitou duas vezes que dessem continuidade à discussão.

Então, eu queria deixar esta solicitação: que V. Exa. lá lute para que não exista esse vácuo enorme entre a fiscalização e, depois, o ato que ocorreu.

Essa é a minha colocação – mais rápido que isso é impossível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero dizer que é uma honra para mim poder participar desta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião que sabatina o nome do Ministro Jorge para o cargo importante de Ministro do Tribunal de Contas da União.

O Ministro Jorge é uma pessoa muito querida por nós em Roraima e por mim, especialmente: atendeu, de forma positiva, se não resolvendo as questões, pelo menos dando atenção em alguns casos, atenção necessária, às respostas, às solicitações do povo de Roraima, feitas através deste Senador.

A indicação dele pelo Presidente Jair Bolsonaro, sem dúvida nenhuma, preenche os requisitos necessários para ocupar o cargo: a formação técnica, os conhecimentos notórios e, sobretudo, o caráter nobre do Ministro Jorge, que foi observado e haverá de ser observado por esta Comissão e pelo Plenário da Casa, que deve aprovar o nome do Ministro Jorge para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Ministro, eu tenho um pequeno comentário a fazer e uma pequena pergunta.

Eu vi um caso em Roraima – e isto é questão dos tribunais de contas dos Estados. Eu vi um Vereador, Presidente da Câmara de Vereadores, ser condenado pelo Tribunal de Contas do Estado, ficando impedido de ser candidato pelo prazo de oito anos e respondendo por uma ação de improbidade, por uma ligação telefônica feita pela secretária, pelo vigia à noite. Não muito tempo atrás, ligavam, um camarada chamado Walter, que dizia: "Ligue, ligue djá, ligue djá", uma coisa assim. O Presidente não tinha a menor condição de controlar ligação telefônica feita pelo servidor, pelo vigia, pela secretária alta noite. Mesmo assim, o Tribunal de Contas condenou esse Presidente da Câmara, num caso, no meu entendimento, inusitado. Ele ficou impedido e respondeu a uma ação de improbidade administrativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Mecias é novo, mas eu, como outros Senadores aqui, sou da época do cadeado no telefone, que colocavam nas repartições para que ninguém pudesse rodar aquela...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Eu acho que, nesta época, não existia nem cadeado. Era a possibilidade de existir o Walter, que lia as cartas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. é novo, eu sei, mas antigamente existia. Nas repartições públicas, para não utilizarem as linhas aleatoriamente... Não é o caso aí,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

mas eu só estou lembrando aqui, porque a gente vai ficando velho e vai contando as histórias quando interessa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Sim.

Eu vi esse caso como um caso histórico. E o camarada teve os direitos políticos suspensos por vários anos por uma ligação que ele não tinha feito e que tinha sido por volta de meia-noite. O Tribunal de Contas pegou um detalhe tão pequeno, e, às vezes, coisas enormes comprovadas não acontecem, de fato. É só uma passagem por aqui... Eu sei que V. Exa. deve passar por situações semelhantes lá ao longo dos anos em que V. Exa. vai ficar por lá.

É claro que nós confiamos claramente que V. Exa. fará uma atuação profícua, com riqueza e com conhecimento, para evitar o desgaste e o desmanche do Erário público.

A pergunta que eu gostaria de fazer a V. Exa. é acerca das licitações e contratos que regem a Lei 8.666, de 1993. Na visão de V. Exa., quais os aprimoramentos e ações necessários para o alcance efetivo dos seus princípios, como legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa?

No mais, pugno pela aprovação de V. Exa., desejando êxito e muito sucesso no caminho que V. Exa. haverá de seguir.

Um forte abraço!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Mecias de Jesus.

Passo a palavra ao Senador representante do Rio Grande do Sul, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Omar Aziz.

Saúdo os Senadores e as Senadoras.

Saúdo o ilustre Ministro Jorge de Oliveira.

Quero fazer-lhe duas perguntas. Uma delas, Ministro, é sobre uma hipótese muito provável de haver uma situação real ainda dentro da sua administração, uma vez passando pelo Senado. A grave crise fiscal pela qual passamos pode, já neste quinquênio, obrigar o Poder Executivo a fazer escolhas que acabem por conflitar com a lei. À medida que o espaço fiscal para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o teto de gastos se comprime, é de se esperar que o Governo tenha de optar entre não pagar despesas obrigatórias e não cumprir o teto de gastos. Já houve quem fizesse uma pergunta parecida, mas eu quero ir mais fundo, Ministro. Então, uma vez passando a integrar a Corte como Ministro do TCU, o senhor tenderia a ser leniente com algum descumprimento da lei? Com qual descumprimento o senhor tenderia a ser menos tolerante, com o não pagamento de despesas obrigatórias ou com os gastos em excesso ao teto?

Minha outra pergunta, de certo modo, já foi tangenciada aqui pelo Senador Major Olímpio, mas eu também quero ir adiante. Ela é relativa aos compromissos do Tribunal de Contas com o controle e com as fiscalizações dos recursos públicos. O Brasil vive – e todos nós aqui estamos acompanhando – grandes desvios de recursos públicos, e sempre surge a pergunta na boca do povo: "Mas onde é que estava o Tribunal de Contas da União? O que fez o TCU? O que ele estava fazendo?".

O TCU se especializou, ao longo dos anos, na análise da conformidade dos gastos públicos, privilegiando os aspectos formais. Assim, o tribunal analisa com bastante critério se os prazos foram observados, se o processo licitatório está de acordo com aquilo que diz a legislação etc.

Contudo, não se investe muito na avaliação dos efeitos práticos dos benefícios gerados pelos recursos gastos. Sabemos que pouco adianta o Governo implementar alguma política pública observando todos os requisitos legais se essa política é mal desenhada, por exemplo, se não foca em quem deveria ser beneficiado ou se não incorpora as melhores práticas.

Em última análise, Sr. Ministro Jorge Oliveira, é a questão do controle. Parece que há no Brasil uma exigência permanente de uma atuação mais convincente da parte do TCU com relação aos gastos ou, quando há desvios, sempre se pergunta: onde é que estava o TCU?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Lasier.

Agora eu passo a palavra ao Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpellar.) – Obrigado, Presidente. Vou tirar aqui a máscara rapidamente.

Saúdo o Ministro Jorge. E o saúdo, Ministro, inclusive e principalmente pela sua trajetória na Polícia Militar, que é uma entidade extremamente respeitada por todos nós, que tem tido um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destaque grande recentemente, inclusive fora da sua seara normal, mas é muito bem-vindo as forças policiais disporem de um profissional, um membro com as suas qualidades e a sua dedicação. E na sua pessoa também saúdo todos os policiais militares do País.

Eu acredito que V. Sa. deva ter anotado e estudado bastante, como Ministro principalmente, mas agora como candidato a esse posto, o papel que o TCU tem diante dos Poderes constituídos, a velha estrutura do Montesquieu que os juristas e os advogados todos conhecem e é de comum conhecimento, mas especialmente o fato – para quem está em casa nos assistindo, a parte pedagógica das sessões do Senado – de que o TCU é um órgão auxiliar ao Congresso Nacional no controle externo e na adoção de medidas que visem coibir eficazmente abusos de autoridade de forma a evitar irreparáveis desgastamentos constitucionais.

Portanto, a lealdade, que é admirável, ao mandatário do Poder Executivo, que V. Sa. expressou agora há pouco, o amor à Pátria de que declinou na sua fala, agora terão que se dedicar ao Parlamento. Então, apenas confirmando aqui ao Parlamento brasileiro o papel que ele tem no controle externo das contas públicas do Executivo.

As minhas perguntas são bem objetivas, no sentido de indagar se, na sua opinião, da análise que fez para estar agora sendo aqui sabatinado por nós, se o TCU tem de fato se colocado como órgão auxiliar ou autônomo do Congresso Nacional; se o senhor está preparado para mudar de boné e trabalhar como auxiliar do Congresso Nacional a partir de agora, se está seguro com relação ao atendimento dos requisitos do cargo e a função que o TCU exerce em relação ao Poder Executivo, como, de novo, órgão auxiliar do Congresso Nacional.

A segunda parte se refere ainda a essa questão. E eu admirei aqui quando falou que respeita o Presidente, seus filhos, o trabalho que fez junto a eles, e que não irá tratar as contas ou atos dessas mesmas pessoas com olhos de amizade e subserviência no cargo que virá a ocupar, se for aprovado aqui. Isso claro que nos tranquiliza muito e certamente vai ser cobrado de V. Sa. ao longo da atuação, mas há outras questões igualmente importantes, algumas já foram tratadas rapidamente aqui, mas que merecem a nossa atenção como Parlamento.

Primeiro ponto: até onde e com que grau de transparência ou procedimento específico deve haver o diálogo, a meu ver, preventivo e consultivo, entre controlador, no caso o TCU, e controlados, os gestores públicos, mesmo que fora dos processos das auditorias? Portanto, é mais do que perguntar se é correto ou não alguém jantar com alguém: é se deveria haver





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimentos ou pelo menos algum tipo de ritual, alguma coisa mais transparente para que ocorra esse diálogo, mesmo fora dos processos ou em caráter consultivo ou preventivo.

Segunda coisa: em que momento o TCU deve auditar uma política pública, que é diferente de uma obra? Política pública. Em que momento o senhor acha que deve ser auditada uma política pública? Na sua geração – na sua concepção, portanto –, na sua aplicação ou depois da sua execução, na sua avaliação? Ou nos três?

O senhor acha que há violação do princípio da separação de Poderes quando o TCU faz uma auditoria operacional, identifica um procedimento ineficaz e determina uma correção no curso do processo de gestão, seja de uma obra seja de uma política pública?

O senhor acha que os Ministros do TCU deveriam ter prazo para pautar processos de sua relatoria? Porque há isto: não há prazos, e essa, ao entender de alguns analistas, seria uma forma de adiar ou acelerar processos de acordo com interesses não necessariamente republicanos.

Por fim, neste primeiro lote de perguntas, haveria, ainda no processo do TCU, decisão monocrática ou decisões monocráticas que, às vezes, até encerram o processo de auditoria, e nós cremos que elas deveriam ser publicadas sempre – as que encerram pelo menos o processo –, ou ao menos informadas ao Ministério Público, vinculado ao TCU, que é o um Ministério Público especial, o MPTCU, para que ele pudesse recorrer delas tempestivamente se achasse pertinente.

Em relação à Covid – é um segundo lote de perguntas que tenho aqui –, como V. Exa. vê o atraso, e aí nós falamos como representantes dos Estados aqui, como Senadores, atrasos nos repasses da saúde ou para a saúde enfrentar, para os Estados e Municípios. Ocorreu aí, em abril, o pagamento geral de 4,26 bilhões, tendo o valor depois caído a metade – isso em abril. Maio e junho foram o auge da pandemia, com explosão de casos, e o dinheiro diminuiu. Qual o papel do TCU para evitar que esse tipo de problema continue ocorrendo? Qual, na sua visão, é o papel do TCU na operação do uso político ou, pelo menos, de diferenciação de tratamento nas liberações de recursos para enfrentamento à pandemia ou a outra catástrofe qualquer? Como é que se detecta isso? Como é que se deve atuar?

Por fim, qual é a sua posição, finalmente, quanto ao isolamento social e como julgará isso, se se julgará impedido ou não quando couber a análise dos fatos e de atos praticados nesse último par de meses, ou pelo menos nesses últimos seis meses, em relação à pandemia. V. Exa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tomaria a atitude de se declarar suspeito de julgar os processos relativos à pandemia, notadamente aqueles concernentes ao período em que estava à frente da Secretaria-Geral da Presidência?

São as perguntas que eu tenho, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Ministro.

O SR. JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO (Para expor.) – Eu peço perdão por ter me excedido na resposta anterior e vou ser um pouco mais breve nas colocações, pedindo já as excusas devidas por eventualmente não alcançar com mais profundidade certos questionamentos.

O Senador Oriovisto Guimarães, do outro bloco, fez a colocação em relação à questão das exigências. A única pela qual eu posso postular é o cumprimento do requisito da idade, que eu me enquadro na idade definida na Constituição.

O notório conhecimento em várias áreas de conhecimento não envolve todas, mas algumas delas. O exercício da atividade profissional também eu posso colocar como tendo exercido por mais de 20 anos na Polícia Militar, tempo sobreposto à atividade de assessoramento aqui no Congresso Nacional por 15 anos, e atualmente no Governo Federal exercendo atividades que se vinculam a essas exigências constitucionais.

O Senador Telmário fez colocações. Agradeço pela generosidade das palavras. Trouxe também uma colocação de divergência entre o setor público e o setor privado. Há uma divergência muito grande, um abismo muito grande, porque no setor público o administrador só faz aquilo que a lei permite. No setor privado, pode-se fazer qualquer coisa que a lei não proíba. Isso traz uma dificuldade muito grande para os gestores, até pelos mecanismos de controle que são impostos.

Agora, por óbvio – eu venho falando em vários outros questionamentos –, o ato de julgar ou de aplicar punições deve, sobretudo, se pautar pela proporcionalidade. Não pode ser o Tribunal de Contas um indutor de engessamento da Administração Pública. Ao contrário, ele tem feito, sim, um papel de esclarecimento e de orientação de gestores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Ney Suassuna, agradeço pela gentileza das palavras. De fato, mantive o contato com V. Exa., o senhor em defesa de um pleito importante para o seu Estado. O compromisso é esse. O gestor público tem que ter compromisso, independentemente de quem seja, de atender da melhor forma. Isso não é favor, isso é obrigação de quem quer que exerça uma atividade pública.

Senador Mecias de Jesus, agradeço também pela gentileza das colocações. Também em diversas oportunidades tratamos de temas relativos ao Estado de Roraima. E aí trouxe uma preocupação também sobre a questão da proporcionalidade da aplicação das punições, e em que medida o Tribunal de Contas poderia colaborar com a questão de licitações, editais, etc. O Tribunal já dispõe de um sistema, o Alice, que faz um controle prévio, ou uma orientação prévia de licitações e editais para que possa já apontar riscos e orientar os gestores na melhor formulação dos contratos.

Senador Lasier Martins, também trazendo a questão do teto de gastos. Mais uma vez, vou ratificar o que havia falado anteriormente, da intransigência que penso que temos que ter na defesa do teto de gastos. É uma política importante para o Estado brasileiro, que traz uma responsabilidade fiscal e que garante de forma inequívoca que as futuras gerações não sejam impactadas pelas irresponsabilidades de atuais governos, sejam eles quais forem. Então, penso que de fato é uma política importante a ser preservada. E qualquer transigência ao teto de gastos tem que ser autorizada, norteadas pelo Parlamento brasileiro. Então, a atuação minha, seja no Executivo ou caso venha a atuar como Ministro do Tribunal de Contas, é seguir estritamente a lei formulada pelo Parlamento brasileiro. Essa rege a atuação, quer seja do gestor no Executivo, quer seja do Ministro do Tribunal de Contas.

O compromisso do TCU com o controle já foi posto aqui também. E, principalmente, uma forma mais direcionada, na qual o TCU tem qualificado as unidades prestadoras de contas significativas, focando uma atuação mais definida nos atos de gestão que são mais impactantes, seja pelo risco ou seja pelo alcance. Aí a auditoria será um pouco mais incisiva em relação a eles, sem desconsiderar todas as demais prestações.

Por fim, o Senador Jean Paul, do Estado da Bahia, perguntou se o TCU cumpre o seu papel de auxiliar do Congresso Nacional. Eu entendo que sim. O TCU tem manifestado, na atuação, esse compromisso; e, mais do que o compromisso, há a clara definição, na Constituição, do papel institucional do Tribunal de Contas da União como sendo um órgão de controle externo auxiliar do Congresso Nacional. O Congresso Nacional legisla, por óbvio, e exerce a função de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos bens da União, e o TCU é o órgão técnico de controle externo que auxilia o Congresso nessa fiscalização.

Com relação ao compartilhamento das melhores práticas, disso já falei também. É importante que haja essa colaboração do Tribunal de Contas.

Em relação ao diálogo entre membros de Poderes, acho importante que, de forma republicana, de forma aberta seja feito, respeitando a independência de cada um dos Poderes, respeitando a autonomia dos órgãos que compõem a nossa República, mas o diálogo precisa ser aberto. As divergências devem ser postas e buscarmos juntos as soluções.

O Brasil já viveu conflitos demais, e é importante que os brasileiros estejam unidos não só na sociedade, mas também nas instituições, respeitando as divergências, respeitando as diferenças. Assim em agi como Ministro-Chefe da Secretaria-Geral e, se for agraciado com essa possibilidade, também é meu compromisso de agir como Ministro do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Ministro.

Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Presidente Omar Aziz; Ministro Jorge Oliveira; colegas aqui presentes, primeiramente, eu vou bater numa situação em que fui demandado até pelo Tribunal de Contas do meu Estado, através do ex-Presidente Waldir Neves, que faz parte da Atricon. É um assunto que realmente já foi abordado aqui, mas que é muito importante para o prosseguimento das ações positivas que a sociedade espera.

Essa questão das obras paralisadas no País realmente precisa ter um foco por parte do TCU, que já trabalhou juntamente com o Conselho Nacional de Justiça e com a Atricon, que é a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil. Eu tenho um dado aqui do Poder360, um órgão de imprensa, de que há 149 bilhões em investimentos travados. É um assunto que...

Por exemplo, lá na minha cidade, Campo Grande, não houve uma sequência dinâmica de uma gestão para outra do Município, e a muitas obras que a gente deixou encaminhadas o nosso sucessor, que entrou no nosso lugar – para não dizer 100% quase dessas obras –, não deu sequência. E, toda vez que você tem uma obra dessa natureza, em que já investe dinheiro público, em que há ali o esforço de toda uma equipe técnica, primeiro, para poder conseguir



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

esse recurso, formatar esses projetos, fazer uma licitação, terminar isso, iniciar a obra, de repente, você vê-la abandonada, servindo de palco para abrigo de marginais, de traficantes, realmente é muito triste.

De tal sorte que eu aproveito a oportunidade para me reportar ao Ministro Jorge, que – eu tenho a mais absoluta certeza e convicção – vai desempenhar um excelente papel pela sua postura equilibrada, que sempre demonstrou ter, pela forma do seu caráter, com que a gente já aprendeu a conviver neste momento em que esteve servindo o nosso País no cargo designado pelo Presidente Bolsonaro. E mais do que isso: eu penso que o Ministro Jorge, com a interlocução que ele, de uma forma bastante sagaz, vai poder fazer não só com o Executivo federal, mas também conosco aqui, do Legislativo, vai ser uma peça muito importante nessa engrenagem, somando esforços junto aos seus pares, que já estão mexendo com esse assunto, para que isso realmente possa ficar para trás e possamos retomar essas obras paralisadas no nosso País.

Presidente Omar, para V. Exa. ter uma ideia, parece que o equivalente dessas obras é o PIB do Uruguai. Então, é praticamente inadmissível que isso possa acontecer no nosso País.

Eu rogo aqui que o Ministro Jorge, uma vez aprovado – e eu espero que seja nesta Comissão e no Plenário –, foque nesse assunto, para a gente poder ter realmente resultados práticos e positivos na retomada dessas obras paralisadas.

Boa sorte, Ministro. Que Deus o acompanhe, na certeza de que, com o seu berço de que V. Exa. vem, o senhor vai ser, mais uma vez, um orgulho para todos nós!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro indicado, a Constituição Federal exige para o cargo de Ministro do TCU um notório saber jurídico, contábil, econômico, financeiro e de Administração Pública, ou seja, trata-se de um conhecimento especial, qualificado, relevante, excepcional. Essa exigência de notório saber não se restringe à indicação para o cargo vitalício de Ministro do TCU; ela é igualmente exigida – só que restrita a saber jurídico – a advogados e membros do MP indicados para o quinto constitucional em Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por se tratar de um requisito constitucional, a eminente Ministra Cármen Lúcia já enfrentou a questão no Mandado de Segurança 25.624. Segundo ela, há condições de a notoriedade ser avaliada objetivamente. Nesse primeiro julgado, o Ministro Ayres Britto esclarece que notoriedade jurídica significa que determinado profissional é conhecido como expoente em sua área. Já o Ministro Ricardo Lewandowski defendeu que os critérios consignados na Constituição são definíveis do ponto de vista objetivo, como, por exemplo, a questão dos dez anos de carreira ou de prática profissional que exija essa notória sabedoria. Como disse, a Constituição exige mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija conhecimentos como os que já referi: notório saber jurídico, contábil, econômico, financeiro ou de administração pública. Resta questionar a V. Exa., porque efetivamente não me foi possível identificar, em que momento o senhor conseguiu esses dez anos de exercício de função com esses requisitos, sem nenhum demérito para as dignas funções que V. Exa. exerceu, sei bem, com grande capacidade.

Um segundo ponto, Sr. Ministro indicado, é o questionamento objetivo com relação à padronização de atuação dos Tribunais de Contas. É uma demanda antiga ainda não atingida e que se mostra essencial, uma vez que se tem uma disparidade de tratamento para questões similares em diversos Estados. Eu gostaria de colher a opinião de V. Exa. com relação a este ponto.

E, por fim, com relação ao relacionamento entre o Tesouro e o Banco Central. A partir da aprovação da Lei 13.820, de 2019, nós temos observado a transferência de resultados cambiais do Banco Central para o Tesouro. De acordo com informações amplamente divulgadas pela imprensa, o CMN autorizou, em agosto de 2020, mais de R\$300 bilhões do Banco Central para o Tesouro. A Constituição, em seu art. 164, §1º, proíbe o financiamento direto ou indireto do Tesouro pelo Banco Central. Qual é a sua opinião com relação a essa possibilidade de transferência que hoje já vemos sendo realizada?

São minhas perguntas, Sr. Presidente, Sr. Ministro indicado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, primeiro, imagino que V. Exa. exercer as diversas funções que exerceu ao longo da sua vida profissional – e acredito que esteve naquela que é a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais completa de todas, que é um cargo no Executivo com a relevância, com a importância da que V. Exa. exerceu – lhe confere todas as condições para o exercício de uma função muito bem assessorada, muito bem amparada, num corpo técnico invejável, que é o do Tribunal de Contas da União. Portanto, aqui eu quero trazer algumas preocupações, mas de outra natureza, não das qualidades de V. Exa. e das capacidades que tem para o exercício da função.

Então, a primeira questão é: no momento em que o senhor era Secretário-Geral da Presidência da República, quando questionado sobre a possibilidade de afastamento preventivo dos funcionários que tiveram contato com o Presidente, teria afirmado que não há protocolo médico, seja do Ministério da Saúde ou da OMS, que recomende medida de isolamento pelo simples contato com casos positivos. O senhor responde a um processo por conta dessa declaração. A pergunta – uma das perguntas – é: V. Exa. segue pensando a mesma coisa que declarou na nota? Não há protocolo médico, seja do Ministério da Saúde ou da OMS, que recomende medida de isolamento pelo simples contato com casos positivos, mesmo diante de 108 casos de contaminação na Presidência da República?

Essa pergunta tem importância, porque a função que V. Exa. vai exercer requer embasamento teórico, requer embasamento científico, ou seja, requer reconhecer que o conhecimento é a base da decisão acertada que um Ministro do TCU vai adotar. E, portanto, aqui há uma questão sobre reconhecer ou não dados e evidências, ainda que empíricas, mas muito fortes, sobre a pandemia.

A segunda questão é sobre as regras fiscais brasileiras. V. Exa. tem conhecimento sobre regras fiscais em diversos países do mundo, tendo em vista que o tema é central à atuação do Tribunal de Contas. Uma análise comparativa das regras de gasto mostra que não há paralelo, no mundo, de arcabouço fiscal tão rígido quanto o brasileiro, com o teto de gasto declinante em relação ao PIB por até 20 anos, previsto na Constituição, sobrepondo-se a outras regras também restritivas, como a regra de ouro e a Lei de Responsabilidade Fiscal. A União Europeia, por exemplo, desde 2014, caminhou para uma interpretação mais flexível das suas regras de déficit de dívida, o que foi fundamental para a retomada da atividade no período pré-pandemia, depois de uma política malsucedida de austeridade fiscal até 2013, o que levou ao aumento da pobreza e à redução de serviços públicos. Como o senhor avalia a experiência da União Europeia? O senhor não considera que o TCU, diante de sua capacidade técnica, poderia avaliar o regime fiscal brasileiro, comparando-o a outras regras mais flexíveis, capazes de combinar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentabilidade fiscal, recuperação da economia e financiamento de investimentos estratégicos? Essa é uma outra questão.

A outra questão é sobre o teto de gastos, mas, na verdade, eu queria tratar... O Governo propôs retirar dos precatórios recursos para pagamento do auxílio emergencial. Todos nós concordamos que devem permanecer os R\$600 e que devemos ter algum auxílio para 2021, porque a gente precisa dar fôlego e tempo para a economia se reestruturar, mas o Governo fala em suspender o pagamento dos precatórios. Não seria isso uma pedalada fiscal?

A outra questão é sobre depositar o dinheiro na Caixa este ano, com o recurso da regra da PEC emergencial, da PEC da guerra, para que, no ano que vem, o Governo pague o auxílio emergencial. Também não seria uma pedalada invertida, ou seja, não é o Governo burlar? Não é um ativismo ou uma manobra contábil e fiscal que compromete a atividade?

Mais uma questão, ainda nessa linha: o senhor concorda que uma regra estabelecida não pode ser retroativa, ela só pode valer para frente? No caso da Dilma, criaram uma nova regra e a fizeram retroagir. Isso é correto, no seu modo de entender?

Por fim, eu queria aqui, Sr. Presidente, se o senhor me der mais um minutinho, falar sobre a reforma administrativa.

A proposta de reforma administrativa do Governo Bolsonaro acaba, na prática, com a estabilidade dos servidores públicos, ficará restrita aos chamados cargos típicos de Estado, ou seja, concentrando riqueza no topo da pirâmide de servidores públicos, estabilidade, garantias etc etc, devolvendo o Brasil a uma situação semelhante à existente antes de 1988, da Constituição. A estabilidade, longe de ser privilégio de servidores, é uma garantia para a sociedade. O emblemático caso do guarda de trânsito, por exemplo, que, no correto exercício de sua função, multou um desembargador do Estado de São Paulo, por desrespeitar as medidas preventivas ao Covid-19 e andar sem máscara na orla de Santos, o fez por estar seguro da sua estabilidade. Diante disso, pergunto: o senhor é a favor do fim da estabilidade para o servidor público, tal como está expresso na PEC da reforma administrativa?

E, por fim, a pergunta já feita aqui por outros. Todos nós sabemos que o Tribunal de Contas é órgão auxiliar e temos visto a extrapolação de órgãos que foram criados para cumprir determinadas tarefas, tentando substituir o papel daquelas que são as instituições republicanas: o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. A pergunta que eu faço a V. Exa. é: o que o senhor entende pelo papel do TCU, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, no controle externo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sua opinião, o TCU tem se colocado como órgão auxiliar ou autônomo do Congresso Nacional, ou autônomo do ponto de vista inclusive legislativo? Porque a gente tem visto o Tribunal de Contas da União emitir normas que são mais importantes do que as leis que emanam dessas Casas legislativas, que são as casas mães às quais o Tribunal de Contas está subordinado. Nós temos visto o Tribunal de Contas agir mandando paralisar obras, mandando interromper processos que são de responsabilidade do Executivo, não é? Não seria um excesso no exercício da função, uma extrapolação do exercício da função do Tribunal de Contas?

Muito obrigado, Ministro. E, desde já, eu lhe desejo boa sorte no exercício da função, cujo pleito, com certeza, V. Exa. logrará êxito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, caros companheiros desta Comissão, eu creio que a sabatina de autoridades indicadas para funções no Tribunal de Contas e em outros órgãos, inclusive órgãos judiciais, é um ato de confiança de que os indicados têm os requisitos de natureza pessoal, idoneidade comprovada, competência para as funções específicas a que foram indicados e notável saber jurídico.

E notável saber jurídico não significa muitas vezes a prática da advocacia ou de outras funções de consultoria jurídica – é notável saber jurídico. É evidente que esta Comissão é um órgão eminentemente político. E essa avaliação, no fundo, é feita por um órgão político e que leva em consideração os fatores técnicos do indicado e os fatores morais, éticos, a história do servidor ao longo da sua vida ou de outro profissional, porque nem todos têm que ser necessariamente servidores públicos.

Eu não vou me deter naquilo que eu gostaria que o Tribunal de Contas da União fosse, porque o papel do Tribunal de Contas da União está definido na Constituição. Se o Tribunal de Contas nessa ou naquela decisão extrapola os limites que são estabelecidos legalmente e na Carta Magna, essa é outra questão, é uma questão de avaliação do funcionamento do Tribunal de Contas. E, evidentemente, os compromissos daqueles que são indicados por esta Comissão são estes compromissos: os compromissos éticos, os compromissos técnicos, o conhecimento necessário ao bom exercício de suas funções, tanto no campo jurídico como no campo essencialmente técnico, contabilidade pública, orçamento, etc.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que a repetição dessas colocações não traz nenhum compromisso da parte do sabatinado, não o implica em nenhum compromisso. Esse compromisso é o compromisso que está na Constituição, esse é que é permanente, esse que é definitivo, esse que é objetivo, ele não é um conhecimento circunstancial de conveniência no momento de decisão eminentemente política.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o meu voto é favorável, pelas informações que nos chegam, pelo conhecimento que temos da vida funcional do indicado, pela sua atuação nas várias funções que exerceu sempre com espírito de justiça, com dignidade e com respeito à legislação vigente no País. Por isso, meu voto é... Já foi, aliás; eu já votei e votei positivamente.

Eu não sei se essa declaração de voto implica em nulidade do meu voto, porque o voto é secreto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Senão pode...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Mas o fato é que eu não resisti à tentação de declarar aqui, como tantos outros que já falaram.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu vou votar favorável também ao Ministro. Não tem problema, não.

Só quero chamar aqui a atenção, nós temos ainda o Senador Angelo Coronel. *(Pausa.)*

Não está presente.

O Senador Diego Tavares chegou.

Então, nós temos o Senador Diego; o Senador Renan Calheiros, não; a Senadora Leila está aqui; a Senadora Kátia está aqui; o Senador Zequinha Marinho; o Senador Wellington Fagundes; o Senador Randolfe. Então, nós temos ainda cinco Senadores. Eu vou ouvir a resposta para os quatro, e aí vou fazer um bloco de cinco, para a gente concluir esta...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Encerradas já as novas inscrições...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não há mais inscrições. Por favor, não é? A pessoa que chegar aqui para se inscrever é porque estava comendo ou dormindo. Pelo amor de Deus!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Estão encerradas as inscrições.

Então, este vai ser o bloco de quatro, e depois chamo o de cinco. E eu pediria à Senadora Kátia que sentasse aqui à mesa, por favor.

Pois não, Ministro, pode responder.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

Pode responder.

O SR. JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

O Senador Nelsinho Trad fez mais alguns apontamentos em relação a obras paralisadas. Como eu falei anteriormente na outra resposta que dei sobre o mesmo tema, o uso de recursos públicos não deve ser uma questão de governos, mas uma questão de Estado. Essa não continuidade de obras iniciadas em determinadas gestões e paralisadas por gestões subsequentes tem que ser olhada pelos órgãos de controle de maneira ampla, sem partidarismo, sem vinculações ideológicas, porque é o recurso de todos nós que está sendo aplicado ali. Então, vejo que o Tribunal de Contas tem, de fato, focado parte da sua capacidade de trabalho, com auditorias altamente qualificadas, no mapeamento dessas obras que não foram concluídas, no prejuízo ao Erário e na recuperação; e tem que ser cobrado, sim, do Poder Executivo, seja do atual, seja de qualquer outro que houver, em todos os níveis, a continuidade dessas obras, porque, para realizar uma obra, isso tem uma previsão orçamentária prévia, tem um comando legal que permite que seja feito. Então, o descumprimento disso merece não só a responsabilização dos gestores, como também a exigência de que os novos gestores deem a continuidade àquilo que previamente fora aprovado nos orçamentos.

Senador Alessandro Vieira, de Sergipe, V. Exa. que é egresso da Polícia Civil do Estado, como Delegado da Polícia Civil do Estado, tenha a certeza de que, conceitualmente, temos muito mais convergências do que divergências, pela formação que temos como profissionais de segurança pública. Respeito as colocações e as diferenças nas opiniões que V. Exa. materializou não só nas abordagens que fez aqui, como também na busca dos remédios judiciais competentes para fazer valer uma pretensão legítima, que de forma democrática, republicana, foi tratada da melhor forma possível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao questionamento que também se soma ao questionamento do Senador Oriovisto, o Curso de Formação de Oficiais em que eu ingressei em 1993 tem três anos de formação. É uma graduação reconhecida, tem entre as suas disciplinas uma parte considerável de áreas do Direito, mas também de Administração Financeira e Orçamentária e Contabilidade Pública, porque o Oficial da Polícia Militar, cargo que exerci por mais de 20 anos, é sobretudo um gestor, não só um gestor operacional, mas também um gestor de pessoal, um gestor de patrimônio, que faz licitações e contratos.

Então, com essa temática que envolve a atuação do Oficial da Polícia Militar como gestor também eu tive contato durante esse período.

Parte desse período, como eu falei também, se sobrepõe aos 15 anos em que eu fiquei aqui, no Congresso Nacional. Então, já formado em Direito, especializado em Direito Público, especializado em Assessoria e Consultoria Legislativa, eu também atuei aqui, no Congresso Nacional, como assessor parlamentar em duas oportunidades distintas. Isso me trouxe um aprendizado muito grande também, conhecimentos necessários que, somados ao longo do tempo, já me credenciariam para ter exercido, em termos temporais, atividades que exigem os conhecimentos declinados pela Constituição. No caso para o Ministro do Tribunal de Contas, há uma exigência de notório conhecimento em determinadas áreas de conhecimento: Contabilidade, Economia, Direito ou Administração Pública. Eu falo "ou", porque se permite qualquer uma dessas áreas. E, em mais de uma delas, eu já tive oportunidade de exercer... Não sei se tenho esse reconhecimento das pessoas que convivem comigo ou de V. Exas., se esse meu conhecimento é notório. O fato é que exerci já no Governo atual a função de Subchefe para Assuntos Jurídicos da Presidência e tive a responsabilidade de atuar, obviamente com uma equipe técnica muito qualificada, com muitos colegas da Advocacia-Geral da União que atuam conosco, nessa análise jurídica dos atos e compreender a Administração Pública federal, com tudo aquilo que envolve, inclusive a parte orçamentária. E a Subchefia Jurídica é responsável pela análise final dos atos, tal qual a CCJ da Câmara e do Senado, e prepara o despacho com o Presidente da República. Então, de fato, eu tenho muita segurança de me colocar à disposição para esta sabatina por conta das experiências que vivi, mas compreendo legitimamente as ponderações que V. Exa. faz.

Senador Rogério Carvalho, também agradeço pelas colocações que fez. Concordo com as colocações amplas feitas conceitualmente por V. Exa. Vou tentar me restringir a um ponto específico que foi tratado, que é a questão da reforma administrativa. Acho que é um ponto de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relevo para a sociedade. E a reforma administrativa tem uma proposta que foi formulada no âmbito do Poder Executivo federal e que vai ser debatida pelo Parlamento e aperfeiçoada, tal qual aconteceu com a reforma da previdência. Sem dúvida alguma, o Parlamento brasileiro vai saber definir para o Estado brasileiro qual é a melhor forma de nós tratarmos os servidores.

Eu tenho defendido publicamente a valorização do servidor público – essa é uma pauta minha. Agora, discutir o tamanho do Estado e todas as atividades que devem ter esse vínculo com o Estado brasileiro, mantendo essa estabilidade, é um questionamento que tem que ser posto para os representantes da população aqui, no Parlamento. Então, todas as funções exercidas hoje por servidores públicos devem ter estabilidade? Essa é uma questão que o Parlamento deve enfrentar e, assim, definir. A proposta enviada pelo Governo Federal não acaba com a estabilidade. Primeiro, ela teve como premissa preservar o direito total de todos os atuais servidores, estabelecendo regras novas para aqueles que vierem a ingressar no serviço público, e manteve, sim, a estabilidade para as chamadas carreiras típicas de Estado, aquelas que não podem ser delegadas para outra entidade desempenhar a função. É importante... E aí esta construção não é do Executivo sozinho, é apenas o início da discussão que foi posta à mesa, é uma construção plural desse tema, que é tão importante para a sociedade brasileira, porque a maior parte dos gastos públicos hoje é de despesas de pessoal, impacto de previdência.

Então, isto, ao longo do tempo, nós temos que discutir: é importante que o Estado arque com esse peso e mantenha muitas funções como sendo do Estado, com vínculo de previdência, com estabilidade assegurada? Ou é possível haver um caminho do meio, onde se preservem funções essenciais, como as das Forças Armadas, por exemplo, como carreira típica de Estado e onde outras atividades possam ter outros regimes de contratação ou atender sazonalidades, como, por exemplo, ao fazer um contrato temporário para fazer frente a uma demanda de um tempo que se exaure e depois dar continuidade?

Falo isso, por exemplo, porque sob a minha gestão está a Imprensa Nacional, um órgão vital, um dos mais antigos do Brasil. Desde 1808 existe a Imprensa Nacional. Só que, em 30 de novembro de 2017, nós paramos de produzir o *Diário Oficial* de forma impressa; hoje, ele é digital. E nós temos um quadro de servidores que são gráficos. Então, hoje nós precisaríamos contratar mais servidores gráficos? Não. É óbvio que essa é uma evolução da tecnologia. E nós temos que repensar isso. Temos que cuidar dessas pessoas que prestam e prestaram um serviço relevante ao Estado brasileiro, temos que tratá-los com dignidade. Mas essa dimensão do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tamanho do Estado, com certeza, será dada pelo Parlamento brasileiro. A gente apenas contribuiu com o início da discussão.

Muito obrigado.

Por fim – perdão! –, ao Senador José Maranhão eu agradeço pela gentileza das colocações. Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu só queria fazer uma pequena ressalva antes de a senhora passar a palavra para o próximo bloco. É que, na proposta de reforma administrativa, o Governo cria uma precarização para dentro do Estado. Isso é muito ruim, porque não é assim. Há carreira de Estado, que é a do estatutário, que tem estabilidade. O resto está no Regime Geral de Previdência, na CLT. Não, ele vai criando jabuticabas que nem no nosso País existem.

Então, a gente precisa ficar atento. Não é uma questão do tamanho e da quantidade. São as formas, as modalidades e tipos de contrato que preocupam, porque eles não são nem estatutários nem celetistas. Esse é um problema que a gente precisa... É óbvio que V. Exa. tem razão, é o Parlamento que tem que ver isso. Mas preocupa, mais do que quem é típico e quem não é típico, a forma como a gente vai contratar essas pessoas, para que a gente não crie uma legião de precarizados no nosso País. De qualquer forma, V. Exa. respondeu a contento.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Rogério. Nós sabemos da sua competência e experiência em seu Estado, Sergipe, como um Secretário de Administração que tantas reformas fez naquele Estado. A sua contribuição será extraordinária para a reforma administrativa.

Passo a palavra para o Senador Diego Tavares, depois para Leila Barros e, por último, para Randolfe Rodrigues.

O SR. DIEGO TAVARES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Eu quero cumprimentar a Presidente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu acho que houve um equívoco, não é, Presidente? Estamos inscritos eu e o Senador Zequinha.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, veja para mim qual é o meu...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone.*) – O Senador Zequinha está aqui?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Estou aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Vou dizer novamente: Diego Tavares, Leila Barros, Zequinha Marinho, Wellington Fagundes e Randolfe Rodrigues são os últimos.

V. Exa. está com a palavra, Senador.

O SR. DIEGO TAVARES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar a Senadora Kátia, que preside brilhantemente a sessão.

Devido ao tardar da hora – e a gente vai ter um dia bastante puxado –, eu vou me ater aqui apenas a uma pergunta ao indicado e já o parabenizo pela indicação para o Tribunal de Contas.

Muitas vezes, os tribunais de contas estaduais e municipais possuem entendimentos divergentes sobre determinados temas, inclusive em relação a decisões já proferidas pelo próprio TCU. Isso pode causar certa insegurança especialmente em relação aos gestores. Diante da ausência de uma instância uniformizada que possa pacificar entendimentos divergentes dos tribunais de contas, questiono V. Sa.: qual sua opinião sobre o tema e a possibilidade de o TCU assumir essa função?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Diego Tavares. Muito apropriado o seu questionamento, também concordo com ele.

Passo a palavra para a Senadora Leila Barros. Vamos fazer o bloco de cinco.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente, Senadora Kátia Abreu, que neste momento conduza a sabatina do Ministro Jorge Francisco.

Ministro, primeiro eu parabenizo o senhor por sua trajetória na Polícia Militar, uma instituição que todos nós respeitamos, pela qual temos muito carinho nesta Casa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A minha pergunta também vai ser objetiva, com relação ao combate à corrupção e à ineficiência, o que é uma das prioridades neste momento.

O MPTCU tem provocado o tribunal em relação a vários atos de gestão ilegítimos e antieconômicos perpetrados nos últimos anos. Como o senhor se posiciona em relação a atos de administradores que agem contra os objetivos dos órgãos que dirigem e que, ao fim e ao cabo, geram prejuízos ao Erário?

No seu entendimento, como deve o TCU agir frente ao controle da moralidade administrativa, principalmente no quesito motivação do ato administrativo?

Era o que eu tinha a perguntar.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Passo a palavra para o Senador Zequinha Marinho.

Com a palavra, Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o Ministro Jorge. É uma alegria revê-lo. Já depositamos o nosso voto, somos favoráveis. Quero dizer da admiração que tenho pela sua pessoa, seu trabalho, sua postura.

Gostaria apenas de fazer algumas considerações, a primeira delas com relação à ação preventiva do tribunal, porque depois que o fato ocorre nós temos que administrar problemas. Já ouvi de alguns colegas aqui esse posicionamento, mas eu não tive tempo de permanecer para ouvir a resposta, desculpe-me. Eu acho muito importante que a gente possa fazer tudo para evitar que o fato ocorra porque, depois que ocorre, temos que administrar as consequências, penalidades, a luta para se recuperar tudo aquilo. Enfim, é algo que considero, digamos, como lá no meu interior, o leite derramado, que é difícil de repor e poder fazer alguma coisa efetivamente eficiente.

O segundo aspecto que eu queria colocar para V. Exa. é com relação a algumas situações de obras em andamento. A BR-158, no trecho do Estado do Pará, foi no passado uma BR delegada ao Governo do Pará. Nós temos seis pontes que, naquele tempo, tiveram a construção





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paralisada em função de que o tribunal achou que o valor estava alto demais, era um superfaturamento. E isso nos atrasa a vida até hoje, há mais de 20 anos. Agora que o Governo está refazendo tudo aquilo. Então, foi um prejuízo financeiro, humano, porque muita gente morreu em função de acidentes; econômico, violentamente, porque a soja do leste do Mato Grosso e do sul do Pará passa exatamente nessa rodovia, a BR-158.

E tem sido desastroso, digamos, o problema relacionado a essas fontes, que não são grandes, são coisas pequenas. O meu posicionamento é o seguinte: por exemplo, o senhor detectaria que o preço de uma obra está superfaturado, está acima da tabela, levando em consideração aquela realidade. Tudo bem, fechou. O Tribunal não poderia ser mais simples e mais prático em dizer: olha, lamentavelmente, em vez de cancelar, suspender o contrato, suspender o andamento da obra, dizer o valor correto, e aí o órgão público, o próprio Governo Federal, municipal ou estadual se limitaria a pagar aquilo. É só uma ideia, uma posição: R\$25 mil, mas o preço que o TCU encontrou é de R\$22 mil. Então, autoriza o órgão a pagar os R\$22 mil, e depois o cara briga na Justiça, digamos, para pegar mais os R\$3 mil, que são a diferença, dizer que não estava superfaturado, se justificar. É um arranjo, porque os prejuízos são enormes quando se detecta qualquer erro.

Eu presenciei isso no passado. Contamos amargamente essa história, porque só agora estamos conseguindo recuperar tudo aquilo e fazer novas obras. Então, o prejuízo foi violento. Há coisa que eu acho que a gente tem que consertar, consertar o caminhão com ele rodando. Quer dizer: não pague esse valor, pague esse, porque esse é o valor de mercado, e, se a empreiteira quiser, lute na Justiça, se justifique e tente recuperar a diferença que ela considera, digamos assim, dela, propriedade dela, preço justo.

Muito obrigado. Boa sorte! Estou feliz porque o Ministro Mucio sai, era um amigo, foi colega na Câmara, e vai uma pessoa que a gente conhece, que a gente estima, que a gente respeita e sabe que será tão eficiente quanto o Ministro Mucio. Que Deus o abençoe e o ajude nessa nova jornada!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Zequinha Marinho.

Passo a palavra agora para o Senador Wellington Fagundes, para os seus questionamentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.)
– Sra. Presidente, Senadora Kátia, Presidente em exercício. Quero cumprimentar todos os Senadores aqui presentes e, claro, cumprimentar também o sabatinado, o Dr. Jorge.

Ontem à noite, nós estivemos aqui em outra sabatina, e eu dizia que a população, às vezes, a imprensa cobra muito que as nossas sabatinas são mais homologatórias. Eu repriso isso em dizer que dificilmente alguém que chegou aqui em qualquer Comissão temática, para ser sabatinado, não tenha um currículo que já esteja aprovado previamente, porque esse currículo, claro, todos aqui observam antes. O próprio Governo, para indicar uma autoridade, tem que passar pela Abin e tudo aquilo que o nosso sabatinado conhece de cor e salteado.

Então, eu quero aqui muito mais, sim, enaltecer já o trabalho prestado, como eu disse aqui, ontem, para outro sabatinado, e entendo da mesma forma que V. Exa. está pronto e preparado, porque já militou em todas as áreas do serviço público praticamente. Aqui, na assessoria parlamentar, conhecendo como funciona o Parlamento e, principalmente, o caso do Tribunal de Contas, que é um órgão acessório do Poder Legislativo, é claro que esse conhecimento vai lhe ajudar muito a prestar um bom serviço para o Brasil no Tribunal de Contas.

O seu currículo como militar, enfim, todo o currículo, lhe dá essa condição de poder chegar ao Tribunal de Contas como quem conhece a realidade da vida pública brasileira, e principalmente também da população. Por isso, eu quero aqui também registrar, inclusive, o aspecto também de atendimento a todos nós Parlamentares e todos que sempre buscaram o servidor público Dr. Jorge.

Eu sou testemunha disso porque não só de hoje, por várias vezes tive a oportunidade de buscar exatamente o interessa da sociedade nos cargos que V. Exa. Sempre atuou. Eu sou testemunha desse trabalho eficaz, trabalho humilde, e principalmente, claro, com a experiência. Mesmo jovem, já tem uma experiência de vida muito grande.

Inclusive quero registrar principalmente em relação às universidades federais, às novíssimas universidades federais que foram implantadas já no Governo Bolsonaro, que todas as vezes que lá estivemos a sensibilidade do Dr. Jorge foi muito grande. Nós precisamos resolver e tivemos então com isso a decisão da nomeação dos reitores das cinco novíssimas universidades, entre elas na minha cidade, Rondonópolis, Mato Grosso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. está mudando agora de atuação, vai para o Tribunal de Contas. Olha só, a Universidade Federal de Rondonópolis ontem teve já o anúncio do curso de medicina de nota 5. Portanto, a nota máxima dada aos cursos universitários no Brasil. Essa é uma demonstração de que todos aqueles atos que foram discutidos muitos por V. Exa. estão dando certo. Isso é importante. Nós temos que interiorizar o Brasil, como o próprio Presidente Bolsonaro disse. Mais Brasil, nós temos que fazer mais Brasil. Não quer dizer que é menos Brasília, não. Nós queremos mais Brasília também. Queremos mais Brasília e mais Brasil, porque Brasília também é o interior do Brasil, por incrível que pareça. Nós aqui também estamos no Centro-Oeste brasileiro.

Além disso, também, agora há a nomeação do Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, o Prof. Evandro, e não se olhou aí a questão copartidária, aliás porque ele não é filiado, mas principalmente o prosseguimento do trabalho a ser feito. Então, quando nós temos essa atuação, Dr. Jorge, a gente percebe que é bom para o Brasil. É claro que no momento há um pouco de radicalismo, direita e esquerda. Eu sou de centro e entendo que a gente tem que construir o Brasil exatamente dentro do equilíbrio, coisa que V. Exa. tem demais, equilíbrio e humildade.

Então eu quero aqui muito mais registrar o nosso papel de endossar. Quando nós vamos votar, nós estamos endossando, claro. E aqui, mais ainda, o Tribunal de Contas, porque nós temos o grande – digamos – problema, câncer do Brasil, que são as obras inacabadas. Eu sempre digo que obra inacabada é desperdício de recurso público. É o cidadão que paga o imposto e não vê o serviço público de qualidade. Eu tenho certeza de que a presença de V. Exa. lá no Tribunal de Contas vai ajudar para que a gente minimize esse desperdício de recursos públicos. Eu só concluo aqui fazendo uma pequena pergunta: Na sua experiência de vida, qual foco V. Exa. terá, no Tribunal de Contas, para ajudar o Brasil?

Então, é uma pergunta curta e pode ser ampla na sua resposta, mas, claro, dentro da exiguidade do tempo. O foco! O foco, por tudo que foi a sua vida profissional, e agora em mais essa etapa no Tribunal de Contas.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Wellington Fagundes.

Passo a palavra para o último inscrito, Senador Randolfe Rodrigues.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – MUITÍSSIMO OBRIGADO, Presidente Kátia. Meus cumprimentos, Ministro indicado, Jorge Oliveira.

Ministro Jorge, a função que V. Exa. deverá ter, pela posição inclusive manifesta da maioria dos colegas, ratificada daqui a pouco pela Comissão e, provavelmente, pelo Plenário em seguida, tem um papel central no nosso sistema de freios e contrapesos. É órgão auxiliar do Poder Legislativo. Eu diria que é a instituição responsável pela fiscalização. O Poder Legislativo, no sistema de freio e contrapesos, é responsável pela elaboração de leis, pela fiscalização e controle dos demais poderes, notadamente do Executivo.

Essa atribuição da fiscalização e do controle é subsidiária e eu diria centralmente executada pela instituição que V. Exa. deve vir a integrar. Nesse sentido, essa instituição deve zelar para que os Poderes da República e notadamente o Executivo não cometam excessos e não tragam danos à sociedade e ao erário público.

Feita essa preliminar, eu gostaria de saber da opinião de V. Exa. – e ao final digo por que gostaria de saber da sua opinião – em relação a algumas medidas que o Governo adotou recentemente. E faço a V. Exa. porque V. Exa. notadamente, como todos sabem, acumulou também a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República. E queria saber a opinião de V. Exa.

Por exemplo, transferência, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das atribuições sobre demarcação de terras indígenas. Supervisão, monitoramento, coordenação de atividades de ONGs e organismos internacionais no Brasil, também objeto de uma medida provisória. Veto à obrigatoriedade de usar máscaras, que foi apostado em lei aprovada pelo Congresso e apostado depois pelo Presidente da República. Responsabilidade dos servidores públicos em ações de combate à Covid. Suspensão da responsabilidade dos servidores públicos em ações de combate à Covid. E a repartição de competências no enfrentamento à pandemia da Covid-19 entre União, Estados e Municípios.

Destaco somente essas. Eu queria saber a opinião de V. Exa. em relação a esses temas, porque esses temas foram decididos pelo Governo ou através de encaminhamento de medidas provisórias aqui para o Parlamento, ou posteriormente através de vetos.

Então, me parece importante saber a sua opinião pessoal, porque essas decisões foram depois derogadas pelo Supremo Tribunal Federal em diferentes decisões, no meu sentir, por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais óbvio que me parecessem essas decisões, como, por exemplo, o uso de máscaras. Basta ver como nós todos estamos aqui neste momento. Ao que me parece, isso trouxe prejuízo desmedido e desnecessário à sociedade, porque, no meu sentir, como foi dito até por alguns colegas que me antecederam, acredito que nós precisamos superar muito os conflitos, Sr. Ministro e Sra. Presidente Kátia. Eu acho que, às vezes, temos muitos conflitos desnecessários no Brasil. Nós estamos enfrentando tantas dificuldades, primeiro com a crise sanitária, depois teremos tantas outras com a crise econômica que se avizinha, e, no meu sentir, essas decisões por parte do Executivo, que depois derogadas pelo Supremo, trouxeram um enorme prejuízo à sociedade.

Então, pergunto a opinião particular de V. Exa. em relação a esses temas que foram decididos pelo Executivo e depois suspensos pelo Supremo Tribunal Federal.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O Senador é o último orador inscrito.

Eu vou passar a palavra ao nosso sabatinado, Sr. Dr. Jorge.

Apenas dois pontos que eu gostaria de colocar, antes de passar aqui para o nosso Presidente Omar Aziz.

Gostaria apenas de lhe pedir uma atenção muito especial de todo o tribunal e do senhor, como está chegando agora, a respeito da produtividade das agências reguladoras do País. Nós precisamos ter um parâmetro de medir a produtividade dessas agências. Eu poderia discorrer aqui inúmeros casos e conceitos a respeito dos seus mandatos, da produtividade da Anvisa, Anac, Antaq, ANTT. O senhor já ouviu aqui hoje várias reclamações. Isso está muito solto, certo? Eu penso que o Tribunal de Contas pode dar uma grande contribuição em encontrar uma correção – eles vêm sempre aqui no Senado –, um parâmetro técnico de avaliação do desempenho, da produtividade dessas agências reguladoras.

E me somo aos outros colegas sobre as obras inacabadas. É um absurdo o que nós estamos vendo no Brasil todo ao longo de décadas. Eu destaco as creches inacabadas. No meu Estado, provavelmente há quase 70, e nós estamos com a meta um do PNE – que é o Plano Nacional de Educação –, exatamente das creches, longe de ser cumprida.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, este descasamento é o meu terceiro ponto: uma lei, que é o Plano Nacional de Educação, descasada com o Orçamento-Geral da União. Então, se eu tenho uma meta, ela é lei, foi aprovada pelo Congresso Nacional, cadê o orçamento para embasar essas metas? Porque, senão, ficam leis fictícias e que nunca serão cumpridas.

Então, eu junto uma com a outra: esse tanto de creches inacabadas no Brasil inteiro ajudaria muito a cumprir a meta um do PNE, encontrando a solução. Eu sei que é difícil, mas não é impossível, impossível é só a morte. Então, vamos encontrar as cabeças no tribunal, com tanta competência que há lá, para dar uma decisão sobre as obras inacabadas, especialmente as creches neste momento.

É isso. Desejo boa sorte ao senhor e que faça lá um grande trabalho.

Obrigada.

Passo a Presidência ao Senador Omar Aziz, Presidente desta Comissão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Enquanto o Senador assume, eu gostaria também de que, nessa linha de raciocínio da Senadora Kátia, fosse falado um pouco sobre o volume de recursos parados nos Executivos no Brasil, que são muitos bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra.

O SR. JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO (Para expor.) – Senador Diego Tavares, V. Exa. fez uma colocação a respeito da padronização da atuação dos tribunais de contas estaduais, colocação também feita pelo Senador Alessandro Vieira sobre a qual deixei de me manifestar oportunamente.

O papel do Tribunal de Contas estadual guarda a mesma similaridade daquele do Tribunal de Contas da União. A previsão constitucional é a mesma, espelhada para o exercício dentro dos tribunais. O Tribunal de Contas da União avocar isso para estabelecer a padronização de ações não me parece que tenha respaldo legal, mas, sem dúvida alguma, é uma articulação que pode ser feita. O Tribunal de Contas tem uma *expertise* de alcance nacional, tem uma capilaridade em todo o País e pode, sim, dialogar com os Tribunais de Contas estaduais, entendendo por estabelecer padrões de atuação que, sem dúvida alguma, trazem mais segurança aos gestores.

A Senadora Leila, a quem agradeço a permanência na sessão desde o início até o momento, fala sobre a questão da corrupção, assim como vários Senadores falaram. A





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corrupção, sem dúvida alguma, é o maior câncer de um país. A corrupção afeta todas as áreas de um Governo e, sem dúvida, deve ser uma preocupação muito forte. O Ministério Público de Contas, junto ao TCU, como mencionado por V. Exa., tem feito, sim, um trabalho diligente, mas também se manifesta a partir de impulsos trazidos pelos próprios órgãos de controle interno no âmbito da Administração Pública Federal, por exemplo, a Controladoria-Geral da União, e por denúncias e representações que são feitas nos mais variados canais de comunicação efetivos que existem na sociedade e de representantes da sociedade com o TCU.

O papel do TCU, também cobrado aqui por diversos Senadores, é muito claro no sentido de que é um órgão de controle externo auxiliar da função que é do Congresso Nacional, do Poder Legislativo Federal. Legislar e executar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial é um papel do Poder Legislativo e o Tribunal de Contas atua de forma técnica como um órgão de controle externo vinculado a essa função que é primordial do Parlamento brasileiro. Nesse sentido, sim, entendo que deve haver um estreitamento para aperfeiçoamento dessa comunicação e efetividade da atuação do Tribunal de Contas da União, lastreado sempre pelos princípios da Administração Pública, dentre os quais a senhora mencionou um muito importante, que é a motivação dos atos. Então, o TCU também deve motivar seus atos e demonstrar a legalidade da sua atuação no exercício desse controle.

Senador Zequinha Marinho, agradeço pela gentileza das palavras. Corroboro com o senhor, e manifestei isso anteriormente aqui, com relação à questão da ação preventiva do Tribunal de Contas. E aí trago como um aprendizado de vida a que tive oportunidade, como policial militar. A polícia militar tem a função precípua de agir ostensivamente, preventivamente. E, logicamente, depois que um crime ocorre, em tese, nós falhamos na prevenção e o dano para a sociedade é muito maior. Guardadas as devidas proporções, o Tribunal de Contas também deve ter uma face preventiva orientadora aos gestores públicos para evitar que o desperdício, o dano ao Erário aconteça.

Então, é óbvio que, se isso ocorrer, deve-se apurar a responsabilidade, dimensionar o dano e responsabilizar aqueles que causaram dano ao Erário, mas tanto melhor que nós tenhamos a construção de um sistema que possibilite uma orientação mais clara aos gestores.

O Senador mencionou a questão das obras aqui da BR-158, que é um problema seríssimo que se arrasta há alguns anos. Cito aqui, por exemplo, uma inovação da Lei Anticorrupção, que são os acordos de leniência que a CGU faz, as tratativas, sem prejudicar a apuração futura do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dano e a responsabilização, para que não haja paralisação das obras. Já é um caminho, uma evolução construída pelo Parlamento.

Senador Wellington Fagundes, o senhor me pergunta uma palavra que seria o meu foco da atuação. E aí falo para o senhor, com total segurança: seria desburocratização. Então, algo que aprendi, me aprofundando um pouco mais no Poder Legislativo Federal, é a quantidade de normas que existem no nosso País hoje, de normais em vigor: quantidade de leis, quantidade de decretos, quantidade de instruções normativas, de portarias, nos mais diversos níveis, o que torna a vida do gestor praticamente impossível. Ele não consegue ter a compreensão plena de todo o arcabouço normativo vigente. Então, se eu tiver um foco de atuação, se for honrado com essa possibilidade, será o foco da desburocratização, para tornar mais fácil o acesso das pessoas e dos gestores na gestão pública e da população no acompanhamento também.

Por fim, Senador Randolfe Rodrigues, a quem agradeço pela gentileza das colocações e das ponderações muito pertinentes, o senhor me fala sobre atos ocorridos no Governo. Em respeito a V. Exa. vou manifestar a opinião, como solicitado, sabendo que não é o escopo aqui da sabatina. Primeiro foi a questão da transferência para o Ministério da Agricultura (MAPA) da questão da demarcação de terras indígenas. O problema fundiário brasileiro é muito amplo; isso inviabiliza muitos Estados, sobretudo Estados do Norte. Deve ser tratado com muita responsabilidade, tratando com respeito e dignidade aqueles que habitam o solo desde sempre, a sua história, de acordo com o reconhecimento que a Constituição já faz, e, sobretudo, possibilitando uma solução definitiva, que o Estado brasileiro ainda não conseguiu avançar. Então, foi uma tentativa de centralizar esforços técnicos para fazer a regularização fundiária no País, sem prejuízo das políticas de apoio às comunidades indígenas.

Quanto à supervisão de ONGs, isso já era uma competência anterior de outros governos que foi colocada, no início do nosso Governo, na Secretaria de Governo (Segove), inicialmente com Gen. Santos Cruz, hoje coordenada pelo Gen. Ramos. Essa questão da supervisão não é um monitoramento das atividades, mas é uma interação do papel que essas organizações não governamentais fazem e que podem ser levadas ao Poder Executivo para execução de políticas públicas, como é feito, por exemplo, na Secretaria de Assuntos Federativos, que trata com Estados e Municípios. Então, os movimentos sociais são importantes, trazem grandes contribuições e foi com esse escopo que foram colocados sob a coordenação da Secretaria de Governo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O veto à obrigatoriedade das máscaras foi uma posição do Presidente da República em observância à visão dele e à legitimidade que confere o mandato do interesse público, na qual ele entendeu que essas políticas definidoras de isolamento social e de restrição de acesso a determinados locais e uso de máscaras, por exemplo, ficaram, sob a avaliação do Supremo Tribunal Federal, colocados à responsabilidade de Estados e Municípios. E o Presidente da República tem essa legitimidade de apor vetos que serão posteriormente analisados pelo Congresso Nacional.

Então, o Presidente pode vetar dispositivos aprovados pelo Parlamento, por interesse público ou por questões jurídicas – nesse caso, foi um veto por interesse público, que está sob revisão do Parlamento, mas foi a manifestação de vontade do Presidente.

A responsabilização dos servidores públicos numa medida provisória que nós encaminhamos sobre a flexibilização dessa responsabilização durante a pandemia. Não era uma ausência completa de responsabilização, até porque a legislação hoje já traz a figura do erro grosseiro ou de outros mecanismos de haver a responsabilização. É que, diante de um cenário atípico para todos, nós não poderíamos ter uma paralisação de ações de compras de medicamentos, insumos para fazer frente à pandemia, sendo que o gestor ficaria engessado na sua posição, com receio de responsabilização. Então, isso foi feito de uma maneira muito pontual, colocando os critérios, em que casos seria feito isso, mas nunca sem afastar a responsabilidade. A responsabilidade, havendo dolo, sempre seria apurada, e isso não foi objeto de manifestação do Governo Federal.

Por fim, o senhor fala sobre a repartição de competências entre União, Estados e Municípios, no que diz respeito à Covid. O tema foi uma novidade para todos, acho que houve uma maturidade desse assunto à medida que se desenvolveu, e o Parlamento soube avançar naquilo que foi possível, o Executivo manifestou aquilo que pôde fazer e exerceu a sua atividade de realizar as políticas determinadas pelo Parlamento, e o Judiciário fez o arbitramento daquilo que houve em termos de discordância e divergência. O Tribunal de Contas atuou também, de forma concomitante, com um programa específico no acompanhamento dessas atividades. E entendo que, diante da gravidade da crise que a pandemia nos trouxe, tanto sob o aspecto da saúde, quanto também sob a questão dos impactos econômicos decorrente dela, o Estado brasileiro, unindo forças, conseguiu as melhores soluções dentro dessa atipicidade.

E é importante... O senhor faz uma fala muito importante a que eu me somo, no sentido de nós buscarmos o diálogo, a construção, as melhores práticas, respeitando as divergências,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeitando as opiniões diversas, porque, na diversidade, nós conseguimos crescer, e é importante que nós tenhamos um tempo de paz para construir uma sociedade melhor, com menos conflitos. A divergência de ideias não necessariamente precisa se materializar em um conflito, em um embate, mas sim em um engrandecimento daquilo que defendemos na construção dos consensos possíveis, nem sempre aquilo que desejamos.

A Senadora Kátia Abreu – a quem agradeço também a gentileza, no tempo em que conduziu aqui a reunião, e pelas palavras que fez – traz uma preocupação referente à questão das agências reguladoras. Nós temos aí uma questão muito sensível em que nós não podemos invadir o papel das agências com relação ao seu poder regulatório, mas, como toda entidade pública ou privada que detenha, guarde ou gerencie recursos públicos, deve ser sim fiscalizada, e essa atribuição o Tribunal de Contas já tem.

Por fim, essa questão de que a senhora trata do PNL descasado do orçamento. É óbvio que isso é um esforço conjunto. Nós, como sociedade, temos que cobrar que cada Poder exerça a sua parcela de atividade da melhor forma possível, mas sobretudo fazer com que as pessoas mais simples que nos ouvem agora, em transmissão aqui pela TV Senado, tiveram a oportunidade de ouvir este debate, de ver este debate e entender que é o momento de nós construirmos uma sociedade melhor. Então, nós aprendemos muito com todas as dificuldades que tivemos, mas sobretudo pensar em tudo o que fazemos, seja aprovando leis, executando essas leis no Executivo ou cobrando a implementação delas, o benefício é da sociedade, que é a destinatária real de tudo aquilo que nós produzimos e fazemos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Ministro.

Eu acho que nós tivemos aqui perguntas e respostas. O importante é que nós chegamos ao final desta reunião.

Eu queria pedir à assessoria que pudesse abrir o painel para a gente saber a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Jorge Oliveira: votaram 26 Senadores.

SIM, 23; NÃO, 03.

Parabéns, Jorge! Mais tarde...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu aqui faço adendo sobre a fiscalização de obras do Minha Casa, Minha Vida. O meu Estado tem muitas casas paradas. Lá trás, nós tivemos uma reunião com o Presidente Temer, foi feita uma comissão e que nós daríamos andamento em obras de até R\$10 milhões. Eu não sei se o Líder Fernando Bezerra se lembra dessa estratégia que foi montada para que a gente pudesse concluir o máximo... O que aconteceu? No Minha Casa, Minha Vida, a faixa de valores não dava para cumprir, os reajustes eram pequenos e tal. E há muitas casas inacabadas Brasil afora. É um dinheiro jogado fora. Muitas delas hoje para retomar vai custar mais caro do que era no momento em que foi assinado o contrato.

Então, é uma coisa também que V. Exa., chegando ao Tribunal de Contas da União, poderia dar uma olhada com carinho.

Senador Fernando Bezerra, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria requerer o regime de urgência para a apreciação imediata pelo Plenário da indicação do Ministro Jorge Oliveira para o Tribunal de Contas da União, que submetesse ao Plenário desta Comissão.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 6****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 23, DE 2020**

Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 61 de 2020, que “Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “b”, e do art. 73, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Senhor JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, em vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Múcio Monteiro Filho”.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Requerimento de urgência solicitado pelo Senador Fernando Bezerra.

Em discussão.

(Pausa.)

Em votação.

Os que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Iremos encaminhar à Presidência do Senado e, se possível, votar ainda hoje o nome do indicado para o Tribunal de Contas da União.

Parabéns, Ministro! *(Palmas.)*

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, o item extrapauta do financiamento do BNDES...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos a CVM...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós temos um extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um minuto para a Senadora Kátia. Só um minutinho, porque isso é muito importante para o Brasil também...

Nós temos aí US\$750 milhões para serem aprovados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Esses recursos são para financiamento parcial do 2º Programa do Convênio de Linha de Crédito Condicional BID–BNDES.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 3****MENSAGEM (SF) Nº 48, DE 2020**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminha proposta de operação de crédito externo no valor de US\$ 750,000,000.00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “2º Programa do Convênio de Linha de Crédito Condicional BID - BNDES de Financiamento a Investimentos Produtivos e Sustentáveis”.

Autoria: Presidência da República

Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos do PRS que apresenta.

Com a palavra a Relatora desse empréstimo, a Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Nós iremos ter ainda a sabatina da CVM. Eu pediria aos Senadores – eu acho que não será tão demorada como foi essa – manterem o quórum. Eu não vou encerrar a reunião para a gente manter o quórum.

Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero agradecer ao Senador Omar Aziz por pautar esta matéria da maior importância, ao Senador Fernando Bezerra, ao Senador Jorginho Mello, ao Senador Marcos Rogério, ao Senador Renan, que fizeram todo um trabalho para que esta matéria pudesse estar aqui. Então, vamos ao relatório.

Encontra-se em análise no Plenário a Mensagem do Senado Federal nº 48, de 2020, da Presidência da República, que encaminha proposta relativa à solicitação da concessão da garantia da União à operação de crédito externo no valor de US\$750 milhões, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) – em reais: R\$10 bilhões.

Os recursos da operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do 2º Programa do Convênio de Linha de Crédito Condicional BID–BNDES de Financiamento a Investimentos Produtivos e Sustentáveis, cujo objetivo consiste na promoção e inovação no acesso a crédito multissetorial de médio e longo prazos pelas micro, pequenas e médias empresas, visando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuir para a geração de emprego e renda e para a promoção da competitividade e da sustentabilidade no Brasil.

A função específica do recurso é:

- 1) aumentar e fortalecer o acesso das micro, pequenas e médias empresas ao crédito, inclusive por meio de novas oportunidades abertas por canais digitais; e
- 2) garantir a disponibilidade de financiamento de médio e longo prazos para as MPEs e médias empresas, no Brasil.

Essa primeira parte é de US\$900 milhões; a segunda deverá ser encaminhada ao Senado Federal brevemente, dando um total de US\$10 bilhões para as micro e pequenas empresas. São mais recursos que se juntam ao Pronampe, que se juntam ao Pese, que se juntam ao FGI, às maquininhas, e que vão dar uma soma de R\$118 bilhões, ao final e ao cabo, num tíquete médio de R\$60 mil que poderá atingir até 20%, 25% das micros e pequenas empresas do País.

No tocante ao custo da operação, a STN salienta que a Taxa Interna de Retorno (TIR) calculada para a operação foi de 3,23% ao ano, com duração de 12 anos, estando em patamares aceitáveis considerando o custo de captação do Tesouro no mercado internacional, na data de referência.

Quanto à capacidade de pagamento do mutuário, a Coordenação-Geral de Participações Societárias (COPAR/STN), informa que o valor total do empréstimo com o BID, de US\$750 milhões, é bastante modesto quando comparado ao passivo total do banco, sem impacto relevante sobre o nível de endividamento da instituição.

Voto.

Diante do exposto, conclui-se que a operação de crédito a ser celebrada pelo BNDES encontra-se de acordo com o que preceituam a Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo ser concedida a garantia à operação de crédito externo pretendida, nos termos da seguinte resolução.

Esse é o voto, Sr. Presidente, pela aprovação.

E gostaria de registrar que fizemos uma reunião como o BNDES, ainda ontem, para que pudessemos, desses recursos, priorizar maciçamente as OSCIPs de créditos, as *fintechs* e as cooperativas de crédito; e principalmente esses três segmentos de crédito vão priorizar ainda,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

além dos micro e pequenos, os "micromicros", que têm crédito de até R\$15 mil, até R\$20 mil. Então, eu tenho a convicção de que o BNDES vai cumprir o que conversamos ontem, numa grande reunião com todas essas instituições, e priorizar, desses R\$10 bilhões – agora são R\$5 bilhões e posteriormente, mais R\$5 bilhões –, para não pegarem apenas as *fintechs* das grandes corporações, mas as *fintechs* menores, as cooperativas de crédito e as OSCIPs de crédito que já estão credenciadas pelo Banco Central.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

E parabéns por ter pautado esta matéria de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O Senador Fernando Bezerra também veio insistindo bastante para que a gente colocasse essa pauta, V. Exa. também ontem falou comigo. E, felizmente, estamos votando.

Em discussão o relatório da Senadora Kátia. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o empréstimo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Peço urgência para o Plenário, Sr. Presidente.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 7****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 24, DE 2020**

Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 48 de 2020, que “Encaminha proposta de operação de crédito externo no valor de US\$ 750,000,000.00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinam-se ao financiamento parcial do “2º Programa do Convênio de Linha de Crédito Condicional BID - BNDES de Financiamento a Investimentos Produtivos e Sustentáveis”.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pedido de urgência é a solicitação do Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que aprovam o pedido de urgência permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o pedido de urgência.

O Senador Ciro é o Relator.

1ª PARTE**ITEM 2****MENSAGEM (SF) Nº 55, DE 2020**

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor ALEXANDRE COSTA RANGEL, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com mandato até 31 de dezembro de 2024, em vaga decorrente do término do mandato de Carlos Alberto Rebello Sobrinho.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Ciro Nogueira

Relatório: Pronto para deliberação



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Reunião destinada à arguição do indicado para o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Eu pediria aos Senadores para a gente manter o quórum aqui para votar.

Eu queria convidar o Sr. Alexandre Costa Rangel para que se encaminhe até aqui para ser sabatinado.

Por favor, Líder Fernando Bezerra, acompanhe o Sr. Alexandre Costa Rangel. *(Pausa.)*

Eu concedo a palavra ao Relator Ciro Nogueira para que proceda à leitura do seu relatório sobre a indicação.

Com a palavra o Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Como Relator.) –
Perfeito, Sr. Presidente,

Nosso relatório é bastante sucinto.

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 55, de 2020, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Alexandre Costa Rangel para o exercício do cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, com mandato até 31 de dezembro de 2024, em vaga decorrente do término do mandato de Carlos Alberto Rebello Sobrinho, conforme o disposto no art. 52, inciso III, da Constituição Federal, e no art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

É da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. No âmbito do Senado Federal, o assunto cabe à Comissão de Assuntos Econômicos.

Registra-se que, neste particular, o indicado apresentou documentação que atendeu às exigências referentes ao processo de aprovação de autoridades de que trata o Ato nº 2, de 2011 – CAE.

A Lei nº 6.385, de 1976, dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. O referido art. 6º estabelece que a Comissão de Valores Mobiliários será





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrada por um Presidente e quatro Diretores, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal, dentre pessoas de ilibada reputação e reconhecida competência em matéria de mercado de capitais.

O Sr. Alexandre Costa Rangel é brasileiro, graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e sócio-fundador da Costa Rangel Advogados, com atuação especializada em mercado de capitais, fundos de investimentos, financiamentos estruturados, contencioso administrativo e contencioso societário. Além disso, atuou também na área de direito societário e mercado de capitais em diversos escritórios, entre eles, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro Advogados; Brasil, Pereira Neto, Galdino, Macedo Advogados... Junto à CVM, trabalhou na assessoria do colegiado, vinculado diretamente à ex-Diretora Norma Jonssen Parente. Ademais, foi advogado da Brasil Telecom S.A. e assessor jurídico de membro titular do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Por fim, cumpre mencionar que o indicado foi professor substituto da graduação da Faculdade de Direito da PUC-Rio, pela qual eu me formei, de 2013 a 2015, nas disciplinas Regulação do Mercado de Capitais e Direito Societário; é membro titular da Comissão de Mercado de Capitais da OAB/RJ e membro titular da Comissão de Direito Societário e Mercado de Capitais do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e já resumido e considerando tratar-se deliberação que resultará de voto secreto, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a condução do nome do Sr. Alexandre Costa Rangel para o cargo de Diretor da CVM.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou conceder a palavra, por dez minutos, ao Sr. Alexandre Costa Rangel e aí abrirei para as perguntas da sabatina.

Com a palavra V. Sa. por dez minutos.

O SR. ALEXANDRE COSTA RANGEL (Para expor.) – Obrigado.

Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo. Sr. Senador Plínio Valério, Vice-Presidente desta Comissão; Exmo. Sr. Senador Ciro Nogueira, Relator do processo que trata da minha indicação; Exmas. Senadoras e Exmos. Senadores, boa tarde a todos!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, parabenizo V. Exas. pelo esforço concentrado, que viabilizou a realização desta sabatina, e agradeço pela oportunidade de me apresentar como indicado ao cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Nesta exposição, em respeito ao tempo de V. Exas., prometo ser breve.

Pelos motivos que apresentarei a seguir, entendo que minha formação acadêmica, experiência profissional, qualificação técnica e espírito público atendem aos requisitos necessários que me credenciam para contribuir, de modo relevante, para o desenvolvimento dos trabalhos da CVM.

Sou advogado, graduado pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, uma das mais tradicionais instituições de ensino jurídico do País. Não sou filiado a partido político. Trabalho há 19 anos no mercado de capitais, com experiência tanto na esfera pública quanto na iniciativa privada.

Tive o privilégio de começar a minha carreira como estagiário no Colegiado da própria CVM, com uma passagem profissional da qual tenho muito orgulho. De 2002 a 2004, integrei a equipe que assessorava uma das diretorias da casa. Naquele momento, minhas atividades incluíam o estudo e a análise de questões complexas relacionadas ao mercado de valores mobiliários, à legislação societária, a companhias abertas, a fundos de investimento, entre outras.

Ainda no setor público, entre 2008 e 2010, trabalhando aqui em Brasília, fui assessor jurídico de um dos conselheiros do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. O Conselhinho, como é conhecido, é a entidade responsável pelo julgamento em segunda instância das decisões proferidas pela CVM, pelo Banco Central e por outros órgãos.

Além dessas experiências no setor público, dediquei a minha carreira à iniciativa privada, com a prática da advocacia especificamente voltada para o mercado de capitais e questões regulatórias. Como advogado e depois como sócio de escritórios especializados na área, atuei como assessor legal de emissores, intermediários e outros participantes do mercado. Trabalhei em diversas ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, bem como na estruturação de fundos de investimento e de outros produtos. Tive também a oportunidade de assessorar companhias abertas, seus acionistas e administradores nos mais variados temas relacionados à regulação do mercado de capitais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou autor de artigos e de trabalhos técnicos de Direito, divulgados em algumas das principais publicações especializadas no Brasil, sobre assuntos relativos às atividades da CVM, tais como fundos de investimento, securitização e agentes autônomos.

Integrei algumas das principais comissões jurídicas brasileiras dedicadas ao estudo de matérias atinentes ao mercado de valores mobiliários e ao Direito Societário, a saber: Comissão Jurídica da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca); Comissão de Direito Empresarial do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB); Comissão de Direito Societário e Mercado de Capitais do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial, (Ibrademp); e Comissão de Mercado de Capitais da OAB-RJ.

Como todos sabem, a CVM tem como principal atribuição a regulação do mercado de valores mobiliários. É a autarquia responsável pela edição de normas, orientação de investidores, fiscalização de prestadores de serviços e aplicação de penalidades por irregularidades praticadas no mercado de capitais.

Trago aqui alguns números atualizados do ambiente regulado pela CVM que ilustram a importância da atuação da autarquia. Existem hoje, por exemplo, mais de 330 companhias abertas cujo atual valor total de mercado é de aproximadamente R\$5 trilhões, equivalente a 70% do PIB brasileiro de 2019. Estamos falando também de mais de 21 mil fundos de investimento, com patrimônio líquido total de R\$5,8 trilhões, equivalente a 80% do PIB. É um setor, portanto, de extrema relevância para o financiamento da atividade econômica produtiva no País.

O mercado de capitais brasileiro passa por um momento único e de intenso desenvolvimento. Conquistamos marcas notáveis em 2020, mesmo diante de uma pandemia sem precedentes na história. Apenas neste ano, registramos o volume recorde de aberturas de capital e ofertas subsequentes: foram mais de R\$94 bilhões levantados até agora. É a maior cifra anual atingida no Brasil. Alcançamos mais de 3 milhões de pessoas físicas registradas na bolsa de valores, um crescimento da ordem de 80% em apenas um ano. Anotamos também números consistentes e positivos de captações líquidas por fundos de investimento. Os fundos imobiliários hoje contam com mais de 1 milhão de investidores, um aumento de 66% em apenas um ano. Tivemos um crescimento expressivo de habilitações na CVM de novos gestores, plataformas de investimento e agentes autônomos. Ao todo, são mais de 70 mil pessoas jurídicas e pessoas físicas registradas e autorizadas pela CVM a atuar de alguma forma no mercado de valores mobiliários.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse quadro geral positivo reflete conquistas importantes e, com razão, vem sendo comemorado pelo mercado. No entanto, especificamente do ponto de vista da regulação, parece claro que a responsabilidade da CVM e os desafios a serem enfrentados ficam ainda maiores. Principalmente em um ambiente tão aquecido, precisamos lembrar que a regulação tem como objetivo central a correção de falhas de mercado de forma eficiente, rápida e equilibrada. Assimetria informacional, conflitos de agência, ausência de concorrência e perigo moral, por exemplo, são alguns dos exemplos de questões que podem justificar a intervenção regulatória do Estado. Sob o prisma da regulação de conduta prudencial e até mesmo sistêmica em alguns casos, devemos assegurar o chamado *enforcement* das regras, ou seja, garantir que a legislação e a regulamentação sejam efetivamente observadas pelos participantes do mercado. Para tanto, é importante analisar o impacto regulatório das normas aplicáveis com rigor verdadeiramente científico, sempre de forma técnica, transparente e imparcial.

Diante da inegável escassez de recursos e de tempo, também é fundamental focar nas questões de maior relevância que ajudem a consolidar o nosso mercado como um ambiente sério, justo e eficiente. Existem vários assuntos novos que aumentam a complexidade do mercado e devem ser acompanhados com atenção. Destaco aqui, por exemplo, o uso intensivo e crescente de tecnologia pelos investidores, emissores e intermediários, a profusão dos criptoativos, um maior interesse do investidor brasileiro por renda variável e por produtos de maior complexidade e o fortalecimento das finanças sustentáveis e dos conceitos ASG (ambiental, social e de governança).

Algumas iniciativas estratégicas que a CVM vem promovendo nos últimos anos são de extrema importância e precisam ser aprofundadas. Cito alguns exemplos. Primeiro, o projeto de redução do custo de observância, que busca eliminar redundâncias e racionalizar os custos diretos e indiretos suportados tanto pelo regulador quanto pelo mercado. Segundo, a supervisão, baseada em risco, um mecanismo regulatório que tem o nobre objetivo de identificar previamente assuntos mais relevantes, acompanhar de perto esses temas e, conforme o caso, antecipar a atuação da CVM frente a eventuais questões. Terceiro, a pauta de educação financeira e orientação aos investidores. Considerando o fenômeno de sofisticação dos produtos e serviços disponíveis, bem como o perfil mais jovem do investidor brasileiro, é importante incentivar o uso de canais de comunicação mais modernos e eficazes na disseminação de conteúdo educacional pelo regulador, inclusive por meio das redes sociais. Também merece destaque a agenda normativa divulgada no início do ano pela CVM, que apresentou, de forma adequada e transparente, um conjunto de temas a serem tratados ao longo do ano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre outras matérias, cabe citar aqui, primeiro, a regulamentação da Lei da Liberdade Econômica para indústria de fundos, um setor que, em suma, passará a contar com maior segurança jurídica para investidores e agentes de mercado. Segundo, a revisão das regras de ofertas públicas de valores mobiliários, o que representa uma preciosa oportunidade para democratizar ainda mais o mercado de capitais, tanto para investidores quanto para emissores. Terceiro, a edição de uma nova instrução sobre Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, os chamados FIDCs, atualizando o arcabouço regulatório desse importante veículo de financiamento, cada vez mais difundido no mercado, tanto por investidores quanto por tomadores, inclusive pelas *fintechs*.

Caminhando para a conclusão, é nesse contexto único e especialmente desafiador para a regulação do mercado de capitais que recebo, com muita honra, a indicação do meu nome para o cargo do Diretor da CVM. Caso aprovado nesta Comissão e no Plenário do Senado Federal, a minha atuação será pautada por independência, rigor técnico e eficiência. Será uma honra contribuir com os demais membros do colegiado da CVM e servidores do corpo técnico da autarquia. São profissionais extremamente qualificados, reconhecidos internacionalmente e que, apesar de todas as limitações de orçamento e de recursos, contribuem decisivamente para que o mercado de capitais brasileiro se desenvolva de forma consistente, justa e transparente.

Encerro aqui a minha apresentação, agradeço pelo tempo de V. Exa. e fico à inteira disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou abrir para a gente poder fazer as votações e vou passar a palavra ao Senador Jorge Kajuru. Se vira nos 30, Jorge! Trinta segundos!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpellar.) – Trinta segundos, primeiro, para te agradecer o costumeiro gesto de sempre entender a minha questão diabética, ao Rogério Carvalho da mesma forma. A Leila e a Kátia, as duas comem uma goiaba cada uma, e está tudo muito bem! Eu quero perguntar e almoçar depois!

Bom, Sr. Alexandre Costa, o mercado de capitais brasileiro ainda possui muitas ineficiências. Uma dessas falhas é percebida no mercado de aluguel de ações, onde a inexistência de um *book* de ofertas transparentes cria elevados comissionamentos tanto na oferta quando na demanda, o que impacta negativamente o pequeno investidor, Sr. Alexandre.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que se percebe é que o pequeno investidor é lesado em relação ao grande, pois não possui mesa de operação própria que reduz esse elevadíssimo custo de transação. Diante do caso, questiono – teria outras perguntas, mas pararei nessa –: há planos para se implementarem mecanismos que superem essa ineficiência do mercado? Que outras ineficiências V. Sa. já identificou no mercado e pretende, na condição de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), atuar para superar?

Presidente, eu paro por aqui. O senhor pediu para eu me virar nos trinta. É triste lembrar do Faustão, mas lembrei. Fiz só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que o carinho que eu tenho por V. Exa. me permite fazer esse tipo de ação. Eu sei que V. Exa. é muito sucinto e muito explicativo quando fala. Não é de lero-lero. É objetivo.

Senador Rogério Carvalho e, depois, Senador Izalci. Infelizmente, Izalci, aqui não tem pela idade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Presidente, eu vou ser breve também.

Primeiro, eu queria indagar ao nosso sabatinado para a vaga da CVM se ele prestou serviços para a Venture Capital – essa é a primeira pergunta – e se as debêntures que foram emitidas com o aval e o parecer dele foram debêntures que tinham relação com regimes próprios de previdência. A gente sabe que esses regimes próprios de previdência têm sofrido uma ação fraudulenta de várias instituições que buscam esse recurso prometendo ganhos, e, na verdade, a gente tem visto que é feito investimento em papéis que não retornam em ganhos ou significam ganhos para essas empresas. Então, a pergunta que eu faço é se o senhor realizou outras diligências de mesma natureza em operações semelhantes, vale dizer, em oferta de valores mobiliários sem registro na CVM, cujos investidores finais são RPPS. Essa é uma pergunta.

A segunda: tais operações tiveram algum tipo de problema semelhante aos que envolveram a operação da Venture Capital? E a questão que eu fiz inicialmente, só para lembrar: se V. Exa. de fato prestou serviço para a empresa Venture Capital, que tem um processo na CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Izalci.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Primeiro, quero cumprimentar o nosso sabatinado, Sr. Alexandre. Vou fazer aqui algumas colocações bem rápidas também.

Primeira questão: as inovações tecnológicas e financeiras trazem inúmeros benefícios à sociedade em termos de aumento da produtividade e dos investimentos, bem como também na melhoria da gestão de riscos; porém, as inovações tecnológicas sem a devida regulamentação costumam engendrar crises como, apenas para exemplificar, as mais recentes nos Estados Unidos. Refiro-me à crise gerada pela bolha das empresas de tecnologia, as chamadas ponto com, e a crise também do *subprime*, que teve várias causas, e uma delas certamente foi a regulação financeira equivocada.

Atualmente, os riscos cibernéticos e das moedas digitais como o bitcoin parecem as mais evidentes preocupações em termos de danos potenciais para os mercados afetos à regulação, supervisão e fiscalização da CVM. Qual é a sua percepção sobre o assunto? Como V. Sa. compara a atuação da CVM com as de outros países em relação a este tema?

A segunda: o que V. Sa. pensa acerca da estrutura do mercado de títulos mobiliários no Brasil? O fato de termos o monopólio em relação às negociações e custódia de determinados valores mobiliários não acaba elevando os custos e diminuindo o acesso das empresas, particularmente as de médio porte, aos recursos do mercado acionário brasileiro?

Por último, com base na Lei nº 6.385, de 1976, a CVM deliberou sobre o chamado termo de compromisso em que o acordo suspende o processo administrativo para apurar eventuais ilicitudes de conduta no mercado de valores mobiliários. Como V. Sa. percebe o uso do termo de compromisso no Brasil como mecanismo para corrigir e prevenir ilícitos administrativos? Em sua percepção, ele tem sido eficaz em seus objetivos de agilizar os benefícios e diminuir as ilicitudes ou tem sido fonte de impunidade?

São essas as minhas indagações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Leila com a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento o sabatinado, Sr. Alexandre Costa.

Eu serei rápida.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação aos dois a cinco próximos anos, serão difíceis, Sr. Alexandre, em todos os setores do País. Como o senhor vê o cenário da regulação do mercado de valores mobiliários nesse contexto?

Há várias experiências de inovação hoje em andamento no mercado financeiro, dentre elas o *crowdfunding* de impacto, onde podemos criar alternativas para financiamento de pequenas e médias empresas e negócios de impacto social via financiamento intermediado por uma plataforma. A CVM fez a primeira regulamentação. Como o senhor vê a possibilidade de ampliarmos essas alternativas de financiamento?

Boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o senhor... Senadora Kátia, ele vai responder os quatro primeiros Senadores, depois a senhora se posiciona, por favor.

Agora, eu pediria aos Senadores que estão nos seus gabinetes ou... Para que a gente possa ter o quórum da votação, eu precisaria fazer um apelo aos Senadores para virem votar na Comissão.

Muito obrigado.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o indicado, Alexandre Costa Rangel.

O SR. ALEXANDRE COSTA RANGEL (Para expor.) – Obrigado. Seguirei aqui a ordem cronológica das ponderações e dos questionamentos e espero ser o mais breve possível.

Começando pela questão do Senador Kajuru, ele tratou aqui de ineficiências que podem ser identificadas no mercado de capitais, sobre especificamente o aluguel de ações, que o Senador Kajuru também pontuou, e de um eventual desfavorecimento ou prejudicialidade que o pequeno investidor no Brasil ainda tem, comparado aos investidores chamados institucionais ou investidores profissionais, com um nível de recursos e com uma quantidade de recursos muito mais robusta.

Com relação às ineficiências e essa distinção do pequeno investidor, é importante notar que a CVM tem um mandato legal que combina dois objetivos que, em tese e a princípio, poderiam parecer contraditórios. Eu vejo como uma primeira missão institucional da CVM





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

basicamente a de desenvolvimento do mercado, portanto é um poder-dever que a CVM possui de estimular o maior número de companhias abertas, estimular e regular o mercado de capitais de forma eficiente para que a poupança pública enxergue no mercado de capitais uma boa opção, uma opção segura, justa e eficiente para que a poupança popular seja usada para o financiamento de atividades econômicas produtivas. E o que a gente vê, então, é uma segunda perna do que seria o mandato da CVM: que, por um lado, ela precisa desenvolver o mercado, mas, por outro também, ela precisa ter uma atenção e um carinho todo especial com a proteção do investidor.

Então, ao mesmo tempo em que você estimula um desenvolvimento mais incisivo do mercado de capitais, você também precisa, como órgão regulador, ter a atenção para que esse desenvolvimento ou aquecimento tão expressivo, como a gente vem passando, não exponha os investidores em geral a um risco excessivo ou não exponha os investidores em geral a situações e a práticas irregulares cometidas pelos participantes do mercado.

Então, basicamente sobre as ineficiências e o exercício do mandato legal, esse poder-dever que eu mencionei da CVM passa muito por uma intervenção regulatória focada em reduzir essas ineficiências, em reduzir essas questões de assimetria informacional, por exemplo, reduzir as chamadas – a literatura especializada se refere assim – falhas de mercado. Então, eu acho que as ineficiências podem ser adequadamente gerenciadas, equacionadas e, conforme o caso, punidas de forma muito exemplar pela CVM, de forma eficiente, de forma muito rápida.

Avançando para o questionamento do Senador Rogério, ele me questiona... Só uma pequena correção: ele se referiu ao Conselho de Valores Imobiliários; na verdade, estamos falando aqui, portanto, da Comissão de Valores Mobiliários, um pequeno esclarecimento de ordem formal que me parece importante. O Senador Rogério me pergunta especificamente sobre determinadas debêntures. Na minha atividade, à exceção de duas passagens pela esfera pública, na própria CVM e no "Conselhinho", que é a segunda instância, eu dediquei aproximadamente 19 anos da minha carreira para a iniciativa privada. Eu assessoriei literalmente mais de 1,5 mil operações e, como assessor legal dessas operações – e todos os escritórios de advocacia especializados na área atuam dessa forma –, a gente tem uma atuação muito restrita, muito limitada. Elaboramos, portanto, minutas de documentos da operação, minutas de escrituras de debêntures, minutas de contratos de garantia e por aí vai. E especificamente, só para encerrar esse ponto, com relação aos potenciais investidores desses ativos, os escritórios de advocacia, de forma alguma, captam potenciais investidores. Sequer sabemos, temos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento de quais serão os investidores de todos os papéis nos quais a gente de alguma maneira assessora de forma sempre consultiva.

Portanto, com relação ao questionamento do Senador Rogério, seriam esses os meus esclarecimentos.

O Senador Izalci fala sobre inovações tecnológicas, criptoativos e como eu vejo a atuação com que a CVM poderia contribuir nessa esfera. Os criptoativos, Senador, passam por um momento extremamente aquecido também. Só no ano de 2020, tivemos um crescimento da ordem de 70% do volume dos fundos de investimento destinados ao investimento exclusivo em criptoativos – lembrando que, pelo nosso arcabouço regulatório de hoje dos fundos de investimento registrados para funcionar e autorizados a operar aqui no Brasil, pela Instrução da CVM 555, esses criptoativos não podem integrar a carteira dos nossos fundos de investimento de forma direta. O que existe de forma expressa por parte da CVM é uma orientação, é uma permissão para que os fundos de investimento locais, brasileiros, possam investir em cotas de emissão de fundos de investimento no exterior; por sua vez, seguidos determinados requisitos, trâmites e filtros próprios nas jurisdições de funcionamento desses outros fundos, aí sim, há autorização expressa por parte do regulador, por parte da CVM, para que esses fundos nacionais brasileiros invistam em fundos estrangeiros que, por sua vez, tenham sua carteira formada por esses criptoativos.

É uma forma ainda, eu diria, inicial. Diversos outros países passaram, literalmente, por essa revolução tecnológica, uma inovação e, como mencionei no meu discurso de apresentação, um momento muito disruptivo, um momento de muitas inovações tecnológicas. E a CVM tem olhado com muita atenção para os núcleos de responsabilidade que integram a esfera de competência da própria CVM, ou seja, a CVM, por meio de ofícios circulares editados pelas áreas técnicas, tem reforçado todo o dever de diligência que é cobrado, é imposto e é fiscalizado dos prestadores de serviço brasileiros autorizados a funcionar, portanto, no Brasil e que têm especificamente todas as atribuições e os deveres de diligência para verificar também regras de *suitability*, que são basicamente aquelas regras que impõem aos prestadores de serviços dos fundos uma verificação da adequação daquele produto, daquela cota, daquele fundo de investimento, comparativamente ao perfil de risco do próprio investidor. Então, há um controle, historicamente, eu diria, muito bem exercido e exercitado pela CVM neste sentido de definir esses núcleos de responsabilidade que integram a esfera de competência da CVM e atuar efetivamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda pergunta do Senador Izalci trata de como eu vejo o mercado, ainda com um difícil acesso ao mercado por parte das empresas pequenas e médias. Sobre esse ponto, Senador Izalci, me parece muito importante falar de um movimento local, eu diria, brasileiro, por conta basicamente do fenômeno das taxas de juros – em termos nominais, em torno de 2% hoje, mas em termos reais, juros, na verdade, negativos, comparativamente. Você tirando os custos diretos, indiretos, impostos acaba quase que empurrando a poupança e os investidores em geral para ativos mais sofisticados e ativos um pouco mais estruturados e, portanto, mais arriscados talvez.

Lembrando que em 2016 a nossa taxa de juros era de 14% ao ano, o que, de certa forma, funcionava como um verdadeiro desincentivo para que a poupança popular procurasse o mercado de capitais como uma fonte efetiva e rentável de canalização dos recursos. Então, eu vejo uma agenda muito importante, Senador, o que a gente chama, no mercado, de democratização do mercado de capitais, o que ocorre não só por parte dos investidores. A CVM vem promovendo um projeto muito importante de redução do custo de observância e também de reformas específicas de normas que vedavam o acesso do investidor chamado de varejo, que é o investidor que não preenche nenhum dos requisitos de qualificação, não é nem investidor qualificado nem investidor profissional. A CVM vem liberando, cada vez mais, possibilidades de investimento para o investidor de varejo, o que é algo muito saudável e que precisa ser incentivado. Do contrário, você vai entregar para o investidor de varejo, na minha leitura, apenas e tão somente os tais 2% ao ano, de uma forma até desleal e antidemocrática, eu diria.

Mas é importante que esse movimento de democratização também aconteça não apenas sob o ponto de vista dos investidores, mas também do ponto de vista dos emissores. Existe uma iniciativa, eu diria, muito embrionária ainda, que ainda precisa ser testada e deve ser exercitada, que consiste no *sandbox* regulatório, que é uma espécie de ambiente regulatório experimental. Por meio dessas regras – existe uma instrução da CVM regulando esse ambiente –, em suma, a CVM reduz o custo de observância e os custos impostos aos emissores e estabelece determinados mecanismos e limites para que todo esse teste nesse ambiente regulatório experimental aconteça de forma controlada. O *sandbox*, do anglicismo, vem justamente de uma espécie de uma caixa de areia, um ambiente controlado e supervisionado em que a CVM, ao mesmo tempo em que incentiva a entrada de novos emissores no mercado de capitais, não abre mão de um controle rigoroso e eficiente de todas as inovações, para que isso não se traduza, num futuro próximo, em algum risco, por exemplo, sistêmico, talvez, ou em um risco que sujeite





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a poupança popular e os investidores a riscos e a irregularidades não previstos ou não vislumbrados pelos investidores.

Lembrando sempre que a CVM tem basicamente três esferas de regulação. Acho que é pertinente essa pergunta também para falar um pouco sobre isso. A gente costuma falar da regulação que historicamente a CVM sempre desempenhou, de forma muito adequada, que é a regulação de conduta, que nada mais é do que os processos sancionadores que a CVM aplica: uma vez identificadas as irregularidades, ela instrui um processo, ouve as partes e, ao final do processo, caso identifique as irregularidades, aplica as penalidades previstas na Lei 6.385. Essa seria a primeira dessas três pernas da regulação, que a gente chama de regulação de conduta.

A segunda abordagem regulatória, que também vem sendo muito usada, a gente chama de regulação prudencial, que nada mais é do que a edição de normas ou a criação de mecanismos de acesso, de qualificações técnicas, de qualificações de recursos financeiros por parte daqueles que pretendem prestar algum tipo de serviço ou pretendem atuar no mercado de valores imobiliários de alguma forma. A CVM, então, de forma prudencial – daí o nome –, estabelece determinados requisitos de acesso, limitando ou estabelecendo requisitos mínimos que precisam ser mandatoriamente observados por quem deseja, de alguma forma, participar do mercado.

E a terceira e última frente, que historicamente é exercida muito mais pelo regulador do mercado financeiro, notadamente o Banco Central, diz respeito à regulação sistêmica, que avalia eventuais questões, mecanismos ou práticas de mercado que, se constatadas determinadas irregularidades, podem levar a quebra de empresas, enfim, a situações que vão expor os investidores em geral a um risco, em um efeito bola de neve. Então, você tem a CVM, de forma mais ou menos recente, privilegiando também esse olhar sistêmico. Os grandes intermediários, os prestadores de serviço e os participantes do mercado de capitais em geral vêm ganhando um volume, um peso e uma representatividade muito grande. Então, é preciso que a CVM também tenha esse olhar sistêmico em menor escala, evidentemente, mas isso também é algo muito anotado e muito falado em artigos especializados mais recentes.

E, por fim, Senador Izalci, sua terceira pergunta tratava dos termos de compromisso. A leitura, em geral, do mercado, Senador, é, na minha opinião, uma leitura muito positiva em torno do termo de compromisso. O termo de compromisso tem um racional de eficiência, na minha opinião, muito bom; é um racional em que você consegue direcionar os recursos públicos do regulador para os assuntos que, de fato, mereçam e tenham ali uma representatividade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito alta e um impacto, que envolvam partes ou valores muito expressivos ou que, por qualquer outro motivo, precisem ser levados a julgamento. Então, você basicamente encerra aquele processo ou aquela investigação mediante um acordo em que não há um reconhecimento expresso ou jurídico de culpa ou de condenação. Então, tanto do ponto de vista do regulador quanto do participante de mercado, parecem existir diversas vantagens para que esse termo de compromisso desempenhe uma função relevante para um desenvolvimento seguro e saudável do mercado de capitais, lembrando que existe todo um trâmite muito bem regulado e muito bem exercitado internamente na CVM, com o Comitê de Termo de Compromisso, que estabelece e negocia os valores envolvidos ou quais serão as contrapartidas que os participantes precisarão mandatoriamente oferecer para que, de fato, o processo seja encerrado. Existe um juízo de conveniência e oportunidade também do interesse público por parte desse Comitê de Termo de Compromisso, que opina ao colegiado da CVM se faz sentido, na opinião do Comitê, encerrar aquele processo ou aquela investigação por meio dessa celebração de um termo de compromisso.

Seriam essas as minhas ponderações.

Por fim, com relação ao questionamento da Senadora Leila, sobre como eu vejo a regulação do mercado de capitais nos próximos anos, de fato, como eu disse na minha apresentação, é um momento desafiador, é um momento de muito aquecimento, é um momento em que você tem uma verdadeira explosão de pessoas físicas, um apetite do investidor médio e de varejo brasileiro com a bolsa de valores mobiliários. Você tem ali prestadores de serviços e intermediários, por meio principalmente das plataformas de investimento, com uma capilaridade muito intensa. Então, você tem ali um fenômeno da desbancarização. Historicamente, todo mundo tinha recursos, as suas respectivas poupanças aplicadas junto aos bancos. Elas têm tido acesso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alexandre, V. Exa. está se alongando muito.

O senhor tinha dez minutos para responder.

O SR. ALEXANDRE COSTA RANGEL – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senão a gente vai ficar aqui e, tecnicamente, são explicações que, da forma como você está explicando, a gente está captando muito pouco.

Senadora Kátia, por favor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Alexandre Rangel, eu gostaria apenas de fazer duas observações e gostaria que o senhor me respondesse posteriormente à sua aprovação, que deverá se dar no dia de hoje, depois, no Plenário, a respeito da emissão de debêntures. Hoje nós sabemos que apenas as empresas que são Sociedades Anônimas (S.As.) podem emitir debêntures. Hoje nós temos pouco mais de 1.040 empresas S.As. no Brasil, mas, ao contrário, nós temos 3,5 milhões de empresas que são Ltdas. Como nós poderíamos... Eu estou com um projeto de lei sendo escrito, para protocolar, fazendo a permissão para as Ltdas. também emitirem debêntures para que elas possam se autofinanciar. O crédito governamental diminuiu muito e os juros ainda para a pessoa jurídica estão muito altos. Então, como nós poderíamos permitir que as pequenas e médias pudessem também emitir debêntures? Nós sabemos que no Banco Central existe, para as grandes empresas S.As., quatro tipos de níveis de regulação. O que poderia ser feito para as pequenas e para as médias também poderem emitir debêntures? Ou simplificaria para elas virarem S.A. ou uma forma de as Ltdas., com transparência e rigor, também poderem emitir debêntures.

A segunda coisa, eu gostaria de uma opinião de vocês, lá da Diretoria da CVM, sobre o que poderia ser feito para evitar os golpes e as falcatruas nos fundos de previdência dos Municípios e dos Estados? No meu Estado, foi um golpe horrível ao longo de anos, e até hoje ninguém foi preso, a não ser alguns dois desconhecidos. Então, posteriormente, se o senhor puder me ajudar com algum projeto de lei, com alguma coisa que possa ser mudada. Eu já sei que há um percentual que pode se aplicar no banco privado, nos bancos de segunda, vamos dizer assim, a grande maioria nos bancos de primeira. Como é que a gente poderia evitar isso posteriormente?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Kátia.

Você vai responder posteriormente a ela, como ela pediu, através do documento explicando o que ela lhe pediu. Eu quero aqui...

Senador Plínio Valério, meu conterrâneo e maior pescador do Amazonas, por favor, o seu voto.

Nós estamos aguardando, só você.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer aqui uma reparação.

Eu pedi ao Dr. Alexandre para se alongar nas respostas que foram formuladas pelos Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas tinha que falar comigo, não é? (*Risos.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... porque eu estava na luta pelo quórum. Então, de forma nenhuma ele quis quebrar, digamos, a orientação que V. Exa. deu para ele se limitar ao tempo de resposta, mas foi uma sugestão que eu fiz para ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Kátia comeu uma goiaba – que eu vi –, e fiquei invejando a goiaba dela. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vi.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone.*) – Quer? Tem aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não quero, não. Obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pode encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero que encerre a votação, por favor. Acho que teve 15 Senadores que votaram, não é? O.k.? Tem quórum. Por favor.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Treze, SIM; dois, NÃO.

V. Exa. está aprovado. (*Palmas.*)

Muito bem.

Senador...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Peço regime de urgência para que o nome do Dr. Alexandre possa ser apreciado ainda hoje no Plenário, Sr. Presidente.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 25, DE 2020

Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 55 de 2020, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor ALEXANDRE COSTA RANGEL, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com mandato até 31 de dezembro de 2024, em vaga decorrente do término do mandato de Carlos Alberto Rebello Sobrinho”.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o pedido de regime de urgência na votação do Sr. Alexandre. *(Pausa.)*

Não tendo ninguém para discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Irá ao Plenário hoje à tarde, para ser votado.

Parabéns, Alexandre! Que Deus possa lhe abençoar na Comissão de Valores.

O SR. ALEXANDRE COSTA RANGEL – Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 58 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às oito horas e dezessete minutos do dia dezanove de outubro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério, Acir Gurgacz e Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Rodrigo Pacheco, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Kátia Abreu, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jayme Campos e Lasier Martins, e ainda dos Senadores não membros Flávio Bolsonaro, Rose de Freitas, Zenaide Maia, Marcos do Val, Otto Alencar e Diego Tavares. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Roberto Rocha, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Irajá e Alvaro Dias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridades. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 72, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR, para exercer o cargo de Diretor-Presidente do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, com mandato de seis anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) nº 73, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome do Senhor ARTHUR PEREIRA SABBAT, para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, com mandato de cinco anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) nº 74, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome da Senhora MIRIAM WIMMER, para exercer o cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, com mandato de dois anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) nº 75, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome da Senhora NAIRANE FARIAS RABELO LEITAO, para exercer o cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, com mandato de três anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) nº 76, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome do Senhor JOACIL BASILIO RAEL, para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, com mandato de quatro anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 6 - Mensagem (SF) nº 58, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome do Senhor JOSÉ LUIZ POVILL DE SOUZA, para exercer o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, em vaga decorrente do término do mandato de Alex Castaldi Romera." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 7 - Mensagem (SF) nº 66, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei no 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor RICARDO BISINOTTO CATANANT, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Sérgio Maia Bezerra." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 8 - Mensagem (SF) nº 69, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei no 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor JULIANO ALCÂNTARA NOMAN, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato de José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 9 - Mensagem (SF) nº 70, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei no 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor ROGÉRIO BENEVIDES CARVALHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Fenelon das Neves Júnior." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 10 - Mensagem (SF) nº 71, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei no 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor TIAGO SOUSA PEREIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, no mandato a iniciar em 20 de março de 2021 decorrente do término do mandato de Hélio Paes de Barros Júnior, que renunciou." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Fazem uso da palavra os Senadores Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acir Gurgacz, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco, Esperidião Amin, Lucas Barreto, Jayme Campos, Carlos Viana, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Marcos Rogério e Izalci Lucas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/10/19>

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos, lembro a todos que a população pode participar do debate, enviando perguntas e comentários aos indicados por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800-612211.

Hoje vamos, finalmente, com todas as cautelas e cuidados devidos por conta da pandemia da Covid-19, cumprir nesta reunião da CI um dever institucional que não mais pode ser adiado. Refiro-me à sabatina e à votação dos nomes indicados pela Presidência da República para preencher as vagas de diretores titulares de várias agências reguladoras.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outras Comissões desta Casa, como sabemos, também participarão do esforço no dia de hoje, este esforço concentrado do Senado Federal para preencher tais vagas, substituindo, assim, os diretores interinos.

Ouviremos, pois, os indicados, formularemos as questões que julgarmos pertinentes e deliberaremos de imediato.

Gostaria de dizer aos colegas Senadores e Senadoras que já faz algum tempo que me preocupa a situação de interinidade de diretores dessas agências. Por esse motivo, apresentei duas proposições legislativas sobre esse assunto, uma em julho e outra em setembro deste ano, para as quais pedi atenção, contribuição e aprovação dos meus pares.

A primeira, a qual menciono muito brevemente, é o Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2020, que tem por objetivo sustar a eficácia de dois pareceres exarados pela Advocacia-Geral da União, os quais exorbitam do poder normativo ao estabelecerem que se aplica a lista de substituição na ocorrência de vacância no cargo de Diretor-Geral ou Presidente da agência.

A segunda proposição legislativa que apresentei sobre esse mesmo assunto busca justamente criar um critério claro, inequívoco, legal, constitucional que possa emprestar segurança jurídica aos agentes econômicos e estimular os investimentos de que tanto o País necessita, ao preservar o bem mais precioso que deve ter uma agência reguladora que é a sua estabilidade regulatória. Essa segunda proposição legislativa é o Projeto de Lei nº 4.562, de 2020, e baseia-se na experiência americana e portuguesa para impedir a vacância de diretores de agências reguladoras por até um ano, enquanto se aguarda a deliberação do Senado Federal ou a indicação pela Presidência da República do nome do sucessor.

Na conjuntura por que passamos na economia brasileira, vamos precisar como nunca contar com investimentos privados em infraestrutura para retomar o crescimento e o desenvolvimento num cenário de pós-pandemia. A capacidade do investimento público, como é do conhecimento de todos, encontra-se em seu nível mais baixo desde algumas décadas. Na verdade, a proposta orçamentária para o ano de 2021 prevê a irrisória quantia de R\$25,9 bilhões de investimento do Governo Federal, que é o menor patamar de toda a série histórica calculada pelo Tesouro Nacional. Para fazer uma comparação, esse valor corresponde a apenas um terço do que foi gasto em 2010. Então, é forçoso reconhecer que, se nada for feito para destravar o Orçamento, ficaremos totalmente, absolutamente, exclusivamente dependentes dos investidores privados. Porém, cumpre repetir que os investidores somente aparecerão mediante um ambiente de negócios sólido e estável, com regras claras e segurança jurídica.

Assim, neste momento, o Senado Federal dá sua parcela de contribuição para que as agências reguladoras retomem seu normal funcionamento com seus diretores com mandato fixo tendo sido escolhidos de acordo com as normas legais vigentes.

Vamos, dessa forma, iniciar os trabalhos no dia de hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em respeito às restrições de ordem sanitária vigentes nas dependências do Senado Federal e às peculiaridades das reuniões semipresenciais, dividiremos as reuniões de hoje em blocos, organizando as exposições e questionamentos por agência reguladora. Na primeira reunião, teremos dois blocos: um para sabatar os cinco indicados para a ANPD e outro para os cinco indicados para a Anac. Na segunda reunião, teremos quatro blocos: o primeiro para a ANP, seguido por Antaq, Anatel e, por fim, Aneel, num total de seis indicações. Embora as reuniões sejam divididas em blocos, o processo de votação será unificado em cada uma delas. Tão logo seja aberta a votação da primeira reunião, as Sras. e os Srs. Senadores poderão votar nos cinco indicados para a diretoria da ANPD e nos cinco indicados para a Anac. Similarmente, após a abertura da segunda reunião, os votos contemplarão os indicados para a ANP, a Antaq, a Anatel e a Aneel.

Cada bloco se inicia com a apresentação dos relatórios. Feitas as leituras, chamarei os indicados para que, alternadamente, façam suas exposições, limitadas a dez minutos, com tolerância de um minuto. Ao final de cada bloco de exposições, será concedida a palavra às Sras. e aos Srs. Senadores que desejarem sabatar os indicados, conforme a ordem de inscrição. Os questionamentos deverão ser expressos pelos membros em até dois minutos, mesmo tempo destinado às respostas dos indicados, com tolerância de um minuto.

Inicialmente faremos a leitura dos relatórios referentes às indicações para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Convido para que tomem assento à mesa, de onde farão suas exposições pelo tempo máximo de dez minutos, com tolerância de um minuto, o Sr. Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, indicado para o cargo de Diretor-Presidente do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e também o Sr. Arthur Pereira Sabbat, indicado para o Conselho Diretor.

Os demais indicados podem ocupar os lugares designados na bancada da Comissão.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Senador Líder Eduardo Gomes solicita a palavra. V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Marcos Rogério, gostaria de cumprimentá-lo, também de cumprimentar o Líder do Governo no Senado, o Senador Fernando Bezerra, também o Senador Acir Gurgacz e todos os Senadores e Senadoras que acompanham dos seus gabinetes esta reunião da Comissão de Infraestrutura presidida por V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, sabendo que hoje nós teremos uma dinâmica diferente no Senado da República, com acompanhamento direto da leitura dos relatórios da sabatina dos escolhidos para as agências reguladoras durante o dia e, durante a semana, também a votação semipresencial no Plenário do Senado Federal, com a possibilidade da votação em *drive-thru*, como foi no outro esforço concentrado, recentemente feito e coordenado pelo Presidente do Senado Davi Alcolumbre, faço neste momento, por uma dinâmica mais tranquila da reunião de hoje, o meu único pronunciamento, para cumprimentar a todos os indicados, cumprimentar em especial o Waldemar Ortunho Junior, que está sendo indicado para Diretor-Presidente da ANPD, e, por meio da ANPD, quero cumprimentar todas as agências reguladoras e agências de Estado, sendo ela a agência mais nova, recentemente criada. Com a nossa confiança da importância que a Agência Nacional de Proteção de Dados tem para todas as outras agências reguladoras do País, principalmente aquilo que será a garantia da população brasileira de um ambiente ligado às redes, ligado à tecnologia, um ambiente melhor para a convivência cidadã, quem sabe, Sr. Presidente, tenhamos agora, na implementação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, uma oportunidade ímpar para que o Congresso Nacional defina os regulamentos de utilização de dados e redes para as eleições gerais no Brasil?

Estamos a 26 dias de uma eleição municipal em 5.700 Municípios, e ainda nem sequer conseguimos resolver o ambiente de segurança em rede da última eleição. Portanto, acho que caberá ao Congresso Nacional, junto com a Agência Nacional de Proteção de Dados, junto com a aprovação, Sr. Presidente, da PEC 17, que tramita na Câmara dos Deputados... Tive, na semana passada, a garantia do Presidente Rodrigo Maia de que colocaria em votação o quanto antes a PEC 17, para que, finalmente, o Brasil tenha um marco definitivo de proteção de dados e, nessa agência, a proteção da isenção, da transparência e, principalmente, das regras que precisam ser estabelecidas. Então, em nome de todos os indicados e indicadas... Também é bom registrar a composição de todo o grupo de indicados à Agência Nacional de Proteção de Dados, também por esse aspecto; são servidores, servidoras, homens e mulheres, brasileiros e brasileiras que vão tomar conta de um assunto muito importante, um assunto essencial que está convivendo hoje com o dia a dia de todo ser humano e aqui no Brasil está precisando de uma atenção muito especial. Então, ficam aqui os meus votos de felicitações, de bom trabalho, de ajuste para que esta Casa consiga dar o orçamento adequado. Essa é uma agência que vem para mudar muitas coisas, inclusive a vida das outras agências.

Então, ficam aqui meus cumprimentos ao Arthur Sabbat também, que está ali e que também é indicado, aos indicados das outras entidades, dos outros Poderes, aos indicados do Senado, da Câmara, do Ministério Público, do Superior Tribunal de Justiça, à sociedade brasileira, que ganha hoje uma agência que terá, no seu dia a dia, o cuidado com a vida e com a proteção de dados de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Líder Senador Eduardo Gomes, e dou boas-vindas aos demais indicados à agência, à ANPD: Joacil Rael, já devidamente ocupando a sua bancada, Dra. Miriam Wimmer e Nairane Leitão – todos são bem-vindos!

Item 1...

Eu informo apenas ao Plenário e aos que estão nos acompanhando pelo sistema de comunicação do Senado Federal que nós teremos, nas relatorias, tanto relatórios formulados presencialmente pelos Senadores que estão aqui quanto por aqueles que estão pelo sistema remoto dos seus gabinetes ou em outras localidades. Então, alguns dos Senadores farão seus relatórios de forma remota. Apenas os indicados têm o compromisso de estarem presencialmente na sessão.

O Senador Líder Fernando Bezerra solicita a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, cumprimento os indicados da Agência Nacional de Proteção de Dados, em especial a minha conterrânea, que veio de Pernambuco, a Nairane, que tem todos os predicados para poder exercitar esse honroso mandato à frente dessa importantíssima agência, como foi salientado aqui pelo Líder Eduardo Gomes.

Eu apenas pediria a V. Exa. compreensão no sentido de agilizar os procedimentos: que pudesse abrir imediatamente para aqueles que desejassem já realizar o seu voto, para que a gente pudesse rapidamente fazer a apreciação de todos os indicados, sobretudo das demais agências que nós teremos que deliberar durante a manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou chamar o primeiro item da pauta, mas antes de chamar, considerando o pedido formulado pelo Líder Senador Fernando Coelho, eu indago aos demais Senadores se há concordância em abriremos o painel para votação enquanto há a apresentação dos relatórios pelos Srs. e Sras. Senadoras e, efetivamente, a fala e a sabatina dos indicados.

Há concordância? (*Pausa.*)

Não havendo divergência, então determino que o painel de votação seja aberto para que os Srs. e as Sras. Senadoras possam exercer o seu direito de voto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Item 1, não terminativo.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 72, DE 2020

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome do Senhor WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR, para exercer o cargo de Diretor-Presidente do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, com mandato de seis anos.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Reunião destinada à arguição pública do indicado.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz para proferir o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito bom dia!

Aos senhores indicados, minha saudação; saudação também aos nobres Senadores, Senador Jayme Campos, Rogério Carvalho, nossos Líderes do Governo Fernando Bezerra e Eduardo Gomes, Líder do Governo no Congresso Nacional.

Hoje é um dia especial, dia que vai marcar a história do nosso País. Nós estamos dando o passo último para a instalação da ANPD. É uma agência nacional de proteção de dados muito importante nos tempos de hoje e com certeza, daqui para frente, terá uma importância cada vez maior, pois a proteção de dados é, de fato, algo importante para o nosso País, seja em nível de governo ou na iniciativa privada.

Vamos, então, ao relatório, Sr. Presidente.

Por meio da Mensagem nº 72, de 2020, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Waldemar Gonçalves Ortunho Junior para exercer o cargo de Diretor-Presidente do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), com mandato de seis anos.

Instituída pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a ANPD é, no seu contorno atual, órgão da Administração Pública Federal, integrante da Presidência da República.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ANPD tem assegurada sua autonomia técnica e decisória, e os cinco membros de seu Conselho Diretor têm mandatos com duração fixa de quatro anos. Os membros da primeira composição do referido conselho, entretanto, terão mandatos de dois, três, quatro, cinco e seis anos, conforme estabelecido no ato de nomeação, como forma de proporcionar a renovação gradual do colegiado.

De acordo com o art. 55-D do referido instrumento legal, o Conselho Diretor da ANPD é composto por cinco Diretores, incluído o Diretor-Presidente, todos brasileiros, de reputação ilibada, com formação de nível superior e elevado conceito no campo de especialidade do cargo a ser exercido. Sua nomeação, ademais, será precedida de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

É competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. A apreciação da indicação em tela foi atribuída à Comissão de Serviços de Infraestrutura, responsável por opinar sobre os serviços de telecomunicações e seus assuntos correlatos, bem como sobre as agências reguladoras pertinentes, nos termos do art. 104 do Regimento Interno desta Casa.

Waldemar Gonçalves Ortunho Junior é brasileiro, nascido em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo. Gradou-se como Oficial do Exército Brasileiro pela Academia Militar das Agulhas Negras, em 1979, e como engenheiro eletrônico pelo Instituto Militar de Engenharia, em 1988. É pós-graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília, em 1993, e em Pedagogia, pela Universidade de Quito, no Equador, em 1998.

Com relação a sua experiência profissional, atua há 40 anos nas áreas de telecomunicações, radiodifusão e informática dos Ministérios da Defesa e das Comunicações. Tem experiência de mais de 15 anos como docente em cursos superiores em diversas instituições do Distrito Federal. Desde janeiro de 2019, é Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras).

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o candidato declarou:

- i) não possuir parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;
- ii) não participar ou ter participado como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais;
- iii) estar regular com o Fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

iv) não figurar como réu ou autor em ações judiciais; v) estar no exercício da função de Conselheiro no Conselho de Administração da empresa Telebras desde 24 de janeiro de 2019.

Apresentou, também, declaração escrita na qual detalha sua experiência profissional e procura demonstrar maturidade intelectual e integridade moral para ocupar o cargo pretendido.

Entendemos que o indicado atende aos requisitos previstos na LGPD, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade de atuação da autoridade. Além disso, Waldemar Gonçalves Ortunho Junior tem abundante experiência profissional e docente e possui formação acadêmica compatível com o cargo.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Waldemar Gonçalves Ortunho Junior para exercer o cargo de Diretor-Presidente do Conselho Diretor da ANPD.

Nosso relatório é pela aprovação do referido indicado.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a S. Exa. o Senador Acir Gurgacz.

O relatório é pela aprovação do nome do indicado, o Prof. Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, para exercer o cargo de Diretor-Presidente do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Na sequência seria o item 2, mas o Senador Esperidião Amin está em deslocamento do aeroporto para o Senado Federal. Eu apregoei o item 2 na sequência, então.

Vamos ao item 3. O Senador Jaques Wagner é o Relator. Eu indago à nossa Secretaria se ele está conectado.

Ele abriu, está aqui. O.k.!

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 74, DE 2020

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome da Senhora





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

MIRIAM WIMMER, para exercer o cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, com mandato de dois anos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: reunião destinada à arguição pública da indicada.

O Senador Jaques Wagner está aqui pelo sistema remoto e fará a leitura do seu relatório.

Com a palavra o eminente Senador Jaques Wagner para proferir o seu relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Sr. Presidente, querido Senador Marcos Rogério!

Cumprimento todos os colegas Senadoras e Senadores presentes aí ou virtualmente, como eu, e os cinco indicados pelo Senhor Presidente da República para a ANPD.

Eu gostaria, Presidente, apenas de fazer um registro: mesmo reconhecendo a exiguidade do tempo, em função da forma como estamos fazendo, eu acho que o Senado vai abrindo mão de um mínimo de liturgia. O pedido do Senador Fernando Bezerra foi acolhido por todos aí presentes, mas é estranho, pelo menos para aqueles que nos acompanham, que alguém vá fazer a votação sem sequer ouvir os indicados, sem sequer ouvir os relatórios. Mesmo entendendo o problema do tempo, em função da Covid, eu só chamo a atenção para o fato de que, de certa forma, o Senado passa a ser só uma Casa homologadora, sem pelo menos o mínimo de debate.

De qualquer forma, eu passo a ler o relatório sobre aquela que me foi indicada, a Sra. Miriam Wimmer. Ela é brasileira nata, nascida em Londres, na Inglaterra, já que seu pai, funcionário do Banco do Brasil, estava a serviço do banco na Inglaterra. Por isso, ela é brasileira nata, para que não haja, aparentemente, uma contradição. É nascida em 17 de outubro de 1980. Graduiu-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2004. Obteve os títulos de Mestre em Direito Público também pela UERJ, em 2007, e o de Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), em 2012. Desde 2018, a indicada é certificada como especialista em proteção de dados pessoais pela Associação Internacional de Profissionais da Privacidade (IAPP).

No tocante à experiência profissional, Miriam Wimmer construiu sua carreira voltada para as áreas de Direito, regulação e tecnologia, iniciando sua trajetória em fevereiro de 2003 como estagiária e advogada associada do Escritório Xavier, Bernardes, Bragança, Sociedade de Advogados, onde permaneceu até outubro de 2005.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ingressou no setor público em 2006, mediante aprovação, em quinto lugar, no concurso da carreira de Especialista em Regulação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), sendo, portanto, servidora efetiva da agência.

Na Anatel, a indicada atuou em diferentes áreas:

- entre janeiro e maio de 2007, esteve lotada na Presidência do órgão;
- entre maio de 2007 e abril de 2008, foi assessora da Procuradoria Federal Especializada da agência;
- entre maio de 2007 e abril de 2008, foi assessora da Procuradoria Federal Especializada da agência;
- entre abril de 2008 e janeiro de 2011, foi assessora da Superintendência Executiva, onde também atuou como coordenadora nacional da Comissão Brasileira de Comunicações – 4 (Desenvolvimento das Telecomunicações).

Ainda em janeiro de 2011, Miriam Wimmer foi cedida ao Ministério das Comunicações, assumindo o cargo de Diretora do Departamento de Serviços e de Universalização de Telecomunicações. Nesse período, a indicada representou o Ministério das Comunicações nas discussões governamentais sobre o Marco Civil da Internet e sobre o Anteprojeto de Lei de Proteção de Dados Pessoais, elaborado pelo Ministério da Justiça.

Em julho de 2016, com a fusão do Ministério das Comunicações e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a indicada assumiu a Diretoria de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologias da Informação e da Comunicação, na Secretaria de Política de Informática. Nessa posição, tornou-se Conselheira Substituta do Comitê Gestor da Internet brasileira.

Em janeiro de 2019, passou a ser a titular da Diretoria de Serviços de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Comunicações e Inovações.

Em julho de 2020, com a criação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Comunicações e Inovações, Miriam Wimmer assumiu a Diretoria de Políticas para Telecomunicações e Acompanhamento Regulatório no Ministério das Comunicações, posição que ocupa atualmente.

Deve-se destacar que, em 2018, a indicada foi condecorada como Embaixadora Honorária do Movimento Brasil País Digital, e, em 2020, foi homenageada com o prêmio Destaques em Governança da Internet, como reconhecimento pela contribuição em políticas públicas para o desenvolvimento da internet no Brasil.

A carreira acadêmica de Miriam Wimmer é profícuca. Hoje ela é professora de Direito, Tecnologia e Inovação na Faculdade de Direito do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP),





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em Brasília, onde também leciona nos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado. É professora convidada de proteção de dados e de direito digital em diversas outras instituições de ensino. A indicada é autora de um livro, de doze capítulos, e de dezessete artigos publicados em periódicos científicos no Brasil e no exterior.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, a candidata declarou:

i) que seu cônjuge, Octavio Penna Pieranti, é servidor público federal, em exercício na Agência Nacional de Telecomunicações, e que não possui outros parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;

ii) que não participou, em qualquer tempo, como sócia, proprietária, ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais;

iii) que não possui pendências com o fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;

iv) que figura como autora (inventariante) em ações judiciais em curso perante a 5ª Vara de Órfãos e Sucessões do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, referentes ao inventário dos bens deixados por seu falecido pai;

v) que não atuou, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Apresentou, também, declaração escrita, na qual demonstra sua experiência profissional, maturidade intelectual e integridade moral para ocupar o cargo pretendido.

Diante do exposto, entendo que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação da Sra. Miriam Wimmer para exercer o cargo de Diretora do Conselho Diretor da ANPD.

É este o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Jaques Wagner, pelo relatório recomendando a aprovação do nome da Dra. Miriam Wimmer para o cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Na sequência, item 4.

Senador Rodrigo Pacheco presente.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 75, DE 2020

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome da Senhora NAIRANE FARIAS RABELO LEITAO, para exercer o cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, com mandato de três anos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à arguição pública da indicada

Com a palavra o nobre Senador Rodrigo Pacheco para proferir o seu relatório.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério. Cumprimento V. Exa., na condição de Presidente desta Comissão de Infraestrutura, e parabeno-o pela iniciativa de fazer, logo na manhã de segunda-feira, esta reunião para providenciarmos as sabatinas e os exames dos currículos das indicações feitas para diversas agências. E, nesse instante, fui honrosamente designado por V. Exa. para relatar a indicação da Dra. Nairane Farias Rabelo Leitão.

Passo ao meu parecer.

Cumprimento também os Senadores e Senadoras presentes e os senhores e senhoras indicados e indicadas.

Por meio da Mensagem nº 75, de 2020 (nº 615, de 2020, na origem), o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Nairane Farias Rabelo Leitão para exercer o cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), com mandato de três anos.

Instituída pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), a ANPD é, no seu contorno atual, órgão da Administração Pública Federal, integrante da Presidência da República. De acordo com o art. 55-D do referido instrumento legal, o Conselho Diretor da ANPD é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

composto por cinco Diretores, incluído o Diretor-Presidente, todos brasileiros, de reputação ilibada, com formação de nível superior e elevado conceito no campo de especialidade do cargo a ser exercido. Sua nomeação, ademais, será precedida de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

Importante notar que o mandato dos membros do Conselho Diretor é de quatro anos, sendo que, na sua primeira composição, os nomeados terão dois, três, quatro, cinco e seis anos de mandato.

É competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. A apreciação da indicação em tela foi atribuída à Comissão de Serviços de Infraestrutura – competentemente presidida por V. Exa., Senador Marcos Rogério –, responsável por opinar sobre os serviços de telecomunicações e seus assuntos correlatos, bem como sobre as agências reguladoras pertinentes, nos termos do art. 104 do Regimento Interno desta Casa.

A indicada é brasileira nata, graduada em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2008), com especialização em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (2013). Concluiu os cursos de Privacidade e Proteção de Dados e da Lei Geral de Proteção de Dados, ambos pela Data Privacy Brasil (2020). Possui o curso de Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais pela Nextlaw (2020). Obteve três certificações na área de proteção de dados, planejamento e identificação de riscos em projetos e segurança da informação, nas instituições Fundação Getúlio Vargas e Certificadora Exin.

No tocante à experiência profissional, a Dra. Nairane Rabelo atua, desde 2011, como responsável pela área de Direito Regulatório e de Privacidade e Proteção de Dados no escritório Serur Advogados. Também é professora convidada no Centro de Estudos Avançados em Tecnologia, Privacidade e Proteção de Dados. É membro da Associação Internacional de Profissionais da Privacidade. Tem atuado de forma ativa na área de proteção de dados, com a publicação de diversos artigos e a participação em eventos como o *webinar* sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, a candidata declarou:

i) que possui dois parentes que exercem atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional: uma irmã que exerce a função de juíza federal desde 2013; e um irmão que exerce a profissão de advogado, com atuação predominante na área trabalhista, desde agosto de 2012;

ii) que é sócia do Serur, Camara, Mac Dowell, Meira Lins, Moura e Rabelo Advogados. Salienta que, tão logo nomeada, providenciará o afastamento das atividades de administração da sociedade, assim



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

como do exercício da advocacia, mediante a suspensão do seu registro na Ordem dos Advogados do Brasil;

iii) que não possui pendências com o fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;

iv) que figura como autora de ação judicial promovida em face da Companhia de Seguro de Saúde;

v) que figura no polo passivo de ação judicial em trâmite perante o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, ainda pendente de citação;

vi) que não atuou, nos últimos cinco anos, em outro cargo senão como advogada privada em juízos ou tribunais;

vii) que não atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Apresentou também declaração escrita, na qual demonstra sua experiência profissional, maturidade intelectual e integridade moral para ocupar o cargo pretendido.

Pelo exposto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, integrantes desta Comissão, manifesto que a indicada dispõe de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação da ora apresentada, e a Dra. Nairane Farias Rabelo Leitão preenche todos os requisitos para exercer o cargo de Diretora do Conselho Diretor da ANPD.

E, por final, Presidente, digo com muita tranquilidade que, das muitas sabatinas que fazemos, dos exames de currículos que fazemos – não conheço a Dra. Nairane. É a senhora a Dra. Nairane, não é? –, poucas vezes vi um currículo tão adequado para a função, com o preenchimento de todos os requisitos, com uma experiência muito vasta. Apesar de ser jovem advogada, de fato, surpreende positivamente o currículo da Dra. Nairane para ocupar o cargo que pretende.

Portanto, é com muito louvor, tranquilidade e consciência que manifesto o meu parecer favorável à sua indicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Líder Rodrigo Pacheco, pelos relatório e voto, e pelo testemunho pessoal que oferece também a esta Comissão.

ITEM 2



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) Nº 73, DE 2020

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome do Senhor ARTHUR PEREIRA SABBAT, para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, com mandato de cinco anos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à arguição pública do indicado

Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ilustres personalidades indicadas para esta primeira bateria de sabatina.

Eu creio que posso selecionar, do relatório que disponibilizei, Sr. Presidente, os aspectos que me parecem mais relevantes. Eu quero dizer que conheço pessoalmente o indicado. O relatório demonstra a sua atividade profissional e acho que isso é o mais importante nessa missão que o Senado tem de aprovar nomes para agências reguladoras ou assemelhadas.

Queria ainda lembrar que recentemente – V. Exa. poderia até detalhar, eu não sei se alguém já comentou – nós tivemos um impasse numa votação de uma lei relacionada à proteção de dados porque o Governo não tinha criado ainda a agência. Não sei se isso foi mencionado aqui hoje. Então, nós não podemos ter vagar na aprovação ou na análise.

Estão lembrados, não é? Nós ficamos no vota ou não vota; o Senador Weverton teve um papel muito relevante e acabamos reclamando do Governo a demora na indicação e na constituição, porque essa é a primeira diretoria. Confere? Então, nós não temos, até o dia de hoje, uma agência para cumprir legislação que vem sendo amadurecida. A falha era do Governo, até este momento. Agora, o Governo encaminhou e nos cabe analisar.

Como eu disse, conheço este indicado. Não conheço todos. Quero ressaltar a importância da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, até porque – o Senador Nelsinho Trad acaba de entrar aqui – na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senador Nelsinho Trad constituiu uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subcomissão para tratar deste assunto: defesa cibernética. E o indicado é experiente neste setor, o que vem ao encontro de uma necessidade social e de segurança do Brasil.

Eu tive oportunidade, juntamente com o Senador Nelsinho, com o Senador Arolde, de participar do exercício de combate a ataque cibernético lá no Comando de Defesa Cibernética do Exército, que o nosso indicado, Arthur Pereira Sabbat, conhece muito melhor do que eu.

E tudo isso está conectado. A guerra cibernética é uma realidade no mundo, e, quando nós assistimos ao ataque simulado, defrontamo-nos lá com mais de 120 especialistas no âmbito internacional. E ajude-me, Senador Nelsinho: os ataques eram ao sistema financeiro, ao setor elétrico, à distribuição de água, ao transporte – logística –, ou seja, setores que, uma vez sob ataque – e isso já foi demonstrado nos Estados Unidos e na Venezuela –, param mesmo; dá um blecaute com riscos à vida e à segurança do país.

Então, eu creio que o Governo selecionou pessoas tanto quanto eu percebo que vêm do estamento público, no caso do indicado do estamento militar, que é o que primeiro se preparou no mundo. E ainda lembro, para concluir, que há países onde já existe uma quarta força armada: Alemanha e França têm Exército, Marinha, Aeronáutica e Defesa Cibernética. A isso se associa a proteção de dados do cidadão, a certificação digital para acelerar a negociação e a autenticação de documentos. Se você for analisar a história da autenticação, você vai ver questões bizarras antigas que ainda fazem parte, Senador Jayme Campos, das exigências diárias do mundo de negócios.

Concluo dizendo que, como eu sou da Universidade Federal de Santa Catarina, que é onde está sediada, Senador Acir Gurgacz, a sala cofre, ou seja, a *stand by* de todos os documentos certificados, como certificação digital, eu acho que essa evolução vai ser muito importante após a constituição desta autoridade do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. É uma nova etapa na vida civil, militar, negocial do Brasil.

Então, eu quero saudar o cumprimento de uma obrigação que o Governo vinha retardando e augurar também êxito a essa nova diretoria.

Como considero que o relatório menciona toda essa carreira militar e de serviço público do indicado, eu me dispensei de detalhá-la. É uma carreira militar vocacionada para a área de inteligência, e nenhum país criou essa massa crítica de avaliação de proteção de dados sem passar pelo setor militar, que é, quando afetado, o que mais fica debilitado e debilita o próprio País.

Além disso, o indicado realizou 43 cursos de extensão no Brasil, mais três cursos e estágios na Alemanha, em diversas áreas de interesse entre 1993 e 2020, portanto é uma carreira.

E, voltando ao meu primeiro raciocínio, a dificuldade que o Senado brasileiro tem é quando nós recebemos uma pessoa que não tem passagem pelo serviço público. Quando a pessoa desenvolveu uma carreira no serviço público, a tarefa de mineração de dados, que nos Estados Unidos é feita por uma





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

comissão própria que o Senado tem... O Senado americano tem uma comissão própria para investigar autoridades indicadas, e lá o número de autoridades é maior que o número de autoridades no Brasil. Então, é uma quarentena de exposição do nome, como se fosse uma proclama de casamento: "Se alguém souber alguma coisa, fale agora ou cale-se para sempre". Há uma comissão para isso. Nós temos apenas o art. 383. Até estudei bastante, recentemente, esse assunto. Então, eu acho que nós temos, no geral, pessoas indicadas que são egressas e, ao mesmo tempo, ainda são do serviço público – ou são egressas dele. E, no caso, uma pessoa vocacionada por exercício profissional para cumprir essa etapa que vai inaugurar este Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Quanto às, digamos, incompatibilidades, compete ao indicado explicitá-las, se existirem, assim como já aconteceu com os relatórios anteriores. Ele satisfaz.

E, ante o exposto, entendemos que os membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de todas as informações e de todos os elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Arthur Pereira Sabbat.

Eu já perguntei uma vez para ele que origem de nome é esta, de que lado do Rio Jordão que é... Mas apenas por curiosidade.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. *Fora do microfone.*) – De que lado do Golã.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Aí já começa o conflito. O Rio Jordão, ao final, une os povos. As colinas de Golã, no momento, estão desunindo os povos. Mas isso compete a ele relatar.

Sem dúvida alguma, é uma indicação apropriada para exercer o cargo e compete à Comissão e ao Plenário deliberar.

Eu só gostaria de deixar consignado que eu peço a todos que nos deem informações conectadas sobre o que já temos e o que temos que fazer para a proteção de dados, particularmente a questão da defesa cibernética, que não é militar. É uma defesa do País. E só os ingênuos podem achar que um país com as nossas características e dimensões está fora dessa. É uma falta de percepção da realidade.

Esse é, portanto, Sr. Presidente, o meu relatório, sem desprezar o documento formal que eu fiz presente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado, nobre Senador Esperidião Amin, pelo seu relatório e pela explanação ampla que faz em relação





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a este momento do País e os desafios que circundam o tema da proteção de dados. O parecer, portanto, recomenda a aprovação do indicado, Dr. Arthur Pereira Sabbat.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 76, DE 2020

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome do Senhor JOACIL BASILIO RAEL, para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, com mandato de quatro anos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à arguição pública do indicado

Com a palavra o eminente Senador Lucas Barreto, para proferir o seu relatório. *(Pausa.)*

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Está todo mundo destreinado de falar. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O sistema remoto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está mundo destreinado ou fugindo do microfone.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Não. Está todo mundo falando para o computador direto, com tanta sessão remota.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras presentes, indicados, por meio da Mensagem nº 76, de 2020 (nº 614, de 2020, na origem), o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Joacil Basilio Rael para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), com mandato de quatro anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ANPD tem assegurada sua autonomia técnica e decisória, e os cinco membros de seu Conselho Diretor têm mandatos com duração fixa de quatro anos. Os membros da primeira composição do referido conselho, entretanto, terão mandatos de dois, três, quatro, cinco e seis anos, conforme estabelecido no ato de nomeação, como forma de proporcionar a renovação gradual do colegiado.

De acordo com o art. 55-D do referido instrumento legal, o Conselho Diretor da ANPD é composto por cinco diretores, incluído o Diretor-Presidente, todos brasileiros, de reputação ilibada, com formação de nível superior e elevado conceito no campo de especialidade do cargo a ser exercido. Sua nomeação, ademais, será precedida de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

É competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. A apreciação da indicação em tela foi atribuída à Comissão de Serviços de Infraestrutura, responsável por opinar sobre os serviços de telecomunicações e seus assuntos correlatos, bem como sobre as agências reguladoras pertinentes, nos termos do art. 104 do Regimento Interno desta Casa.

Joacil Basilio Rael é brasileiro. Gradou-se no Curso de Artilharia da Academia Militar das Agulhas Negras, em 1978, e como Engenheiro de Computação pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), em 1988. Concluiu mestrado em Sistemas da Computação pelo IME, em 1993, e doutorado em Ciências da Computação pela Universidade de Brasília, em 2001.

Com relação à sua experiência profissional, atuou, de 1980 a 1997, no Exército Brasileiro. Entre 1997 e 2017, atuou como docente, coordenador e diretor em diversas instituições de ensino superior do Distrito Federal. Atualmente, exerce a função de Encarregado da Proteção de Dados na Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras).

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o candidato declarou:

- i) não possuir parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional;
- ii) não participar ou ter participado como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais;
- iii) estar regular com o Fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;
- iv) não figurar como réu ou autor em ações judiciais;





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

v) não ter atuado nos últimos cinco anos, contados retroativamente, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Apresentou também declaração escrita na qual detalha sua experiência profissional e demonstra capacidade intelectual e integridade moral para ocupar o cargo pretendido.

Entendemos que o indicado atende aos requisitos previstos na LGPD, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade de atuação da agência. Além disso, Joacil Basilio Rael tem extensa experiência profissional e docente, além de larga formação acadêmica compatível com o cargo.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. e Sras. Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Joacil Basilio Rael para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da ANPD.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Lucas Barreto, pelo relatório, que recomenda a aprovação do nome do Sr. Joacil Basilio Rael a um dos cargos de Diretor da ANPD.

Com o relatório do Senador Lucas, nós concluímos as relatorias relativas aos indicados à ANPD. Passaremos agora às manifestações dos indicados.

Antes de iniciar, com a primeira exposição, eu informo aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que o sistema de votação está aberto. Os Senadores podem exercer os seus votos aqui, no plenário da Comissão, ou também pelos sistemas instalados remotamente no subsolo e também na porta da Comissão. Estamos votando neste momento.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É uma situação excepcional em razão da exiguidade do tempo que temos e do número de indicados. Nós temos aqui mais de 15 indicados, pelo menos 16 indicados para sabatinar no dia de hoje. Se fôssemos fazer a votação pelo sistema regular, com a votação apenas após a sabatina, fatalmente não concluiríamos dentro do prazo que temos. É por essa razão excepcional que nós estamos abrindo a votação concomitantemente com as manifestações dos indicados, neste momento, da ANPD, mas, na votação, já também constam os nomes dos indicados à Anac.

Com a palavra o Sr. Arthur Pereira Sabbat, indicado para o Conselho Diretor da ANPD.

Informo aos indicados que dispõem de um tempo de até dez minutos para as suas manifestações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTHUR PEREIRA SABBAT (Para expor.) – Muito obrigado, Exmo. Sr. Senador Marcos Rogério, Presidente da Comissão permanente de Serviços de Infraestrutura.

Exmo. Senador Esperidião Amim, Relator da minha sabatina, a quem já agradeço o relatório; Exmos. Srs. Senadores integrantes desta egrégia Comissão, inicio minhas palavras agradecendo a indicação de meu nome pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e também aos Exmos. Srs. Ministros da Casa Civil da Presidência e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Agradeço em especial ao Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, pela oportunidade de estar hoje diante de V. Exas., a quem igualmente agradeço pela oportunidade de apresentar aspectos relevantes sobre a proteção de dados pessoais para o nosso País nesta presente sabatina.

Bem, como foi mencionado pelo Senador Acir Gurgacz, nós estamos vivendo um momento histórico. Nós estamos trilhando um momento histórico, porque estamos trilhando caminhos que já outras nações trilham antes de nós e também outras tantas já estão trilhando no tema proteção de dados pessoais, considerando que cerca de mais de uma centena de países já possuem leis similares às nossas, e outras estão ainda em construção.

A LGPD foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada em 14 de agosto de 2018 com alguns propósitos imprescindíveis à nossa sociedade, extremamente caros: primeiro, devolver ao cidadão a capacidade de decidir sobre o destino dos seus dados pessoais, algo que, antes da lei, chegou a um nível de risco à sociedade brasileira; também, por conseguinte, proporcionar ao titular dos dados a imprescindível privacidade, o respeito à privacidade do titular; ao mesmo tempo, por derradeiro, ela busca também um alinhamento com iniciativas internacionais, o que irá trazer, com certeza, ao nosso País inúmeras vantagens, comerciais e diplomáticas.

Esse contexto, até porque a lei é bastante recente no nosso País, é que ressalta de importância o papel da ANPD. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados tem três características no nosso País. Quando se observa a lei, o Decreto 10.474, que a estruturou, ela tem algumas características: primeiro ela é inédita; depois ela é disruptiva, com quebra de parâmetros, paradigmas; e depois ela é medular, porque ela é essencial ao cumprimento da LGPD.

Nós vemos que ela é tão essencial que esse termo "Autoridade Nacional" aparece, é mencionado no corpo da lei 51 vezes. Por isso ela é tão importante e porque também tem uma função, dentre as 24 competências que a lei lhe outorga, importantíssima, que é, nesse primeiro momento, além de se estruturar, uma função didática: ela vai orientar as instituições públicas e privadas, vai exarar recomendações, normativos que auxiliarão essas instituições a cumprirem adequadamente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E sobre o Conselho Diretor, é claro, recai um sem-número de responsabilidades. O decreto outorga ao Conselho Diretor 36 competências. Também vai ajudar, claro, vai auxiliar a autoridade a zelar pela proteção de dados pessoais, a colaborar com organizações nacionais e internacionais na busca das melhores práticas, na atualização sobre o tema proteção de dados pessoais e também vai trabalhar junto com a sociedade, consultando-a sobre os temas de proteção de dados pessoais, exatamente para manter uma perfeita sintonia entre os ditames da autoridade, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a necessidade de se manter, de se respeitar a privacidade do cidadão, a transparência, privilegiar os direitos fundamentais – a liberdade, os direitos humanos – e também o bom andamento dos negócios, do mercado e das atividades próprias da Administração Pública e do Poder Público em geral.

Agora, eu gostaria de dar ênfase ao trabalho do Conselho Diretor e de toda autoridade, porque eles terão, quando se observa a lei e o decreto, de elaborar mais uma dezena de normativos que a lei deixou, como não poderia deixar de ser, sobre os ombros da autoridade. E, em todos esses normativos, quando se olha com bastante detalhe, é muito importante que se considerem os aspectos de segurança da informação. Para o nosso País, essa segurança da informação, essas medidas de segurança da informação englobam a segurança cibernética, como bem mencionou o Senador Esperidião Amin, engloba o credenciamento de segurança, engloba o tratamento da informação classificada e engloba também todos aqueles princípios que são muito caros à proteção de dados pessoais, que são a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação. E é muito interessante isso porque, quando nós observamos regramentos de outros países, vemos que as medidas de segurança da informação são essenciais – e aí eu dou ênfase natural à segurança cibernética – à proteção de dados pessoais, à gestão e à governança da proteção de dados pessoais.

Os senhores observem que, com a crescente tendência de digitalização de serviços públicos, que o Brasil sabiamente realiza em consonância com iniciativas correlatas de outros países – isso é uma tendência mundial e tem de ser assim –, hoje em dia, nós podemos dizer que a quase totalidade dos dados organizacionais, especialmente dos dados pessoais, já está armazenada, como podemos dizer, no ambiente digital ou, como quisermos, no espaço cibernético. É interessante também notar que – um dado para as senhoras e para os senhores – das oito categorias de incidentes cibernéticos que o Governo tem como os mais críticos, nós temos entre eles um dos maiores pesadelos e preocupações daquelas organizações que tratam de dados pessoais, que é o vazamento de dados.

Essa é a maior preocupação. O vazamento de dados não somente expõe a organização a petições e a prejuízos financeiros, mas também expõe as organizações públicas e privadas a danos muitas vezes difíceis de serem reparados no que tange à sua imagem e à sua reputação. Portanto, os cânones, os ditames, os princípios de segurança cibernética devem ser observados na proteção de dados pessoais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso dizer às senhoras e aos senhores que, com certeza, sem o respeito aos adequados princípios de segurança da informação e de segurança cibernética, é impossível proporcionar uma adequada proteção aos dados pessoais e, sem essa adequada proteção, é impossível também, em consequência, proporcionar privacidade ao titular dos dados pessoais. É claro que a nossa lei, ao longo de seus mais de 60 artigos, muitas vezes fala da segurança nesse sentido. A segurança é importante porque ela é mencionada 21 vezes no corpo da lei e 6 vezes no corpo do decreto, sinal de que, de fato, ela é muito importante.

Bem, eu acredito sinceramente, Excelências e audiência, que nós, do Conselho Diretor, caso aprovados, se assim entenderem V. Exas., temos uma grande tarefa: buscar um ambiente seguro, responsável, coerente, salutar, justo e equilibrado para a proteção de dados pessoais em nosso País. E – por que não? – eu tenho certeza absoluta de que, construindo junto com a sociedade, junto com as instituições públicas e privadas, nós podemos fazer evoluir o tema em nossa sociedade a ponto de tornar o Brasil referência para outras nações em proteção de dados pessoais.

Era isso o que tinha a expor, a explanar. Coloco-me à disposição para perguntas.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Dr. Arthur Pereira Sabbat por sua exposição e por conseguir fazer essa exposição enfrentando os pontos que apresentou dentro do tempo exíguo que propusemos. Normalmente o tempo é um pouco maior, mas, em razão justamente do conjunto dos indicados, o tempo ficou um pouco mais curto.

Na sequência, com a palavra a Sra. Miriam Wimmer, indicada para o Conselho Diretor da ANPD, pelo mesmo prazo.

A SRA. MIRIAM WIMMER (Para expor.) – Bom dia a todos!

Gostaria de iniciar cumprimentando o Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Marcos Rogério, e, em sua pessoa, saudar todos os demais Senadores e todas e todos aqui presentes.

Recebi com muita honra a indicação para integrar o Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e, nesta oportunidade, agradeço também a possibilidade de me submeter ao escrutínio do Senado Federal por meio desta Comissão.

Para permitir a deliberação de V. Exas., eu gostaria de dividir a minha exposição neste curto tempo em dois pontos, conforme sugestão do Senador Esperidião Amin. Em primeiro lugar, gostaria de apresentar um pouco da minha trajetória profissional e acadêmica, de modo a demonstrar minhas qualificações para o cargo. Em segundo lugar, gostaria de discorrer brevemente sobre o papel da ANPD e os principais desafios a serem enfrentados por essa autoridade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é Miriam Wimmer. Sou brasileira, sou servidora pública, professora universitária. Tenho graduação e mestrado em Direito Público, doutorado em Comunicação, estudei durante um ano no Japão, onde fui condecorada com distinção acadêmica.

Sou certificada pela Associação Internacional de Profissionais de Privacidade, desde 2018. Sou também professora de Direito, Tecnologia e Inovação no IDP, onde leciono na pós-graduação, no mestrado e no doutorado. Também sou professora convidada de diversas outras instituições de ensino superior no campo do Direito Digital e da Proteção de Dados Pessoais. Sou autora de um livro; de 12 capítulos de livros; de 17 artigos acadêmicos publicados em periódicos científicos no Brasil e no exterior – a maior parte dos quais trata de proteção de dados pessoais e de regulação de novas tecnologias.

No campo profissional, ingressei no serviço público em 2007, por meio de concurso para a carreira de Especialista em Regulação da Agência Nacional de Telecomunicações. Trabalhei durante quatro anos na Anatel, em diferentes posições. Em 2011, fui cedida para o Ministério das Comunicações e, ao longo da última década, fui diretora de diversos departamentos, seja no Ministério das Comunicações, seja no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Uma vez que o Exmo. Senador Jaques Wagner já apresentou generosamente o seu relatório, eu não vou entrar em maiores detalhes neste momento.

Queria salientar que, ao longo dessa última década, estive envolvida em inúmeros temas ligados ao Direito Digital, à regulação da internet e à proteção de dados pessoais, tendo sido designada em diversas oportunidades para representar o Ministério tanto aqui no Congresso Nacional como também perante o Supremo Tribunal Federal.

Eu tive a grande honra de participar da construção de marcos jurídicos e de políticas públicas importantes para o País, como o Marco Civil da Internet, a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital, o Plano Nacional de Internet das Coisas e a própria Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, cujo desenvolvimento eu acompanho praticamente desde o início, desde o período em que se discutia ainda o anteprojeto de lei no âmbito do Ministério da Justiça.

A minha experiência no Governo Federal me ensinou algumas coisas. Em primeiro lugar, eu adquiri conhecimento sobre a dinâmica de regulação de setores intensivos em tecnologia, além de experiência em coordenar grupos de trabalho interdisciplinares e participar de negociações complexas, seja no Brasil, seja no exterior. Aprendi muito sobre proteção de dados pessoais e respeito enormemente o processo de construção multissetorial que levou à aprovação da LGPD. Por fim, eu aprendi também que a eficácia de uma política pública depende da sua legitimação por meio do diálogo com todos os envolvidos.

Ao longo desses quase 14 anos de serviço público, aprendi a compreender um pouquinho o funcionamento da máquina pública e os enormes desafios relacionados a qualquer projeto de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transformação institucional. Consegui também estabelecer relações e diálogo construtivos com os mais diversos setores da sociedade e dentro do próprio Governo.

Gostaria de concluir essa parte inicial da fala, dizendo que a minha trajetória só foi possível graças à generosidade de muitas pessoas cuja enumeração individual seria impossível neste momento, mas a quem gostaria de agradecer por todas as oportunidades oferecidas.

Tendo falado um pouquinho sobre a minha trajetória pessoal, gostaria de falar sobre o papel que eu acredito que a ANPD deve desempenhar. Não há dúvidas de que a aprovação da LGPD, em agosto de 2018, representou um passo muito importante, colocando o Brasil na mesma trilha de mais de 130 países no mundo que já aprovaram leis dessa natureza.

A LGPD é uma lei complexa, que busca tutelar os dados pessoais, tendo em vista a sua dupla dimensão: de um lado, reconhecendo a importância dos dados como insumo para os mais variados modelos de negócios da moderna economia digital e, de outro lado, reconhecendo que os dados pessoais são também uma projeção da personalidade humana e, portanto, precisam ser protegidos. A LGPD busca conciliar essas duas perspectivas a partir da lente da autodeterminação informativa e da proteção ao livre desenvolvimento da personalidade.

Assim, a partir dessa mudança de paradigma operada pela LGPD, que estabelece um conceito amplo de dado pessoal e prevê variadas bases legais para legitimar o seu tratamento, o Brasil se encontra hoje diante de um conjunto gigantesco de desafios. Temos, em primeiro lugar, um desafio de interpretação e de regulamentação da lei, que, pela sua transversalidade, gera impactos sobre todos os setores da economia e também sobre o próprio Poder Público. A LGPD possui, como dizia o Coronel Sabbat, dezenas de pontos pendentes de regulamentação, e esse deve ser um dos principais desafios da ANPD nos seus primeiros anos de existência.

Vale lembrar, Srs. Senadores, que esse esforço de regulamentação é essencial para que o Brasil possa se inserir em cadeias globais de valor. A economia digital é uma economia global, e a regulamentação do capítulo da LGPD dedicado a transferências internacionais é urgente e essencial para que o Brasil possa, de maneira competitiva, participar desses fluxos globais.

Temos, em segundo lugar, um desafio de articulação institucional. A ANPD se insere em um cenário muito complexo de *enforcement* e precisa se articular com inúmeros outros órgãos públicos com competências normativas e sancionadoras, como PROCONs, Ministério Público, agências reguladoras e mesmo órgãos em nível estadual e municipal.

E temos, em terceiro lugar, um desafio de estruturação da própria ANPD a partir do zero. Aqui, gostaria de destacar dois aspectos, em primeiro lugar a importância de, a partir do princípio de *accountability*, traduzido no Brasil, na LGPD, por "princípio da responsabilidade de prestação de contas", explorar a abertura que a LGPD nos traz para a conformação do ambiente jurídico, não apenas pelas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normas emanadas pelo Poder Público, mas também por mecanismos de correção e de regulação responsiva, incorporando elementos oriundos da própria tecnologia. Isso exigirá um diálogo muito intenso entre o regulador e o regulado, seja esse regulado do setor público ou do setor privado. Nesse sentido, destaco também o papel do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, para o qual o Senado Federal, inclusive, já indicou representantes.

Em segundo lugar, eu gostaria de frisar a importância de que a ANPD, de fato, venha a evoluir, nos termos previstos pelo art. 55-A, para um regime jurídico de autarquia especial, de modo a criar as condições institucionais para que a autoridade atue de maneira cada vez mais independente e se aproxime dos parâmetros preconizados pela OCDE.

Acredito que todos esses pontos sejam da maior importância para gerar um ambiente de segurança jurídica a todos, ao cidadão, ao setor privado e ao próprio Poder Público.

Gostaria, Sr. Presidente, de concluir esta breve exposição, recordando que o Brasil avança, a passos largos, em direção ao reconhecimento da proteção de dados pessoais como um direito fundamental autônomo, seja em razão dos recentes entendimentos manifestados pelo STF, seja em razão da tramitação e, quem sabe, breve aprovação da PEC 17, de autoria, inclusive, de alguns Senadores desta Comissão.

Reconhecer a proteção de dados pessoais como direito fundamental dotado de uma dimensão positiva implica também reconhecer a existência de um dever de proteção por parte do Estado. Em um mundo movido a dados, é preciso compreender, como dizia Stefano Rodotà, que a privacidade corresponde ao direito de manter o controle sobre as próprias informações e de determinar as formas de construção da própria esfera privada. A proteção de dados pessoais, justamente por viabilizar a construção dessa esfera privada, revela-se, assim, essencial para o livre desenvolvimento da personalidade.

Acredito, por fim, Sr. Presidente, que meu currículo e minha trajetória me qualificam a ajudar a construir bases sólidas para que ANPD possa, de fato, cumprir o papel previsto para ela pela LGPD.

Com isso, concluo esta breve fala e coloco-me inteiramente à disposição os Srs. Senadores para quaisquer esclarecimentos necessários.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço à Dra. Miriam Wimmer por sua exposição no âmbito da Comissão de Infraestrutura.

Eu solicito ao Senador Carlos Viana que assuma a Presidência dos trabalhos. Eu tenho um incidente regimental em relação a um dos indicados da próxima leva de sabatinas e eu preciso tratar disso na Secretaria.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, na sequência, pela ordem dos indicados, a Dra. Nairane Farias Rabelo Leitão, indicada para o Conselho Diretor da ANPD.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jayme Campos com a palavra pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu solicitaria a V. Exa., se for possível, é claro, e naturalmente respeitando o Regimento Interno... Eu sou o Relator também do indicado da Anac aqui. Seria possível eu ler o meu relatório, tendo em vista que tenho alguns compromissos que eu não poderia deixar de atender? Seria possível? Evidentemente, há uma cronologia proposta pelas indicações dos diretores; se V. Exa. me permitisse fazer a leitura do meu relatório, para eu cumprir essa minha agenda até as 10h da manhã...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jayme Campos, o Senador Rodrigo Pacheco eu acho que está com a mesma situação.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Eu só indago, Presidente, se me permite... A minha dúvida apenas é diante da ausência dos indicados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com relação ao fato de ler com a ausência dos indicados, não há nenhum impedimento. Nós apenas faríamos aqui, pedindo vênias aos nossos convidados, um parêntese para a leitura. Como é um ato formal e que já está em deliberação, inclusive os indicados, cujos nomes já estão na urna para a votação das Srs. e dos Srs. Senadores, não havendo... Indago aos convidados aqui se... *(Pausa.)*

Agradeço a compreensão.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Eu faço o mesmo pedido, Presidente, pela ordem, na sequência do Senador Jayme Campos: que possa passar a palavra para que eu faça a leitura também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Presidente Davi, inclusive, acabou de me comunicar do convite a V. Exas., e eu entendo perfeitamente. Pedindo vênias aos convidados, aos demais Senadores, asseguro a palavra.

O item 10...

Faremos esses dois relatórios. Na sequência, os convidados estarão presentes, farão as suas exposições, naturalmente, dentro do processo regular.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

MENSAGEM (SF) Nº 71, DE 2020

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor TIAGO SOUSA PEREIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, no mandato a iniciar em 20 de março de 2021 decorrente do término do mandato de Hélio Paes de Barros Júnior, que renunciou.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Jayme Campos

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Reunião destinada à arguição pública do indicado*

Com a palavra V. Exa. para proferir seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente Senador Marcos Rogério, prezados colegas Senadores e Senadoras, senhores sabatinados, queria ir direto ao meu relatório; serei curto e rápido, Sr. Presidente.

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 71, de 2020, submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Tiago Sousa Pereira para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), conforme disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal e no art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a escolha de diretores da Anac. De acordo com o art. 383 do Risf, a Comissão de Serviços de Infraestrutura deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

De acordo com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 2005, os Diretores da Anac deverão ser brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados pelo Presidente da República, após serem aprovados pelo Senado Federal. O art. 13 da mesma lei estabelece que os Diretores da Anac terão mandato de cinco anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O *curriculum vitae* anexo à mensagem presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Tiago Sousa Pereira, que passo a resumir.

O indicado é cidadão brasileiro, bacharel em Ciências Econômicas, graduado pela Universidade de Brasília (UnB) em 2006, onde também concluiu o mestrado em Economia, em 2017. Atualmente, é doutorando em Economia com previsão de término ainda em 2020. Registra ainda participação nos programas de formação: Programa de Avanço Executivo de Liderança – Escola de Assuntos Públicos e Ambientais, Universidade de Indiana, Estados Unidos da América, 2018; Programa de Desenvolvimento de Gestão e Formação de Liderança – Anac, Fundação Dom Cabral, Brasília, 2015-2016; Seminário Avançado sobre Política Regulatória – Washington, D.C., Estados Unidos da América.

Quanto à atuação profissional, o indicado é servidor público, na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 2011. Sua ligação com a Aviação Civil vem desde 2008, quando foi aprovado no primeiro concurso da Agência Nacional de Aviação Civil. Exerceu diversas atividades de análises técnicas, sendo designado Superintendente de Planejamento Institucional. Após a posse na sua atual carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, retornou à Anac para exercer a mesma função de Superintendente da SPI, em 2012.

Nesta função liderou o Programa de Fortalecimento Institucional (PFI), que mudou completamente a governança e gestão da agência. A diretoria, que antes funcionava com diretores especializados por assunto, passou a funcionar como um colegiado, com uma visão mais abrangente da organização. As superintendências foram fortalecidas, foram criados escritórios de projetos e de processos corporativos, responsáveis por integrar e auxiliar as unidades organizacionais a cumprirem as diretrizes estratégicas da instituição. Como resultado, a Anac atingiu posições de destaque nos índices de governança pública do Tribunal de Contas da União (TCU) e conforme a metodologia de maturidade da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ).

Após esse longo trabalho de estruturação na SPI, em 2017 assumiu a recém-criada Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos, criada para cuidar das concessões aeroportuárias. Deparou-se com o cenário de graves dificuldades financeiras das concessionárias da primeira rodada de concessões, incluindo problemas societários. Isso gerou diversos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, além de processos administrativos e judiciais litigiosos. Neste contexto, Tiago Pereira procurou desenvolver processos de melhoria de relacionamento com as concessionárias, ao mesmo tempo em que buscava garantir o cumprimento dos objetivos da regulação contratual. As lições aprendidas foram incorporadas às rodadas de concessão que conduziu – quinta e sexta rodadas.

Em janeiro de 2020, a convite da Presidência da República, assumiu interinamente a Diretoria na Anac para exercer o cargo até que fossem designados os novos diretores, indicações que ora analisamos nesta Comissão.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cumpre, por fim, relatar que o candidato apresentou os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo.

São esses os elementos disponíveis para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere sobre a indicação do Sr. Tiago Sousa Pereira para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil.

Esse é o voto. Esse é o meu relatório, Sr. Presidente – apto para ser votado o nome do Sr. Tiago Sousa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Jayme Campos.

O relatório, portanto, recomenda a aprovação do nome do indicado.

Item 8.

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 69, DE 2020

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei no 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor JULIANO ALCÂNTARA NOMAN, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato de José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Não apresentado

Observações:

Reunião destinada à arguição pública do indicado

A relatoria é do Senador Rodrigo Pacheco.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório pronto para deliberação.

V. Exa. tem a palavra, Líder Rodrigo Pacheco, para proferir o relatório.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Marcos Rogério, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 69, de 2020, submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Juliano Alcântara Noman para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e no art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a escolha de Diretores da Anac.

De acordo com o art. 383 do Regimento Interno, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

De acordo com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 2005, os Diretores da Anac deverão ser brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados pelo Presidente da República, após serem aprovados pelo Senado Federal. O art. 13 da mesma lei estabelece que os Diretores da Anac terão mandato de cinco anos.

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Juliano Alcântara Noman, que passo a resumir.

O indicado é cidadão brasileiro, bacharel em Ciências Econômicas, graduado pela Universidade de Brasília. Além do curso de graduação já mencionado, sua formação registra: o Curso de Extensão em Gestão de Infraestrutura Aeroportuária pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); o curso de curta duração em Economia da Regulação e Defesa da Concorrência, pela Universidade Argentina da Empresa; e MBA em Finanças não concluído pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec). Atualmente, o indicado cursa mestrado avançado em Gerenciamento de Navegação Aérea pela Escola de Aviação Civil da França (Enac).

Quanto à atuação profissional, o indicado é servidor efetivo da Anac, na carreira de Especialista em Regulação de Aviação Civil, desde 2008. Todavia, iniciou seu trabalho na agência em 2006, quando foi Gerente de Acompanhamento de Mercado, tendo sido responsável pelo acompanhamento da situação econômica das empresas e pela implantação do núcleo de regulação econômica da Anac.

Em 2008, o indicado assumiu a Superintendência de Regulação Econômica, responsável pela outorga, fiscalização, operação e regulação das empresas de transporte aéreo. Entre 2009 e 2011, foi membro titular do painel de Regulação de Transporte Aéreo da Organização Internacional de Aviação Civil (Icao). Em 2011, foi requisitado pela Secretaria da Aviação Civil da Presidência da República, onde





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

foi nomeado para o cargo de Secretário de Aeroportos. Na SAC, participou da elaboração do plano de investimentos em logística para a área de aeroportos; da criação da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (Conaero); do planejamento do setor aeroportuário para os eventos Rio+20, Jornada Mundial da Juventude e Copa do Mundo de futebol, da FIFA; da pesquisa de qualidade dos serviços aeroportuários; do programa de Informações Antecipadas sobre Passageiros (API), do Registro de Identificação de Passageiros (PNR) e das concessões dos aeroportos.

Em 2013, foi nomeado Secretário de Navegação Aérea Civil da SAC. No exercício deste cargo, participou da definição dos pacotes de investimento de infraestrutura aeronáutica para os aeroportos regionais; da coordenação do grupo de trabalho para revisão da Lei do Aeronauta; dos estudos de criação dos institutos nacionais de ciência e tecnologia e da criação do Programa Bolsa Piloto. Além disso, foi o responsável pela política de capacitação de cerca de 1.340 profissionais do setor, entre gestores de aeródromos, bombeiros, fiscais de pátio e gerentes de operação e manutenção.

Em 2016, assumiu o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil e atualmente é o Diretor-Presidente substituto. Cumpre, por fim, relatar que o candidato apresentou os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c" do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo.

São esses os elementos disponíveis para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere sobre a indicação do Sr. Juliano Alcântara Noman para ser conduzido ao cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil.

É este o parecer, nobre Senador Carlos Viana, ora na Presidência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Pacheco, pela leitura do relatório.

Quero cumprimentar todos que nos assistem neste momento, no trabalho da Comissão de Infraestrutura; também aqueles que nos ouvem pela Rádio Senado, em praticamente 90% de todo o Território nacional. O nosso abraço, o nosso agradecimento.

O nosso Presidente Marcos Rogério teve que se ausentar por um chamamento por parte do Presidente Davi Alcolumbre, para que a semana seja delineada por Líderes partidários. Naturalmente não é segredo para ninguém que o Senado Federal tem respostas para dar ao País, durante esta semana, no tocante a assuntos que interessam a todos e principalmente quanto à questão da transparência, da ética e do compromisso que nós temos com a população brasileira em tornar esta Casa cada vez mais alinhada aos interesses do nosso País e da política que nós queremos com relação à Administração Pública e principalmente quanto ao comportamento de todos aqueles que receberam, por parte dos brasileiros, a responsabilidade de representar o nosso País na Câmara Alta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos antecipadamente os relatórios para indicação dos nossos Diretores da Anac e vamos dar sequência aqui aos nossos trabalhos para a Agência Nacional de Proteção de Dados. Antes de dar sequência aos trabalhos da ANPD, penso ser interessante que nós expliquemos a quem está nos acompanhando agora por que criamos, neste País, uma Agência Nacional de Proteção de Dados em específico e qual a importância que esse órgão tem no mundo contemporâneo.

Já foi dita aqui uma palavra muito interessante sobre a questão da ingenuidade, de não sermos ingênuos, Sr. Sabbat, com relação ao posicionamento do Brasil dentro do contexto internacional nas disputas que nós temos com relação à hegemonia e à geopolítica. O Brasil tem um posicionamento fundamental e importante como Nação na questão do agronegócio, no desenvolvimento e produção das *commodities* que alimentam as grandes economias do mundo, e nós não podemos nos deixar levar, como tem sido nas últimas décadas, apenas por políticas internacionais. É nosso dever como brasileiros criarmos todo o nosso sistema de defesa, e é papel desta Casa, do Senado, trabalhar em conjunto com a Presidência da República e todos aqueles que são ligados ao setor de informações para que o Brasil tenha a sua proteção de dados cibernéticos garantida, Senador Gurgacz.

Uma guerra moderna não se faz mais – nós ainda temos uma visão muito clássica da guerra, nos idos da Segunda Guerra Mundial, que findou em 1945 – com tropas, deslocamentos. Não. Uma guerra se faz hoje nas informações. Uma guerra se faz, principalmente, quando você consegue fazer com que o sistema de defesa do inimigo entre em colapso, e assim você torna as defesas menores e consegue vencer com um custo muito menor. As guerras modernas serão feitas dessa forma. Se você consegue desarticular um sistema de defesa aérea, se você consegue desarticular um sistema de defesa do abastecimento de água, do abastecimento de energia elétrica, você cria uma facilidade muito maior de caos para que você possa vencer e, inclusive, até levar narrativas diferentes à população. Daí a importância de nós discutirmos essa Agência Nacional de Proteção de Dados, que não trata apenas da proteção ao se guardarem questões na área cível. O pensamento que vem primeiro é: a minha informação na internet vai ficar segura? A minha informação como pessoa, individualidade, vai ficar segura? Não, nós estamos falando aqui de um contexto muito maior de defesa nacional que passa principalmente por preservar a nossa capacidade de resposta. Então, vejo, nesse ponto, com muito bons olhos, a indicação de três militares para a composição.

Eu também acompanho, nas palavras do Senador Rodrigo Pacheco, pelos currículos que estão aqui da Sra. Miriam Wimmer e da Sra. Nairane Leitão, a capacidade técnica, o conhecimento acumulado que todos os senhores têm para uma área tão sensível do nosso País como a proteção cibernética do Brasil.

Existem outros contextos que posteriormente nós vamos poder tratar durante a sabatina da questão da segurança mesmo do cidadão no dia a dia. Por exemplo: nós podemos começar a discutir em breve uma legislação que a agência possa trabalhar juntamente com a defesa no acompanhamento de todas as imagens e sequências, por exemplo, de radares no País, para se combater furto de veículos. É uma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade. Nós temos no Brasil hoje a capacidade, por exemplo, de, se um carro for roubado no Rio de Janeiro, impedir o deslocamento dele até uma fronteira brasileira para ser trocado por drogas, o que reduziria em muito o impacto. Isso é possível com o sistema que nós temos, mas nós precisamos de uma legislação que permita à agência e principalmente ao Governo fazer com que esses dados sejam usados na defesa do cidadão. São questões que nós posteriormente poderemos tratar com mais maturidade, mais equilíbrio.

E o Senado, tenho certeza, estará à disposição, Sr. Rael, para que a gente possa discutir não só o âmbito cibernético da defesa em guerra do Território e das fronteiras brasileiras, mas principalmente o cidadão tendo todo esse serviço à disposição dele no dia a dia, para que a nossa vida se torne mais tranquila e o Estado possa exercer o seu papel.

Dando sequência aqui, quero, então, passar a palavra à indicada à Agência Nacional de Proteção de Dados, Sra. Nairane Leitão para a sua apresentação.

A SRA. NAIRANE FARIAS RABELO LEITÃO (Para expor.) – Obrigada, Sr. Presidente, agora em exercício, Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Só um instantinho. *(Pausa.)*

Obrigado.

A SRA. NAIRANE FARIAS RABELO LEITÃO (Para expor.) – Obrigada, Exmo. Sr. Senador Carlos Viana, na pessoa de quem eu agradeço também ao Presidente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Exmo. Sr. Senador Marcos Rogério.

Cumprimento também o Senador Relator Rodrigo Pacheco, a quem agradeço as gentis palavras que me foram dirigidas. Não posso deixar de cumprimentar também o Presidente Davi Alcolumbre, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades, todas as Sras. Senadoras e Senadores.

Faço também um cumprimento aos meus colegas aqui indicados. Faço isso na pessoa do Cel. Waldemar.

Em primeiro lugar, cabe-me dizer que é uma honra ter sido indicada a este cargo. Para mim é uma satisfação muito grande a possibilidade de contribuir com o País na mudança de uma cultura que se impõe. É uma mudança de cultura irreversível, focada na privacidade e na proteção de dados, que vem não só a partir do País, mas principalmente vem sendo protagonizada pela Europa e demais países deste mundo. É por isso que submeto as razões a V. Exas. que entendo ter competência e capacidade profissional e, além disso, atributos pessoais, morais e éticos para cumprir este mister tão nobre.

Sou graduada pela Universidade Federal de Pernambuco e desde cedo eu me dediquei às salas de aula, ao Ministério Público e a escritórios de advocacia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2011, eu fui convidada, pela minha capacidade, pelo meu desempenho, a ser sócia de um escritório de advocacia, onde assumi a área de Direito Administrativo e Regulatório. Foi com atuação nessa área que eu não pude deixar de observar o marco regulatório que se impunha através das discussões que estavam sendo tratadas na Europa e que depois se transformaram no atual regulamento europeu de proteção de dados.

Assisti também à transformação do projeto de lei que hoje se constitui na nossa Lei Geral de Proteção de Dados.

Na minha vida, então, eu direcionei meus esforços para essa área de privacidade e proteção de dados. Fundei a área no escritório; fundei grupos de estudos. Publiquei diversos artigos em veículos respeitados, como é o caso do Jota, o caso do LexLatin, Consultor Jurídico. Naturalmente acabei me tornando fonte técnica de consulta para a imprensa; respondi matérias, por exemplo, para a *Valor Econômico*, para a CNN Brasil.

Fiz questão de lograr padrões internacionais e tirei certificações internacionais, não apenas em proteção de dados, mas também em fundamentos de segurança de informação. E aqui eu saúdo os profissionais de tecnologias, sem os quais não é possível a proteção de dados.

Sou membro também do IAPP, que é uma instituição que reúne o maior fórum global dos profissionais em proteção de dados.

É a partir da minha experiência profissional como advogada, da minha profissional em privacidade e proteção de dados e a partir dos meus estudos que entendo que posso contribuir para essa nova cultura.

Foi previsto, normativamente, para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, autonomia técnica e decisória justamente para promover os direitos do cidadão, as liberdades individuais. Essa é a grande missão da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

O mandato em si da Autoridade Nacional de Proteção de Dados já é um desafio tremendo e ele se torna ainda maior quando se está no início de uma caminhada que exige desafios próprios e exige compromisso, exige experiência, exige ética e exige comprometimento com o interesse coletivo. O papel social da Autoridade Nacional de Proteção de Dados é extremamente relevante, porque exige que se traga segurança jurídica, exige que se traga esclarecimento, exige que se traga transparência no uso dos dados pelo nosso País. Exige, também, que se leve aos indivíduos o esclarecimento quanto aos seus direitos e a forma de exercê-los. Tudo isso alinhado – é o grande desafio – ao nosso contexto econômico, político e social, especialmente depois, no momento pós-pandêmico.

Assim, diante de todas essas questões, acredito que tenho condições de conduzir debates técnicos. Coloco-me aqui à disposição e já esclareço que, se os senhores me permitirem, se os senhores me aprovarem, eu faço questão de estar atenta aos debates da comunidade científica, a ouvir e a trazer esses





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

debates para dentro da ANPD. A ANPD não tem condições de agir sozinha. É necessário ouvir a comunidade científica, é necessário ouvir as dificuldades dos órgãos públicos, as dificuldades da iniciativa privada, tudo isso direcionado para a promoção dos direitos do indivíduo.

Na sua função orientadora, sem dúvida, está o seu mais nobre mister. E, junto com a sua função regulatória, está em conciliar e encontrar soluções complexas que conciliem todos esses contextos de que acabei de falar. Na sua função sancionatória, coloco aqui a minha experiência como advogada, quem entende um pouco o peso de uma decisão ou a necessidade de uma decisão bem construída e a necessidade de se avaliarem os impactos decisórios.

Assim, coloco-me aqui à disposição para exercer esse mister com muita seriedade, com muito comprometimento, com muita ética; exercer, sem dúvida, o zelo no serviço. O desafio que me é colocado a partir de agora, ou que pode me ser colocado a partir de agora, sem dúvida, para mim, ainda tem um sabor especial, porque acredito inclusive estar representando aqui a luta feminina por maior representatividade.

Por fim, quero deixar aqui o meu agradecimento que, primeiramente, deve ser dirigido a Deus e, em seguida, aos meus familiares e aos meus amigos, que me apoiaram a chegar até aqui. Agradeço também ao Presidente da República e ao Ministro da Casa Civil a confiança na indicação.

Diante de toda essa explanação, eu me coloco à disposição de V. Exas. para as dúvidas que ainda surgirem.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Obrigado, Sra. Nairane Leitão. Parabéns pela apresentação e pela disposição de, naturalmente, servir a essa causa importante para o nosso País.

Dando sequência aqui às exposições dos nossos indicados, eu passo a palavra ao Sr. Joacil Basilio Rael, indicado para o Conselho Diretor da ANPD. Um bom dia para o senhor.

O SR. JOACIL BASILIO RAEL (Para expor.) – Bom dia.

Primeiramente, agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, pela confiança em mim depositada e a S. Exa. o Senador Lucas Barreto pela relatoria.

Cumprimento o Presidente desta Comissão e os demais presentes, desejando um bom dia a todos.

Eu vou falar apenas dois fatos sobre a minha experiência profissional, inicialmente, porque acho que são pertinentes, e aí eu vou entrar mais na LGPD.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha experiência de ligação com a área de segurança da informação começou em 1987 e teve prosseguimento no mestrado e no doutorado com dissertação e tese em desenvolvimento de ferramentas para segurança da informação tipicamente, criptografia.

Os dois casos que eu selecionei para citar – selecionei agora. Na área acadêmica, eu sou criador do primeiro curso de tecnologia de informação do País, em que eu coloquei tudo que eu desejei colocar, e o MEC concordou. Eu gosto de falar muitas coisas, mas não vou expandir logicamente. Agora, esse foi o primeiro curso da área de tecnologia da informação de toda a Região Centro-Oeste a ter obtido o conceito A pelo MEC. Outro fato também da experiência profissional é bem recente, há uma história antes, eu vivencio isso há bastante tempo: a concepção, o desenvolvimento e a implementação de um algoritmo criptográfico com características não conhecidas entre os algoritmos criptográficos conhecidos no mundo. Esse algoritmo eu fiz doação ao Exército Brasileiro, porque considero que as Forças Armadas precisam de exclusividade e não do uso de algoritmos comerciais. Não estou criticando os comerciais, porque eles podem ser muito bons, o problema é o controle e a implementação. Esse é original e implementado e está doado ao Exército Brasileiro, com todos os direitos para o Exército fazer o que ele desejar.

Atualmente, eu estou na Telebras e exerço, em paralelo com outras funções, a de Encarregado da Proteção de Dados. Lá, sentimos necessidade de uma diretriz para a política nacional de proteção de dados, com regulamentos e procedimentos sobre a proteção de dados pessoais, bem como da forma adequada para tratar alguns tipos de dados – por exemplo, dados relativos à saúde, relativos aos idosos... Dados de saúde não estão só nas instituições de saúde, mas em todo lugar. Os dados sensíveis, para a gente, até não foram um problema, porque eles estavam bem localizados e eram poucos. Na realidade, do que mais sentimos falta foi de normas ou modelos para produzir o relatório de impacto, que, pelo menos até agora, eu considero – não sei se os colegas vão considerar – o documento provavelmente mais importante para as empresas, porque a Autoridade Nacional, como está na lei, quando precisar vai solicitar o relatório de impacto. É algo que não se faz na hora, é um trabalho longo. Eu senti falta de um modelo, de um direcionamento. Enfim, anotamos vários itens que precisam ser normatizados.

A Lei Geral de Proteção de Dados possui entre os seus objetivos o de aumentar a privacidade dos dados, bem como fornecer instrumento que viabilize a fiscalização do tratamento referente à segurança dos citados dados, protegendo os direitos fundamentais de seus titulares. Creio não haver dúvida sobre a necessidade da lei. Entretanto, como acontece com outras leis, a lei depende de regulamentações. Assim, o trabalho desse conselho proposto é fundamental para regulamentar as atividades referentes à proteção dos dados pessoais.

Certamente será um grande trabalho inicial, visando proporcionar segurança jurídica à sociedade. O Presidente Jair Bolsonaro certamente está preocupado com a ação imediata dessa Autoridade, e por isso estamos aqui. A Autoridade foi criada com autonomia técnica e decisória para fiscalizar, elaborar diretrizes e normas relacionadas à proteção de dados, coleta, armazenamento, ou seja, todo o tratamento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do dado. E confere a essa Autoridade responsabilidades fundamentais no que se refere à interpretação... São três coisas importantes: a interpretação, a aplicação e a execução, em que cabem decisões dessa Autoridade Nacional.

A Lei Geral de Proteção de Dados não veio para inviabilizar o tratamento do dado. O tratamento vai continuar existindo, vai precisar, vai continuar existindo em todo lugar, o mundo não vai parar, mas ele tem que ser tratado com o devido zelo. E essa lei também não veio para conflitar com outras leis, ela não vai conflitar, por exemplo, com a Lei de Acesso à Informação. Os dados que eram públicos vão continuar sendo públicos. Isso evidentemente é o que eu falo, é uma posição pessoal, mas o conselho vai decidir muita coisa em colegiado.

Grande parte da proteção dos dados pessoais depende de ações gerenciais, administrativas e procedimentais, e não necessariamente tem que vir com o lado da TI. A gente não pode achar que a TI vai resolver tudo. Eu sou da área de TI, a minha área é segurança, criptografia, mas o tratamento comum do dado por toda parte... Muita coisa não depende disso, depende é da área administrativa e gerencial. Verifiquei que muita gente não concordava com isso, trabalhei com isso na Telebras, mas a proteção de dados é muito mais ampla e os recursos de TI não resolvem tudo.

A tecnologia da informação deve fornecer ferramentas, na medida do possível, para a automação de processos e detecção de incidentes com os dados, sejam voluntários ou não – incidentes podem acontecer simplesmente pela ação dos mal-intencionados. A criptografia, apesar de ser a minha área, deve ser empregada como ferramenta complementar em ações específicas e contribuir fundamentalmente para a proteção dos dados armazenados ou para o tráfego de dados.

A proteção de dados das pessoas não significa necessariamente sigilo. A proteção está vinculada principalmente ao uso legal e adequado do dado, de acordo com a finalidade – o termo "finalidade" é algo que a gente, com certeza, tem de repetir muito –, e ao enquadramento em uma das dez bases legais. Evidentemente, qualquer uso do dado ou qualquer trato do dado que não esteja enquadrado numa base legal caracteriza uma violação da lei. Enquadrar numa base legal não significa dizer "esta aqui está bonita, vou colocar". Não. Por exemplo... Estou em dúvida, vou colocar aqui legítimo interesse, por exemplo, indiscutível. Então, a classificação do dado numa base legal precisa ser fundamentada, caracterizada. Lá nesse pequeno trabalho que fizemos na Telebras nós procuramos fazer isso.

As leis são estabelecidas em nossa democracia pelos representantes do povo e das unidades da Federação visando o bem-estar da sociedade, enquanto cabe ao Executivo implementar, executar e fiscalizar, e ao Judiciário, por sua vez, julgar os direitos de todas as partes envolvidas em litígios. Até fica bonito falar, parece que é tudo direitinho e funciona bem assim, mas a gente sabe que não é bem assim. Para o funcionamento satisfatório, é necessário que não existam dúvidas dos indivíduos, dúvidas nas empresas e na sociedade em geral. Entretanto, a experiência mostra que existirão sempre dúvidas e situações litigiosas, por isso a previsão de sanções.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bem, pulo uma partezinha aqui.

Considero-me preparado para atuar no Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados principalmente por se tratar de uma área que valorizo muito e há muito tempo, isto é, a privacidade das pessoas, da sociedade como um todo, bem como de assuntos de Estado.

Meu muito obrigado pela atenção, meu muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao indicado Sr. Joacil Basilio Rael, por sua exposição.

Último indicado a se manifestar nesta fase, com a palavra o Sr. Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, indicado para o cargo de Diretor-Presidente do Conselho Diretor da ANPD.

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR (Para expor.) – Bom dia!

Cumprimento o Senador Marcos Rogério, Presidente da Comissão de Infraestrutura, o Senador Acir Gurgacz, Relator da minha indicação, em seu nome cumprimento os demais Senadores. Cumprimento os meus colegas de mesa indicados para esse grande desafio, essa enorme missão e todos que presenciam esta apresentação presencial ou remotamente.

Não poderia deixar de iniciar agradecendo a indicação e o voto de confiança a mim depositado que partiu do nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro e do Ministro da Casa Civil, Gen. Braga Netto.

Vivemos uma realidade de singularidade em que tudo acontece de forma acelerada, e é assim porque a confluência de diferentes tecnologias gera tecnologias terceiras, que têm acelerado o presente para o futuro. Esse movimento trouxe diferentes impactos para a nossa sociedade e, com isso, a necessidade de se regular. Nesse contexto, nasceu a Lei Geral de Proteção de Dados e, com ela, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, cuja missão é proteger adequadamente os dados dos cidadãos ao mesmo tempo em que impulsiona o País a crescer.

O Congresso Nacional entendeu muito bem a importância dessa mudança, discutiu e aprovou a nossa Lei de Proteção de Dados. Com essa lei, o Brasil entra no rol de mais de cem países que protegem dados pessoais. Ao elaborar a lei, o legislador compreendeu uma noção fundamental: a de que por trás dos dados estão as pessoas. A lei estabeleceu que as pessoas são as donas dos seus dados e elas que devem determinar para onde vão. Esse foi um grande avanço para o País.

Por mais que hoje esse conceito pareça óbvio, não era dessa forma que os dados pessoais eram tratados antes da lei. A maior mudança, sem dúvida, diz respeito ao controle dos cidadãos em razão da garantia de acesso às informações sobre os seus dados, sem se falar da necessidade de autorização expressa de sua parte para que a coleta de dados ocorra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A necessidade da Autoridade Nacional de Proteção de Dados deriva da lei. Se por um lado ela tem um papel fundamental de proteger o cidadão, por outro, também terá o papel de assegurar que a economia digital e a inovação baseada em dados ocorram.

Isso significa que a Autoridade deve, sim, permitir o uso dos dados, mas garantir que eles sejam usados e compartilhados com responsabilidade. Para tanto, pretendo que a Autoridade seja a mais efetiva possível. É importante construir uma regulação com foco nas áreas que criam os maiores riscos para o indivíduo.

Além disso, entendo que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados deve favorecer o engajamento construtivo com organizações responsáveis, focando em recompensar o comportamento adequado, ensinar, discutir e engajar os atores, usando punições somente como última alternativa.

Quanto às prioridades, há algumas atividades atribuídas pela própria LGPD que devem ser priorizadas. A Lei Geral de Proteção de Dados requer que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados dê orientação sobre vários assuntos, tais como compartilhamento de dados, portabilidade de dados, regras para dados sensíveis, boas práticas, etc. Os atores precisam de diretrizes escritas sobre como interpretar a lei. Também é essencial orientar o mercado quanto aos padrões técnicos que são necessários para o funcionamento adequado da rede. Outro ponto prioritário será a elaboração da política nacional de proteção de dados pessoais, ouvindo especialistas, empresas, nosso setor produtivo, Academia, Governo e, principalmente, a sociedade. É importante que se possa reconhecer as boas práticas e encorajar as organizações para que desenvolvam os seus programas de privacidade.

Não menos importante: a Autoridade Nacional de Proteção de Dados deve se concentrar em permitir as transparências internacionais de dados, tendo o grande papel de reconhecer a adequação dos países e seus mecanismos de transparência, com certificados e mecanismos de conformidade adequados. A Autoridade terá também um papel crucial na educação da sociedade. Nos próximos anos, haverá uma grande curva de aprendizado no Brasil para Governo, empresas e cidadãos, até que todos possam entender os requisitos da lei e a necessidade do preconizado por ela.

Por fim, a Autoridade deve preparar a sociedade para a cobrança da lei com bastante transparência em relação à estratégia da Autoridade e aos mecanismos de recebimento de reclamações. É essencial que o regulador também seja inovador.

Nós vamos regular uma área de rápido crescimento e constante evolução. Assim, precisamos pensar em novas formas de regular, como os *sandboxes* regulatórios. O objetivo será regular os serviços da economia digital, para que eles funcionem de forma responsável, e, ao mesmo tempo, estimular a economia local e criar competidores à altura dos atores existentes. Para fazer isso, precisamos de um ambiente em que as empresas de tecnologia do Brasil possam criar seus produtos e colocá-los para funcionar, com uma regulamentação que acompanhe a inovação, e não o contrário.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Um ambiente regulatório vivo é uma vantagem competitiva para o País. Ele permite que a inovação aconteça e que as empresas brasileiras possam competir com grandes empresas internacionais. A regulamentação precisa acompanhar as mudanças deste século, para que o Brasil não fique para trás na corrida da inovação.

Eu cito até um trecho bem importante da Autoridade de Singapura que diz: "O trabalho da Autoridade não é parar o uso dos dados, o trabalho é garantir que os dados sejam usados e compartilhados com responsabilidade".

Agradeço a todos os presentes pela atenção e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos que os senhores julguem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Sr. Waldemar Gonçalves Ortunho Junior pela sua manifestação.

Para sabatar os indicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, abrimos, neste momento, a possibilidade...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... de manifestação dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

Inicialmente, tem a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, apenas quero cumprimentar todos os indicados.

V. Sas. estão fazendo história, tendo essa responsabilidade de instalar essa Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e, pelo currículo de todos que eu vi, os senhores e as senhoras têm total capacidade para fazê-lo de forma muito importante e positiva. Quando começa uma agência, quando ela começa positivamente, quando ela começa bem, ela tem uma direção muito importante para o futuro do nosso País.

Portanto, desejo sucesso a todos vocês, às senhoras e aos senhores. Para aquilo que nós pudermos, no Senado, colaborar para que essa agência possa ter o sucesso que todos nós almejamos, nós ficamos à disposição. Meus cumprimentos!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Estão abertas as inscrições para os Senadores que queiram se manifestar.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Peço à Secretaria da Mesa que me atualize com relação aos que estão aqui pelo sistema remoto e se há Senadores inscritos também.

Temos aqui algumas perguntas para os indicados à ANPD dos internautas, que as encaminharam pelo e-Cidadania.

Tarlei Filho, de Minas Gerais, indaga: "Que tipo de argumento será usado para garantir a proteção de dados em nível internacional, como os do Facebook, Google e outros?".

Leandro Alves, do Distrito Federal, pergunta: "Como será feita a fiscalização dos inúmeros órgãos da Administração Pública quanto ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados?".

Evaldo Junior, de Santa Catarina: "[...] será exigido a indicação de um encarregado de proteção de dados nas pequenas e médias empresas?".

Tiago Jose, do Rio Grande do Norte: "Quais mecanismos a ANPD utilizará para garantir a participação social no processo de tomada de decisões?".

Matheus Pereira, de São Paulo: "[...] Por onde começar na estruturação [...]? Quais [...] [as premissas e prioridades]?".

São os questionamentos dos internautas.

Eu queria, como são cinco questionamentos, abrir a fala aos convidados para que possam se manifestar. Vou fazê-lo na ordem inversa à que começamos com as exposições.

Inicialmente, o indicado à presidência do órgão fará a sua manifestação com relação a esses questionamentos.

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR (Para expor.) – Como todos vão falar, deixo bem claro que nós estamos criando essa autoridade, e o colegiado vai funcionar muito bem. Então, é importante que tenhamos opiniões diversas, o.k.? Isso é fundamental.

O Poder Legislativo nos dá uma total autonomia para decisões e tudo o que vocês imaginarem em termos da nossa autoridade. Nosso projeto, vamos dizer, inicial é para elaborar uma política nacional de proteção de dados pessoais, de privacidade, ouvindo especialistas e empresas do setor produtivo; estabelecer diretrizes por meio de instruções normativas e normas complementares que os controladores e operadores deverão seguir para o tratamento de dados; promover a comunicação com a sociedade e com a educação e a disseminação de informações, de forma que se possam entender os requisitos da lei e seus direitos individuais.

Como nós temos várias agências já criadas, bons exemplos nós temos sempre que utilizar: estabelecer, como faz a Anatel, por exemplo, canal para denúncias, petições, reclamações e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento de solicitações aos titulares de dados; estabelecer padrões e protocolos para compartilhamento, portabilidade e transparência internacional de dados pessoais e regras para anonimização; definir procedimentos e métodos para detentores de dados pessoais, a fim de obter amadurecimento de processos por meio de conjunto mínimo de controle de segurança; estabelecer uma metodologia que deva ser adotada no tratamento de incidentes da segurança relacionados à violação de privacidade.

Vou deixar para os meus companheiros prosseguirem nas respostas de todas essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

Só lembrando quais são as perguntas, porque, às vezes, passado pouco tempo, não se fixam bem.

"[...] que tipo de argumento ele usará para garantir a proteção de dados a nível internacional [...] [no caso de] Facebook, Google [...] [e outros]".

Outra pergunta, em relação à Administração Pública: "Como será feita a fiscalização dos [...] órgãos da Administração Pública [...] [para o] cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados?".

A outra questiona se pequenas e médias empresas terão que ter dentro de seus quadros alguém responsável, um encarregado pela proteção de dados.

"Quais mecanismos a ANPD utilizará para garantir a participação social no processo de tomada de decisões?".

Essas são as principais questões levantadas por internautas.

Com a palavra o Sr. Joacil Basilio.

O SR. JOACIL BASILIO RAEL (Para expor.) – Vou começar pela questão ligada às pequenas e grandes empresas, sobre a necessidade de terem um encarregado de dados, para a proteção de dados.

O zelo com o trato do dado não depende do tamanho da empresa; é em toda empresa, grande ou pequena. Então, esse zelo tem que existir, a lei tem que ser cumprida. Entretanto, não vejo... Certamente – eu estou falando por mim, mas certamente será uma decisão colegiada – não dá para onerar as pequenas empresas, uma padaria, um mercadinho da esquina, dizendo: "Você tem que ter um encarregado dos seus dados, porque a lei manda". A lei realmente deixa em aberto para essa Autoridade Nacional deliberar sobre o caso. Hoje, evidentemente, não há uma resposta para isso, mas isso vai ser discutido, e muito provavelmente ela vai ser adequada à situação. A gente não pode achar que uma empresa grande... Volto a falar: o zelo com o dado permanece em todo lugar. Todo mundo tem que conhecer a lei, tem que saber o que pode fazer com o dado, aquilo que é legal e o que não é legal. Esse é outro trabalho grande da Autoridade, mas a gente não pode achar que o mercadinho possa ter um sistema automático para detecção





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de dados. Existem muitos produtos já no mercado, mas esses vão realmente ser úteis para as empresas de certo porte para cima.

Falo numa e descanso na outra. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele pergunta em relação à questão de dados de fontes, plataformas como Facebook e Google. Como garantir a produção de dados em nível internacional relacionada a essas plataformas?

O SR. JOACIL BASILIO RAEL (Para expor.) – Quanto a essas grandes plataformas que manipulam imensos bancos de dados, a nossa lei é nacional. Em relação ao que está dentro do nosso Território, a gente tem soberania e pode fazer exigências, mas a gente não pode exigir tudo dessas empresas, porque elas têm atuação no mundo todo. Quanto ao que estiver dentro de Território nacional – esse é o meu entendimento – nós podemos fazer exigências.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Aliás, aproveito a oportunidade para sublinhar um alerta. Acho que a agência, a Autoridade Nacional terá que ter um cuidado muito grande com relação justamente a essas plataformas, porque há uma série de excludentes de obrigações. Quando questionados em relação a dados, dizem: "Ah, a minha base de dados está na Califórnia"; "a minha base de dados está em outro país". E aí querem se esquivar das obrigações legais atinentes ao Brasil sob o argumento de que esses dados estão lá fora, e eles se submetem à legislação do país onde estão esses *big datas*, os grandes arquivos, a sede dessas plataformas.

A preocupação que temos... Isso eu vi aqui, acho que foi a Dra. Miriam que mencionou que participou do debate do Código do Marco Civil da Internet, e eu participei ativamente desse debate. Na época, esse assunto já era debatido. Nós estávamos discutindo na época se nós iríamos obrigar as empresas internacionais... Hoje o mundo é globalizado, não há fronteiras para esses mecanismos relacionados à internet: pode estar lá no Japão e estar conectado com o Brasil; estar nos Estados Unidos, conectando aqui. A sede está lá, a base está lá, mas o dado está sendo manipulado aqui também. E, na hora em que a autoridade nacional vai exigir alguma coisa, eles vão usar a defesa: "Não tenho obrigações, porque a minha base de dados está num país em que a legislação é outra". Se está operando no Brasil, obviamente se submete à legislação nacional, ainda que sua base de dados não esteja no Brasil.

Não estou fazendo um questionamento, apenas já colocando para todos os convidados aqui que talvez esse assunto seja um assunto que vá demandar uma reflexão um pouco mais profunda dos senhores e das senhoras, porque, já naquela época da discussão do Marco Civil da Internet, nós enfrentamos isso.

Por fim, o Governo até tinha uma simpatia – eu me recordo bem – pela ideia de colocar: "Não, os *data centers* têm que estar no Brasil", o que seria nós voltarmos ao tempo da manivela, da carriola, do ponto de vista de avanço tecnológico, científico e tal. Não é isso que deve ser levado em consideração; o





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que tem que ser levado em consideração é a segurança desses dados. E, quando há necessidade de pedir, pela via legal, pela via correta – obviamente há um caminho processual adequado para isso –, não se pode esquivar da obrigação, em razão de estar essa base, essa plataforma num outro país.

Eu estou apenas colocando para reflexão dos senhores e das senhoras...

O SR. JOACIL BASILIO RAEL (Para expor.) – ... a coleta de dados já é um tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, mas hoje há uma série... Especialmente com relação, por exemplo, às mídias sociais, whatsapps da vida, e outras plataformas mais, já há casos de negativa de acatamento de decisão inclusive judicial, ao argumento de que a sua base não está no Brasil.

Então, esse é um tema que certamente vai secundar o debate da autoridade nacional já talvez na sua largada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Só para complementar a importância da sua fala, eles se recusam a aceitar a legislação brasileira sob o argumento de que os dados estão armazenados no exterior, mas lá fora nós já temos casos internacionais em que eles se defendem dizendo que, como determinados atos foram cometidos fora daquele território nacional, não se aplica a legislação daquele país sobre as questões que estão naquele momento sendo questionadas; ou seja, é uma forma de você dizer o seguinte: "Eu não tenho responsabilidade nenhuma, nem aqui, nem no país onde isso aconteceu".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há uma extraterritorialidade aí que está no limbo, tem um...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas, enfim, eu acho que é um bom momento para a gente refletir sobre isso e acho que a criação dessa autoridade nacional vai ser o ambiente adequado, o foro adequado para esse debate de forma mais aprofundada, dando as respostas de que o Brasil e os brasileiros precisam em relação a esse tema.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Eu também queria colocar aqui uma preocupação em tempos de tecnologia, essa questão de direitos individuais e proteção individual, etc. Há um exemplo muito claro aqui dessa forma como nós estamos votando. Uma coisa: para se votar em autoridades, a gente precisa vir votar pessoalmente, porque como a votação de autoridades é secreta, a gente tem a insegurança que a tecnologia gera quanto a essa questão das informações. Este é um exemplo de que a gente deve ter essa preocupação, principalmente vocês que estão guindados a esse papel de proteção ao cidadão, ao indivíduo.

Há uma visão minha e do meu partido de que a gente não exige carteirinha de posição política, ideológica, etc., mas é fundamental que se esteja muito ligado às conquistas que nós já tivemos no País a partir de 1988, com a nossa Constituição: direitos individuais, direitos coletivos, etc., etc. Então, é fundamental saber que, embora vocês estejam sendo aprovados no atual Governo, nós temos uma concepção de que essas agências cumprem o papel de Estado e não deste ou daquele Governo que esteja de plantão, mesmo que seja eleito democraticamente, pelo povo. Isso é uma coisa que vocês devem levar em consideração, fundamentalmente, porque aí é proteção do indivíduo e da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao nobre Senador Paulo Rocha pela sua manifestação absolutamente pertinente e oportuna. A mesma Constituição Federal que garante as liberdades também garante a proteção da intimidade e dos dados das pessoas. E não há aqui prevalência dessa ou daquela garantia; as duas garantias estão no mesmo nível de proteção constitucional.

Na sequência, com a palavra a Dra. Nairane Farias Rabelo Leitão para responder aos mesmos questionamentos em relação aos dados de nível internacional, como Facebook e Google, e como será feita a fiscalização dos inúmeros órgãos da administração pública quanto ao cumprimento da LGPD, em relação à indicação de encarregado ou não para a proteção de dados no âmbito das empresas pequenas e médias, e quais mecanismos a ANPD utilizará para garantir a participação social no processo de tomada de decisões.

São os principais questionamentos.

Pois não.

A SRA. NAIRANE FARIAS RABELO LEITÃO (Para expor.) – Obrigada pela pergunta, Senador.

A terceira pergunta, pela ordem que o senhor colocou, caberia a mim e é referente ao encarregado das micro e pequenas empresas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O arcabouço jurídico recomenda que, para as micro e pequenas empresas, nós estipulemos regras que simplifiquem a operação dessas empresas. Então, acredito que a ANPD deve estar atenta a isso. Inclusive, a fiscalização orientadora é que deve mover a vida das micro e pequenas empresas.

O art. 41, §3º, da LGPD prevê expressamente que a ANPD pode dispensar, conforme porte, natureza e volume dos dados, a nomeação do encarregado de proteção de dados. Pode ser o caso de algumas micro e pequenas empresas, provavelmente será o de muitas, mas a avaliação vai ser conforme o volume, o porte e a natureza dos dados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com relação às demais perguntas.

A SRA. NAIRANE FARIAS RABELO LEITÃO – A pergunta seguinte seria: como garantir a participação social na ANPD?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

A SRA. NAIRANE FARIAS RABELO LEITÃO – A própria lei prevê alguns mecanismos para isso. Um deles é a audiência pública. Em alguns papéis mais importantes da ANPD a audiência pública será, na verdade, regra. Nós teremos que adotá-la como regra. Então, a participação social aí, de alguma forma, já está garantida.

Além desse mecanismo, nós temos também o Conselho Nacional de Proteção de Dados, que vai ser representando também por membros da sociedade civil. Não bastassem esses mecanismos, nós ainda temos outros órgãos de fiscalização e nós temos também o dever de receber as petições dos titulares.

O tempo acabou. Havia muita coisa para falar ainda, mas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a sua explanação.

Com a palavra a Profa. Miriam Wimmer.

A SRA. MIRIAM WIMMER – Wimmer.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É Wimmer?

A SRA. MIRIAM WIMMER – Isso, com o som de "v".

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É do alemão, "Frau Wimmer".

A SRA. MIRIAM WIMMER – *Ganz genau!* (Risos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está bem. Perdão pela má pronúncia.

A SRA. MIRIAM WIMMER – Imagina!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É preciso que eu repita as perguntas?

A SRA. MIRIAM WIMMER – Não é necessário, Senador. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. tem a palavra.

A SRA. MIRIAM WIMMER (Para expor.) – Eu gostaria de gastar muito tempo falando sobre todas elas, mas, dado o interesse do senhor e dos demais Senadores, vou focar a questão da aplicação transnacional de proteção de dados pessoais e dos impactos da atuação dos gigantes da tecnologia que operam em nível global e têm presença e ofertam serviços em inúmeros países.

Fiquei muito feliz de ouvir, Senador, o seu envolvimento com a discussão do Marco Civil da Internet, porque, como o senhor lembrou muito corretamente, tanto no âmbito do Marco Civil como também no âmbito da LGPD, foi feita uma opção legislativa por enfatizar a aplicabilidade da jurisdição brasileira ainda que os dados estejam localizados no exterior. E não poderia ser diferente, não é? Quando a gente imagina uma economia global, uma economia movida a dados, precisamos assegurar que esses dados possam ser transferidos entre os países, mas que a proteção sobre eles permaneça, de modo que os dados permaneçam protegidos não importa onde eles estejam. E assim é que o art. 3º, que trata do âmbito de aplicação territorial da lei, claramente menciona que, quando a atividade de tratamento tiver por objetivo a oferta de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no Território nacional, a lei vai se aplicar sim.

O senhor mencionou também, lembrou muito bem que o tema da obtenção de material probatório, do acesso a dados localizados no exterior é um tema bastante polêmico. E eu recorro aqui que a ADC 51, em discussão atualmente no STF, trata justamente dessa questão. Pessoalmente eu tive a honra de ser indicada pelo Governo Federal para representar o Governo no âmbito da audiência pública da ADC 51, e me parece que é necessário realmente avançar com essa discussão em diálogo com o Tribunal, o STF naturalmente, mas pensando também de que maneira o Brasil pode se engajar construtivamente com autoridades de outros países para assegurar que haja esse *enforcement*, não importa onde o dado esteja localizado.

Se me permite nos nove segundos que faltam, eu queria apenas ressaltar, em resposta ao Senador Paulo Rocha, a importância da PEC 17 e da discussão que transcorre no STF atualmente no sentido de reconhecer um direito fundamental, autônomo, a proteção de dados pessoais, que é um tema sobre o qual pessoalmente já me manifestei, inclusive em audiências públicas no Congresso Nacional.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço-lhe por sua manifestação, Dra. Miriam Wimmer. (*Risos.*)

Até o final da audiência, da reunião, já vou estar craque aqui no alemão.

Asseguro a palavra ao indicado Arthur Pereira Sabbat para sua manifestação em relação aos temas trazidos pelos internautas e às ponderações que fizemos em relação a essa questão transnacional.

O SR. ARTHUR PEREIRA SABBAT (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Praticamente meus colegas esvaziaram as minhas respostas, mas eu gostaria de colocar alguns pontos sobre essas gigantes da tecnologia que coletam dados. Isso é interessante. Como bem citado pela Dra. Miriam Wimmer, o art. 3º é claro dizendo que a lei se aplica também a essas organizações e também às operações de tratamento, independentemente do país onde os dados estejam localizados, e para a oferta, claro, de bens ou serviços. Então, elas terão de se enquadrar na nossa... Também obedecer à nossa Lei de Proteção de Dados Pessoais.

Com relação à fiscalização da autoridade sobre o Poder Público, os órgãos de Poder Público, o art. 29 da LGPD fala que a autoridade nacional poderá solicitar, entre outras coisas, a realização de tratamento, informações específicas, detalhes do tratamento que é feito por essas organizações públicas e também solicitar o relatório de impacto da proteção de dados pessoais.

A terceira pergunta, sobre o encarregado, foi bastante explanada pelos colegas que me antecederam. A Dra. Nairane inclusive citou o art. 41, no seu §3º, que diz que a autoridade realmente poderá, por meio, claro, de normas – não é uma decisão de pronto, mas ela deverá por meio de normas –, estabelecer, de acordo com a natureza, porte e volume dos dados tratados, a possibilidade de dispensa da indicação de encarregado.

Os mecanismos de garantia de participação social também foram aqui bastante elencados. Eles se fundamentam mormente na consulta pública, que materializa a participação da sociedade, sem a qual não se pode fazer normas dessa natureza.

E por onde começar a estruturação, acredito – o nosso preclaro e egrégio Dr. Waldemar já abordou bastante – que a autoridade, claro, vai ter que primeiro se estruturar e depois partir para as suas funções regulamentadoras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa. pela exposição.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ao Presidente Waldemar, apenas a título de curiosidade mesmo: a estruturação administrativa da autoridade já está desenhada? Ela segue mais ou menos o padrão das outras agências? Ou ainda depende...

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR (Para expor.) – Nós vamos ter que trabalhar bastante nisso daí. A gente vai reunir esse conselho, juntamente com a Casa Civil, para chegar a um... Vamos dizer, o que já está definido são os cargos comissionados, que são 36 no total. E a gente vai ter que ter uma seleção bem rigorosa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Teremos, eu acho, as superintendências e as instâncias inferiores. As demais agências eu acho que seguem mais ou menos esse mesmo padrão.

Eu acho que – uma ponderação a mais que eu faria – há, por parte da sociedade em geral e mesmo dentro do Parlamento, ainda muita confusão em relação ao papel dessa Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Às vezes se confunde um pouco com aquilo que, no passado, foi uma discussão, sobre um órgão de controle social.

Acho que, talvez, um dos primeiros esforços seja elaborar um material com esclarecimentos sobre qual é o papel da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, quais são os princípios a que ela está vinculada, de maneira que tanto quem está na vida pública quanto a sociedade em geral tenha a possibilidade de conhecer esse material, que seja de acesso público, para entender um pouco o papel da autoridade nacional que está sendo criada. Ela é nova, e acho que a própria agência vai descobrir no fazer, no cumprir a sua missão muita coisa. Mas é preciso, pelo menos um pouco, dentro desse escopo de transparência, falar um pouco da agência, o que é a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, qual é o seu papel, qual é a sua missão, a que princípios está vinculada, quais são os princípios limitadores do seu papel ou garantidores do seu papel. Acho que é por aí.

Mas eu queria agradecer muito a presença...

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR (Para expor.) – Naquela ideia de normatizar, educar, orientar, e, no último caso, punir, essa educação é justamente mostrar para a sociedade a que veio a autoridade. Isso é importante. No *site*, de alguma forma, a gente tem de difundir, porque existe o desconhecimento da população em relação à autoridade que está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso.

Eu acho que, de todas as agências... Eu sou um defensor intransigente do papel das agências. Nesse caso, ela se assemelha a uma agência, embora tenha a definição de Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Então, não é uma agência reguladora. Ela se diferencia um pouco em razão das peculiaridades da própria lei, mas, mesmo no campo das agências reguladoras, existem agências que têm papéis





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fundamentais que a sociedade não conhece; não conhece qual é o seu papel, a extensão do seu papel e o impacto delas na vida da sociedade. Talvez ela conheça mais aquelas que estão no dia a dia, que tratam de temas ligados mais diretamente ao interesse do consumidor, como a Agência Nacional de Energia Elétrica, que lida com preço, com tarifa de energia; uma agência de transportes, como a Anac, a ANTT e tal. No mais, são mais aqueles atores que estão diretamente ligados aos temas; a sociedade em geral conhece pouco.

Mas essa, para mim, é uma instituição, uma autoridade que vai estar muito afeta à sociedade. Então, quanto mais transparência, quanto mais conhecimento as pessoas tiverem da autoridade nacional, acho que mais importante se torna o seu papel e o cumprimento da sua missão.

Quero agradecer a todos os indicados e sabatinados por suas presenças no dia de hoje, por suas manifestações concisas e não por isso de menor importância. Muito pelo contrário, contribuíram com os trabalhos da Comissão e certamente nos darão a condição de, ao sair daqui, fazer a votação no Plenário do Senado Federal ou no dia de amanhã ou, no máximo, na próxima quarta-feira, espero, confirmando os nomes de V. Sas. para comporem a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Mais uma vez, registro aqui agradecimentos ao Sr. Arthur Pereira Sabbat, à Dra. Miriam Wimmer, à Dra. Nairane Farias Rabelo Leitão, ao Dr. Joacil Basilio Rael e ao Presidente Dr. Waldemar Gonçalves Ortunho Junior. Agradeço a todos os senhores e senhoras.

Não havendo mais Senadores inscritos para questionar... Há? (*Pausa.*)

Agradeço aos senhores.

Vou pedir apenas dois minutos, vou suspender a reunião por dois minutos para a gente poder fazer a...

Líder Fernando Coelho, V. Exa. pede a palavra?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu queria fazer um apelo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Eu poderia fazer a leitura do meu relatório em relação à indicação do Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse caso, Líder Fernando, eu tenho um problema, porque, no sistema, essa está na outra reunião. Ela não está nesta reunião. Nós vamos ter que concluir esta reunião e abrir a próxima.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como já estamos em votação aqui, eu penso que nós vamos conseguir fazer... Só faltam dois ou três relatórios? *(Pausa.)*

Três relatórios da Anac. Aí a gente conclui e já abre a sequência.

Peço vênia a V. Exa., porque é outra reunião. Se fosse dentro desta, poderíamos antecipar, mas é na outra. Agradeço a V. Exa.

Por dois minutos, suspendo a reunião, para darmos início com a sabatina dos indicados da Anac.

(Suspensa às 10 horas e 57 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 03 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sras. e Srs. Senadores, daremos início agora à arguição pública dos indicados para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), com a apresentação dos relatórios.

Convido para que tomem assento à mesa, de onde farão suas exposições pelo tempo máximo de dez minutos, com tolerância de um minuto, os Srs. José Luiz Povill de Souza e Juliano Alcântara Noman, indicados respectivamente para os cargos de Ouvidor e Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil.

Os demais indicados podem ocupar os lugares designados na bancada da Comissão. *(Pausa.)*

Aprego o item 6.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) N° 58, DE 2020

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome do Senhor JOSÉ LUIZ POVILL DE SOUZA, para exercer o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, em vaga decorrente do término do mandato de Alex Castaldi Romera.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fabiano Contarato





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Reunião destinada à arguição pública do indicado.

O Senador Fabiano vai fazer seu relatório pelo sistema remoto – está a postos – e neste momento tem a palavra para proferir seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Senhoras e senhores, quero parabenizar os indicados e passo à leitura do relatório.

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 58, de 2020, submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. José Luiz Povill de Souza para exercer o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal e no art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

É competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. No âmbito do Senado Federal, de acordo com o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação da indicação em tela cabe a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura. Em conformidade com o art. 383 do Risf, a Comissão de Serviços de Infraestrutura deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

De acordo com a Lei nº 13.848, de 2019, o Ouvidor deverá ter notório conhecimento em administração pública ou em regulação de setores econômicos, ou no campo específico de atuação da agência reguladora.

O *curriculum vitae* anexo à mensagem presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. José Luiz Povill de Souza, que passo a resumir.

O indicado é cidadão brasileiro, bacharel em Direito, graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Além do curso de graduação já mencionado, sua formação registra: MBA de Gestão em Política de Segurança Pública, pela Fundação Getúlio Vargas; Curso Superior de Polícia, pela Academia Nacional de Polícia; Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, pela Escola Superior de Guerra; e, pela Escola Nacional de Administração Pública, Curso de Defesa do Usuário e Simplificação, Curso de Gestão em Ouvidoria e Curso de Tratamento de Denúncias em Ouvidoria.

O currículo que encaminha apresenta o início de sua atuação profissional na Polícia Militar do Rio de Janeiro em 1983, onde exerceu atividades de policiamento ostensivo e comando de guarnição de patrulhamento tático motorizado. Posteriormente, a partir de 1988, passou a integrar o corpo de





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

servidores da Polícia Federal. Nessa corporação exerceu atividades de polícia judiciária da União, atividades de polícia marítima e de fronteiras, atividades correicionais e disciplinares e de investigação de crimes ambientais.

Em cargos de chefia nessa corporação, assevera ter obtido experiência em gestão de equipes e liderança de equipes operacionais, gestão de processos, elaboração e gestão de contratos administrativos, gestão de recursos de TIC e planejamento estratégico, ordenação de despesas, e elaboração de normas administrativas, inclusive de aviação. Atuou no sistema nacional de procurados e impedidos, na implantação do projeto de expedição do novo passaporte brasileiro e no planejamento de grandes eventos.

Quanto à sua atuação na Anac, consta em seu currículo que o indicado é atualmente Chefe de Gabinete. Iniciou sua atuação nessa agência no ano de 2015, tendo já exercido os cargos de assessor técnico, atuando junto à diretoria colegiada na análise de processos submetidos à decisão dos diretores, e de assessor especial, atuando na análise de processos a serem decididos pelo Diretor-Presidente. Alude ainda o indicado que os diversos cargos exercidos na Anac permitiram-no colher experiências específicas em áreas como: gestão de conflitos, processos seletivos para ocupação de cargos, estruturação de canais de atendimento, elaboração de normativos internos e, também, sobre temas relacionados às atividades de auditoria, corregedoria e ouvidoria.

No que concerne à ouvidoria, ressalta que compartilhou com a equipe desse órgão de assistência à Diretoria da Anac a tarefa de sua reestruturação e adequação ao Código de Defesa dos Usuários do Serviço Público e seu regulamento, com atualização de normativos internos, instituição de nova sistemática de tratamento das manifestações e interação com as unidades finalísticas.

Como Chefe de Gabinete, cargo que exerce presentemente, pontua que continua adquirindo experiência nos assuntos administrativos da agência e referentes a seu relacionamento institucional. Destaca ainda que participa do Subcomitê de Integridade, onde são discutidas as medidas de conformidade com a legislação e com o Código de Ética e Conduta da agência. E que, no intuito de consolidar sua experiência na Anac, dedica-se atualmente a concluir o Programa de Certificação em Ouvidoria, concedida pela Ouvidoria-Geral da União em parceria com a Enap.

Cumpra, por fim, relatar que o candidato apresentou os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c" do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo.

São essas as informações que apresentamos à Comissão de Serviços de Infraestrutura para que possa deliberar sobre a indicação do Sr. José Luiz Povill de Souza para ser conduzido ao cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Aviação Civil.

É esse o relatório, Sr. Presidente. Mais uma vez, quero parabenizá-lo pela condução da Presidência nesta renomada Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Senador Fabiano Contarato pelo seu relatório, que recomenda a aprovação do nome do Sr. Alex Castaldi Romera para exercer o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Aviação Civil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás... Não, é no lugar desse, não é? Recomenda a aprovação do Sr. José Luiz Povill de Souza. Perdão.

Na sequência, item 7.

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 66, DE 2020

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor RICARDO BISINOTTO CATANANT, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Sérgio Maia Bezerra.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Reunião destinada à arguição pública do indicado.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz para proferir o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Como Relator.) – Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. e os Srs. Senadores, saúdo os indicados pela Anac. É um prazer poder relatar a indicação de um dos senhores para a Diretoria da Anac.

Chega para análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura a MSF nº 66, de 2020, da Presidência da República, que indica o Sr. Ricardo Bisinotto Catanant para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para o lugar vacado pelo Sr. Ricardo Sérgio Maia Bezerra, cujo mandato finalizou-se em 19 de março do corrente ano.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os candidatos a Diretor da Anac devem ser submetidos a sabatina e a votação secreta pelo Senado Federal, de acordo com o art. 52, III, "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da lei de criação dessa agência (Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005).

Por sua vez, o Regimento Interno do Senado Federal elenca, em seu art. 383, a documentação a ser encaminhada ao Senado quando da indicação de diretores das agências reguladoras, entre outras autoridades. Sinteticamente, cabe à Presidência da República encaminhar:

- currículo que detalhe tanto a experiência profissional, como a produção escrita do indicado;
- também declaração acerca da existência ou não de parentes seus com atuação em seu campo profissional; de sua participação ou não como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou ONGs, de regularidade fiscal nas três esferas de Governo; das ações judiciais nas quais seja autor ou réu; e quanto à sua atuação ou não, nos últimos cinco anos, em juízos, tribunais, conselhos de administração de estatais ou na direção de agências reguladoras;

– também argumentação escrita em que o indicado demonstre ter a formação pessoal, moral e profissional que o recomende para o cargo indicado.

Além disso, os indicados devem também atender aos requisitos de tempo de experiência profissional em postos específicos, conforme determina o art. 5º da Lei nº 9.986, de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências.

Por fim, o art. 4º da mesma Lei nº 9.986, de 2000, determina que os mandatos dos Diretores não serão coincidentes, e que, se não forem providos no mesmo ano em que ocorrer sua vacância, terão a duração reduzida, de forma a permitir a regra da não coincidência. Assim, caso o indicado seja nomeado ainda no corrente ano, terá mandato completo de quatro anos, senão, deverá ter seu mandato reduzido, de forma a adaptá-lo às regras aqui descritas.

Passemos então à análise do currículo do indicado.

Ricardo Bisinotto Catanant é natural de Uberaba, Minas Gerais, tendo nascido no dia 29 de julho de 1975. Graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1999. Ao longo das últimas duas décadas, seu currículo aponta ter participado de 12 cursos de curta duração em temas de relevo para a aviação civil, tanto no Brasil como no exterior.

Antes de se tornar servidor de carreira da ANAC, atuou como assessor jurídico da Infraero e assessor de ministro do Superior Tribunal de Justiça. Desde 2006, ano que entrou para a Agência, exerceu os cargos de Gerente-Geral de Outorgas de Serviços Aéreos (2006 a 2009), Gerente de Normas e Projetos (2009 a 2014), e Superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos (desde 2014).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à produção escrita do indicado, consta a publicação de artigo, em coautoria, denominado “Passado, Presente e Futuro da Regulação no Setor Aéreo” na *Revista do Advogado* nº 142, em 2019. Além disso, participou como palestrante em mais de uma dezena de eventos ligados à regulação da aviação na última década.

O indicado declara não ter parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à regulação da aviação civil. Declarou, outrossim, que desde 2016 é sócio da Fazenda Alvorada São Bento, que visa à criação de bovinos.

Apresentou declarações de nada consta em relação aos fiscos federal e distrital, expedidas recentemente. Apresentou, também, certidões negativas expedidas recentemente em relação à Justiça Eleitoral, a ações criminais de primeira e segunda instâncias, a ações cíveis de primeira e segunda instâncias, a ações de falências e recuperações judiciais de primeira e segunda instâncias, a ações cíveis e criminais de primeira e segunda instâncias no Juizado Especial e a processos cíveis e criminais junto ao TRF da 1ª Região e à Seção Judiciária do Distrito Federal da Justiça Federal.

Declarou não ter participado, nos últimos cinco anos, em júzós e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais e nem em cargos de direção de agências reguladoras.

Por fim, em relação aos aspectos formais determinados pelo Regimento Interno, o indicado fez constar argumentação escrita onde declara sua experiência profissional, formação técnica compatível com o cargo pretendido, bem como afinidade intelectual e moral para seu exercício.

Diante do exposto, entendemos que a MSF nº 66, de 2020, cumpre com as exigências formais determinadas pela legislação pertinente e pelo Regimento Interno e que, lido o relatório que apresentamos, a Comissão dispõe dos elementos necessários para a deliberação acerca da indicação do Sr. Ricardo Bisinotto Catanant para exercer o cargo de Diretor da Anac.

O nosso relatório, portanto, Sr. Presidente, é pela aprovação do indicado, cumprimentando-o, mais uma vez, pelo seu currículo. Tivemos a informação de que, dentro da Anac, como ele já está lá há algum tempo, ele tem a unanimidade dos colegas para exercer esse cargo.

Isso é motivo de orgulho para V. Sa. Tenho a certeza de que V. Sa. fará um trabalho importante à frente dessa diretoria na Anac.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Acir Gurgacz, pelo relatório. Eu o cumprimento pelo relatório e pela menção que faz ao Dr. Ricardo Catanant.

Na sequência, convido para assumir a Presidência S. Exa. o Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Passamos, então, ao item 9, não terminativo.

ITEM 9

MENSAGEM (SF) Nº 70, DE 2020

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei no 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor ROGÉRIO BENEVIDES CARVALHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Fenelon das Neves Júnior.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: reunião destinada à arguição pública do indicado.

A relatoria é do Senador Marcos Rogério.

Passo a palavra a V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Presidente Acir Gurgacz.

Cumprimento aqui os indicados para comporem a Diretoria Colegiada da Anac, bem como a Ouvidoria daquela importante agência.

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 70, de 2020 (Mensagem nº 621, de 2020, da Presidência da República), submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Rogério Benevides Carvalho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal e no art. 12º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

Segundo o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), cabe a esta Comissão opinar sobre a escolha de diretores da Anac. Nos termos do art. 383 do Risf, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O *curriculum vitae* anexo à mensagem presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Rogério Benevides Carvalho, que passo a resumir.

O indicado é cidadão brasileiro, graduado em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA (1984) e especialista em Engenharia de Produção pela Universidade Federal Fluminense (1986) e em Economia do Transporte Aéreo pelo Metropolitan State College (1987).

No tocante à atuação profissional, o indicado trabalhou durante 13 anos no Instituto de Aviação Civil (IAC) entre 1988 e 2011, onde ocupou os cargos de Chefe do Grupo de Ruído Aeronáutico, Chefe da Subdivisão de Planejamento Urbano e Aspectos Ambientais e Chefe da Divisão de Pesquisa do Transporte Aéreo. Entre 2001 e 2006, o Sr. Rogério Benevides foi Chefe da Divisão de Facilitação e Segurança da Aviação Civil no Departamento de Aviação Civil (DAC). O indicado ocupou ainda diversos cargos na Agência Nacional de Aviação Civil: foi Gerente-Geral de Facilitação e Segurança da Aviação Civil (2006-2008), Gerente Regional – São Paulo (2008), Assessor da Diretoria (2009) e Gerente Regional – Rio de Janeiro e Minas Gerais, também em 2009.

Em seguida, Rogério Benevides atuou como Consultor de Operações Aeroportuárias do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA/COMAER (2009-2010), como Diretor de Aeronavegabilidade da Helívia (2010-2011), como Diretor de Rototrans e Diretor de Manutenção da Helibrarra (2010-2012) e como Consultor Especial no Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (2010-2012).

Nos últimos dez anos, o indicado trabalhou como consultor especializado em gestão de aeroportos.

A análise do *curriculum* anexado à Mensagem nº 70, de 2020, evidencia que o indicado possui formação acadêmica e profissional compatível com o cargo para o qual foi indicado pelo Senhor Presidente da República, nos termos do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.

Adicionalmente, em atendimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado apresentou, além do *curriculum*, os seguintes documentos que foram entregues à Comissão dentro do prazo previsto: declaração de que respeita todas as condições relacionadas com as melhores práticas para evitar qualquer tipo de nepotismo nas atividades profissionais de sua responsabilidade; declaração de encerramento das atividades de MEI – RBenevides de Carvalho Consultoria Aeronáutica e de Aviação Civil; declaração de regularidade fiscal, no âmbito federal e distrital, acompanhada da Certidão de Dívida Ativa – Negativa junto ao Governo do Distrito Federal, e da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; declaração de ações judiciais nas quais figura como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual; declaração de que nunca participou de júzós, tribunais, conselho de administração em estatais ou cargos de direção em agências reguladoras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informa, ademais, em declaração assinada e datada de 13 de outubro de 2020, que possui experiência profissional e formação técnica adequada, que o permitirá contribuir para o efetivo aperfeiçoamento dos processos regulatórios sob responsabilidade da Anac.

São esses os elementos disponíveis para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere sobre a indicação do Senhor Rogério Benevides Carvalho para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil.

É o Relatório, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Marcos Rogério, pelo relatório.

Passamos, então, à exposição dos indicados.

Antes de passar aos indicados, eu só gostaria, brevemente, de fazer uma ponderação, já pedindo para que os senhores nos deem uma posição com relação ao nosso aeroporto de Ji-Paraná e ao aeroporto de Cacoal. Nós conversávamos há pouco, e tenho certeza de que o Senador Marcos Rogério também o fez e o fará depois, em tempo. É uma coisa que tem nos preocupado muito no Estado de Rondônia: hoje nós temos apenas o aeroporto de Porto Velho com voos regulares; em Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena, nós não estamos tendo voo regular. E não é um problema de demanda, porque os aviões estão sempre lotados quando estavam indo a Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena. É a questão do IFR. As obras já foram feitas, o IFR está montado; falta fazer a calibragem e a Anac fazer a inspeção.

É isso, Senador Marcos Rogério? É nessa linha que nós estamos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – É exatamente esse o quadro, Senador Acir e todos os diretores aqui. Eu até conversei muito com o Benevides, que foi o indicado que eu relatei, e ponderei com ele exatamente a questão do aeroporto de Ji-Paraná – o Catanant conhece, porque já está na agência; e o Juliano também conhece, pois já o mandei, inclusive, por telefone.

Nós temos um problema de certificação. A Anac hoje tem uma regra que condiciona a homologação do IFR a essa certificação. E o que o Senador Acir menciona aqui é exatamente o que está acontecendo: o aeroporto está paralisado, e as empresas aéreas não têm condições de operar, porque se alternam muitos voos em razão da aeronavegabilidade, especialmente nesse período climático, com muita chuva, então se perdem voos, há um nível de demandas judiciais alto, e as empresas acabam ficando com dificuldade. Então, o que a gente precisa lá hoje de fato é, de alguma maneira, homologar, porque os equipamentos já estão lá. O que falta hoje é a homologação do IFR. Se não num escopo maior, mas há possibilidade de, dentro das regras pertinentes, você autorizar, homologar o IFR que nós temos lá e garantir a volta dos voos, especialmente para Ji-Paraná. A mesma situação... É um pouco diferente,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

porque eu acho que, no caso de Cacoal, ele ainda não tem os equipamentos instalados, mas também depende, carece do IFR. Vilhena já tem IFR instalado. Ji-Paraná tem os equipamentos, mas não tem a homologação. Então, oportunamente à sabatina dos senhores aqui, quero já colocar essa situação muito regional, que é nossa lá, mas que é extremamente importante para Ji-Paraná e para toda a Amazônia Legal.

Obrigado, Senador Acir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério. Fica aqui a nossa reivindicação coletiva do nosso Estado de Rondônia.

Isto posto, passo a palavra ao Sr. José Luiz Povill de Souza para fazer a sua exposição.

O SR. JOSÉ LUIZ POVILL DE SOUZA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Gostaria de saudar os presentes e todos que nos assistem na pessoa do Presidente desta Comissão, o Senador Marcos Rogério, e agradecer ao Senador Fabiano Contarato, que muito me honrou com sua relatoria.

É uma honra imensa para mim participar deste ato de arguição pelo Senado Federal como indicado ao cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Aviação Civil pelo Presidente da República Jair Bolsonaro.

Sou servidor público federal há 32 anos e, desde o ano de 2004, ocupo o cargo de Delegado da Polícia Federal.

Em 2012, coordenei a aviação operacional da Polícia Federal, travando meus primeiros contatos com a aviação e com alguns setores da Anac.

Já em 2013, como Coordenador de Polícia de Imigração, tive oportunidade de participar do planejamento da execução das ações de segurança aeroportuária e do controle imigratório, durante os grandes eventos ocorridos no Brasil. Nesse período, conheci com maior profundidade as atribuições da Anac, da Conaero, e da Secretaria de Aviação Civil.

Em 2015, fui convidado a trabalhar na agência como assessor técnico da diretoria e lá permaneço até o momento, exercendo agora a função de chefe de gabinete da Diretoria Colegiada.

Gostaria de realçar alguns pontos que considero relevantes para essa expansão inicial, referentes ao contexto das ouvidorias públicas cada vez mais voltado ao pleno exercício da cidadania.

Desde a promulgação da Emenda Constitucional 19, de 1998, a gestão brasileira tem evoluído rapidamente no sentido de assegurar ao cidadão a participação mais efetiva na Administração Pública direta e indireta. O primeiro grande passo nesse sentido foi a publicação da Lei de Acesso à Informação,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei 12.527, de 2011, que estabeleceu, como regra, a publicidade das informações produzidas nos órgãos e entidades dos poderes públicos, em todas as esferas administrativas.

Estando as informações acessíveis a todos, o controle social tornou-se mais efetivo pela possibilidade de qualquer pessoa poder conhecer e poder questionar os atos da Administração e as políticas públicas, considerando, inclusive, suas motivações e resultados.

O segundo passo nessa trajetória certamente foi a publicação do Código de Defesa do Usuário do Serviço Público, ao fixar direitos como presunção de boa-fé, cumprimento de prazos, eliminação de exigências desproporcionais, entre outras.

A Lei 13.460 desencadeou uma série de atos regulamentares voltados a estruturar e a fortalecer as ouvidorias públicas. Podemos citar, por exemplo, a instituição do sistema de ouvidorias do Poder Executivo federal, com o objetivo precípuo de coordenar as ações das ouvidorias dos órgãos e entidades públicas, e a criação da Rede Nacional de Ouvidorias, com a finalidade de capacitar e uniformizar as ações das ouvidorias públicas no âmbito nacional.

Desde então, diversas atribuições foram delegadas às ouvidorias com perspectiva na defesa dos direitos dos usuários. A partir dessa nova visão, as reclamações e outras manifestações referentes à prestação de serviços públicos tradicionalmente tratadas apenas como indicador de qualidade no atendimento passaram a constituir matéria-prima essencial às ações de melhoria da qualidade de serviços públicos prestados, cabendo à ouvidoria a análise das reclamações, elogios, denúncias e sugestões, a fim de identificar pontos de insatisfação, propondo, em relatório formal a ser encaminhado aos dirigentes máximos do órgão, as medidas necessárias à preservação dos direitos dos usuários e à melhoria do atendimento. Tais relatórios serão posteriormente enviados ao controle constitucional das Casas Legislativas e do Tribunal de Contas da União.

Em ação paralela, a Ouvidoria da Anac tem realizado constantes reuniões com as áreas responsáveis pelos serviços avaliados, incentivando a promoção de alterações procedimentais e normativas que possam reduzir os prazos, adequar a documentação exigida ou eliminar excessos burocráticos, contando sempre com o apoio irrestrito da diretoria.

Essa nova dinâmica de funcionamento das ouvidorias públicas impulsionada pelas orientações da Ouvidoria-Geral da União tem propiciado avanços importantes no planejamento de ações por parte da Anac, tanto que um dos três objetivos estratégicos constantes no Plano Estratégico de 2020 a 2026 é justamente a simplificação e a desburocratização dos processos organizacionais, com ênfase na melhoria da prestação dos serviços.

Não poderia deixar de mencionar outros instrumentos criados em respeito aos usuários dos serviços públicos, como a Carta de Serviços, o Conselho de Usuários e a Plataforma Simplifique, que estabeleceu um fluxo para tratamento de sugestões de simplificação e desburocratização de normas e procedimentos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contando com a atuação de um comitê permanente de desburocratização em cada órgão, e o Programa TransformaGov, com foco na modernização da gestão estratégica para integração e simplificação de processos.

No dia a dia, a Anac conta com alguns canais de comunicação com o usuário: o Fale com a Anac, disponível no sítio da agência, ou o número 163, para receber ligações telefônicas, e a Plataforma consumidor.gov, na qual são registradas as reclamações referentes aos serviços prestados aos passageiros pelas empresas aéreas.

Enfim, a Anac privilegia todos esses instrumentos de participação e controle social, tendo a Ouvidoria, na minha visão, o desafio de buscar maior proximidade com as categorias profissionais e as empresas que dependam da agência para o exercício de suas atividades, de forma a manter um canal permanentemente aberto de conciliação de interesses legítimos, com foco no desenvolvimento da aviação e na excelência do atendimento aos usuários.

Encerro essa exposição inicial no prazo concedido reafirmando que seria uma honra para mim a aprovação por esta Casa da indicação ao cargo de Ouvidor da Anac, concedendo-me a oportunidade de fazer parte desse processo atual de valorização da boa interlocução entre o cidadão e o Estado.

Muito obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Dr. José Luiz Povill de Souza por sua explanação e passo a palavra ao próximo indicado, Sr. Ricardo Bisinotto Catanant. V. Sa. tem a palavra.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT (Para expor.) – Muito bom dia.

Muito obrigado, Senador Marcos Rogério. É uma honra estar aqui de volta a esta Casa depois de tantas vezes em que eu tive oportunidade de representar a agência na discussão de alguns temas muito relevantes.

E eu sei que sempre estiveram na pauta de V. Exa., como há pouco houve o caso que a gente precisa estudar, de fato, o quanto antes, da homologação desse FR, que é em benefício da segurança e da população, do crescimento. Então, eu sempre estive engajado em uma série de discussões, aqui e na Câmara dos Deputados, em representação da Agência Nacional de Aviação Civil.

É uma honra chegar a este ponto em que estou sendo sabatinado por indicação do Presidente da República e do Ministro Tarcísio, a quem agradeço a confiança depositada.

Cumprimento todos os demais Senadores, Senador Carlos Viana, Senador Esperidião Amin, Senador Fernando Bezerra, que estão aqui, com quem já tive a oportunidade, inclusive, de estar presente presencialmente para discutir também temas da aviação civil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srs. Senadores que nos acompanham, inclusive cidadãos pela internet, eu gostaria de fazer aqui uma breve apresentação das minhas credenciais.

Eu tive, desde a minha formação em Direito, em São Paulo, na PUC, a oportunidade de advogar na advocacia privada, no setor de seguros e de energia elétrica e, em seguida, tive a oportunidade de ser assessor de um ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Estive na Infraero, na Assessoria Jurídica, cuidando ali de contratos e de obras bastante relevantes que foram tocadas, no período, pela Infraero.

Já na Anac, desde 2006, desde a sua implantação, eu tive a oportunidade de passar por diversos setores, que foram mencionados aqui no meu currículo, que cuidam basicamente e que cuidaram, desde a implantação da agência, da tarefa de outorgas das autorizações e concessões às empresas de transporte aéreo. E, desde sempre, Senadores, não só por força do que está na lei de criação da agência, mas como uma diretriz fortemente seguida – e tive a oportunidade de trabalhar com o Juliano desde a implementação também –, a agência vem buscando a ampliação da concorrência do setor.

A redução de barreiras à entrada, à constituição de novas empresas, a redução da burocracia, que é uma marca desde a sua criação – até recentemente nós tivemos o lançamento do Programa Voo Simples, que eu vou poder detalhar, espero, mais adiante... Eu tive a oportunidade de trabalhar diretamente com questões relativas à redução da burocracia na constituição e à retirada de barreiras à entrada de novas empresas.

Há outros assuntos também que estiveram sob minha responsabilidade: a edição, a construção e a modernização da regulação sobre os *slots*, que são os horários que as empresas têm para poder operar em aeroportos congestionados, como os aeroportos de Santos Dumont, Congonhas, Guarulhos. Essa é uma resolução, no meu ponto de vista, das mais importantes da regulação econômica do setor, porque ela permite que as empresas operem onde há um nível bastante elevado de demanda, o que lhes garante um sucesso financeiro. Então, há uma busca muito grande por acesso a esses aeroportos. E o resultado disso – nós estivemos aí, e eu pude presenciar, enfim, uma série de problemas que a agência teve que enfrentar, o chamado caos aéreo, com problemas de atrasos e cancelamentos... Durante todos esses anos, pela minha avaliação inclusive, um dos principais fatores que fizeram com que hoje as empresas aéreas brasileiras ostentassem índices invejáveis de pontualidade, de regularidade, chegando a figurar nos *rankings* das empresas e dos aeroportos mais pontuais do mundo, foi, sem sombra de dúvidas, essa regulação dos *slots* para os aeroportos. Se as empresas não operam conforme os mínimos requeridos, elas podem perder aqueles *slots*, e, como muito da malha aérea brasileira passa por esses aeroportos, o ganho sistêmico é relevante.

Então, nós tivemos aí, em função, de forma quase que direta, dessa regulação, uma melhora considerável dos índices de regularidade e pontualidade das empresas aéreas, dos aeroportos envolvidos e dos aeroportos secundariamente envolvidos pelo que eu mencionei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também sob a minha responsabilidade esteve a discussão, a relevante discussão – e que ainda é uma questão em aberto, não é, Senador Marcos Rogério? – dos direitos dos passageiros. Essa é uma preocupação bastante presente em todas as pautas da agência. Nós recentemente buscamos fazer parte do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que foi recriado. Ele havia sido criado na década de 80; foi um dos responsáveis inclusive pela edição do Código de Defesa do Consumidor. E esse conselho foi recriado em muito boa hora, na minha avaliação. E a agência brigou até para fazer parte, então nós somos membros e eu sou o representante da Anac nesse Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que vai ter pautas relevantíssimas – a discussão do decreto do SAC; a redução da judicialização, que o Senador Marcos Rogério já colocou aí e à qual eu gostaria de fazer menção também; e outros assuntos dos quais, de forma indireta, também a gente acabou tendo que participar por força de todo o processo de governança e regulatório da agência.

Eu tive também – e eu gostaria de fazer menção a isto – a experiência bastante edificante de fazer parte da comissão especial de elaboração do projeto do Código Brasileiro de Aeronáutica que tramitou aqui no Senado Federal, com grande trabalho, excelente trabalho das assessorias aqui, sob a coordenação do Senador Vicentinho, inclusive. Foi um trabalho bastante interessante. O projeto está em vias já de ser endereçado para poder ser apreciado por ambas as Casas do Parlamento.

Eu também faço parte – é um ponto que eu gostaria de mencionar aqui também, a despeito de já ter sido feita menção no currículo – do Painel de Regulação do Transporte Aéreo da Oaci, que é o órgão da aviação civil internacional ligado à ONU. Então, eu sou representante do Brasil neste painel. E também tive a oportunidade de participar de negociações, como chefe de missão, negociações de importantes acordos internacionais de serviços aéreos, dentre os quais eu gostaria de mencionar o acordo celebrado com Portugal, acordo com Luxemburgo, Holanda, dentre outros países.

Também represento a agência no Conselho Nacional do Turismo. É uma pauta também muito relevante. Não existe turismo sem transporte aéreo e vice-versa – não existe transporte aéreo sem o turista. Então, há uma simbiose muito grande entre esses dois organismos, entre todas as agências, órgãos governamentais e agente privados. Então, também é um ponto em que eu tive a oportunidade de representar a agência e continuo à frente dessa discussão.

Sou o atual diretor e um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Direito Aeronáutico (Ibaer), identificada por uma série de profissionais que militam no setor de Direito Aeronáutico a necessidade de aprofundar esses debates. Também temos ali oportunidade de discutir uma série de aspectos.

Eu gostaria de mencionar o que eu julgo, Senador Marcos Rogério, que são os desafios. Ao largo de todos esses quatorze anos e meio que a Anac já conta aí de implementação, eu tive a oportunidade de estar à frente de cargos de gestão nesse período em que eu estou lá na agência. Nós evoluímos muito como organismo, como agência reguladora. Nós passamos por diversas crises, que foram acompanhadas, discutidas, debatidas por toda a sociedade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso fez com que a agência crescesse e amadurecesse em um período curto de tempo.

A agência, eu gostaria de mencionar para todos os que nos assistem, hoje é muito bem avaliada em termos de governança e gestão públicas. Há um índice que o TCU publica, e a agência foi uma das melhores agências avaliadas. Nesse *ranking*, ela ficou em 11º lugar de um total de 498 instituições avaliadas pelo TCU. Eu acho que isso é motivo de grande orgulho para todos os servidores da agência, mas eu julgo que a agência tem como desafio também – e é uma preocupação que a agência tem tido fortemente nos últimos anos – ver quais são as entregas que ela faz para a sociedade. Eu acho que elas estão aí, e a gente pode falar mais sobre isso na fase de perguntas.

O desenvolvimento da aviação regional. Há dificuldade em implementar os aeroportos regionais, a regionalização da aviação. Mas, em termos internacionais, por que a Europa conta com um bloco de aviação em que os pilotos, aeronaves e empresas podem explorar um único mercado e nós, aqui no Brasil, temos de estar adstritos a um único país, com regras muito peculiares, quando nós poderíamos, o Brasil, em termos estratégicos, poderia estar posicionando os seus *players* para explorar serviços em toda a região, em benefício dos Estados? Rondônia, um Estado limítrofe, poderia ter aviação servindo-o.

Acho que esses são pontos que merecem aprofundamento. Eu fico à disposição, inclusive porque eu gosto muito do assunto.

Regulação responsiva. Senador, V. Exa. vai me ouvir falar muito disso nos próximos anos. Eu sou patrocinador de um projeto que visa basicamente, de uma forma muito sucinta, entregar regulação exatamente na medida proporcional e razoável para cada situação enfrentada.

A gente ouve falar muito em flexibilização de medidas regulatórias para aeroportos da Amazônia, que não têm... Eventualmente, não há condições de haver alguma regulação, se for colocado *flat* para todas as localidades. A regulação suíça, eventualmente, não serve e precisa ser adequada.

E há outro ponto também, já para encerrar a minha fala; desculpe-me por me estender. Nós estamos atualmente – este é um diagnóstico meu, desse projeto de regulação responsiva – muito acostumados ao comando e controle, a escrever regras para tudo, sendo a contrapartida disso, descumprida a regra, a aplicação de uma multa. Acho que a agência precisa encontrar outros mecanismos regulatórios para se aproximar dos regulados. Que o piloto, quando falar... Resgatar a cultura justa em que o piloto possa reportar uma condição eventualmente insegura, e isso não gerar uma multa, porque senão ele não vai reportar essa condição insegura. Para que isso possa... A aviação se desenvolveu com essa base, a da cultura justa. Então, acho que esse projeto da regulação responsiva, que eu gostaria de levar a cabo e trazer a sociedade inteira para discutir, é muito relevante.

E também a judicialização. Eu gostaria de tocar nesse ponto que V. Exa. já abordou e me parece ser um dos temas mais sensíveis hoje para a aviação comercial.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, eu encerro, agradecendo mais uma vez. Espero contar com a aprovação de V. Exas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa. pela manifestação clara e, ao mesmo tempo, apesar da exiguidade do tempo, tratando de temas profundos, sobre os quais cabe uma reflexão maior de toda a diretoria colegiada da agência.

Na sequência, com a palavra o indicado Sr. Rogério Benevides Carvalho.

Lembro que os indicados têm dez minutos. Esse é o tempo normal, com um minuto de acréscimo, de tolerância.

O SR. ROGÉRIO BENEVIDES CARVALHO (Para expor.) – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Marcos Rogério, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Exmos. Srs. Senadores remotamente e aqui presentes.

De antemão, eu gostaria de agradecer a indicação. Somente a indicação já é uma honra, assim como estar presente aqui e ser eleito para exercer o cargo de Diretor da agência. Esse tipo de indicação, na verdade, só reforça uma posição, um trabalho que tem sido feito há mais de 30 anos.

Eu aproveito aqui para agradecer à Força Aérea Brasileira pela formação e por todo o apoio que tem me dado.

E eu gostaria de dizer aqui, aproveitando esta oportunidade, que esta sabatina é extremamente oportuna, porque nós estamos na semana dos apaixonados pela aviação, dos profissionais. Esta é a Semana da Asa, em que temos o Dia do Aviador, os feitos de Santos Dumont e a entrada em operação do Gripen. Então, nesta semana, em que nós vamos ter a condução dos nossos diretores da nossa agência, temos em destaque essa atividade tão nobre para a aviação civil brasileira.

Em relação à minha passagem na aviação, eu gostaria de dizer aos senhores que minha vida começou em 1984, quando eu saí do ITA e entrei no DAC. O DAC nada mais é que o primórdio da Anac – na verdade, DAC e Anac são uma entidade só, uma entidade reguladora. Eu comecei no DAC e gostaria de ressaltar alguns pontos, alguns trabalhos em que fui envolvido diretamente. Primeiro, no DAC, nós tínhamos uma escola, no IAC, que se chamava Cecia, que era o centro de excelência do conhecimento em termos de planejamento de aeroportos. À época, a Infraero era gestora de todos os grandes aeroportos nacionais. Com isso, ela contratava o serviço de planos diretores. Nós tivemos a oportunidade... Eu trabalhei imensamente em quase todos os aeroportos nacionais fazendo plano diretor – em alguns, coordenando; em alguns, indo pesquisar; em alguns, indo ao local levantando com trena. Isso nos dá uma visão muito concreta do que nós temos de infraestrutura no Brasil. Essa experiência é uma experiência ímpar, com que eu acredito que vá nos ajudar muito a fazer a gestão da infraestrutura aeroportuária. Além dos grandes aeroportos, nós fizemos os planos aeroviários dos Estados à época. Os planos aeroviários





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

eram os instrumentos em que os Estados pediam recursos através do Profaa. Então, nós tínhamos que ir a todos os Estados fazer o levantamento de todos os aeroportos classificados como local ou regional, semimetroplitano ou metroplitano. Com isso, também temos uma visão dos 600 aeroportos públicos, o que nos dá uma percepção do que é o nosso desafio: como vamos integrar essa rede de aeroportos nacional. Então, essa é outra experiência que nós tivemos durante o tempo em que estivemos no DAC. Finalizando em termos dessa etapa do DAC, nós tivemos a condução... Fui responsável pelo Programa Federal de Auxílio aos Aeroportos, que hoje eu acredito que tem muito benefício e pode ser replicado daqui para frente, com suas especificidades.

A partir de 2000, com o 9/11, eu fui responsabilizado em termos de conduzir uma reestruturação na parte de Avsec. Trabalhamos como auditores e fomos para a Icao.

Chegando à Anac, eu tive que fazer uma opção: continuar a minha vida militar em 2006 ou entrar na vida do desafio de servidor público civil. Eu passei a trabalhar na Anac como Gerente-Geral e depois como Gerente Regional de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A Gerência Regional de São Paulo e do Rio de Janeiro tinha um aspecto totalmente diferente: eu passava de uma fase de regulador propriamente dito para uma fase de fiscalizador e de aplicabilidade daquelas regras que nós desenvolvíamos como regulador na essência. E com isso a gente começa a perceber as nuances do seu trabalho, quais são os desafios e as dificuldades.

Em 2009 eu tive a oportunidade de ir para o Decea, que foi um outro desafio extremamente relevante. Eu posso mencionar para os senhores que hoje a ligação Anac-Decea deve ser extremamente cultivada. Por quê? Porque hoje você tem a regulação das aeronaves, da operação das aeronaves, você tem a regulação da navegação aérea; se você não conseguir caminhar com os dois, você nunca vai conseguir otimizar toda a capacidade que a tecnologia nos fornece. Você pode fazer um procedimento RNP, mas se a empresa aérea não estiver habilitada e com disponibilidade de investimento para aquela tecnologia, você não usa aquela tecnologia. E nós precisamos dessa tecnologia para melhorar a acessibilidade dos aeroportos. Muitas vezes a gente não precisa mais de um ILS; com o procedimento RNP a gente consegue trazer a aeronave muito próxima e vai conseguir operar. Então esse casamento entre Decea e Anac faz-se extremamente importante. Sei que hoje já existem muitos trabalhos vinculando essas duas entidades, mas nós temos que explorar e aprofundar isso cada vez mais, não há como andar sem estar com as mãos dadas nesse tópico.

A partir de 2011 tivemos as iniciativas das concessões. Como naquele momento a Infraero tinha todo o conhecimento aeroportuário, o mercado estava ávido por profissionais de aeroportos. O que aconteceu? Nós tivemos uma oportunidade de ser envolvidos na concessão de Guarulhos, de Galeão, de Viracopos, de Brasília, e trabalhamos profundamente. Essa experiência nos permitiu ver o lado do investidor em relação aos modelos de concessão.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os modelos de concessão, desde 2011, foram muito aperfeiçoados, mas essa experiência nos permite ainda buscar alguns outros caminhos para otimizar esse processo de concessão. Ao mesmo tempo, eu tive a oportunidade de trabalhar operacionalmente com a Helibarra, com exploração de contratos da ANP no interior do Amazonas, o que me deu uma visão específica da operação e dos requisitos: como atender àqueles requisitos, qual é a dificuldade dos operadores de táxi aéreo 135, como eu viabilizo um contrato dessa forma? De maneira complementar, nós tivemos também um período de oito anos apoiando a parte regulatória das empresas 121.

Então, essa experiência dentro do mercado de transporte aéreo nacional me permitiu ter uma visão do que o mercado espera de uma agência reguladora. Eu acredito que essa experiência que nós tivemos até agora em aeroportos, em empresas aéreas 121, em empresas aéreas 135, em operadores 91, toda essa experiência vai nos permitir que a usemos de maneira proativa para melhorar o processo regulatório e aperfeiçoar algumas dificuldades e desafios que o setor tem.

Como desafio futuro, eu gostaria de ressaltar para os senhores que, com o cenário que a gente tinha pré-Covid – e nós não estamos nem no cenário "médio-Covid" –, o setor aéreo foi extremamente afetado. Então, dentro desses próximos 360 dias, dois anos, nós temos que olhar com extrema dedicação para buscar auxiliar tanto os operadores aeroportuários, os operadores aéreos, os operadores 135, 121, cada um em suas necessidades e cada um dentro de nossas possibilidades regulatórias, que nós não temos todas, e, principalmente, defendendo o direito do consumidor, porque esse cenário ainda está se consolidando, e nós não podemos deixar o setor, de maneira nenhuma, desassistido em qualquer desses aspectos.

Então, o grande desafio que nós temos, nesses próximos dois anos, é tentar recuperar o setor e, dois anos para a frente, nós temos que incentivar a aviação regional e temos que transformar o transporte aéreo num setor de 200 milhões de passageiros embarcados e desembarcados em, no mínimo, 300 a 400 milhões de passageiros embarcados e desembarcados, porque este País, a exemplo de outros países, tem um potencial ímpar para transportar no mínimo 400 milhões de passageiros embarcados e desembarcados no País.

Muito obrigado.

Novamente, eu gostaria de agradecer e mencionar que me sinto honrado de poder estar aqui na presença dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa., Dr. Rogério Benevides Carvalho, por sua exposição.

Na sequência, com a palavra o Sr. Tiago Souza Pereira, para a sua exposição.

O SR. TIAGO SOUSA PEREIRA (Para expor.) – Obrigado, Presidente Marcos Rogério.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos. Bom dia, Senadoras e Senadores, bom dia a todas as pessoas que nos assistem pelos canais digitais do Senado Federal.

Eu começo ressaltando a missão da agência, que é garantir a segurança e a excelência da aviação civil brasileira. Essa nossa missão... Eu digo nossa porque eu estou na agência desde 2008, tendo ocupado, lá na Anac, diversas posições de liderança em várias unidades, sete unidades organizacionais. Para se ter ideia, a agência dispõe de um pouco mais de 20 unidades, ou seja, eu acho que isso reforça aí o meu conhecimento interno sobre os processos internos da agência.

A agência foi criada em 2006 num contexto muito complicado. E, junto com as autoridades da aviação civil, tomou medidas para resolver esse contexto. Posteriormente, a agência iniciou uma agenda de desregulamentação, de flexibilização da regulação do setor aéreo, que culminou, no final da década, no processo de ampla popularização do transporte aéreo. O transporte aéreo, no início da década passada, era minoritário comparado com o transporte rodoviário.

Ao final da década, atualmente temos mais de dois terços dos passageiros inter-regionais brasileiros. Isso acabou, no final da década, impactando a infraestrutura aeroportuária, que não conseguiu crescer na mesma medida. Então, o Governo decidiu pela política de concessões, e essas concessões foram feitas pela agência junto, anteriormente, com a Secretaria de Aviação Civil e, agora, com o Ministério da Infraestrutura.

O modelo vem se aperfeiçoando rodada após rodada. Atualmente somos reconhecidos no Brasil e no mercado internacional por investidores internacionais como referência em concessões aeroportuárias, modelo com segurança jurídica, com regras bem colocadas, com matriz de risco bem estabelecida e com gestão contratual muito bem feita pela agência.

Cabe ressaltar, relativamente aos passageiros, que as concessões triplicaram os investimentos. Os ganhos com as concessões aeroportuárias para os passageiros foram visíveis, todos podem verificar, todos podem perceber andando nos terminais.

Eu falo muito sobre questões econômicas, mas é importante falar também sobre questões operacionais. Toda essa evolução regulatória que a agência promoveu ao longo de sua existência aconteceu sem prejuízo; muito pelo contrário, com aumento da segurança operacional. A agência aprimorou seus processos de fiscalização. A agência e as demais autoridades da aviação civil põem o Brasil em quinto lugar entre os países com maior *compliance* com as normas internacionais da Organização da Aviação Civil Internacional. A agência tem um amplo programa de certificação de aeroportos e tem um amplo programa de capacitação interna dos seus servidores, tendo em vista que a aviação civil é um setor altamente intensivo em tecnologia e é necessário, então, que os servidores da agência detenham os conhecimentos mais especializados em várias áreas de conhecimento.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, para dar conta de todo esse desafio em tão pouco tempo, como bem mencionou o Dr. Ricardo Catanant, a agência atualmente é considerada pelo TCU como uma das principais organizações referências em gestão pública – eu tenho o orgulho de ter participado desse processo de fortalecimento institucional –, mesmo sendo uma das agências mais novas da Administração Pública Federal.

E a pergunta que fica é: está tudo o.k.? Eu reconheço que não. A gente tem muitos problemas para resolver ainda, a gente tem muitos desafios para resolver.

Eu não sei se o Senador Marcos Rogério se recorda, mas ele nos ajudou no processo de planejamento estratégico, foi à agência, mostrou para os servidores a visão do Parlamento, a visão das pessoas em relação aos desafios da aviação civil.

Além do que os meus colegas colocaram, eu gostaria de ressaltar dois desafios muito grandes para a aviação civil brasileira e para a Agência Nacional de Aviação Civil.

O primeiro é a necessidade de melhoria da nossa interlocução com a aviação geral. Como eu disse, o desenvolvimento da aviação civil regular, do transporte aéreo regular, foi notório nas últimas duas décadas, mesmo com crise econômica e as dificuldades econômicas do Brasil. Temos um mercado altamente competitivo, com aeroportos que funcionam muito bem, supereficientes, e empresas aéreas com índices que são recordes de pontualidade e regularidade. No entanto, temos um consenso interno na agência de que precisamos melhorar o relacionamento com a aviação geral, tornando a regulação mais fluida.

Catanant falou de regulação responsiva.

Acabamos de lançar, na Presidência da República, o programa Voo Simples. Qual é que é a lógica do programa? A gente não precisa focar na burocracia, o importante é focar nos requisitos operacionais. A burocracia é um meio. Então, a agência tem que olhar mais para a operação, para a segurança e tentar afastar, na medida do possível, a burocracia dos nossos requisitos normativos.

Nesse sentido, o programa veio com uma série de medidas, cinco dezenas de medidas, só para o curto prazo, para a gente conseguir fazer essa melhor interlocução e focar no que realmente interessa: resgatar o prazer de voar, como bem disse o Dr. Juliano na abertura.

Além disso, falando um pouquinho sobre os aeroportos regionais, sobre a aviação regional, a gente tem uma política de aviação regional, o Ministério da infraestrutura a executa, só que há alguns outros mecanismos por meio dos quais nós podemos melhorar ainda mais a infraestrutura. O Governo Federal, o Ministro Tarcísio anunciou o início – vai ser aprovado no PPI em breve – do programa de PPPs. Aproveitando o nosso conhecimento e *expertise* em concessões aeroportuárias, o Governo tem a intenção de fazer as PPPs para os aeroportos da Amazônia. Vai começar com um piloto no Estado do Amazonas, mas com certeza, no longo prazo, isso se perpetuará para os outros Estados da Amazônia Legal. Isso é





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma forma de aumentar, de trazer o setor privado, com segurança jurídica, para investir, e trazer todos os ganhos de conhecimento em que o setor privado tem mais capacidade de fazer do que o setor público.

Além disso, temos algumas ações do Voo Simples, como a regulamentação da Operação Anfíbia; algumas ações que nós aprovamos recentemente na diretoria da agência, como a liberação da venda de assentos de táxi aéreo, que vão permitir que esses mercados da Região Norte, da Região Amazônica possam ser atendidos por outros modelos de negócio.

Ricardo Catanant acabou de falar também de um processo, que a gente pode buscar no futuro, de regionalização – regionalização internacional. Aqueles estados limítrofes com regiões da América do Sul podem ter empresas que operam nesses Estados e, assim, abastecer esse mercado deste continente que é o Brasil, com muitas regiões, com muita heterogeneidade, em que todo mundo tem que ser atendido.

Enfim, falei de aviação regional, de universalização, de aviação geral. É importante... O Voo Simples veio nessa toada, nessa intenção de melhorar a interlocução da Agência com a aviação geral.

Ricardo Catanant falou de regulação responsiva: colocar um peso adequado de regulação para os diversos segmentos; tratar os diversos setores de acordo com as suas peculiaridades e, obviamente, sem perder o foco de fiscalização e de monitoramento do setor.

É importante também ressaltar, por fim, senhores, a nossa participação. O Catanant também já falou que a agência foi a primeira agência reguladora federal a ingressar na plataforma Consumidor.gov e estar presente nos principais fóruns de turismo e de defesa ao consumidor. É muito importante estreitar o relacionamento dos órgãos que cuidam desse assunto para que a gente tenha uma atuação balanceada e olhe para os interesses dos consumidores.

Por fim, eu queria finalizar aqui declarando meu orgulho de participar, nesta Casa Legislativa, deste processo de sabatina.

Quero agradecer ao Ministro Tarcísio e ao Presidente Bolsonaro pela confiança prestada.

Aos Srs. Senadores e Senadoras quero ressaltar o meu currículo de uma vivência muito grande na agência, desde 2008, passando por diversas áreas da agência, contribuindo para que a agência conseguisse o atingimento desse amadurecimento institucional, e também a minha formação técnica. Sou economista, com mestrado em Economia, e, atualmente, curso doutorado em Economia.

Acho que, por esses motivos, eu reúno as condições necessárias para assumir essa posição na diretoria da agência e, assim, continuar contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento da aviação civil.

Obrigado, Senadores.

Bom dia a todos!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa. pela exposição.

Na sequência, com a palavra o indicado para compor o Colegiado na condição de Diretor-Presidente, o Sr. Juliano Alcântara Noman.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos!

Eu queria cumprimentar o Senador Marcos Rogério. Nós nos conhecemos de longa data. Ele está sempre contribuindo com a agência, é um grande apoiador.

Quero cumprimentar o Senador Rodrigo Pacheco e lhe agradecer as palavras durante a relatoria.

Quero dar um bom-dia a todos os Senadores e Senadoras que nos acompanham aqui e também por vídeo.

Bom dia a todos, senhoras e senhores!

Eu queria dizer que, mais uma vez, é um grande prazer, Senador, estar aqui na presença desta Comissão. Já viemos aqui muitas vezes. É sempre um ambiente de troca de ideias muito intensa, um ambiente muito profícuo à evolução, onde as pessoas são muito dedicadas e comprometidas com a evolução do nosso setor, com a evolução da aviação civil, o que, é claro, no fim do dia, significa a evolução de todo o nosso País, o desenvolvimento da nossa Nação.

Hoje, pela segunda vez, de maneira muito especial, estou aqui na condição de indicado para ocupar o cargo de Diretor-Presidente da agência. Em 2006, estive aqui na condição de indicado a Diretor, fui agraciado com a confiança dos Senadores e sou muito honrado e grato por isso.

Eu queria aproveitar a oportunidade e agradecer a confiança que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República depositou em mim, como também o Ministro Tarcísio.

Senador, vou tentar dividir minha fala em duas partes. Vou falar um pouquinho da minha trajetória nesses anos todos de aviação e, no final, mais para frente, vou tentar falar um pouquinho sobre este ano, o ano de 2020, sobre a pandemia, os desafios, os novos projetos e sobre como a Anac está se organizando para o futuro, para o dia de amanhã.

Falando um pouquinho do meu histórico, eu entrei na aviação em 2006. A agência tinha acabado de ser implantada. Naquele momento, eram muitos os desafios. Eu sou economista de formação, sou formado na UnB. Eu estava naquela gerência que seria o núcleo de regulação econômica dentro da Anac – na época, chamava-se Gerência de Acompanhamento de Mercado. Havia muitos desafios naquela





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

época. Em 2008, no comecinho de 2008, assumi a Superintendência de Serviços Aéreos e fiquei lá até 2011.

Nesses cinco primeiros anos de Anac, eu destaco alguns dos grandes projetos. Foram anos muito intensos. Rogério Benevides e Ricardo Catanant estavam lá conosco no começo da agência, nessa transição para o DAC. Foi, é claro, uma transição não muito simples. Eram os primeiros passos de uma agência reguladora, fazendo-se a transição do antigo DAC, que era uma unidade militar e já funcionava há muito tempo, para uma unidade civil totalmente nova, com vários desafios. Aquela era a época em que a Varig estava deixando de operar, ela que era a maior empresa do País. Tivemos dois acidentes na sequência. Enfim, havia um monte de coisas acontecendo ao mesmo tempo. Tivemos que participar e tomar uma série de ações; dentre elas eu destaco aqui as ações que reorganizaram a malha aérea.

Também, naquele período, a gente acabou fazendo o projeto da primeira concessão, que foi o Aeroporto de Natal, São Gonçalo do Amarante, o que acabou dando origem às rodadas e ao programa de concessões aeroportuárias.

Já em 2011, foi criada a Secretaria de Aviação Civil, e eu fui convidado pelo então Ministro Wagner Bittencourt para integrar e ajudar a criar a Secretaria de Aviação Civil, na condição, naquele momento, de Secretário de Aeroportos. Foram mais ou menos dois anos e meio na Secretaria de Aeroportos, onde a gente pôde discutir e participar da criação da Conaero, que é a Comissão de Autoridades Aeroportuárias, da implantação das autoridades aeroportuárias nos principais aeroportos, da preparação do setor – foi a Secretaria de Aeroportos a responsável pela coordenação e preparação do setor para enfrentar os grandes eventos. Então, a gente tinha, naquele momento, Rio+20, a juventude com o Papa, que ia acontecer no Rio, a Copa do Mundo, as Olimpíadas, enfim.

Na sequência – é importante lembrar –, a gente acabou desenvolvendo o plano que está em implementação até hoje, que é o plano de desenvolvimento dos aeroportos regionais, lembrando que a parte das outorgas das concessões dos grandes aeroportos compõe um fundo, e esse fundo deve ser reinvestido no setor. Por isso, é importantíssimo o plano de desenvolvimento da aviação regional.

Na sequência, fui convidado a integrar a Secretaria de Navegação Aérea, e ali, na Secretaria de Navegação Aérea, a gente desenvolveu e ajudou a desenvolver o pacote de investimentos de instrumentos de navegação aérea que eram importantes para os aeroportos da aviação regional. O Benevides bem comentou a importância de estar sempre muito bem coordenado e fazendo as ações em conjunto – aeroportos, empresas aéreas e também o controle do espaço aéreo. Então, ali, na Secretaria de Navegação Aérea, a gente acabou criando os pacotes de investimentos que dão suporte aos investimentos de infraestrutura aeroportuária, que já estavam acontecendo a cargo da Secretaria de Aeroportos.

Também a gente cuidava da capacitação do setor. Lembro-me de que foram mais de 1,5 mil pessoas formadas, a grande maioria delas para trabalhar e operar nos aeroportos regionais, nos pequenos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aeroportos também. Essa era um pouco a dinâmica do setor. Então, a gente ia passando os grandes aeroportos para a iniciativa privada e, por outro lado, usando os recursos para dar todo o suporte e apoio aos pequenos aeroportos, e, com isso, a gente conseguir ampliar a malha de aeroportos e ampliar a nossa malha aérea.

Então, foram cinco anos de Secretaria de Aviação Civil.

Em 2016, fui indicado, passei por sabatina e acabei assumindo um mandato como Diretor da Anac naquele momento. De lá para cá, participamos de diversos projetos. Vou destacar alguns deles. Por exemplo, o projeto que institucionalizou, no âmbito da agência, essa atuação com as auditorias internacionais. É um processo que a Anac sempre faz, de tempos em tempos, é um processo corriqueiro na aviação, todos os países passam por ele, mas a gente carecia, na Anac, de institucionalizar o programa, de fazer do programa parte do nosso dia a dia. Então, tive o prazer de tocar esse programa com servidores muito qualificados. Particpei também, em conjunto, com o então Diretor Ricardo Fenelon e uma equipe maravilhosa, das negociações do Corsia, que é o acordo do clima para a aviação – lembro que foi o primeiro setor que fechou um acordo para neutralizar os crescimentos das emissões de carbono. Tive a honra de participar com aquela equipe, com o Diretor Ricardo Fenelon, daquela assembleia de 2016, que acabou fechando o acordo do clima. Seguimos com as rodadas de aeroportos, dando todo o apoio à Secretaria.

Enfim, agora este ano, em março, pelo término do mandato do Diretor Ricardo Botelho, que era o Diretor-Presidente da Anac, eu, que era o Diretor-Presidente substituto, acabei assumindo a Presidência da Anac como substituto e lá estou até hoje. É uma função que traz um senso de responsabilidade muito grande, mas é também uma grande honra poder liderar um time de mais de 1,5 mil pessoas; pessoas com muita qualificação, com muita dedicação, todos apaixonados pela aviação.

E calhou que em março também a gente teve os grandes eventos que se desencadearam a partir da pandemia. Eu poderia dizer que a aviação foi praticamente a zero, e naquele momento a gente teve que tomar uma série de medidas para, dentro do possível, resgatar o setor, não deixar a aviação parar. Porque, vejam, se de um lado aquela era a maior crise, uma crise de mobilidade, com uma série de restrições, cidades fechadas, países fechados, de outro lado a gente sabia que era o setor aéreo um dos responsáveis por ajudar o País a combater a pandemia. Então, a gente não podia deixar a aviação parar. Tomamos uma série de medidas ali, tanto de aviação geral quanto de aeroportos, grandes empresas, das quais vou destacar aqui a manutenção dos corredores logísticos, com a nossa malha essencial. Foi um trabalho muito grande, em parceria com Cade, Ministério da Economia, empresas aéreas, Ministério da Infraestrutura, para manter os corredores logísticos funcionando e a gente poder ter o tráfego de pessoas, o trânsito de pessoas, de pessoas ligadas à saúde, à segurança pública, e também dos equipamentos, que eram tão necessários aos Estados e às cidades para combater essa terrível pandemia. Eu estou citando uma delas, mas tivemos uma série de medidas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em paralelo a esse processo, ajudamos o MRE e o Governo Federal na repatriação. Foram milhares e milhares de brasileiros. E eu lembro que, naqueles primeiros 60 dias ali, não havia manhã, não havia tarde, não havia noite, porque a toda hora precisava sair um voo de algum lugar do mundo para trazer os nossos brasileiros para casa naquele momento em que o mundo inteiro estava se fechando. Tomamos uma série de medidas para permitir que tanto os aeroportos quanto as empresas aéreas tivessem o dinamismo e a flexibilidade necessários ali para se ajustar. Foi um ajuste da noite para o dia, literalmente: a gente falava de mil e tantos voos; no dia seguinte, tínhamos 30, 40 voos. Então, foi um ajuste muito duro, e a gente precisou, dentro dos nossos regulamentos, fazer uma série de adaptações para permitir que tudo fosse feito com celeridade, mas também com muita segurança e também com foco na saúde das pessoas: todos os passageiros, mas também os trabalhadores da aviação. Então, a gente precisou tomar uma série de medidas ali.

Em paralelo, a gente foi, na Anac – e isto é um trabalho que já vem amadurecendo ao longo dos anos, Senador, e eu vou resumir muito rápido, mas eu acho importante –, percebendo a importância de cada vez atender melhor. O arcabouço regulatório, a forma como a agência se organiza, a forma como a agência trata, dialoga com seus regulados e com a sociedade; tudo isso precisava melhorar ainda mais. Esse é um setor com muito potencial, a gente tem muito o que crescer. E, se a gente continuasse apegado a algumas das amarras do passado, a algumas das premissas do passado, a gente poderia eventualmente não ajudar e não potencializar todo esse crescimento, e aí não veríamos esse potencial se concretizar.

Então, vou citar algumas rápidas medidas.

Por exemplo, nós fizemos uma reestruturação organizacional interna na agência. A ideia foi separar melhor os públicos regulados para que o atendimento fosse ainda mais especializado, ainda mais criterioso e ainda de melhor qualidade, numa ideia de aproximar a agência do seu regulado.

Criamos o Projeto de Regulação Responsiva – o Diretor Ricardo está aqui, e ele é o patrocinador do projeto. Se eu pudesse resumir, diria que esse é um projeto que, no fim do dia, tenta usar a fiscalização como um instrumento de aproximação entre agência e setor, e não como um instrumento de embate, um instrumento de afastamento ou de qualquer tipo de embate. A gente quer, por meio da fiscalização, criar um grande ambiente de cooperação para que a gente possa fazer a busca contínua e concreta do *compliance* de segurança, que é o que mais nos importa, é o valor mais caro que a gente tem na aviação. E é claro que, fazendo isso e tendo todos os regulados ao nosso lado, contra eventuais desvios vamos ser muito mais capazes e vamos ter muito mais condição de agir com toda a dureza e firmeza que são necessários.

Por fim, Senador, vou falar também que a gente, internamente na Anac, está mudando a forma com que a gente mede o desempenho dos servidores. Antes – e esta é uma prática normal –, a gente media os nossos processos e tentava dar os ganhos de produtividade em cima dos processos. A gente está invertendo essa lógica e agora a gente está focando em produto, em qual é o nosso produto, em qual é a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade desse produto. O processo se organiza a partir do produto – e não o produto como uma consequência do processo. A ideia é, de novo, focar em qualidade, focar no produto, focar nessa aproximação e tentar entender, de fato, o que é necessário para a agência ser bem focada e gastar todas as suas energias no que precisa.

Tudo isso seria limitado – e eu já vou concluir – se a gente não revisasse o nosso arcabouço regulatório. E está aí o Voo Simples, que meus colegas já citaram e que se propõe a ser mais um grande programa de diálogo, mais um grande programa de aproximação, mais um grande programa de junção de esforços no objetivo que é comum, que é o objetivo de ter mais voos, os melhores voos, os melhores serviços para os nossos passageiros e para a nossa sociedade. Então, o Voo Simples vem aí com o objetivo de eliminar burocracias, com o objetivo de tirar da frente tudo que é desnecessário.

Veja, Senador, a gente, às vezes, recebe empresa de ponta, profissionais da mais alta qualidade, projetos maravilhosos, e a gente passa duas, três, quatro horas discutindo a taxa, o formulário, o requisito, se clicou, se não clicou, se tramitou, se o processo foi ou se voltou. Então, o Voo Simples se propõe a passar um raio-X em cima disso, para que a gente, quando se debruçar em cima de um projeto como esse, possa fazer, como agência, todas as contribuições necessárias para melhorar o processo, para que esse projeto fique ainda melhor, ainda mais seguro, e para que esses investimentos privados sintam segurança para chegarem ao Brasil, para se intensificarem. E, com isso, mais uma vez, a gente vai ter a aviação que a gente espera.

Enfim, esse é um pouco do resumo. Eu peço desculpa se me excedi. Agradeço demais pelo tempo dos senhores e me coloco à disposição de todos.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V.Sa., Dr. Juliano Alcântara Noman, candidato indicado ao cargo de Diretor Presidente da Anac que traz aqui a sua visão em relação à agência.

Aliás, eu queria aproveitar a oportunidade e fazer um registro: os quadros indicados para compor a diretoria colegiada da agência são de muito boa safra. Eu ia usar outra palavra, mas eu vou ficar nesta, que é mais popular: de boa safra. Todos da área, conhecedores do setor, e eu sou alguém que não só cobro daqui, mas eu cobro de lá também. Vez ou outra, pego o telefone e ligo para o Diretor-Geral, ligo para diretores. Nunca liguei para fazer nenhum apelo, nenhum pedido que fosse desarrazoado, fora da legalidade do ponto de vista da ética, enfim, mas houve um dia em que eu estava na... E, quando não consigo falar com eles, ligo para a Ilma. É Ilma, não é?

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN (*Fora do microfone.*) – Ilma.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ilma. Aí, a Ilma atende, passa e depois dá retorno.

Um dia, eu estava passando lá no sistema de raio-X. Eu passei, e uma pessoa veio atrás, uma senhora, e o Apac mandou que ela abrisse a bagagem dela. Ela abriu. "A senhora tem um álcool, um produto". Aí tirou, era um álcool em gel pequenininho. E quando eu vi a cena, eu parei, eu não fui e fiquei. E ele começou a discutir com ela dizendo que ela não podia passar com aquele álcool em gel e tal, tal, tal. Eu peguei e voltei. "Qual é o problema de ela passar com álcool em gel?". "Não, é porque as regras da Anac não permitem." Eu falei: "Acho que você está equivocando, acho que você deve estar em outro planeta. No meio de uma pandemia, quando as autoridades sanitárias estão dizendo que esse é o padrão, vocês estão determinando a ela que descarte o produto?". Eu peguei e fiz uma foto dele com ela e tal. Ele me repreendeu: "Ah, não podia tirar foto!". Eu falei: "Aqui eu estou produzindo uma prova para encaminhar para a Anac. O que você está fazendo é uma arbitrariedade. Com todo respeito, se a agência tem essa recomendação, é preciso discutir". Bom, mandei. Tempos depois, eu sei que a agência inclusive parece que emitiu até uma orientação, o que seria desnecessário! Imagine, no meio de uma pandemia, em que todas as autoridades de saúde, autoridades sanitárias estão dizendo que tem que usar álcool em gel dentro das especificações técnicas exigidas, estavam lá descartando, tirando.

Enfim, eu só estou citando aqui como exemplo, porque acho que é o papel de quem atua, seja na agência, seja como Parlamentar: se verificou, informe, reporte. E cabe, no caso concreto, avaliar quais são os contornos, quais são as cautelas, qual procedimento deve ser adotado em relação àquele item. Sempre fui muito bem atendido no âmbito da agência. Depois eu quero ponderar sobre questões mais técnicas aqui.

Mas antes, pedindo vênua aos meus colegas pela manifestação extemporânea da minha parte, quero abrir a fala dos Senadores inscritos para a sabatina.

Senador Izalci Lucas, primeiro inscrito, V. Exa. tem a palavra. Na sequência, Senador Carlos Viana.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Em primeiro lugar, eu quero dizer da minha satisfação de estar participando aqui. Talvez a criação das agências no Brasil tenha sido uma das medidas mais acertadas do Governo. Aí eu presto aqui homenagem ao nosso Fernando Henrique Cardoso, quando introduziu essa matéria de tamanha importância. E fiz questão, apesar de estar na faixa de risco, de vir aqui para sabatiná-los. Mas também endosso o que V. Exa. disse. As pessoas indicadas, não só neste momento mas anteriormente também, são bastante qualificadas.

Quero até anunciar, independentemente disso, porque nem sempre acontece isso, nem sempre aconteceu isso... Eu pedi já para apresentar um projeto de lei para que, no caso das sabinas, também venha uma lista tríplice para nós, assim como é comum ir para o Executivo, para a gente poder realmente





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

escolher dentre três o preferido. Mas quero aqui, antes de mais nada... Isso seria para todos os níveis. Estou elaborando uma PEC para o Supremo e também um projeto de lei para as demais, não só agências mas também qualquer escolha que seja aqui sabatinada pelo Senado.

Eu quero aqui simplesmente fazer algumas colocações rápidas, Presidente. A Anac entende que relicitar amigavelmente, como é o caso do Aeroporto de Viracopos, traz segurança jurídica para os contratos e permite a continuidade da prestação de serviços aos usuários? Qual é a visão de V. Sas. sobre o assunto? E que lições a agência pode tirar desse episódio, para que as demais concessões atuais e vindouras não tenham problemas semelhantes? Deixar de declarar caducidade não é sinalizar para o mercado que o concessionário não precisa cumprir as suas obrigações?

Também tramita aqui no Senado o PLS 258, de 2016, que institui o novo Código Brasileiro de Aeronáutica. Qual é a posição de V. Sas. acerca desse texto? V. Sas. entendem que este é o momento de promover alterações estruturais no Código Brasileiro de Aeronáutica, que já tem mais de 30 anos? Se não, quando seria o caso?

Essas seriam as minhas indagações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Izalci, que traz ponderações importantes. E parece-me que uma das que V. Exa. levanta aqui, inclusive, está em curso. Não sei se vocês vão fazer igual aos sabatinados do Supremo, que, quando vão ser julgados lá, eles falam assim: "Olha, como eu vou ter que me manifestar no caso concreto, eu me...". Esse é o caso de Viracopos. Esse caso da caducidade aí é um dos emblemáticos no momento do País.

Senador Carlos Viana.

Na sequência... Eu vou colher...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não. Claro!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... as manifestações dos Senadores, e, na sequência, os indicados têm a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar.) – Eu gostaria de, primeiro, agradecer, Sr. Presidente.

Concordo com a questão dos currículos. Tenho observado todos aqui, já há uma larga experiência. Temos uma safra muito boa hoje, como diz V. Exa., tanto na questão da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, como agora também na questão da Anac, com a experiência de que nós precisamos para discutir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me agradou bastante na fala do Sr. Noman – que já é um conhecido, que é uma pessoa, um bom mineiro da nossa Uberaba, que tem muito a contribuir – é, principalmente, a boa vontade, a necessidade de nós tornarmos mais acessíveis os serviços e principalmente o atendimento às demandas hoje do País. Nós estamos... Os senhores sabem bem – e seria uma redundância eu lembrar – a extensão da nossa Pátria e, naturalmente, as distâncias regionais. O meu posicionamento aqui, Sr. Noman – e eu gostaria de ouvir dos outros também –, é que o assunto aviação regional não dá conta da totalidade do desafio que nós temos no País quando falamos em transpor essas distâncias, especialmente num Estado como o de V. Exa. e no meu, com 853 Municípios, cuja distância máxima entre um Município e outro pode chegar a 2 mil quilômetros.

E nós entramos aqui num tema sobre o qual nós, Brasil, já tivemos essa possibilidade e que hoje está proibido por conta de acordos internacionais. É o que eu chamo de piloto microempreendedor individual, que são, inclusive por parte da Anac, operações naturalmente seguras, para segurança, operações necessárias para o estabelecimento de regras, mas sobre as quais nós precisamos nos debruçar. Por exemplo: se nós temos um piloto com toda a documentação correta, se ele tem a possibilidade de ter um avião com toda a documentação, todos os *check-ins*, todos os IAMs feitos, por que ele não pode, individualmente, como piloto, como profissional, criar uma pequena empresa para o atendimento de uma região onde ele não concorra com rotas já estipuladas ou mesmo com outras empresas preestabelecidas? Por que isso não pode acontecer? É uma questão de mercado.

Nós, num primeiro momento, especialmente nos voos sobre a Amazônia, por exemplo, nos voos no Amapá, em Roraima, que são regiões onde a aviação regional tem dificuldades para se estabelecer, criarmos a possibilidade de que esses pilotos tenham a facilidade de exercer a atividade deles dentro de um serviço de prestação de serviço. Eu não diria um táxi aéreo – a definição de táxi aéreo em conceito, naturalmente, é muito mais ampla –, mas o piloto que esteja em condições de exercer essa atividade remunerada, atendendo uma demanda, um local onde há essa possibilidade, por que nós não podemos regulamentar a questão do piloto microempreendedor individual? A Anac pode fazer todas as verificações, fazer as exigências – número mínimo, a questão de *leasing* das aeronaves... O nosso sistema aéreo é um sistema seguro. O Brasil está entre os principais do mundo na questão da segurança aérea. Não se trata aqui, naturalmente, de querer abrir exceções para a insegurança ou mesmo uma desregulamentação que gerasse risco à população, mas que a gente possa atender um setor regional, que pode inclusive se tornar, quem sabe, uma empresa. Quem sabe um piloto começando com um pequeno avião, um Caravan, por exemplo, uma ideia, possa fazer esses voos regularmente. Ali pode estar nascendo um atendimento regional com muita tranquilidade. O País pode fazer isso. Há espaço para isso no País.

Eu vou citar aqui uns casos. Por exemplo, o exemplo bem-sucedido de Porto, lá em Portugal, cidade de Portugal, no centro, que não era rota nenhuma para ninguém e que, de repente, começou a receber um grande fluxo de estudantes – me permita só, Sr. Presidente, estender um pouco –, viajantes na Europa e por aí vai. E começaram a alugar os prédios vazios. A população portuguesa é pequena, e





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muitos prédios vazios começaram a ser alugados nesse sistema de aluguel de quartos e tudo mais. Isso gerou, por parte do setor hoteleiro – só uma ideia –, uma preocupação e uma revolta, até um movimento contra os alugueis. Só que esse fluxo o que fez? Atraiu as empresas aéreas da Europa que trabalham com *low cost*. E Porto começou a se tornar uma das grandes rotas da Europa para o atendimento a esse público. Quando isso aconteceu, as pessoas que ganham melhor, aqueles que têm salários mais altos, que não ficam em áreas alugadas, que ficam em hotéis, começaram a perceber que havia trânsito e passagens baratas. Resultado: o setor hoteleiro acabou se tornando outro beneficiado por um processo que, num primeiro momento, estava engessado dentro daquela visão típica da regulamentação e da necessidade de se criar... Criou-se uma possibilidade de desenvolvimento.

Então, aqui no Brasil, quando nós falamos em aviação regional – eu falo por mim, por Minas Gerais –, o modelo que nós temos hoje das empresas constituídas não atende o tamanho e a distância que nós temos a cobrir no Brasil.

Eu peço que inclusive a Anac analise – se for necessária uma legislação específica, nos colocamos à disposição –, quem sabe, dentro desse plano de desregulamentação, a possibilidade de que pequenos pilotos microempreendedores individuais possam exercer essa atividade dentro de regras fiscalizadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. pelas ponderações absolutamente apropriadas.

E falava até com o Dr. Juliano aqui da necessidade de a gente tentar construir um entendimento, porque a matéria já está há muito tempo na Casa em debate, lá na Câmara especialmente, mas não avançou, nem lá e nem cá. O nosso código, em muitos aspectos ultrapassado, precisa ser modernizado, aprimorado, com base até neste novo momento que o mundo vive. É um código extremamente antigo, desatualizado e injusto em muitos aspectos. Acho que a agência vai ter um papel importante, ao estabelecer, de repente, as diretrizes em que nós devemos avançar aqui, mas cabe ao Parlamento fazer isso.

Nobre Senador Esperidião Amin, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu estou até envergonhado, porque eu só tenho o brevê de planador, e o nosso Carlos Viana deve ter sido comandante de 380...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu pensei que ele só comandava os veículos de comunicação, mas hoje eu vi que ele voou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senti a firmeza dele e tremi aqui na base.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu posso dizer com muita alegria que foram seis anos na Lufthansa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Coisa grossa!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... discutindo a questão de planejamento estratégico para a América Latina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – *Wunderbar!* Formidável! Belíssimo! Lufthansa é outro padrão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – *Das ist aber fantastisch, ja.*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Veja que eu percebi que eu tinha de pegar uma malha fina, porque, na malha grossa, ele já passou.

Mas eu acho que o tema é palpitante. O Senador Izalci Lucas foi muito feliz também.

Nós estamos vivendo a maior crise do mundo. Se você analisar setorialmente, nenhuma outra atividade teve uma pancada tão grande e tão prolongada quanto a aviação civil no mundo. Nos Estados Unidos, estão suplementando os bilhões de dólares, sem contar os bilhões de dólares que eles injetaram a fundo perdido para a Boeing. A fundo perdido! Parece que eles chamam de grants. Não é a marca do uísque; é a modalidade, o Pronampe deles. Nós estamos preocupados aqui com o Pronampe... É grana, dinheiro puro, direto, a fundo perdido: "Você gera tantos empregos, então você merece tanto". E pelo mundo afora eu não sei se alguém falou sobre o quanto se demitiu da aviação civil no mundo. Eu já ouvi falar em mais de 50% de demitidos no mundo. Então, imaginem o que há de gente com alta qualificação, como pilotos, de longo curso, para comparar com a Marinha.

Acho que discutir o código aeronáutico neste momento não sei se... As primeiras medidas de auxílio que o Ministério da Economia nos mandou eu acho que são apenas um aperitivo para a solução do problema.

Então, eu só queria pedir para prolongar o pedido que, na verdade, foi feito pelo Izalci, complementado brilhantemente pelo Senador Carlos Viana, sobre o momento que nós estamos vivendo e quais são as perspectivas.

A devolução do Viracopos, na minha opinião, é a pontinha do iceberg. Nós estamos vivendo isso com o projeto de licitações associadas, que mistura o Rio Grande, Santa Catarina e Paraná. E nós vamos levar a pior, porque não é o de Florianópolis. Joinville, Navegantes... Navegantes tem uma grande demanda, mas mistura com Curitiba.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Onde é que o concessionário vai ter mais pressão política e até econômica? Sobrepujando as dificuldades naturais do aeroporto de Curitiba, que eu, como vizinho... Minha mãe passou por lá antes de chegar a Florianópolis, mas eu costumo brincar dizendo que é um belíssimo hotel ao lado de pistas de pouso, que, às vezes, operam, principalmente no inverno, com as dificuldades climáticas, tanto em Curitiba quanto em Joinville e outras cidades. Isso não é com os senhores, é com a secretaria, mas a Anac avalia isso. Quando você mistura um muito bom com um mais ou menos, quem apanha é o mais ou menos e quem leva a maior parte é o bom, porque é onde eu – eu investidor – posso recuperar mais rapidamente o que eu colocar lá. Isso torna desproporcional e dificulta ainda mais a modernização. Nós estamos vivendo isso neste momento em relação ao Aeroporto de Navegantes – botam no pacote junto com Foz de Iguaçu e Curitiba, adivinhem o que vai acontecer?

Eu queria também, indiretamente, chamar atenção para o causador da crise. O causador da crise, primeiro, é a crise mundial. E, num momento de depressão, todas as minhas contas de recuperação de investimento ficam menos financiáveis; é diferente de eu pedir financiamento num momento de prosperidade. Esse balanço me parece muito complicado.

Finalmente, eu quero fazer a defesa do funcionário da Anac. Sou advogado de defesa, Senador Marcos Rogério, sou advogado de defesa do homem do álcool – sou! Primeiro, isto é inflamável, apesar de ser a 70%, ou não é? Não é inflamável? Não dá para beber. Então, dá para fazer arruaça com ele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Se botar no papel, pega!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Sim, ele é comburente, ele não é anticomburente.

Eu quero dizer para o senhor que ele fica sujeito, no mínimo, às limitações do tamanho de um vidro do perfume, que não pode passar de 100mg. Estou errado ou estou certo? Não é esse o parâmetro? O Califa, por exemplo, gosta de perfumes orientais: eles têm que ser em pequenos fracos. E eu acho que este aqui equivale em termos de segurança. Se eu entrar num avião com este aqui, eu acho complicado. Pior se não tiver aquela proteção capilar de que o Senador Izalci tanto cuida! Então, eu não quero fazer... Agora, eu acho que norma de segurança... Eu creio que o funcionário estava cumprindo a ordem em vigor. Por isso, eu quero ser o advogado de defesa dele, só para contrariar o meu amigo Marcos Rogério e dizer que a Anac tem que regular o assunto. Então, o meu constituinte, o meu cliente estava cumprindo uma regra que não tinha sido revogada na época da pandemia, foi revogada graças a sua palavra e ao seu gesto intimidatório de fotografar, porque puxou isso aqui, amigo, a correria é geral. E está provado pelos assuntos mais recentes que nem precisa mostrar fotografia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. Eu me lembrei agora de um Deputado, com quem V. Exa. conviveu muito. Nós atuávamos conjuntamente na CCJ e, sempre que havia um tema polêmico, esse Deputado, quando fomos pedir o apoio dele para alguma coisa, dizia: "Fui contratado". A tese dele é a outra. *(Risos.)*

O Deputado Ronaldo, aqui de Brasília, amigo muito querido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o senhor sabe muito bem que tem, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem. Como advogado de defesa.

Mas de fato nesse caso não havia, e foi o que a gente verificou depois, uma regra disciplinando isso, apenas as recomendações sanitárias mesmo. Depois a agência acabou fazendo, em conjunto com a Anvisa, uma norma que passou a balizar. Na ausência de um comando próprio, optou-se pela vedação, mas, enfim, com uma pandemia como essa, nas circunstâncias em que pegou o mundo todo, essas adaptações acabaram sendo necessárias.

Feitos os questionamentos e não havendo mais Senadores inscritos para se manifestar, eu tenho aqui alguns questionamentos do e-Cidadania. Eu penso que os indicados anotaram os principais pontos das ponderações dos Senadores. Eu acrescentaria aqui as manifestações dos internautas.

Nós estamos no tempo... *(Pausa.)*

O.k., passou um pouquinho, mas vai dar.

O João da Silva Neto, do Rio de Janeiro: "Como melhorar o serviço de aviação no Brasil? E o tratamento das reclamações sobre o sistema irá ficar mais rápido?"

Luiz Cláudio Souza, do Rio de Janeiro: "O senhor acompanhou a Operação Feliz 2017; acredita que operações deste tipo precisam ocorrer com [mais] regularidade no Brasil?"

Daisy Vieira, do Rio de Janeiro: "Tem plano de ação para evitar quase 100% de reprovações no processo de certificação e recertificação dos instrutores Avsec nos últimos dois anos?"

Roger Ribeiro, do Rio Grande do Sul: "Qual será sua atuação e da Anac na fiscalização das empresas aéreas, em especial nos preços abusivos ante o consumidor?"

João da Silva Neto... Essa aqui já fiz? *(Pausa.)*

Não, essa aqui é da outra e da ANP.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acrescentaria, por fim, para já ficar no horizonte de vocês, em relação à questão das certificações, eu queria que vocês falassem alguma coisa em relação... É um pré-requisito para homologação do IFR. A ponderação que faço é se há um modelo simplificado, que permite a homologação do IFR numa modalidade diferente, que não passe por todo o preenchimento dos requisitos de certificação tão complexos que há. Esse é o caso que nós citamos aqui de Ji-Paraná, e é do Brasil inteiro. Você tem que fazer desde a definição do chamado polígono essencial de área, com a cerca patrimonial, que eu acho que é o.k. Mesmo sem você estar no IFR, com o VFR você tem que ter esse polígono bem definido e a cerca patrimonial lá devidamente fixada.

Mas sobre a questão da área interna, de você fazer a tal da terraplanagem para a unificação do nível da área, ou seja, não pode ter nenhum tipo de ressalto nessa região, você tem situações de aeroportos do Brasil que não têm só ressalto, têm prédios do lado, e são lá homologados, com IFR, operando o tempo todo. E aí, para um aeroporto de uma regional, você impõe regras para certificação que não pode ter sequer um murundu do lado. E os outros aspectos – plano diretor, controle de fauna e outras coisas mais –, que são regras obrigatórias e pré-requisitos para a certificação, que é pré-requisito para a homologação do IFR? Eu queria que vocês falassem, ainda que de forma sucinta, um pouquinho sobre esse aspecto que interessa também especialmente aos aeroportos regionais do Brasil.

Com a palavra...

Penso que, nesta rodada de perguntas aqui, eu pouparia o ouvidor, porque acho que não é muito... Ele vai ouvir os diretores, que são quem irão debruçar sobre esse tema no âmbito da agência.

Eu quero abrir a palavra para que todos possam se manifestar, obviamente, alguns talvez com um pouco mais de profundidade, outros com menos, a depender da especialidade de cada um. Quem quer começar? *(Pausa.)*

Vamos começar pelo meu xará, Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO BENEVIDES CARVALHO (Para expor.) – Eu anotei aqui alguns itens, Excelência, e vamos tentar ver se a gente consegue cobrir.

Com relação ao CBA, com certeza o CBA é um tema que existe, vem de longa data. Nós temos uma série de questões para fazer ajustes. Então, com relação a concessões, tipos de instrumento, para você fazer autorizações, tudo isso tem sistemas que estão definidos que já não valem mais, que faziam sentido em determinada época e hoje não fazem sentido. Com a lei da Anac, você tem um outro cenário que você precisa ajustar. Não é fácil porque tem interesses distintos e visões distintas, então, é um trabalho que é muito importante para dar essa segurança jurídica.

Com relação às concessões, à questão do Viracopos, trago aqui a minha experiência fora da Anac, eu posso até falar porque essa é uma experiência que eu tive quando eu estava do outro lado. Então, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vê o caso de Viracopos, eu posso até mencionar que eu fui um dos primeiros a começar a estudar o tema, mas o tema era tão complexo que nós não conseguimos terminar. Eu dou parabéns ao pessoal que fez a primeira concessão, porque a gente não sabia se era por grupo, se era individual, se era por centro metropolitano, era complicadíssimo. O modelo já foi feito, já estamos na sexta rodada e você vê que ele tem evoluído.

Porém, com relação à questão dos lances, dos *bids*, esse é um ponto em que a gente vê que existe necessidade de aperfeiçoamento. Por quê? Porque pode entrar um proponente, um investidor e dar 4 bilhões, 5 bilhões, e ele não ser sustentável financeiramente. Então, eu acho que nós não podemos evitar que ele dê esse *bid*, porque ele tem essa liberdade, porém tem que ter uma fase de pós-aprovação. Nessa pós-aprovação, se for um *bid* irresponsável, ele tem que ser responsabilizado por todo aquele custo do processo de concessão que foi feito. Se ele não for aprovado...

O cara deu um *bid* de 20 bilhões, 30 bilhões, e o negócio não cabe, e ele não consegue demonstrar que, no plano de negócios dele, ele vai ter que ser responsabilizado por todo o custo daquele processo e, de repente, ser não elegível para próximas rodadas. Esse é um tema extremamente delicado que, acho, é um dos pontos que a gente tem que mencionar.

Outra questão: hoje o processo... Em quase 90%, nós tivemos grandes ganhos com as concessões. As concessões que estão aí estão bem estruturadas e aumentando a cada dia o nível dos serviços e ainda podem ser um instrumento de auxílio, porque nós temos o plano de qualidade, nós podemos trabalhar as concessões para que eles, por exemplo, façam serviço de biometria, façam investimentos adicionais que possam ser qualificados e descontados da outorga – na outorga, conforme contrato que a gente tem com a Anac, a gente pode trabalhar mediante uma política que seja definida e aprovada.

Outro ponto com relação à pandemia que o Senador Esperidião Amin mencionou: nós temos aí as três empresas... Se eu não estou enganado, a cada trimestre estão acumulando prejuízos da monta de 2 bilhões. Então, nós já estamos no segundo trimestre da...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – No Brasil?

O SR. ROGÉRIO BENEVIDES CARVALHO – No Brasil. Nós estamos no segundo trimestre... E esse passivo vai ser carregado, não adianta que esse passivo foi criado e vai ser carregado.

Então nós temos que usar todos os instrumentos, analisar caso a caso, apoiar. Nós temos tarifas aeronáuticas e tarifas aeroportuárias que podem ser geridas através dos contratos de concessão, porque, se o aeroporto não recebe, a gente pode alongar a dívida da outorga. Há alguns instrumentos, mas nós teremos que trabalhar de maneira inteligente para que todo esse benefício... Nós conseguimos trazer a Fraport, conseguimos trazer a Changi, conseguimos trazer a Aena, os concessionários de Brasília, nós conseguimos trazer a nata dos operadores aeroportuários, também a Zurich Airport. Nós não podemos perder esse ativo que nós conseguimos...





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO BENEVIDES CARVALHO (Para expor.) – Confins? O melhor aeroporto?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O melhor, pela avaliação de vocês, ainda é Florianópolis, e é da Zurich.

O SR. ROGÉRIO BENEVIDES CARVALHO – Florianópolis! Florianópolis!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Califa, o melhor aeroporto é aquele que nos leva para casa!

O SR. ROGÉRIO BENEVIDES CARVALHO (Para expor.) – Só para terminar aqui...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO BENEVIDES CARVALHO (Para expor.) – Foi um grande ativo que foi trazido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO BENEVIDES CARVALHO (Para expor.) – Só mencionando: aviação regional. A aviação regional é um problema complexo, não é fácil de resolver, porém temos também que ter instrumentos: aeroporto, empresa aérea, tarifas, impostos. Nós temos que tentar estruturar um modelo que nos permita viabilizar mercados novos e, a partir desses mercados novos, possivelmente com Empresas 135 ou menores. Essa questão piloto microempreendedor individual é uma ideia extremamente interessante, deve ser discutida. Contudo, nós temos que ter junto a isso um arcabouço legal regulatório de segurança da aviação muito forte, senão nós não conseguimos isso aí.

Hoje temos aeronaves TPP e TPX. As TPX podem explorar serviços aéreos, mas as TPP, não. Eu não posso pegar uma TPP, uma aeronave privada, porque há todo um arcabouço do 135 que eu tenho que trazer, porque eu não posso perder a questão da segurança do serviço prestado.

Então, esse conjunto de coisas, que eu acho que são temas muito interessantes – todos eles –, nós podemos colocar na agenda para melhoramento aqui. O nosso Presidente... Vamos dar um *upgrade* em todos esses temas. Acho que temos espaço para isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele concluiu a fala dele, o tempo o tempo terminou, e ele não falou do meu do meu IFR simplificado.

O SR. ROGÉRIO BENEVIDES CARVALHO – Opa! *(Risos.)*





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sequência, eu abro a palavra, por um minuto.

Ricardo Catanant.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT (Para expor.) – Senador, são vários pontos. Eu vou tentar tocar em alguns aqui, sem repetir o Benevides.

Eu começo a falar do CBA. Como eu mencionei, fui membro da Comissão Especial. Participei de todas as discussões e nos empenhamos ali para trazer uma legislação o mais moderna possível para aquele momento, mas, na minha visão peculiar, eu acho que o projeto é, sem sombra de dúvidas, um avanço em relação àquela legislação do século passado, da década de 80, que refletia um momento muito diferente, quando não tínhamos agência reguladora.

Há muitas questões, na minha avaliação, que ainda continuam na lei e mesmo no projeto que poderiam, eventualmente, ser objeto de uma simplificação ainda maior. Simplificação. Eu não acrescentaria um ponto além daquilo que o projeto já trouxe. Talvez o Voo Simples, que foi lançado há pouco tempo, cuja proposta foi criada pelo Ministério da Infraestrutura, traga a ideia de simplificação ainda maior.

Só para eu tentar exemplificar o que eu estou falando: outros países, como os Estados Unidos... O Registro Aeronáutico Brasileiro é um registro focado em segurança. O regulador precisa saber em nome de quem está aquela aeronave, caso ela cause algum prejuízo a terceiro ou se acidente, para poder ir atrás daquela pessoa em cujo nome está registrada aquela dada aeronave, ou seja, para controle de questões de segurança operacional. É com isso que o regulador tem que estar preocupado.

No Brasil, por uma questão histórica, o Registro Aeronáutico Brasileiro é tido como um grande cartório, e a tradição da compra e venda de uma aeronave, se ela não for registrada... Por exemplo, V. Exa. tem uma aeronave ou quer comprar uma aeronave, faz o contrato; essa aeronave é entregue, o senhor está usando-a. Enquanto esse contrato não é levado a registro na Agência, não se perfazem os fins para os efeitos jurídicos. Então, qual seria talvez o mundo ideal? Eu estou trazendo o exemplo de uma simplificação que a gente pode discutir com a Casa, nesses termos. O ideal seria que fosse igual à compra e venda de um carro: V. Exa. compra, vende, paga em parcelas e tudo mais. Usa seu carro; o carro é seu, independentemente do registro no Detran. É claro que vai ter lá no Detran, para fins de controle. E o registro é mais ou menos nesses termos.

Então, talvez, se houver espaço de discussão aqui nesta Casa, a gente poderia pensar em simplificações ainda maiores, que conversassem com o modo de operar da Agência Reguladora que, pelo que a gente já expôs aqui – todos colocaram esses pontos –, vem buscando a simplificação para o usuário, para o regulado, para o piloto, para o dono da empresa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu já emendo com a provocação muito oportuna do Senador Carlos Viana sobre a questão do táxi aéreo. Nós estamos vivendo, Senador, a era do compartilhamento, em que uma pessoa é dona do seu carro, cumpre toda a legislação de segurança para o transporte rodoviário ali daquele carro e pode prestar serviço. É uma discussão que a gente vai ter que enfrentar, sem sombra de dúvida, do Uber para o transporte aéreo. O dono, o proprietário... É claro que há uma série de *standards*, como o Benevides bem colocou, e eventualmente até dogmas que não são questionados, há níveis de certificação para uma venda de serviço, mas, no século XXI, com a economia de compartilhamento, os países, mais e mais, vão ter que se abrir para esse tipo de discussão, para verificar se o tomador do serviço, eventualmente, não preferiria poder pagar para um operador privado ou para um táxi-aéreo individual, com uma certificação mais leve de uma empresa que tem que observar a questão de regulamentação de pilotos e tudo mais.

Então, essas são questões que, sim, devem estar na pauta, e não é uma pauta exclusiva da agência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar.) – Catanant, abro só um parêntese, se me permite.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – É claro!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar.) – Toda e qualquer aeronave tem de voar debaixo de uma regulamentação, sendo particular ou não, toda ela.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT (Para expor.) – Exato!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar.) – A questão é nós quebrarmos o dogma, que foi feito para a gente questionar mesmo.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT (Para expor.) – Sem dúvida! Eu acho que é excelente a provocação. E é uma discussão aberta. De novo, essa é uma discussão que não vai estar eventualmente só dentro da agência, mas que vai envolver o Legislativo. A gente tem que estar com a cabeça aberta para discutir esses assuntos. Eu acho que não pode ser dogma, tem que ser ciência. Esses níveis de certificação que a gente impõe têm que corresponder à necessidade e à possibilidade de os regulados entregarem essas questões.

Voltando ao ponto, emendando com o que o Senador Esperidião colocou, de se dar oportunidade de se avaliar o CBA, acho que este momento de pandemia – isto vale para uma série de questões – exige da agência, e a gente está debruçado sobre o que pode ser feito para a gente resgatar o setor, ajudar as empresas aéreas a recontratarem as pessoas que foram demitidas e voltarem a crescer, e isso se faz através de investimentos. Então, é o momento de, eventualmente, se discutir o código, para verificar como tornar o nosso ambiente jurídico mais propício, tirando os eventuais problemas que eu mencionei e que, às vezes, impedem uma regulação mais moderna e mais flexível.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu não consegui tocar em todos os pontos, mas, se V. Exa. me der tempo, eu volto a algum outro ponto que os colegas não tiverem abordado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

Tiago Pereira está com a palavra.

O SR. TIAGO SOUSA PEREIRA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

O CBA e novos negócios já foram abordados, mas eu gostaria, com a sua permissão, Senador Carlos Viana, de só ressaltar... Vou quase transcrever. Eu não consegui anotar aqui complementemente, mas isto me chamou muito a atenção, e eu concordo plenamente: "O modelo atual não atende o tamanho e as peculiaridades do Brasil". Isso é correto sobretudo em um setor altamente tecnológico, como é o setor da aviação civil, em um contexto de telecomunicações e de economia de compartilhamento etc. e tal. E a gente tem uma lei que é de 1986. Então, quero só lincar os dois pontos. Está passando da hora de revisar. Eu apoio muito isso e faço coro com as palavras do Catanant e do senhor.

Eu queria abordar o assunto sobre concessões aeroportuárias. O Senador Izalci falou da relicitação de Viracopos e perguntou se essa relicitação poderia gerar um incentivo adverso a um *player* que, supostamente, poderia ter sido aventureiro no lance. O Benevides também mencionou esse ponto.

O primeiro ponto é este: quando a gente fez as primeiras licitações de aeroportos, a gente ouvia muito de alguns investidores estrangeiros que eles até queriam entrar no mercado de aviação civil do Brasil, que era superatrativo, com um potencial de crescimento imenso, mas que eles estavam em dúvida, nas primeiras rodadas, porque as licitações aqui eram marcadas por lances muito arrojados para depois haver futuras renegociações de contrato. Eu acho que a agência, no primeiro momento, teve uma gestão contratual muito dura no sentido de sinalizar o contrário: "Não, aqui, a gente vai cumprir o contrato, mesmo com todas as dificuldades que a gente reconhece e que as concessionárias tiverem em razão de crise econômica etc.". Aí a gente percebe uma mudança no perfil dos investidores.

Agora, a gente está vendo os operadores, a partir da quarta rodada, Vinci e Zurich – o Senador Esperidião Amin falou de Zurich lá no aeroporto de Floripa. Então, a gente, justamente por esse ganho de percepção, de fato, está lidando com um regulador que cumpre o contrato.

Sobre a relicitação, é um meio termo, uma saída amigável. De um lado, o processo de caducidade é muito dolorido para todo mundo, tanto para o órgão regulador quanto para a concessionária. Por outro lado, um cenário, para aqueles investidores que eu mencionei, que tinham receio de entrar no Brasil, uma renegociação de contrato sinaliza muito mal. Então, a relicitação é aquele acordo, aquela saída amigável, é um meio do caminho, está previsto em lei e meio que diz o seguinte: olha, o concessionário reconhece que deu errado e ele se propõe a sair de forma amigável, sem ser imposta a multa, a penalidade de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

caducidade, ele sendo remunerado pelos investimentos já executados. Não considero que seja um incentivo adverso, porque o processo tem muita incerteza, e investimento em infraestrutura aeroportuária, sobretudo no nosso modelo, tem muito investimento na cabeça, agora o ágio é na cabeça. Então, é muito dinheiro para ele alavancar para correr o risco... Entendeu? Ele alavanca muito dinheiro, ele afunda muito recurso, o investidor, e aí ele não vai querer correr o risco de andar em um processo de relicitação.

Por esse motivo, eu considero que a relicitação é um instrumento muito adequado para essas concessões, não só aeroportuárias, mas rodoviárias também, para uma saída amigável, e ganho é ganho. No caso específico de Viracopos, a própria concessionária já anuiu, já assinou o termo aditivo, e a gente segue o processo, enfim.

Também foi falado pelo Senador Esperidião Amin – desculpe-me a posição, Senador – sobre a sexta rodada, sobre a possibilidade de Navegantes e Joinville estarem sendo prejudicados por conta do bloco com outros aeroportos com outras características. É importante mencionar, isso a gente discutiu, isso foi uma dúvida que surgiu na quinta rodada, e a gente... Até aqui, nesta Casa, eu vim já para explicar o modelo de bloco. A única coisa que ele muda é alocação de recurso. A malha aeroportuária do Brasil tem aeroportos deficitários e aeroportos superavitários. E aí existe um subsídio cruzado: os aeroportos superavitários pagam o Fnac, e o Fnac vai, por meio da Infraero e dos aeroportos regionais... o Governo aporta recursos para investir nesses aeroportos. Quando a gente coloca no bloco, a única coisa que muda é que esse subsídio cruzado é feito intrabloco. Enfim, os aeroportos que ganham mais acabam subsidiando os que ganham menos, mas as exigências de investimento, de qualidade de serviço permanecem. Então, o Aeroporto de Navegantes, o aeroporto de... Claro, aderentes também à realidade de cada aeroporto; a gente não vai exigir de Navegantes a mesma exigência de Guarulhos, mas o ponto é que a exigência de investimento, a exigência de qualidade de serviço permanece independentemente se o aeroporto está sendo concedido em bloco ou de forma individual.

Senador Marcos Rogério, eu vou terminando aqui. Se houver alguma pergunta não respondida, eu posso voltar ao final.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro, pois não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu quero agradecer ao indicado pelas suas colocações. Aliás, a todos, mas também motivado pelo momento.

Nós já falamos: sobre o momento não há discussão. Nunca houve tanta força contra investir, pelo menos no raciocínio sobre a atualidade, quanto agora. A expectativa de um "V" vertiginoso sempre encontra vozes discordantes.

E o senhor fez a referência à observação que eu fiz sobre essa combinação que forma o bloco. Eu não quero dizer que o bloco seja sempre ruim, mas o bloco, quando tem um *vip* político-econômico e tem coadjuvantes, como é o caso... Quem é o *vip* político-econômico? Curitiba. Quem são os seus acólitos? São os demais aeroportos, mesmo o de Foz do Iguaçu. E, quando você tem uma realidade diferente, tanto do ponto de vista econômico quanto turístico, é natural que eu que não sou o *vip* me sinta prejudicado, especialmente quando, como é o caso de Navegantes, há um plano diretor, que foi elaborado provavelmente a partir de trabalhos do DAC, que foram aqui enaltecidos – e eu faço parte, também conheço essa geração anterior –, há um plano diretor que prevê desapropriação, segunda pista... E aí você esquece o plano diretor para privatizar? Então, de que adiantou planejar? "Ah, mas é que o momento...". Bem, aí, você está se subordinando a um momento de depressão, prejudicando. E é claro que isso não vai acontecer em Curitiba. E é um caso concreto, porque, só para tratar da segunda pista ou terceira pista, o Governador foi seis vezes à Secretaria de Aviação Civil, porque é o único pedido que ele tem para fazer, e é um pedido dramaticamente justificável. Mas e os outros? Não são dramaticamente justificáveis? Já pensou se você abandona um plano diretor, com desapropriações por fazer e com uma outra pista ou com um prolongamento da pista, para um aeroporto que tem vocação turística e de carga? E de carga com valor agregado, como Viracopos também. Carga com valor agregado! São questões diferentes. Comparando: uma coisa é o aeroporto de Paranaguá, que vende a granel; outra coisa é o aeroporto de Navegantes, de Itapoá, ou o porto de Navegantes, Itapoá, Itajaí, onde se vende em contêiner, porque não é grão, não é *commoditie* que está ali dentro, é produto com valor agregado.

Então, essa percepção volume *versus* valor da carga, que, aliás, é a causa do fracasso brasileiro... Desde o Brasil Colônia nós só vendemos, preponderantemente – ou vendemos ou nos levam –, pau-brasil até minério de ferro, soja, quer dizer, há essa nossa dependência de *commodities*, que às vezes é um bom negócio, e por isso nos acomodamos. Então, foi para essa percepção que eu quis chamar atenção, não para cobrar de você; estou cobrando é do Governo. E não posso deixar de aproveitar esta oportunidade.

Vou reclamar, depois, para quem? Para o bispo?

O caso específico mostra um desequilíbrio que descredencia trabalhos bem feitos que foram aqui enaltecidos com a minha concordância. Quando se tem um plano diretor, você não é obrigado a seguir como cabresto isso, mas saber o que é essencial e o que é circunstancial. E essa percepção está faltando, ao meu ver, já que não é uma perseguição política, em função do momento depressivo que nós estamos vivendo.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Na última manifestação dos diretores indicados, com a palavra o Dr. Juliano Alcântara Noman.

O SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Bom, acho que os meus colegas passaram por tudo e eu vou fazer só algumas complementações.

O Senador Izalci comentou a questão da relicitação e também da caducidade, que é uma excelente pergunta, é um ponto muito interessante. O que a gente vem fazendo lá na Anac e que eu acho que é um dos grandes papéis de uma agência reguladora é zelar pela segurança jurídica, porque isso se reflete diretamente no ambiente de negócios. Então, a gente fala muito que o País tem que ser um país atrativo ao investimento, e cabe à agência, no cumprimento do contrato, ser rígida, ter bom senso, obviamente, mas também ser rígida e rigorosa, porque é isso que retroalimenta o sistema de investimento, e não é à toa que a gente tem visto aí cada vez mais interessados nas nossas concessões investindo no País.

Relicitação é um novo instrumento, é um instrumento relativamente novo, que vem como outra alternativa que, em o concessionário percebendo que tem alguma dificuldade operacional ou financeira, mas ele quer fazer uma devolução amigável – e a gente faz uma transição um pouco mais combinada, um pouco mais bem planejada do que um processo de caducidade ou qualquer outro dos processos previstos em lei –, ele pode também, como opção do concessionário. Então, eu acho que caducidade e relicitação são opções, e cabe ao concessionário optar. Não cabe ao agente regulador decidir. Então, a gente não caduca nem relicita ninguém ao nosso bel-prazer ou por escolha do regulador.

A caducidade é feita, dada e levada adiante por ações, opções, enfim, do concessionário. Não é uma opção do regulador, que tem a obrigação de cumprir e fazer cumprir o contrato. Então, se eventualmente perceber que há algum descumprimento grave, a caducidade está ali nos seus instrumentos, e aí segue-se todo o rito.

Relicitação é uma opção e, de fato, não é imposta; ela é uma opção do concessionário. Então, a gente tem hoje, no nosso setor, duas relicitações em curso: uma, São Gonçalo do Amarante; e a outra, Viracopos. Viracopos está no âmbito de um processo de recuperação judicial. A gente tem também um processo de caducidade aberto contra Viracopos, que hoje está parado por uma decisão liminar da Justiça – então, ele está suspenso –, mas, em paralelo, corre a recuperação judicial, e o plano de recuperação judicial passa pela relicitação do aeroporto. Na semana passada, tanto Viracopos quanto Anac assinamos o aditivo que vai reger as regras durante o processo de relicitação. Então, estamos caminhando com esse processo.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vou falar um pouquinho do CBA e aí vou expandir não só para o CBA, como para algumas outras leis. Senador, em 2020, numa crise como esta, e a gente que está num setor intenso em tecnologia, sempre se reinventando, muitas vezes a gente esbarra na ação e no limite do que está nas leis. Temos que fazer isso. É assim que funciona o Estado democrático de direito. O problema é que, no caso do nosso CBA, além de ser uma lei lá da década de 80 – e a gente tem outras da década de 70 que também acabam interferindo no nosso dia a dia –, foi feito num outro contexto, pouco antes da Constituição, e um código – se os senhores me permitem uma análise – muito prescritivo. Então, a gente tem coisas no código como: se vai registrar alguma coisa, precisa ter margem de prenotação, é importante ter duas testemunhas para cada assinatura, coisas desse tipo. Então, no âmbito do Voo Simples, que é essa ação que nós lançamos há pouco tempo no Governo Federal, estamos fazendo, passando um raio X no código.

Para o senhor ter uma ideia, para a sugestão que a gente vai trazer e vamos querer discutir com os senhores aqui, será muito importante a participação da Comissão. Por exemplo, sugerimos a simples revogação de um pouco mais de 50 itens do CBA. Simples revogação. Por quê? Porque são itens como esse que eu exemplifiquei aqui, itens prescritivos de coisas, ou processos, ou ações que existiam no passado e não existem mais. Então, se a gente quer continuar com esse desenvolvimento e com essa modernização, a gente precisa ter um arcabouço legal que nos permita fazer as atualizações regulatórias para o setor deslançar. E o CBA passa um pouco por tudo.

O Senador Carlos Viana estava comentando sobre o táxi aéreo e de eventualmente ter pequenos investidores ali, o táxi aéreo individual, como a gente costuma falar no setor. Muitas vezes a gente não consegue fazer algumas coisas que a gente gostaria justamente porque temos ali os limites do código. Então, um pouco da ideia dessa revisão... Eu tenho chamado menos de revisão, talvez mais como uma faxina. A ideia é tentar eliminar essas gordurinhas que estão por ali, para que a gente possa destravar a agência, destravar os limites legais, para que a gente possa fazer as atualizações necessárias e, aí, a gente consiga ter coisas como essa.

O nosso código é permeado da palavra "prévia". Esta é a palavra que mais me chama atenção no código: prévia autorização, prévio registro, prévia certificação, prévia homologação; tudo tem que ser prévio. E a pandemia está aqui, a realidade bateu à nossa porta e a gente teve de fazer uma série de ações na Anac, foram ações liminares e cautelares, mas que, por exemplo, mostraram uma nova forma de regular, para alguns processos em que a gente pode inverter um pouco essa lógica de comando e controle excessivo.

Então, respondendo objetivamente o Senador, na nossa opinião, é urgentíssimo fazer uma revisão, fazer uma faxina – ou nome que a gente quiser dar – do código, para que a gente possa permitir coisas como essa. De certa maneira, o que a gente tem no setor hoje são grandes réguas. Então, seja para o grande, seja para o pequeno empresário que queira explorar um serviço, independentemente de serem negócios na essência parecidos, mas totalmente diferentes pela complexidade, a régua regulatória é a mesma. E a gente acha que há uma oportunidade de avanço nesse segmento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para pincelar algumas coisas, foi falado aqui do dinheiro que os americanos deram, e outros países do mundo. A gente, no Brasil, vive outra realidade. Então, mais uma vez se reforça a urgência de fazermos as atualizações regulatórias e legais necessárias, porque se a gente não tem recurso e tanto dinheiro sobrando para socorrer, então o ambiente regulatório tem que ser o mais moderno e o mais eficiente possível.

Era um pouco isso que eu queria pincelar. Tentei falar um pouquinho de todos. E queria, Senador, só agradecer mais uma vez e me colocar aqui à disposição, colocar a gente à disposição. Sou servidor de carreira, estamos há muitos anos aí batalhando por uma aviação cada vez maior. A gente conversa muito e fala que o nosso sonho é que cada brasileiro que quiser viajar de qualquer lugar para qualquer lugar tenha um avião disponível.

Então, estamos aqui à disposição para discutir tudo que for necessário para melhorar nossa aviação.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa. e aos demais indicados.

Concluída essa fase dos questionamentos, nós passaremos à apuração dos votos. Não sem antes fazermos aqui uma brevíssima ponderação.

A Senadora Kátia Abreu não está aqui presencialmente, mas está nos acompanhando lá, sempre pelo sistema remoto, e é uma das que batem muito nessa tecla, que é um tema sensível a todos nós.

O custo de voar no Brasil é muito grande, e a agência tem um papel preponderante nesse debate. Eu, obviamente, não sou defensor de que a agência adote a política de controle tarifário – eu acho que sou um defensor da liberdade de mercado; acho que é o melhor caminho –, agora, a agência tem um papel de, no ambiente de regulação, criar mecanismos, espaços que reduzam o custo de se operar no Brasil e que, consequentemente, impliquem redução de tarifa. Obviamente que isso não está apenas no âmbito da Agência de Aviação Civil (Anac); a próxima agência a ser sabatinada aqui é outra que tem um papel preponderante também nessa composição. Na composição de custos de quem opera no Brasil, você tem a questão dos custos regulatórios, você tem custo tributário, insumos, enfim, você tem uma série de aspectos, e talvez a questão do combustível, que é a próxima agência com quem vamos discutir aqui, esteja sempre circundando o tema preço de passagem aérea no Brasil.

Paga-se muito caro para viajar no Brasil. Há algo que é estranho – e nós fizemos uma audiência pública aqui, uma vez, para debater isso. Se abrir o aplicativo agora... Não sei agora na pandemia, mas, na época da audiência pública, eu fiz isto ao vivo: pesquisei uma passagem aérea de Brasília a Porto Velho, Rondônia, de Brasília a Rio Branco, Acre, e o preço da passagem aérea era de quase R\$2 mil, e, na mesma época, para fazer Brasília-Miami, uma tarifa menor. Então, assim, são contradições que o





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

consumidor lá na ponta não consegue entender. E aí eu reforço uma vez mais: a agência tem o papel preponderante de revisar aqueles marcos regulatórios que de repente impliquem maior custo operacional para as empresas, tendo como objetivo final, justamente, propiciar um ambiente de menor custo operacional, favorecendo, obviamente, o consumidor brasileiro.

Mas eu agradeço muito, aqui, a participação dos senhores neste debate. Repito: quadros de excelência que passarão a integrar a Diretoria Colegiada da nossa Anac brasileira.

Homenageio V. Sas. e ao mesmo tempo homenageio Sua Excelência o Presidente da República pela indicação dos senhores.

Determino...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Já deu quórum para a abertura?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já.

Determino à Secretaria da Comissão que encerre a votação.

Está encerrada a votação.

Peço que abra o painel para a proclamação do resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sequência, Senador Fernando Bezerra, nós já faremos o início... Nós vamos precisar de um hiatozinho de uns quatro ou cinco minutos para adaptar o sistema. Mas eu indago se, enquanto o sistema é adaptado, nós não podemos abrir já para a apresentação de relatórios, porque não implica votação.

Vamos lá?

Resultado.

Todos os sabatinados tiveram seus nomes aprovados.

Foram 14 votos pela aprovação, nenhum voto contrário... Aliás, há um - foram 13 votos.

Arthur Sabbat, ANPD: SIM, 13 votos; 01 NÃO.

Joacil Rael, ANPD: 13 votos SIM; 01 NÃO.

José de Souza, Anac: 13 votos SIM; 01 NÃO.

Juliano Noman, Anac: 13 votos SIM; 01 voto NÃO.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Miriam Wimmer, ANPD: 13 votos SIM; 01 voto NÃO.

Nairane: 13 votos SIM; 01 NÃO.

Ricardo Botelho... Catanant, Ricardo Catanant. Não é Botelho, Botelho é o anterior, que saiu. Aliás, fez um bom trabalho lá.

Ricardo Catanant: 13 votos SIM; 01 voto NÃO.

Rogério Benevides: 13 votos SIM; 01 NÃO.

Tiago Pereira: 13 votos SIM; 01 voto NÃO.

Waldemar, ANPD: 13 votos SIM; 01 voto NÃO.

Portanto, todas as indicações aprovadas no dia de hoje.

As matérias vão ao Plenário do Senado Federal para seguimento da tramitação.

Agradeço a presença dos indicados, desejando-lhes uma profícua e exitosa missão à frente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, bem como da nossa Agência Nacional de Aviação Civil.

Muito obrigado a todos os senhores.

Vou suspender a reunião por um minuto, apenas para que os convidados tenham a possibilidade de se retirar e, na sequência, iniciaremos a segunda rodada de sabatinas.

(Iniciada às 8 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 30 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e trinta e três minutos do dia dezanove de outubro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Lucas Barreto, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Rodrigo Pacheco, Luis Carlos Heinze, Tasso Jereissati, Izalci Lucas, Acir Gurgacz, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Lasier Martins, Zenaide Maia, Eduardo Girão e Diego Tavares. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Roberto Rocha, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Irajá e Alvaro Dias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridades. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 53, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA, para exercer o cargo de Diretor- Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no mandato a iniciar em 23 de dezembro de 2020, decorrente do término do mandato de Décio Fabricio Oddone da Costa, que renunciou." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) nº 54, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome da Senhora SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAUJO, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, em vaga decorrente do término do mandato de Aurélio Cesar Nogueira Amaral." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) nº 64, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor EDUARDO NERY MACHADO FILHO, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) nº 85, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor CARLOS MANUEL BAIGORRI, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Aníbal Diniz." **Autoria:** Presidência da República.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) nº 52, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor HÉLVIO NEVES GUERRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente da renúncia do Senhor Rodrigo Limp Nascimento." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Fazem uso da palavra a Senadora Kátia Abreu e os Senadores Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Jean Paul Prates e Diego Tavares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/10/19>

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesta segunda reunião, semipresencial, repetiremos os procedimentos da primeira reunião, dividindo as sabatinas em blocos. Teremos dois blocos: o primeiro para os dois indicados para a ANP e o seguinte para os indicados para a Antaq, Anatel e Aneel, num total de cinco arguições públicas.

Tão logo seja aberto o processo de votação, os membros da Comissão poderão votar nos cinco indicados.

Ao final de cada bloco de exposições, será concedida a palavra às Sras. e aos Srs. Senadores que desejarem sabatar os indicados, conforme a ordem de inscrição. Tanto as perguntas quanto as respostas deverão se limitar ao tempo de dois minutos, com tolerância de um minuto.

Inicialmente, faremos a leitura de todos os cinco relatórios sequencialmente.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 53, DE 2020

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no mandato a iniciar em 23 de dezembro de 2020, decorrente do término do mandato de Décio Fabricio Oddone da Costa, que renunciou.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à arguição pública do indicado

Antes de atribuir a palavra ao eminente Relator, eu solicito aos sabatinados, Dr. Rodolfo Henrique de Saboia e Dra. Symone Araújo, que possam ocupar assento à mesa. Os demais indicados a serem sabatinados ocuparão a primeira fileira da Comissão de Infraestrutura.

Com a palavra o eminente Relator, Líder Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço a minha saudação ao Senador Esperidião Amin.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas pessoas dos Senadores aqui presentes, cumprimento todos que estão nos acompanhando através do Sistema Remoto de Deliberação do Senado Federal, cumprimento o Almirante Rodolfo Saboia e cumprimento a Dra. Symone Araújo, que são os indicados para a Agência Nacional do Petróleo.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 11, §2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 53, de 2020, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Rodolfo Henrique de Saboia, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no mandato a iniciar em 23 de dezembro de 2020, decorrente do término do mandato do Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa.

Nos termos do citado dispositivo constitucional, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar. No âmbito do Senado Federal, de acordo com o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação da indicação em tela cabe a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O Sr. Rodolfo Henrique de Saboia é bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval (1978) e possui os cursos de Aperfeiçoamento de Máquinas para Oficiais, pelo Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (1982), e superior em Guerra Naval, pela Escola de Guerra Naval (1995). Por esta última instituição, obteve ainda os títulos de mestre (curso de Comando e Estado-Maior, 1995) e doutor (Política e Estratégia Marítimas, 2005). Adicionalmente, é especialista em Gestão Internacional pela Coppead, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2005.

No tocante à sua vasta experiência profissional, destacamos o exercício dos cargos de Subchefe de Organização e Assuntos Marítimos da Diretoria-Geral de Navegação e Comando de Operações Navais (2008 a 2010), Comandante da Força de Superfície (2010 a 2011), Coordenador do Programa de Aparentamento da Marinha (2011 a 2012) e Superintendente de Meio Ambiente da Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil.

Destaque-se, por fim, que, durante a sua carreira profissional, foi agraciado com dez condecorações em razão da excelência de seu trabalho, participou de diversos seminários no Brasil e no exterior, e publicou vários artigos, cujas referências são citadas no *curriculum vitae* do indicado. Por fim, é de se ressaltar que, com mais de 40 anos de serviço à Marinha, o indicado foi transferido para reserva em 2012 no posto de Oficial-General Contra-Almirante.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o candidato declara:

I) não possuir parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional;





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

II) não participar ou ter participado como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais;

III) estar regular com o Fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;

IV) não figurar como réu ou autor em ações judiciais;

V) e, por fim, nunca ter atuado em júzós e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Apresentou ainda declaração escrita na qual demonstra sua experiência profissional, maturidade intelectual e integridade moral para ocupar o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas pelo *caput* do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que "dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências", pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual está indicado. Além disso, o Sr. Rodolfo Henrique de Saboia atende cumulativamente aos incisos I e II do *caput* do mesmo artigo, pois tem mais de quatro anos de experiência profissional em cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior no setor público e tem formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado.

Consideramos, assim, Sr. Presidente, que o processo de sua indicação cumpriu todas as exigências constitucionais, legais e regimentais. Esta Comissão, portanto, tem condições de deliberar sobre a condução do Sr. Rodolfo Henrique de Saboia ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, do Brasil.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Líder Fernando Bezerra Coelho, pelo relatório.

Na sequência, vamos chamar, pelo sistema remoto, a Senadora Kátia Abreu, Relatora do item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 54, DE 2020

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome da Senhora SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAUJO, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, em vaga decorrente do término do mandato de Aurélio Cesar Nogueira Amaral.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Reunião destinada à arguição pública da indicada

Com a palavra a eminente Senadora Kátia Abreu para proferir seu relatório.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento os colegas Senadores, cumprimento a todos os sabatinados indicados, desejando-lhes boa sorte nessa nova empreitada e que as nossas agências possam de fato funcionar livremente e independentemente em favor do cidadão e do contribuinte. Infelizmente, nós não estamos observando isso em todas as agências. Estão falhando com o contribuinte em várias áreas: no que diz respeito ao setor aquaviário, ao setor ferroviário, ao setor da aviação civil. Eu estava aqui ouvindo, e V. Exa. mais uma vez reclamava dos preços das passagens. Então precisamos, depois da pandemia, quando tudo voltar ao normal, fazer um grande debate sobre essas agências, estruturar e reformular seus papéis. Algumas acham que não têm a incumbência ou o mandato para determinados assuntos; também o Cade, por outro lado, não tem a mesma demanda e o mesmo mandato para solucionar determinados problemas; e o contribuinte fica espremido no meio de duas decisões, por vezes vagas, que não o protegem. E a função das nossas agências é exatamente essa.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 11º da Lei 9.478, o Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome da Sra. Symone Christine de Santana Araújo para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em vaga decorrente do término do mandato de Aurélio Cesar Nogueira Amaral.

O *curriculum vitae* da Sra. Symone Christine de Santana Araújo, anexado à mensagem presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Symone Christine de Santana Araújo graduou-se em Engenharia Química pela Fundação Universidade Federal de Sergipe em 1988 e, posteriormente, fez mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, também na Fundação Universidade Federal de Sergipe. Em 2005, concluiu o doutorado em Manejo de Recursos Naturais na Universidade de Brasília (UnB). Além disso, em 2004, fez curso de formação de carreiras na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), tornando-se especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

A partir de 2004, ingressou no Ministério de Minas e Energia como integrante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Iniciou sua atuação na Coordenação Geral de Processamento, Infraestrutura e Logística até tornar-se, em 2005, Coordenadora-Geral de Processamento, Infraestrutura e Logística de Gás Natural. Em 2009, assumiu o cargo de Diretora do Departamento de Gás Natural e, desde então, vem se dedicando à abertura do mercado de gás natural e à formulação e à implementação do novo mercado de gás.

Ao longo de sua carreira, também foi atuante nos Conselhos Fiscais da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Em paralelo a essas atividades, lecionou nos cursos de graduação e pós-graduação da Fundação Universidade Federal de Sergipe e também nos cursos de pós-graduação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) e do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a candidata declara sua ampla experiência profissional, aliada a uma formação técnica e acadêmica adequada para o cargo, que estão comprovadas no *curriculum vitae* da indicada. Assim, fica a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal em condições de deliberar sobre a indicação da Sra. Symone Christine de Santana Araújo para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Eu gostaria de parabenizar a Sra. Symone Christine pelo seu currículo extraordinário, pela sua experiência e pela sua credibilidade. Recebi muitos Parlamentares de Sergipe muito orgulhosos pela sua indicação. Depois, em particular, faço questão de repassar as palavras que recebi sobre V. Sa. Desejo que você, uma mulher brasileira que ocupa um cargo de importância, nunca se esqueça de que, como mulher, está representando todas nós brasileiras nessa posição. Tenho certeza de que você vai fazer com que nós possamos nos orgulhar do seu trabalho. Cuide bem do nosso Brasil, do nosso petróleo, do nosso gás, visando sempre, Sra. Symone Christine, ao interesse dos brasileiros, em primeiríssimo lugar, e não ao de determinadas corporações. Muito obrigada e boa sorte a você.

Um abraço a todos os meus colegas Senadores e Senadoras do Brasil.

Obrigada, Sr. Presidente Marcos Rogério e parabéns pela condução da nossa Comissão!





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado à Senadora Kátia Abreu. Já mencionei a Senadora Kátia Abreu aqui no tema anterior, por ocasião da oitava dos indicados à Anac. Ela é uma das que mais cobram aqui em relação ao preço de passagens no Brasil. A Anac tem um papel fundamental nisso e a próxima agência também, a ANP. Aí, agora, ela sendo a Relatora da indicação da Dra. Symone Christine de Santana Araújo. A Senadora Kátia tem, de todos nós, profundo respeito e admiração.

Na sequência, nós teremos três relatorias e, por coincidência, duas da lavra do Senador Eduardo Gomes e uma do Senador Eduardo Braga, que me comunicou mais cedo que está sendo tratado por causa da Covid-19 e teve que ser internado, segundo ele apenas por cautela, em razão de alguns cuidados que tem que ter. S. Exa. está bem, mas não tem condições de fazer a leitura do seu voto na posição em que se encontra. Portanto, pediu que eu designasse o Senador Eduardo Gomes como Relator *ad hoc*.

Apregoearei os três itens, Líder Eduardo Gomes, e V. Exa. faria o relatório sucinto dos três numa única sentada.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 85, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor CARLOS MANUEL BAIGORRI, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Aníbal Diniz.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à arguição pública do indicado

ITEM 3





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) Nº 64, DE 2020

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o §1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor EDUARDO NERY MACHADO FILHO, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à arguição pública do indicado

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 52, DE 2020

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor HÉLVIO NEVES GUERRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente da renúncia do Senhor Rodrigo Limp Nascimento.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à arguição pública do indicado

Faço a designação, *ad hoc*, do Senador Eduardo Gomes para também se manifestar quanto à última indicação. V. Exa. tem a palavra.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente Senador Marcos Rogério, primeiro parabenizo V. Exa. pela condução da sessão pela manhã, com a aprovação dos dez indicados à ANPD e à Anac.

E também, não sei se ainda há tempo, sugiro a V. Exa. – e faço solicitação à Mesa desta Comissão – que, se possível, os Parlamentares, Senadores e Senadoras, possam ir exercendo o seu voto à medida que lemos os relatórios.

Passo à leitura de imediato dos três itens.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Então, começamos pelo item 3.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e sabatinados, meus cumprimentos a todos os sabatinados das agências ora analisados nesta Comissão.

O Senhor Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Eduardo Nery Machado Filho para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), autarquia especial vinculada ao Ministério da Infraestrutura. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 64, de 2017, à qual se encontram anexados o currículo do indicado e demais documentos pertinentes.

O Sr. Eduardo Nery Machado Filho tem 49 anos de idade e é formado em Engenharia Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui pós-graduações em auditoria de obras públicas, pela Universidade de Brasília, e em orçamento público, pelo Instituto Serzedello Corrêa.

O indicado tomou posse no serviço público federal em 2000, na carreira de Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU). Ao longo desses últimos 20 anos, neste órgão, trabalhou na 1ª Secretaria de Controle Externo; na Ouvidoria; e na Secretaria de Fiscalização de Obras, onde exerceu a função de Secretário de 2009 a 2014. Desde 2014, é Chefe de Gabinete do eminente Ministro e ex-Senador desta Casa Vital do Rêgo. Foi cedido ao Congresso Nacional para prestar assessoria a Comissões Parlamentares de Inquérito, em 2005 e 2006.

Constata-se, também, que o indicado apresentou as informações e declarações exigidas pelo Regimento Interno do Senado Federal.

Também foi apresentada argumentação escrita destinada a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo. No documento, destacamos a dedicação de mais de 12 anos ao setor de infraestrutura e à avaliação do planejamento da





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

integração multimodal do transporte de cargas no Brasil, desafio no qual certamente têm grande parte os modos aquaviários.

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendemos que os ilustres Parlamentares desta douta Comissão dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Eduardo Nery Machado Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em cumprimento às exigências constitucionais.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Senador Lucas Barreto.

Passamos neste momento ao item 4.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e sabatinados, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, por meio da Mensagem nº 85, de 2019, a indicação do Sr. Carlos Manuel Baigorri para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Aníbal Diniz.

Carlos Manuel Baigorri é brasileiro naturalizado desde 2009, nascido na cidade de Saint-Louis, Estado do Missouri, nos Estados Unidos, em 12 de março de 1984. Graduiu-se em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB), em 2006, e em Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra (ESG), em 2014. Obteve os títulos de Mestre em Economia pela Universidade Católica de Brasília (UCB), em 2009, e o de Doutor em Economia de Empresas pela mesma Universidade, em 2014.

No tocante à experiência profissional, Carlos Manuel Baigorri construiu sua carreira voltada ao setor de telecomunicações, iniciando sua trajetória em maio de 2007 como Analista de Informações Setoriais da Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel), onde permaneceu até dezembro de 2009.

Ingressou no setor público ainda em 2009, mediante aprovação, em primeiro lugar, no terceiro concurso da carreira de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações da Anatel, sendo, portanto, servidor efetivo da agência.

Na Anatel, o indicado atuou em diferentes áreas, exercendo cargos-chave na hierarquia do órgão: foi Chefe da Assessoria Técnica da Agência, exerceu o cargo de Superintendente de Competição, esteve à frente da Superintendência Executiva e é o seu Superintendente de Controle de Obrigações.

Importante ressaltar que, integrante da lista tríplice de servidores da Anatel escolhidos para ocupar vaga aberta no Conselho Diretor até a escolha do titular, Baigorri exerceu o cargo de substituto de Conselheiro entre janeiro e julho deste ano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A carreira acadêmica do indicado também é profícuca, tendo sido, entre 2010 e 2012, professor de várias disciplinas do curso de Economia da UCB, do Instituto de Ensino Superior de Brasília (Iesb) e do Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais (IBMEC). Por sua produção acadêmica, foi agraciado com o 1º lugar no IX Prêmio da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF), na categoria regulação da atividade econômica, e com o 1º lugar no XVI Prêmio Brasil de Economia do Conselho Federal de Economia, na categoria dissertação de mestrado. É autor de diversos artigos científicos e capítulos de livros sobre o setor de telecomunicações no Brasil.

Apresentou as devidas declarações e também demonstrou sua experiência profissional, maturidade intelectual e integridade moral para ocupar o cargo pretendido.

Ademais, entendemos que o indicado atende aos requisitos previstos em lei, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade de atuação da agência. Além disso, Baigorri ocupa, há mais de quatro anos, cargo em comissão ou função de confiança equivalente ou superior a DAS-4 e tem formação acadêmica compatível com o cargo.

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Carlos Manuel Baigorri para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Concluindo, Sr. Presidente, Senador Lucas Barreto, é a leitura que faço, como Relator *ad hoc*, do competente relatório feito pelo nosso Líder do MDB, Senador Eduardo Braga, que se encontra em licença médica, mas que pediu que eu transmitisse ao indicado o seu voto e as suas felicitações.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores e sabatinados, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 52, de 2020, submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Hέλvio Neves Guerra, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pelo prazo remanescente do mandato do Sr. Rodrigo Limp Nascimento, que renunciou.

Hέλvio Neves Guerra é brasileiro, nascido em Santos, no Estado de São Paulo, em 1955. Graduou-se em Engenharia Elétrica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá. Obteve os títulos de Mestre em Engenharia Elétrica pela mesma universidade e o de Doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

Ainda no que diz respeito à sua formação acadêmica, é formado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília e é diplomado pela George Washington University no Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Adicionalmente, possui cursos de especialização em Regulação do Setor Elétrico e em Sistemas Elétricos de Potência.

No tocante à experiência profissional, Hέλvio Neves Guerra possui uma longa e profícua carreira tanto no setor acadêmico quanto no setor elétrico.

Na Universidade Federal do Amazonas, onde trabalhou, ocupou as posições de professor do curso de Engenharia Elétrica, Chefe do Departamento de Eletricidade da Faculdade de Tecnologia, Vice-Diretor e, posteriormente, Diretor da Faculdade de Tecnologia e Vice-Reitor da universidade, cargo que lhe proporcionou a oportunidade de assumir interinamente a reitoria, por diversas vezes.

Em março de 2001, Hέλvio Neves Guerra foi cedido pela Universidade Federal do Amazonas para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), onde ficou até março de 2019.

Em seus 18 anos na Aneel, ocupou cargos de grande relevância em áreas estratégicas da agência, tendo sido Superintendente de Estudos e Informações Hidrológicas, Superintendente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios, Presidente da Comissão Especial de Licitação, Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração e Superintendente dos Serviços de Fiscalização de Geração.

Ainda quando estava cedido para a Aneel, em janeiro de 2016, aposentou-se na Universidade Federal do Amazonas.

Em março de 2019, em novo desafio para sua carreira profissional, Hέλvio Neves Guerra foi para o Ministério de Minas e Energia, para ocupar o seu cargo atual, isto é, Secretário Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético.

Nesse mesmo período, foi membro do Conselho Fiscal das empresas Eletrobras, Eletrosul, Eletrobras CGTEE e Eletrobras CGT Eletrosul.

Destaque-se, por fim, que, durante a sua carreira profissional e acadêmica, Hέλvio Neves Guerra participou de diversos comitês científicos e bancas examinadoras e publicou trabalhos técnicos e científicos no Brasil e no exterior, cujas referências são citadas no *curriculum* do indicado.

O indicado apresentou as declarações regimentais e também a declaração escrita, na qual demonstra sua experiência profissional, maturidade intelectual e integridade moral para ocupar o cargo de Diretor da Aneel. A partir dos elementos apresentados, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual está indicado. Além disso, Hέλvio Neves Guerra tem experiência profissional de mais de dez anos em função de direção superior no setor público, no campo da atividade da agência reguladora, e tem formação acadêmica com o cargo para o qual foi indicado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos, assim, que o processo de sua indicação cumpriu todas as exigências constitucionais, legais e regimentais.

Esta Comissão, portanto, tem condições de deliberar sobre a condução do Sr. Hέλvio Neves Guerra ao cargo de Diretor da Aneel.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, feito em nome do eminente Senador Eduardo Braga, Líder do MDB.

Minhas felicitações aos três indicados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Agradeço ao Senador Eduardo.

Para fazer uso da palavra, em deferência às mulheres, Sra. Symone Christine de Santana Araújo, indicada para o cargo de Diretora da ANP.

A senhora está com a palavra.

A SRA. SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente em exercício da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Lucas Barreto...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Peço que façam a abertura do painel para a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) –

A SRA. SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO (Para expor.) – ... Exma. Sra. Senadora Kátia Abreu, em nome dos quais cumprimentos as Senadoras e os Senadores presentes e os que nos acompanham remotamente.

Senhoras e senhores, boa tarde a todos.

Sou Symone Christine de Santana Araújo, brasileira, nordestina e sergipana, mãe de dois filhos e avó da pequena Flora.

Inicialmente, gostaria de dizer que estou imensamente honrada em ter meu nome submetido à análise desta Comissão.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dirijo um agradecimento especial à Senadora Kátia Abreu pelo relatório apresentado sobre a minha indicação para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a ANP.

Servidora pública federal, tenho graduação em Engenharia Química, mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente e doutorado em Ecologia, Conservação e Manejo de Recursos Naturais.

Ingressei no serviço público em 1994, por meio de concurso público, em carreira de nível superior do Ministério da Educação. Desde 2004, integro a carreira de Estado em Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, fazendo parte do corpo técnico da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, onde, em 2009, fui nomeada Diretora do Departamento de Gás Natural, cargo que ocupo atualmente.

Nesse período, coordenei a implementação dos marcos legais e regulatórios da indústria do gás natural, com a proposição de medidas e mecanismos normativos institucionais necessários ao desenvolvimento do mercado.

Ao longo de 2009, atuei diretamente na formulação e implementação do novo mercado de gás, programa do Governo Federal que visa à formação de um mercado aberto, dinâmico e competitivo, de forma a ampliar investimentos em infraestrutura, retomar a competitividade da indústria nacional e promover a integração entre os setores elétricos e de gás natural. O que se busca é remover barreiras que dificultam a entrada de novos agentes, de forma a desenvolver a indústria do gás natural.

Também atuei em conselhos fiscais em empresas estatais e, além dos mais de 26 anos de serviço público, possuo experiência na iniciativa privada, como também no ensino de graduação e pós-graduação.

Na minha atuação institucional, tenho trabalhado ativamente na promoção de programas e ações governamentais, visando à atração de investimentos e negócios para os setores de petróleo e gás natural. Além disso, coordenei instâncias interinstitucionais em projetos nas diversas atividades desses segmentos.

Mantenho permanente interlocução com a ANP, interagindo com o seu corpo técnico no acompanhamento da agenda regulatória e na elaboração do conjunto de atos normativos, e todo esse trabalho é executado com transparência e participação dos agentes setoriais.

A ANP é uma autarquia federal especial, criada pela Lei do Petróleo, a Lei 9.478, de 1997, e tem como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.

Em grandes números, o mercado regulado pela ANP compreende mais de 124 mil agentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ANP tem investido fortemente na fiscalização do abastecimento, de modo a proteger os interesses do consumidor brasileiro. Dessa forma, é possível dizer que os nossos combustíveis têm padrão internacional, alcançando índices de conformidade de mais de 98%.

Destaco que a ANP conta com quadros técnicos altamente qualificados, com experiência para lidar com os desafios da indústria, sendo esse o seu ativo mais relevante.

A ANP tem, portanto, papel fundamental na atração de investimentos, na garantia do abastecimento de combustíveis e na defesa dos interesses do consumidor e da sociedade.

A indústria do petróleo e gás natural representa 4% do PIB. A produção nacional de petróleo alcançou, em agosto deste ano, 3,2 milhões de barris por dia. No mesmo período, foram produzidos 133 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. Em grande parte, essa produção se deve à descoberta do pré-sal, cujos campos representam, hoje, aproximadamente 71% da produção nacional.

As rodadas de licitação realizadas em 2019 alcançaram níveis recordes de arrecadação em bônus de assinatura, da ordem de 84 bilhões. O que se espera é que sejam assinados 60 novos contratos sob os regimes de concessão e partilha. Todos esses dados demonstram o relevante papel institucional da ANP.

Agora nos encontramos diante de novos desafios, 25 anos após a quebra do monopólio estatal para exploração, produção, transporte e distribuição de petróleo e gás natural, ocorrida com a promulgação da Emenda à Constituição nº 9, de 1995.

Para fazer face a esses desafios, o Conselho Nacional de Política Energética estabeleceu um conjunto de diretrizes voltadas para a abertura dos mercados de gás natural, refino e distribuição de combustíveis, como também para o fortalecimento da atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural, com o objetivo de promover o melhor aproveitamento dos nossos recursos naturais, gerando emprego e renda para as regiões produtoras. Esse conjunto de medidas colocará o País no centro de atração de investimentos.

A Empresa de Pesquisa Energética estima que, em 2030, o Brasil produzirá 5,3 milhões de barris, por dia, de petróleo.

No caso do gás natural, dadas as perspectivas do novo mercado de gás, a nossa produção bruta poderá chegar a 276 milhões de metros cúbicos por dia.

Nesse contexto, estaremos, nos próximos dez anos, entre os cinco maiores produtores de petróleo e gás natural do mundo, o que resultará num capítulo importante para o crescimento do Brasil. E os investimentos previstos ao longo da próxima década são de R\$1,8 trilhão.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Há que se considerar, ainda, o desafio da transição energética rumo à economia de baixo carbono, em que o gás natural ocupará posição de destaque, e o aumento da sua participação na matriz energética está entre os objetivos das políticas públicas.

Também merece registro a Política Nacional de Biocombustíveis, o RenovaBio, que promoverá a expansão dos biocombustíveis na matriz energética com base na previsibilidade e na sustentabilidade ambiental, econômica e social.

A produção de biocombustíveis, inclusive o biogás, poderá dobrar até 2029, com investimentos da ordem de R\$1 trilhão, demonstrando a relevância do setor no Brasil.

Tudo isso fará com que o nosso País mantenha uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo.

Enquanto no resto do mundo a proporção da parcela renovável da oferta de energia é de 14%, em 2029 o Brasil alcançará 48% de participação na nossa matriz energética de participação da parcela renovável.

Nesse ambiente de permanente transformação, a ANP terá papel fundamental. A perspectiva, nos próximos anos, é de diversificação dos agentes e de um crescimento ainda maior dos setores regulados. Em grande medida, serão necessários instrumentos de governança, redução do custo regulatório, de forma a oferecer previsibilidade e estabilidade, para atrair investimentos que resultarão em geração de emprego e renda, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do Brasil.

Srs. Senadores, nesse contexto de grandes desafios e enormes perspectivas para o setor e para o País, espero ter demonstrado aptidão para exercer o cargo de Diretora da ANP, certa de que tenho muito a contribuir com a atuação da agência em benefício da sociedade brasileira.

Obrigada. Muito obrigada pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto, PSD - AP) – Com a palavra o Sr. Rodolfo Henrique de Saboia, indicado para o cargo de Diretor-Geral da ANP.

O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador. Marcos Rogério, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura; Exmo. Sr. Senador. Lucas Barreto, que preside esta sessão; Exmo. Sr. Senador Fernando Bezerra, Relator; Exmas. Sras. Senadoras e Senadores da Comissão de Serviços de Infraestrutura; senhoras e senhores: boa tarde.

Sou natural do Rio de Janeiro, nascido em 14 de julho de 1955, oriundo de uma família com rica tradição na Marinha do Brasil.

Sou casado, tenho um filho, uma filha e dois enteados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ingressei na Marinha em 1972 e me graduei em dezembro de 1978, na Escola Naval.

No posto de Capitão-Tenente, exerci aquele que seria o primeiro dos cinco cargos de comando que viria a desempenhar ao longo de minha carreira.

A seguir, já como Capitão de Corveta, segui, após aprovação em concurso interno da Marinha, para o Curso de Comando do Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, seguido do Curso Superior de Guerra Naval.

Após esses cursos, fui designado para o meu segundo comando, o do Navio-Patrolha Fluvial Rondônia, sediado em Manaus, que tinha a missão de patrulhar os rios da Bacia Amazônica, o que me permitiu conhecer uma boa parte dessa extraordinária região do País.

Em 1999, voltei a ser indicado para outro cargo de comando, desta vez do Grupamento Naval do Nordeste, com sede em Natal.

Em 2002, fui designado para ser o representante da Marinha do Brasil no Estado-Maior da Junta Interamericana de Defesa (JID), organismo internacional que presta serviços de assessoramento técnico consultivo e educativo em assuntos militares e de defesa, inerentes ao hemisfério americano da Organização dos Estados Americanos, a OEA.

De volta ao Brasil, fui designado para realizar o curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval, concomitantemente com o curso de MBA em Gestão Internacional da Coppead, concretizados em 2005.

Em 2006, assumi o meu quarto comando, o do Primeiro Esquadrão de Escolta.

Em 2008, fui promovido ao posto de Contra-Almirante e, em 2011, assumi o comando da Força de Superfície da Esquadra, que foi o meu quinto comando na carreira e que incluía, dentre todos os seus navios subordinados, cerca de 6 mil militares. A seguir, exerci aquele que seria o meu último cargo no serviço ativo, o de Coordenador do Programa de Reparelhamento da Marinha, vindo a ser transferido para a reserva em 3 de abril de 2012.

No início de 2013, já na reserva, atendendo a convite feito pelo Almirante Ilques Barbosa Junior, então Diretor de Portos e Costas, voltei à atividade na Marinha. Todavia, isso se daria em uma função tecnicamente diferente de todas as demais em que me envolvi ao longo dos 40 anos de serviço na ativa, a de Superintendente de Meio Ambiente da Diretoria de Portos e Costas, a DPC, que é o representante da autoridade marítima para o Meio Ambiente. Autoridade marítima vem a ser uma competência que cabe ao Comandante da Marinha no trato das atribuições subsidiárias da Força, entre as quais está a responsabilidade pela prevenção da poluição por navios, plataformas e suas instalações de apoio.

Pude participar de diversos eventos nacionais e internacionais, além de passar a conviver com uma nova comunidade profissional, ligada à proteção do meio ambiente marinho. Tive a chance de conhecer e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compreender o significado e a importância dessa atividade para o mundo atual e para as gerações futuras, assim como a relevância da sustentabilidade ambiental e da responsabilidade social.

Ao longo desses quase oito anos, por conta dessas atribuições, vim a travar contato com instituições com as quais a Marinha compartilha responsabilidades no que tange à poluição e também a aspectos ligados à salvaguarda da vida humana no mar e à segurança do tráfego aquaviário relativo às embarcações, plataformas e suas instalações de apoio, entre elas a ANP, através da sua Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente.

Juntamente com os representantes da ANP e do Ibama, participei ativamente dos treinamentos simulados a que são obrigadas, por força do licenciamento ambiental das suas atividades, as empresas operadoras de *offshore* no País. Nessas ocasiões, representantes dos setores especializados dessas instituições que integram o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), que vem a ser o núcleo da estrutura do Plano Nacional de Contingência para poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, o PNC, trabalharam integradamente.

Além disso, estabelecemos importante parceria com a mais experiente consultoria internacional em resposta a derramamentos de óleo do mundo, a ITOPF, com sede em Londres, no Reino Unido, para compartilhamento da sua experiência com os órgãos integrantes do GAA em uma série de treinamentos e simulados.

As inúmeras oportunidades em que me vi pessoalmente envolvido nessas atividades me propiciaram a chance de conhecer a qualidade, o profissionalismo e o comprometimento dos representantes da ANP.

Esse cargo também me permitiu atuar diretamente como Coordenador Operacional Adjunto do Grupo de Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de Contingência do recente incidente ocorrido no litoral brasileiro, onde mais uma vez pude testemunhar o engajamento do pessoal da ANP.

Essa árdua experiência, sem precedentes em todo o mundo em virtude da sua singularidade, representou um grande aprendizado em relação à importância da prevenção da poluição dos mares pelas atividades humanas e até mesmo pela oportunidade de serem rediscutidos aspectos de governança em águas internacionais nos fóruns adequados.

Tarefas simples de serem realizadas em terra podem se tornar algo complicado e mesmo arriscado no mar. Como pode ser comprovado pela experiência recente, o óleo, uma vez na água, desconhece fronteiras e seu recolhimento é extremamente difícil, por isso a prevenção é a melhor estratégia. Nesse sentido, acredito que a minha vivência de quase oito anos dedicada à prevenção da poluição hídrica constitui bagagem relevante para esses tempos em que, cada vez mais, isso é um aspecto primordial da atividade exploratória *offshore*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria agora de discorrer um pouco sobre a regulação, o papel da agência e a minha visão sobre ambos. Ao adentrar o século XX, o Brasil, como era então comum no mundo, adotava uma legislação em que vigoravam os princípios do liberalismo econômico. À época, o proprietário da terra era também dono das riquezas do seu subsolo. A partir da década de 30, com os resultados frustrantes dessa prática em que o mercado supostamente seria capaz de se autorregular, ocorreu uma inversão dessa tendência, e já a Constituição de 1934 passou a ditar que as riquezas encontradas no subsolo pertenciam à União. Teve início, então, um longo período de forte presença do Estado empreendedor e desenvolvimentista como indutor da atividade econômica, em especial daqueles ramos que dependiam de grandes volumes de recursos para investimento como exploração e produção de petróleo.

Essa realidade perdurou até a década de 80, quando se assistiu no mundo a um período de retorno à liberalização econômica, com a consequente queda das barreiras comerciais internacionais. No Brasil, essa reformulação do papel do tamanho do Estado teve início na década de 90, quando sua capacidade de investimento se viu exaurida, o que resultou na transferência à iniciativa privada de diversas atividades que, até então, vinham sendo empreendidas pelo Estado, para que este pudesse se dedicar àquelas que lhe são típicas por sua natureza.

Essas mudanças materializaram-se no arcabouço legal nacional por intermédio da Emenda Constitucional nº 9, de 1995, que alterou o regime jurídico relativo a petróleo e gás, com a quebra da exclusividade e reserva de mercado que pertencia à Petrobras. Por meio de privatizações e flexibilizações de monopólios, o Estado empresário, de forte presença direta na economia, foi substituído pelo modelo do Estado regulador.

A partir dessa nova realidade, foi introduzido um modelo intermediário de presença do governo na economia, em que foram inseridas as agências reguladoras independentes. Essa forma de intervenção estatal traz embutida a ideia do estabelecimento de regras para a manutenção do funcionamento equilibrado de um sistema. No bojo desse novo contexto, foi criada, concomitantemente com o delineamento da política energética nacional e com o estabelecimento do Conselho Nacional de Política Energética, o CNPE, pela Lei 9.478/97, a Agência Nacional do Petróleo (ANP), posteriormente rebatizada de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Agências como a ANP intervêm no domínio econômico de modo a restringir e condicionar a atividade econômica particular em favor do interesse público. Além disso, precisam atuar de modo adequado ao planejamento macroeconômico do governo, às políticas emanadas do CNPE, suas metas e diretrizes, estimular o mercado e torná-lo atrativo à iniciativa privada, visando à promoção e defesa da concorrência do setor regulado. Para tal faz-se necessário que essa regulação seja clara, segura e transparente.

Outro aspecto importante desse modelo é a independência técnica na emissão de normas que disciplinam as atividades econômicas submetidas ao seu controle, cujas decisões têm caráter final, não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

podendo, como regra, ser objeto de revisão em outras instâncias administrativas. Suas iniciativas normativas, por sua vez, precisam ser submetidas a um processo que inclui audiências e consultas públicas, de modo a promover legitimidade e transparência no exercício de sua competência regulatória, além de contribuir para uma conduta independente, técnica, neutra e equilibrada.

Há não muito tempo imaginava-se que a era do petróleo como principal fonte de energia do mundo chegaria ao fim pelo esgotamento das reservas conhecidas. Atualmente, o surgimento de novas tecnologias permitiu o acesso a reservas antes indisponíveis e novos produtores concorrentes continuam surgindo nesse competitivo mercado. De outro lado, as questões ambientais vêm transformando os combustíveis fósseis em uma espécie de vilão global. Nesse sentido, o RenovaBio, que busca alcançar o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris, promover a expansão dos biocombustíveis na matriz energética brasileira, garantindo a regularidade do seu abastecimento, e induzir ganhos de eficiência energética e redução da emissão de gases de efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis representam importante passo aderente a essa tendência. Resulta que se espera que a demanda global por petróleo alcance o seu pico em 2040, declinando a partir de então.

Segundo a Agência Internacional de Energia, em 2019 foi observada uma estabilização nas emissões globais de CO₂, o que é bom. Essa agência estimou também que essa estabilização se deveu à mudança da matriz energética dos países desenvolvidos pela expansão principalmente de fontes de energia renováveis. Logo, o Brasil, dono de todo esse patrimônio em reservas, precisa ser ágil e inteligente se quiser transformá-las em riqueza e prosperidade para os brasileiros. Nesse sentido, foi muito bem-vinda a retomada dos leilões a partir de 2017, como também a rodada de partilha e do excedente da cessão onerosa e a oferta permanente.

Por fim, considerando a relevância dessa ilustre Comissão no processo político e legislativo para a consecução dos objetivos de bem-estar e progresso da sociedade brasileira, agradeço a atenção e a oportunidade de poder me apresentar e de poder expressar algumas ideias perante as senhoras e os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Essa foi a explanação do Sr. Rodolfo Henrique de Saboia.

E, para sabatinar os indicados à ANP, concedo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Lucas Barreto, demais colegas Senadores aqui presentes, Dra. Simone Araújo, Dr. Rodolfo Saboia, é um grande prazer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder testemunhar o preparo de cada um de vocês para representar o nosso País num local como a Agência Nacional do Petróleo, tão importante para a nossa sociedade.

O meu questionamento é em função de algumas demandas que recebi logo no início do mandato, e eu gostaria de saber a opinião de V. Sas.

O gás de cozinha é responsável pelo atendimento de 98% dos lares brasileiros, e todas essas famílias têm sido impactadas com os aumentos no preço final do GLP.

Segundo a Petrobras, com o mais recente aumento, o preço médio do gás de cozinha vendido pela Petrobras passará para R\$29 por botijão de 13kg. Tais aumentos sempre são repassados ao consumidor final.

No mercado do GLP, esse debate já revelou que a venda fracionada do gás é um modelo de sucesso adotado em países como o Canadá e os Estados Unidos, com quem o Brasil tem mantido alinhamento na sua relação bilateral. Mas o que me parece importante é permitir ao cidadão adquirir quanto e como quiser, e como puder pagar, o produto que lhe é pertinente. Acaba dando acesso às famílias de baixa renda.

Uma das correntes que nos demandou defende que, possibilitando a venda fracionada de gás, você incentiva a competição no mercado de distribuição do GLP, que hoje é mais de 90% de um mercado que representa 350 milhões de empregos diretos e gera 2 bilhões de faturamento. Outro lado que também nos demandou se apega às questões de segurança para o consumidor final.

O próprio Presidente Bolsonaro, observando essa nova alternativa socializada da venda de GLP, tem feito declarações a favor da venda fracionada de gás.

Sobre esse tema, o Senador Jaques Wagner foi autor do requerimento pelo qual esta Casa, ano passado, fizesse, como fez, uma audiência pública trazendo autoridades no assunto: representantes da ANP, do Inmetro, das entidades que representam as empresas revendedoras e distribuidoras de GLP, do Corpo de Bombeiros, dos trabalhadores. Estiveram aqui durante horas apresentando suas posições sobre o assunto. Esse debate está gravado, à disposição na TV Senado, foi de alto nível, com mesas equilibradas, transmitido para todo o País.

Hoje, na presente sabatina, é dada aos senhores a oportunidade de responder ao cidadão e a todos nós Senadores e consignar qual a posição de cada um a respeito desse tema.

Para tanto, seguem as seguintes perguntas: o modelo atual de distribuição atende todas as necessidades dos consumidores? Essa é a primeira. A segunda: essa mudança proposta por uma corrente, permitindo a venda fracionada de gás, é segura? Haveria dados de acidentes em países que já adotam essa prática?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um apêndice em outra pergunta: quem os senhores pensam que são os donos dos botijões? Lembrando que o Supremo Tribunal Federal já firmou posição a respeito do tema, a favor do cidadão. O Ministério da Economia e a Agência

E quais foram as conclusões?

Eram esses os questionamentos para o Dr. Rodolfo e para a Dra. Symone, nobre Presidente, agora de fato, Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Nelsinho Trad, que traz uma reflexão importante.

Eu vou abrir a palavra para todos os Senadores que se inscreveram para poder fazer suas exposições e, na sequência, abrirei a palavra aos sabatinados.

Com a palavra o Líder Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu também gostaria de registrar a minha satisfação com a exposição que foi feita aqui pelos nossos sabatinados, em especial pelo Almirante Rodolfo Henrique de Saboia, pela nossa conterrânea sergipana, nordestina, Dra. Symone Araújo.

De igual forma, quero cumprimentar o Dr. Eduardo Nery, cumprimentar o Carlos Manuel e saudar também a indicação do Hέλvio Neves Guerra. Acho que todos apresentaram de sobra os predicados e as qualificações necessárias para se desincumbir dessa desafiadora missão de representar os interesses nacionais nessas importantes agências de regulação.

Eu queria fazer um breve comentário sobre a manifestação da Dra. Symone. Nós estamos vivendo um ambiente de muita desconfiança em relação ao compromisso do Brasil com o processo de crescimento e de desenvolvimento sustentável. E ela traz de forma inequívoca números desse compromisso, que não é só desse Governo, que vem de governos anteriores, mas que se reafirma no Governo do Presidente Bolsonaro, de termos a nossa matriz energética a mais limpa do mundo.

Enquanto países desenvolvidos, no seu esforço da transição para a economia de baixo carbono, têm como meta alcançar uma matriz energética de energia limpa da ordem de 14%, a Dra. Symone aqui, de forma muito qualificada, informa que o Brasil tem condições de chegar daqui a 30 anos a uma matriz quase 50%, 48% se não estou equivocado, traduzido por energia limpa, por energia renovável.

Portanto, é importante que essas informações possam circular com mais força, sobretudo num momento de questionamento do compromisso do Governo brasileiro com a questão da sustentabilidade na defesa do nosso agronegócio, na proteção das nossas florestas, dos nossos ecossistemas. Portanto, eu quero me congratular com as palavras da Dra. Symone.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E queria deixar uma pergunta, uma indagação para o novo diretor, assim espero, que será aprovado não só nesta Comissão, como também no Plenário do Senado Federal. Para o Contra-Almirante Rodolfo Henrique de Saboia, deixo uma pergunta para que ele possa fazer as suas considerações quando da resposta aos Srs. Senadores.

A pergunta seria: diante de um cenário desafiador em que os preços do petróleo caíram e a competição global por investimentos aumentou, como o senhor enxerga que a ANP pode contribuir para melhorar a atratividade da indústria de óleo e gás do Brasil? Tendo em vista que a gente percebe a priorização feita pela nossa principal empresa, a Petrobras, de investimentos na área do pré-sal, e que nós tivemos uma certa frustração, no último leilão, dos blocos que foram oferecidos, eu gostaria que o Contra-Almirante, Dr. Rodolfo, pudesse desenvolver um pouco, em relação a essa pergunta, como o Brasil poderá ser mais atrativo, no sentido de atrair investimentos importantes que poderão gerar emprego e renda.

E aí – socorrendo-me de novo à Dra. Simone –, há impressionante quantia para os próximos dez anos, só nessa indústria de óleo e gás, de mais de R\$1,800 trilhão que certamente irão alavancar empregos e renda para os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Alternando com os Senadores que estão pelo sistema remoto, quero abrir a palavra ao Senador Jean Paul Prates, que está inscrito e é o próximo a falar.

Senador Jean Paul, V. Exa. tem a palavra. (*Pausa.*)

Eu chamei o Senador Jean Paul e a conexão dele caiu. Peço que veja se reconecta o Senador Jean Paul para poder participar.

Enquanto se restabelece o contato com o Senador Jean Paul, asseguro a palavra ao nobre Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores sabatinados, penso que na Comissão serão aprovados.

Quero me solidarizar com a pergunta do Senador Nelsinho porque entendo que, também, esse fracionamento pode ser benéfico e reduzir o custo. E fazer um questionamento sobre o que os senhores da ANP sabem a respeito do que está acontecendo na costa do Amapá, onde a Total, uma empresa francesa, desistiu de explorar petróleo. Todos nós sabemos, pelos dados que se tem, que especialistas calculam que existem lá 14 bilhões de barris de petróleo. Isso é mais do que todas as reservas do México, por exemplo. Esse consórcio quem assumiu agora foi a Petrobras. Com a saída da Total, ela poderá aumentar a sua





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação de 30 para 50% ou até para 70%, junto com a BP Energy do Brasil. Então, penso que é um grande prêmio, e uma das maiores reservas de petróleo e de gás do mundo e que é a mesma plataforma que vai do Amapá até a Venezuela, passando por Caiena, Suriname. Todos nós já sabemos hoje que Caiena e Suriname são dois países que... Só o PIB de Caiena, por exemplo, aumentará 16 vezes este ano só por causa do petróleo.

Então, é a mesma plataforma esponjosa. Ali é a foz do Amazonas. São 350 quilômetros de foz do maior rio do mundo, com 450 milhões de anos depositando sedimentos que formaram os hidrocarbonetos.

Então, eu penso que isso é bom para o Brasil e também para o Amapá. Essa é uma expectativa que nós temos.

O que falta lá só é a licença do Ibama. Então, havia uma expectativa de que nós já tivéssemos essa exploração há um tempo e está sendo protelado. Então, a gente vai precisar muito do apoio de vocês, porque é uma reserva, é uma riqueza do Brasil, e tem que se aproveitar essa riqueza.

Detalhe: a licença do Ibama não foi dada, porque o Green Peace esteve lá e fez um mergulho, que ninguém conseguiu entender, porque eles conseguiram filmar corais, mas todos sabem que ali, onde tem o petróleo, é no arco lamoso da foz do Amazonas. Ou seja, não se consegue ver nada. Como que fizeram aquela imagem? Imagine 3 mil quilômetros de rio depositando ali – e é um estuário.

Então, a gente sabe que tem muita coisa. E os especialistas, não só da Marinha, como os cientistas do Brasil, dizem que existiram corais há 19, há 20 mil anos lá. Então, hoje são rochas calcárias.

Então, a gente vai precisar muito do apoio de vocês para que a gente tenha isso, porque o Amapá está nessa rota do desenvolvimento. E acho que nós já temos lá muita coisa preservada, 73% do nosso Estado é preservado. Nós temos uma área que foi criada lá, a Renca, que é para exploração mineral, e nós não podemos explorar também.

Ou seja, o Amapá continua sendo escravo ambiental. Nós estamos em cima da riqueza, na pobreza, contemplando a natureza. Então, nós vamos precisar muito do apoio dos senhores, para quem a gente vota aqui.

Quero declarar o meu voto favorável a todos os que hoje estão sendo indicados aqui.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço o Nobre Senador Lucas Barreto, com a sua manifestação.

Apenas para reflexão dos sabatinados aqui com relação à ANP.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho – e aí envolve inclusive a percepção de V. Exa., a Comissão de V. Exa. –, não sei se combinaram com o país francês, que está do lado, a Guiana, para colocar ali uma parede de contenção na divisa, e há os poços de petróleo. Eu não sei se eles respeitam territorialidade, porque do lado de cá não se pode explorar, mas a Guiana explora, e com o Macron fazendo discursos lá, três por quatro, criticando a Amazônia brasileira, criticando a exploração brasileira das riquezas naturais.

Enfim, convenhamos...

Aliás, essa briga por petróleo em áreas fronteiriças já gerou algumas guerras mundo afora. E o Brasil, dentro dessa visão conservadora, a meu ver, equivocada, porque é uma riqueza que é do Brasil e – respeitadamente, não estou falando aqui como especialista em poços de petróleo, estou falando como um curioso – eu sei que a distância ali é muito pequena, a foz que o Senador Lucas Barreto está falando aqui é de 100km.

Com a devida vênia, para mim parece ser um espaço que o Governo precisa olhar com muita atenção, mais do que a agência aqui. Acho que é uma questão de aqui de soberania nacional, de interesse econômico e nacional, de riqueza nacional que, de repente, pode estar sendo, Senador Fernando Bezerra, objeto de uma extração e aí não há como o país do lado de lá falar assim: "Não, não, agora vamos parar de explorar porque essa parte aqui é a que está vindo da foz do Brasil, do campo do Brasil".

Então, acho que a agência tem um papel fundamental. O Senador Lucas traz esse tema aqui com bastante propriedade, porque convive com este dilema, uma riqueza grande, disponível, mas indisponibilizada em razão dos entraves ambientais, alguns por argumentos meramente ideológicos, porque a mesma régua que está medindo o impedimento do interesse nacional no Brasil não se pratica no país vizinho. Ou pratica? Que organismo internacional é esse que ao Brasil, os rigores de uma visão ideológica ultrapassada, mas ao interesse da Guiana Francesa, está tudo certo.

Então, apenas me perdoe aqui a intromissão num tema técnico por alguém que não é da área, que não tem a *expertise* necessária, mas é apenas a título de reflexão e para os especialistas pensarem um pouco mais, buscarem um pouco mais, almirante, porque eu tive a oportunidade de conversar com os dois sabatinados aqui no meu gabinete e sei do preparo que todos têm e do espírito público que têm, da defesa nacional que fazem e tenho certeza de que vão cumprir bem a tarefa lá.

Com a palavra o Senador Jean Paul Prates. Caiu de novo? Senador Jean Paul hoje está...

Eu vou abrir a palavra, então, aos nossos sabatinados e, assim que o Senador Jean Paul entrar novamente, eu abro a fala dele.

O Senador Jean Paul é alguém que tem muita pertinência com esse tema. É um conhecedor da área e tenho certeza de que a fala dele vai contribuir bastante com o debate no dia de hoje.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vou começar com a diretora e concluir com o nosso diretor-geral. Dra. Symone, V. Sa. tem a palavra para as respostas aos Senadores.

A SRA. SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO (Para expor.) – Muito obrigada, Sr. Presidente Marcos Rogério, obrigadores, Senadores, pelas questões que os senhores nos fizeram. Falamos em desafios nos nossos discursos e creio que passaremos aqui por esta discussão. Eu queria, se os senhores me permitirem, começar de trás para frente a responder.

É fundamental, nessas questões que envolvem obviamente uma transversalidade – e a gente vê claramente nessa preocupação trazida pelo Senador Lucas Barreto –, a necessidade de integrarmos áreas de Governo, no sentido de que a gente tem um desafio ambiental a ser vencido e que é este desafio ambiental que, de certa maneira, nos impede do melhor aproveitamento dessa riqueza.

É importante também assinalar que, em função disso, a gente tem uma série de instâncias interinstitucionais com as quais a gente trabalha nesta discussão e, falando especificamente da Agência Nacional de Petróleo, a Agência Nacional de Petróleo tem uma tradição de segurança operacional. Então, todos os seus aspectos de regulação podem auxiliar na solução dessas questões que foram trazidas aqui pelo Senador Lucas Barreto.

É fundamentalmente importante: é de grande valia para o Brasil que a gente avance em novas fronteiras. Isso porque a gente não conhece a integridade das nossas bacias sedimentares. A gente hoje tem um potencial que a gente utiliza na casa de menos de 5%. Então, é dever-poder da agência assegurar a transformação dessa riqueza em benefício do Brasil.

A segunda questão foi uma questão dirigida especificamente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dra. Symone.

A SRA. SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO – Sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dra. Symone, se me permite, considerando que o Senador voltou e de repente ele queira fazer algum questionamento...

A SRA. SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO – Claro! Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... vou interrompê-la para chamar o Senador Jean Paul novamente. Ele está no trânsito, mas parou para poder falar com a Comissão também, e, com a *expertise* que tem, sempre que este tema entra em pauta aqui, ele nos brinda com seus conhecimentos acerca do assunto.

Senador Jean Paul, V. Exa. já está conectado, ao vivo, e tem a palavra para a sua manifestação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, meu querido colega, Senador Marcos Rogério. Saúdo o Senador Lucas Barreto e o Senador Nelsinho Trad, que estão aí conosco.

Se não estiverem me ouvindo bem, façam só o sinal, mas vou prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ouvindo perfeitamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência.*) – Saúdo também o Almirante Rodolfo; a Dra. Symone, cuja atuação já conheço do Ministério de Minas e Energia; e o Dr. Hélivio também, que está pela Aneel, apresentando a sua disponibilidade para servir ao Estado brasileiro, nas agências reguladoras. Tanto a ANP quanto a Aneel são muito importantes. E eu queria apenas fazer uma colocação sobre a qual eu gostaria que alguns de vocês se pronunciassem, com a qual concordassem ou não.

Nós vivemos nos anos 90 – o Almirante Rodolfo falou sobre isso também, e eu participei ativamente disso, os colegas sabem – aquela abertura do Estado brasileiro, que eu não caracterizo necessariamente como uma mudança do Estado empresário para o Estado regulador, e, sim, daquele Estado que empreendeu na ausência total de interesse da época, por circunstâncias diversas, do empresariado, da iniciativa privada, ou por insipiência, para investir em petróleo, ou por desinteresse, em função de haver outras fronteiras no mundo – à época os países árabes estavam abertos ao investimento. Então, nós passamos as décadas de 40, 50, 60 e 70 investindo diretamente, realmente, através do Estado. Nos anos 80, as coisas mudaram muito, o cenário da contracrise do petróleo, o preço mais deprimido da história, e, em seguida, nós tivemos a década de 90, em que, além da onda internacional, global, de liberalização da economia, regulação com agências reguladoras, etc., houve também a circunstância brasileira de querer se acionar aos esforços da Petrobras a iniciativa privada. Na época, foi feito todo esse esforço, inclusive com a instituição das agências reguladoras.

No entanto, hoje nós vivemos, para aqueles que não viveram esse período... Hoje às vezes há uma visão distorcida de que está tudo sendo aberto pela primeira vez agora, como vivemos agora na Lei do Saneamento, como se fosse uma grande novidade, sendo que já está aberto esse setor desde os anos 90, com agência reguladora e tudo, e no petróleo também, como se houvesse necessidade de substituir integralmente a presença estatal através da empresa diretamente operadora, como a Petrobras – e, no caso do setor elétrico, a Eletrobras –, por um livre mercado geral de tudo que se refere a petróleo e a energia.

E aí é que eu gostaria de fazer a diferença. De fato, nos anos 90, vários setores foram abertos ao capital e à iniciativa privada, mas nem todos são iguais, há setores que são considerados estratégicos e há pessoas que têm dificuldade em entender o que é um setor estratégico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu costumo dizer que há setores estratégicos tradicionais – além dos setores de educação, saúde e segurança pública, que são típicas atividades do Estado – que são justamente aqueles que lidam com recursos naturais – principalmente os não renováveis –, o meio ambiente – ou a conservação dele –, a infraestrutura – portanto, os monopólios naturais potenciais, alguns dos quais são tratados pela Aneel, no caso das linhas de transmissão, e pela ANP, no caso dos gasodutos, dutos e poliodutos em geral, são monopólios naturais – e também os mercados inviáveis ou insipientes, ou sejam, aqueles mercados que precisam viver do subsídio cruzado, porque, do contrário, o atendimento em petróleo, em combustível ou em energia simplesmente não acontece.

Eu queria saber e queria ouvir também um pouquinho da opinião de vocês, tanto do setor elétrico quanto de petróleo, sobre essa essencialidade do papel de estatais, ademais das agências reguladoras.

É claro que a gente entende perfeitamente que o papel da agência reguladora é uma coisa e que o papel da Petrobras e Eletrobras é outro, só que, como atualmente está se vivendo um debate, inclusive no Senado... O Senador Marcos Rogério e o Senador Lucas participam disso ativamente também em função de querermos no Congresso avaliar se é possível, se a população aceita e se é bom para o Brasil vender toda a Petrobras, por exemplo, mesmo que aos pedaços, através da venda das suas refinarias.

Considerando que o refino brasileiro foi montado todo complementarmente, que as refinarias não são iguais e não foram feitas para competir entre si, por exemplo, o que a ANP fará para evitar que um eventual comprador dessas refinarias sintam-se lesado? Porque ele vai receber uma refinaria livre para fazer o que quiser com ela e depois é que vai receber a notícia da ANP ou do Cade que ele vai ter certas obrigações, sim, de abastecimento de mercado, que ele vai ter que reservar cotas para distribuidoras de combustíveis pequenas, que hoje recebem da Petrobras as suas cotas, que ele vai ter que eventualmente atender um mercado distante como o Amapá ou os meandros do Rio Amazonas e de seus afluentes. Vai ter que chegar combustível naquelas comunidades, aquilo não dá lucro e, hoje, é a Petrobras que atende.

Então, a questão é: a ANP e a Aneel continuarão reconhecendo a essencialidade dos setores estratégicos e da existência de um braço estatal para cuidar deles? Ou simplesmente ela pode passar tudo, passar a boiada toda, vender todas essas estatais, todas as suas presenças nesses setores estratégicos, como já foi em outras áreas que a gente não considera tão estratégicas?

É isso!

Obrigado a todos. Parabéns pelas indicações e estamos sempre aqui à disposição para esse debate de alto nível sobre esses setores tão importantes para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Senador Jean Paul Prates por sua manifestação sempre muito clara nos temas que aborda.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Devolvo a palavra à Dra. Symone Christine de Santana Araújo para a sua manifestação em resposta aos Senadores.

A SRA. SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO (Para expor.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Retomo de onde parei, um pouco antes de ouvir as questões bastante importantes trazidas pelo Senador Jean Paul Prates.

Então, voltando à questão específica da foz do Amazonas, das novas fronteiras, o grande desafio é fazer uma profunda articulação interinstitucional; assegurar que possamos conhecer melhor os nossos potenciais; em grande medida, reforçar aqueles já são tão bem colocados procedimentos de segurança operacional; e, obviamente, avançar no sentido de obter muito rapidamente o melhor conhecimento desta área.

Falando um pouco sobre os aspectos trazidos especificamente pelo Senador Nelsinho Trad, que precisou cumprir um compromisso, mas nos trouxe uma série de questões e reforçou a importância desta discussão, como colocado muito bem por ele, é certo que o gás de cozinha, o nosso GLP, é aquele combustível que mais fortemente chega à casa do consumidor brasileiro.

Então, nesse sentido, eu gostaria de relatar dois esforços importantes. Um esforço importante é um esforço de articulação feito dentro do Governo para a implementação do Programa Abastece Brasil, que é um programa que dá conta desse conjunto de desafios. O Programa Abastece Brasil se instala na esteira de uma série de mudanças ou de uma série de medidas que vem fazendo a abertura desse mercado de refino e distribuição no Brasil. Ele tem uma série de diretrizes e medidas propostas pelo CNPE. Esse programa é integrado não só pelo Ministério de Minas e Energia, pelo Ministério da Economia, mas também pela ANP e pelo Cade, que são fundamentais nesse processo de aumento da competição.

E o que é necessário, neste momento, é obviamente conhecer melhor esse modelo, trazer oportunidades para que esse modelo aumente a competitividade. É um grande desafio.

Eu acho que o Senador Nelsinho Trad trouxe exatamente um desafio típico de uma agenda regulatória: como combinar os melhores modelos econômicos com a segurança e a garantia de que você vai oferecer um combustível em condições de qualidade e em condições de efetivamente poder atender a população. Todo o trabalho que tem sido feito tem sido no sentido de buscar trabalhar essas questões.

Então, o que deverá fazer a agência reguladora? A agência reguladora já fez uma tomada pública de contribuições sobre o tema, a agência reguladora incluiu em sua agenda regulatória este tema, passará por uma discussão muito profunda de análise de impacto regulatório e, obviamente, colocará todos os agentes interessados no tema a debaterem e também chamará os órgãos responsáveis por segurança,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

porque, como eu disse desde o começo, o GLP é aquele, entre os combustíveis, que chega mais longe dentro da população.

Aí, me dirigindo já ao final, para cumprir o prazo que eu tenho disponível, quero agradecer também ao Senador Jean Paul Prates as questões trazidas e, fundamentalmente, de novo ressaltar o que eu entendo que seja o papel do regulador.

Obviamente, em setores nos quais você tem, a exemplo do gás natural, atividades potencialmente competitivas entremeadas por monopólios naturais, que é o caso especificamente do transporte de gás, caberá ao regulador assegurar, eu diria, dois grandes elementos: assegurar que se possa oferecer um estoque regulatório capaz de atrair cada vez mais agentes a oferecer esse energético; e caberá, de outro lado, a capacidade para regular os monopólios naturais de maneira produtiva e eficiente.

Aí queria fazer um parêntese, se os senhores me permitem, para falar sobre a relevância estratégica do gás natural. Por exemplo, em setores como cerâmica ou como vidro, o gás natural representa de 30% a 50% do custo do produto final. Portanto, é imprescindível que você coloque todo esse arcabouço institucional a trabalhar claramente para dar competitividade a esse combustível.

Então, senhores, espero ter conseguido iniciar as minhas considerações.

Devolvo a palavra ao Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço à Dra. Symone Christine por sua manifestação.

Asseguro a palavra ao indicado para o cargo de Diretor-Presidente da ANP para a sua manifestação, Dr. Rodolfo Henrique de Saboia.

O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA (Para expor.) – Muito obrigado.

Eu complementar apenas, porque as respostas que a Dra. Symone apresentou foram bastante abrangentes. Em relação ao gás de cozinha, que foi muito lembrado, há um aspecto impressionante mesmo da penetração que o GLP tem nos lares brasileiros. Há uma interface direta entre o setor de petróleo e gás no Brasil. A maior interface do setor de petróleo e gás do Brasil com a sociedade talvez seja representada pelo GLP.

Essa situação que nós vivemos hoje... Bom, ele abordou a questão sob vários aspectos. Ele se referiu à questão da possibilidade da venda fracionada, o que é um aspecto que consta, está presente na agenda regulatória da ANP e é exatamente uma questão que passa pela relação de compromisso entre a segurança e o benefício do custo para o usuário. É sempre uma questão delicada e que tem que ser tratada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com muito cuidado, mas não podemos deixar de examinar todas as possibilidades que possam contribuir para o benefício do consumidor.

Então, a discussão sobre essa venda fracionada é importante que seja aprofundada para verificar se é possível, com segurança, aumentar, melhorar o benefício que um mercado mais eficiente pode trazer ao consumidor.

Se o modelo atende à necessidade, na verdade, atender, atende, na medida em que nós temos a garantia do abastecimento, hoje, presente no Brasil como um todo, do GLP. A questão é se ele é feito da maneira mais eficiente. E é isso que é preciso ser discutido. Eu acho que isso também passa pelo esforço de abertura do mercado, que é quem, de forma mais sustentável, pode garantir que haja um benefício no custo final para o consumidor do produto vendido no varejo.

Então, isso passa exatamente por um período que nós estamos vivendo, de transição, e que envolve o desinvestimento da Petrobras e a expectativa de que uma regulação benfeita disso venha a produzir atratividade para outros atores e possa resultar num preço melhor para o consumidor, garantidas as condições de segurança mínima para a população, na medida da sua penetração nos lares brasileiros.

Senador Fernando Bezerra, muito obrigado pela sua pergunta. Acho que o primeiro aspecto sobre de que forma a agência pode contribuir para a atratividade da exploração e produção de petróleo no Brasil é através da redução do custo regulatório e da facilitação do interesse de outros agentes no negócio de petróleo e gás no Brasil. Um exemplo típico dessa situação é o caso das ofertas permanentes, porque se espera que venham atrair muitos atores na medida em que simplifica muito o processo de leilão que vinha sendo praticado e coloca, desperta... O que a gente espera é que isso venha despertar o interesse de agentes em explorações em áreas que não teriam interesse de empresas de maior porte pelo seu custo operacional. Então, nós esperamos que a oferta permanente venha contribuir para a atratividade de agentes que hoje não têm incentivo a participar da exploração em determinados casos.

Simplificação da agenda regulatória. É um aspecto importante exatamente esse de visar os agentes apropriados para cada ambiente em que a exploração de petróleo pode acontecer. Então, a gente tem agentes que têm um perfil de terem interesse em *offshore* em áreas profundas e ultraprofundas, outro tipo de agentes que podem ter interesse em *offshore* em águas rasas e aqueles que podem se interessar pela exploração *onshore*. E tudo isso requer que a gente faça a regulação de modo a permitir que esses interesses sejam despertados.

E, por último, ao Senador Jean Paul Prates. Sobre o aspecto dos setores estratégicos que o Senador Jean Paul Prates mencionou, é claro que setores estratégicos sempre deverão ser objeto de planejamento estratégico digno do tema, como é o caso do setor de petróleo. Eu, pelo menos, não imagino um cenário em que a Petrobras deixe de ser um ator importante na atividade de exploração e produção no Brasil. Ela apenas está se reposicionando em relação à amplitude da sua atuação, ao percentual de responsabilidade





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de produção do Brasil hoje que lhe pertence. Ela está se reposicionando, o que não significa que ela deixará de ser o ator mais importante.

Então, nesse aspecto, eu corroboro da opinião dele a respeito da essencialidade da empresa estatal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Almirante Rodolfo Henrique de Saboia por suas manifestações e à Dra. Symone Christine de Santana Araújo.

Não havendo mais Senadores inscritos para questionar os indicados, passaremos à manifestação dos demais indicados às agências remanescentes: Antaq, Anatel e Aneel.

Com a palavra o Sr. Eduardo Nery Machado Filho, indicado para o cargo de Diretor-Geral da Antaq, com o tempo já estipulado de dez minutos, com tolerância de um minuto.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Marcos Rogério; Exmo. Sr. Relator, Senador Eduardo Gomes; Sras. Senadoras; Srs. Senadores; senhoras e senhores, assegurar à sociedade a adequada prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração das infraestruturas portuária e hidroviária, garantindo condições de competitividade e harmonizando os interesses público e privado, Sras. e Srs. Senadores, é a missão da agência para a qual tive a honra de ter meu nome indicado para exercer o cargo de Diretor-Geral, a Antaq. E me considero plenamente preparado para contribuir com a agência pelos próximos anos, exercendo minhas funções com absoluta dedicação e motivação.

Nesse ponto, passo a compartilhar com V. Exas. um pouco da minha experiência e formação profissional que entendo me credenciam para o exercício do cargo.

Nasci no Rio de Janeiro, onde estudei e me graduei na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a UERJ.

Possuo também cursos de pós-graduação em auditoria de obras públicas e em orçamentos públicos.

Sou servidor concursado do TCU, o Tribunal de Contas da União, há mais de 20 anos, onde fui aprovado, mediante concurso público, para o cargo de Auditor Federal de Controle Externo.

Antes, porém, de ingressar no serviço público, atuei em empresas de engenharia civil no setor de infraestrutura.

No TCU, ocupo cargos de dirigente de unidades técnicas desde 2007. Atuei por cerca de 12 anos na fiscalização de grandes projetos de infraestrutura, sendo que, durante cinco, exerci o cargo de Secretário de Fiscalização de Obras de Infraestrutura. Nos últimos seis anos, passei a ocupar a função de Chefe de





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Assessoria Técnica de Ministro do TCU, tendo sido responsável pela análise e revisão técnica de inúmeros processos de desestatização.

Tive a oportunidade, ainda, de prestar assessoria técnica a comissões parlamentares de inquérito instaladas no Congresso Nacional, experiência que muito enriqueceu minha formação.

Passando aos desafios que envolvem a atuação da agência, o exercício de regulação e fiscalização conferido à Antaq pela Lei nº 10.233, de 2001, é grandioso e abrangente, dada a amplitude do setor de transporte aquaviário.

Por sua vez, regular e fiscalizar são verbos que devem ser conjugados com sabedoria e à luz da eficiência.

A regulação deve ser empreendida com prudência, para que não dê ensejo a entraves burocráticos que tanto prejudicam o desenvolvimento do setor, como bem sabem V. Exas., que, certamente, inúmeras vezes já debateram esse tema nesta mesma Comissão.

Já a fiscalização defendo que deva ser atuante e efetiva, e, para isso, a Antaq conta, além da sua sede, em Brasília, com 14 unidades regionais e postos avançados. Em 2018, foram realizadas 1.379 fiscalizações pela agência.

Nesse ponto, considero que deva ser priorizada a fiscalização responsiva, ou seja, aquela que vai mais ao encontro da atuação do que da autuação. Trata-se de um modelo em que o comportamento pregresso do prestador de serviço é que determina a frequência e a intensidade da fiscalização. E é para a continuidade dessa forma de agir, Presidente, que vou me empenhar caso seja aprovada minha indicação.

Passo a abordar o Programa de Licitações de Áreas Portuárias.

Para o ano de 2021, os editais de arrendamento estimam investimentos superiores a 4,5 bilhões. E a Antaq tem um papel fundamental nessa atividade, uma vez que é a agência que organiza os leilões das áreas a partir de estratégias e estudos desenvolvidos pelo Ministério da Infraestrutura, com o apoio de outros órgãos, como a Empresa de Planejamento e Logística, a EPL, e o Programa de Parcerias de Investimentos, o PPI.

Acerca do modelo de exploração da atividade portuária em nossos portos públicos, eu não posso deixar de mencionar, Presidente Marcos Rogério, uma recente decisão do Tribunal em que se avaliaram as diferenças entre portos privados e portos públicos. O Tribunal concluiu que o processo licitatório para um arrendamento portuário é complexo, rígido e moroso, incompatível com a agilidade necessária que se espera para atender as demandas do setor. Foi um acórdão recentemente relatado pelo Ministro Bruno Dantas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os arrendamentos portuários, Senador, levam em torno de vinte e oito meses entre o início dos estudos técnicos preparatórios até o final do processo, quando o operador, de fato, assume aquela área, podendo chegar a até cinco anos quando ocorrem, não raras, judicializações.

Por sua vez, para obter uma autorização de instalação de terminal de uso privado, leva-se em torno de dezesseis meses, em média, ocorrendo situações de obtenção até em seis meses, nos casos mais céleres, e os mais morosos chegaram a 26 meses.

Então, Senador, num porto organizado, o prazo, em média, vai de dois a cinco anos, podendo levar mais, dependendo da complexidade, e, num terminal uso privado, de seis meses a dois anos. É uma diferença significativa e, talvez, uma das causas por que os portos organizados vêm perdendo espaço para os terminais de uso privado.

E, certamente, esses grandes números demonstram a necessidade de um grande pacto entre todos os atores envolvidos na busca de soluções equilibradas que venham a dotar de competitividade nossos portos organizados.

Nesse ponto, há de se destacar que o Congresso Nacional, recentemente, prestou uma importante contribuição ao editar a Lei 14.047, de 2020, por meio da qual foram promovidos importantes aperfeiçoamentos no marco regulatório então vigente.

Entre esses aperfeiçoamentos aqui, eu destacaria a possibilidade de dispensa de licitação quando há um único interessado em determinada área, sempre precedido de um chamamento público, a possibilidade de celebração de contrato de uso temporário e o fim da obrigatoriedade das cláusulas de reversibilidade de bens.

Essas medidas, certamente, proporcionarão maior flexibilidade aos gestores públicos na gestão dos contratos.

Passando a abordar outros pontos relevantes para o setor, eu destaco a necessidade de se ampliar a exploração do transporte hidroviário no País, o que permitirá fomentar a integração multimodal no transporte de cargas e assim reduzir os custos logísticos.

A Antaq ainda deve ter um olhar atento para o transporte de passageiros nas linhas interestaduais a fim de preservar segurança, higiene das embarcações, modicidade tarifária e pontualidade das viagens, entre outros aspectos.

Por sua vez, a navegação marítima de cabotagem precisa ser estimulada e, nesse aspecto, o Senado Federal, neste momento, se debruça sobre o Projeto de Lei 4.199, conhecido como BR do Mar, que, após as discussões que se travarão nesta Casa e uma vez aprovado, certamente, poderá alavancar o transporte marítimo tão necessário à redução de bens, transportes marítimos para longas distâncias.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ao me preparar para concluir, eu gostaria de ressaltar uma palavra, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que considero de ordem, qual seja o diálogo. A Agência Reguladora é um órgão de Estado. Portanto, não importa o governo e não importa o momento. O exercício de falar e, acima de tudo, de ouvir é fundamental para que se pavimente sinergia e se alcance as melhores soluções.

Assim, no período em que estiver no exercício do cargo de Diretor-Geral da Antaq, se assim esta Casa me permitir, irei dialogar de forma paciente, rotineira e próspera com todos os atores envolvidos. E, dentro da perspectiva de uma atuação integrada – insisto, caso meu nome venha ser aprovado pelo Senado Federal –, me empenharei em estreitar as relações com o Congresso Nacional, e com esta Comissão particularmente, a fim de que a agência possa efetivamente contribuir com o Parlamento para a construção das melhores soluções para o desenvolvimento do transporte aquaviário.

Encerro, Excelentíssimos, reafirmando meu compromisso com a estabilidade regulatória, com uma fiscalização atuante e responsiva, com as melhores práticas de governança, com a transparência e a integridade, com o aumento da competitividade no setor e redução da burocracia, e com a ampliação da concorrência e o fortalecimento institucional da Antaq.

Agradeço mais uma vez a oportunidade, na esperança de contar com o voto de confiança de V. Exas. para exercer um cargo de tamanha importância.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Fala da Presidência.) – Agradeço a manifestação do Dr. Eduardo Nery Machado Filho e passarei neste momento a ouvir o indicado à Anatel, Carlos Manuel Baigorri, indicado para o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência. Ele já esteve nesta Casa há um tempo, e a indicação já tem quase um ano, não é? Esteve conosco no gabinete na época, conversando, e aí disseram que hoje era um processo de reeleição, embora não exista mais para os diretores da agência.

Conversei muito com o Baigorri nesta semana, é um nome elogiado por todo o setor, e também pela casa, pelos quadros técnicos. Tive a oportunidade de conversar com o Diretor Presidente da agência – até mencionei a você – o Leonardo Euler, que fez menção a sua passagem na condição de substituto, que foi um trabalho profícuo, muito técnico, uma visão muito conectada com o que há no momento no Brasil; e a impressão que tive, quando discuti, inclusive, um ponto acerca do 5G – nós começamos a discutir no gabinete –, eu falei: "Eu preciso, eu queria ouvir mais". Falei sobre isso também com o Leonardo, acho que é um tema sensível, que essa Comissão precisa discutir; a agência, mais ainda, com bastante profundidade, considerando todas as variáveis envolvidas nesse tema, de sorte que faço menção aqui, inclusive, ao reconhecimento dos seus pares naquela casa, especialmente a partir do seu Diretor Presidente, que fez as melhores menções.

V. Sa. tem a palavra para a sua manifestação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MANUEL BAIGORRI (Para expor.) – Obrigado, Presidente Marcos Rogério. Boa tarde, Exmos. Srs. Senadores e Exmas. Sras. Senadoras. Na pessoa do Presidente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, Exmo. Senador Marcos Rogério, e na pessoa do meu Relator, Exmo. Senador e Líder Eduardo Gomes, cumprimento a todos os Senadores e Senadoras que nos acompanham presencialmente ou remotamente; e em nome da minha filha Joana, nascida ontem, cumprimento todos os cidadãos que acompanham a presente sessão por meio dos canais digitais do Senado Federal.

É uma honra estar sendo sabatinado para uma vaga no Conselho Diretor da Anatel. Gostaria de aproveitar esses minutos para falar rapidamente da minha trajetória profissional. Eu sou especialista do quadro da Anatel desde 2009. Fui aprovado em primeiro lugar para a carreira de economista e tenho mestrado e doutorado em Economia, de tal forma que minha pesquisa e minha produção científica sempre foram voltadas para a regulação do setor de telecomunicações.

Em 2009, quando adentrei a Anatel, fui lotado na assessoria da superintendente executiva, onde eu era liderado pela Dra. Miriam Wimmer, que foi sabatinada para ANPD, hoje pela manhã – foi uma grande satisfação ver a minha primeira chefe na Anatel ser aqui sabatinada.

Depois fui, em 2011, ao Conselho Diretor como assessor e logo fui, também em 2011, nomeado como chefe da assessoria técnica, onde minha principal função foi coordenar os trabalhos da elaboração do Plano Geral de Metas de Competição, que foi e é a principal ferramenta que a Anatel tem hoje para a promoção da competição no setor de telecomunicações.

Em 2011... Em 2013, desculpe, com a reestruturação da agência, fui nomeado como primeiro superintendente na Superintendência de Competição, onde tive a missão de principalmente executar a implementação do Plano Geral de Metas de Competição e tive a honra de fazer as primeiras reduções tarifárias da assinatura básica da telefonia fixa. Essas reduções foram em decorrência de revisões tarifárias, que foram as primeiras realizadas pela Anatel, e elas entraram no circuito de reduções tarifárias que vem acontecendo nos últimos anos.

Também tive a honra de participar e de ser membro da primeira comissão do Termo de Ajustamento de Conduta na Anatel. Lá na frente, foi mencionar a minha passagem pelo Conselho Direto, como interino, quando tive a honra também de relatar e aprovar o Termo de Ajustamento de Conduta, agora já na condição de membro substituto do Conselho Diretor.

Depois, em 2016, fui nomeado para ser superintendente executivo da Anatel, quando tinha a missão de coordenar todas as atividades da agência, tanto as suas atividades finalísticas como as atividades de área meio.

Em 2018, o Presidente Leonardo de Moraes me convidou para assumir a Superintendência de Controle de Obrigações, que é a área responsável por toda parte de controle de obrigações e de sancionamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tive a grande honra de assumir uma equipe de primeira qualidade e pudemos implementar os primeiros pilotos de regulação responsiva, de fiscalização responsiva que foram mencionados hoje na sabatina dos indicados para a Anac, foram mencionados aqui pelos indicados para a ANP e também pelo indicado para a Antaq.

A fiscalização responsiva, de fato, se coloca como a próxima fronteira no que diz respeito a trazer a conformidade dos agentes regulados e de entregar resultado para o cidadão lá na ponta. Eu tive oportunidade – e até comentei isso com o senhor, Presidente Marcos Rogério – de fazer o primeiro caso de obrigação de fazer na Anatel, que é um tipo de sanção prevista na lei do processo administrativo, na qual uma empresa de telecomunicações estava sendo sancionada por falhas na cobertura do serviço. E, em vez de aplicar uma multa – que provavelmente seria judicializada, nunca seria paga e o cidadão continuaria com as falhas de cobertura –, essa sanção foi convertida e uma obrigação de fazer, justamente para a instalação de infraestrutura naquela região onde havia falhas.

A partir desse piloto, o Conselho Diretor da Anatel, já em 22 processos diferentes de sancionamento, tem utilizado esse instrumento, que, de novo, é um instrumento legal, previsto em lei, e tem sido um grande sucesso, inclusive com estudos científicos na área do Direito, mostrando como esse é um instrumento importante para trazer as empresas para a conformidade e alcançar o objetivo final, que é o bem-estar da sociedade.

Além disso, tive a grande honra de, à frente da Superintendência de Controle de Obrigações, assumir a pauta da segurança cibernética, que é um tema que vem ganhando corpo nos últimos meses e anos, e participei na parte da direção executiva do exercício Guardiã Cibernético, que o Exmo. Senador Esperidião Amin mencionou mais cedo.

Também perdi várias noites de sono atuando em desastres e em greves também. Na greve dos caminhoneiros, tive essa atuação, em que você tem que garantir a continuidade do serviço em regiões de desastres, onde a infraestrutura foi destruída.

Também sou responsável, à frente da Superintendência de Controle de Obrigações, pela questão da segurança das infraestruturas críticas, justamente para garantir a continuidade do serviço, especialmente para os órgãos críticos, como os órgãos públicos e os órgãos de segurança.

Em janeiro deste ano, fui convocado para compor interinamente o conselho diretor da agência, onde fiquei por seis meses, e tive a honra de ser relator de duas matérias muito importantes, que foram aprovadas por unanimidade. A primeira delas dizia respeito ao termo de ajustamento de conduta da TIM, de uma operadora, TIM Operadora Celular, em que muitas foram convertidas em obrigações de levar cobertura 4G para 366 Municípios, sendo sua grande maioria, 268, nas Regiões Norte e Nordeste.

Além disso, fui relator também do Regulamento de Uso de Equipamentos de Radiação Restrita, que vai permitir o uso da faixa de 6GHz por aplicações não licenciadas, que potencialmente poderão –





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

isso é uma coisa que está em discussão ainda no conselho diretor – trazer a nova versão do *wi-fi* para o Brasil, permitindo que se possa ter, no acesso à internet por meio do *wi-fi*, condições de velocidade e latência muito similares ao que se está prometendo na tecnologia nova do 5G.

Eu gostaria de aproveitar aqui os últimos minutos para falar dos desafios do setor, que eu gostaria, claro, se o Senado Federal me der a honra de assumir a vaga no conselho diretor da agência, de enfrentar nos próximos anos.

O primeiro é naturalmente levar cobertura para todos os Municípios e para todos os distritos do Brasil. Nós temos diversos instrumentos para fazer isso, que precisam ser exercitados. Temos os termos de ajustamento de conduta, temos as obrigações de fazer, temos a política pública do Plano Geral de Metas de Universalização, mas precisamos ir além. Hoje, quase 2 mil distritos ainda não têm qualquer cobertura celular. Ela precisa ser levada.

O Presidente Marcos Rogério é um assíduo defensor, legitimamente, do seu Estado de Rondônia, lá da Ponta do Abunã, onde nós estamos avaliando já e considerando várias iniciativas, para poder levar cobertura lá para os distritos de Extrema, para os distritos de Fortaleza do Abunã, mas também temos diversos Municípios grandes onde a qualidade da banda larga ainda é um desafio.

Muitos desses Municípios têm a transmissão da internet chegando por meio de rádio, muitas vezes por meio de satélite, o que não garante as condições de qualidade necessárias para um correto usufruto do serviço. Por isso precisamos avançar na instalação da fibra ótica nesses Municípios, e os instrumentos que nós temos para fazer isso são basicamente dois: primeiro, a implementação da Lei 3.879, de 2019, aprovada pelo Congresso Nacional, que permite a adaptação dos regimes de concessão para o regime de autorização, de forma a tirar a telefonia fixa, o sistema telefonia fixa, ainda da época do Sistema Telebras, tirando a telefonia fixa do centro da atividade regulatória e do centro da política pública e colocando a banda larga.

E a outra alavanca que nós temos é o 5G, que, além de ser uma oportunidade, o leilão do 5G, de levar a infraestrutura para o interior, ele é uma plataforma essencial para trazer competitividade para o Brasil. E nesse principal momento, em que a gente percebe, durante a pandemia do Covid-19, o quão importante a conectividade é essencial para o exercício da cidadania. É essencial para a educação, é essencial para a saúde, e isso só traz maiores desafios para a Anatel de conseguir atender aos anseios da sociedade, aos anseios do povo brasileiro.

E, por fim, um outro ponto que está associado com o 5G, que foi debatido hoje de manhã na sabatina dos indicados à ANPD e de que o Senador Esperidião Amin falou com bastante propriedade, é a questão da segurança cibernética. A segurança cibernética vai envolver todos os setores da indústria brasileira, vai envolver o setor de petróleo, o setor de portos, o setor elétrico, e a Anatel tem um papel transversal nisso. Não só a Anatel, mas também a ANPD, com quem a Anatel vai precisar ter uma





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

interação muito grande, bem como com as outras agências, para garantir que as nossas infraestruturas estejam seguras.

Diante disso, eram esses os meus breves comentários.

Obrigado, Presidente, obrigado aos demais Senadores. Estou à disposição desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço, Dr. Carlos Baigorri, por sua manifestação, clareza e poder de síntese. Abordou muitos temas dentro do tempo, que é bastante exíguo, eu confesso, mas necessário, em razão do número de indicados que temos. E temos uma agenda a cumprir dentro de um horário limitado. Daqui a pouco teremos uma outra Comissão, nesta mesma sala, para sabatinas e deliberações.

Na sequência, para sua manifestação, asseguro a palavra ao Dr. Hέλvio Neves Guerra, indicado para o cargo de Diretor da Aneel. Aproveito para registrar aqui a presença do Diretor Presidente da agência, Dr. André Pepitone, e também do Dr. Efrain Cruz. Dois diretores da nossa Agência de Energia Elétrica, acompanhando a sabatina de V. Sa., prestigiando-o.

Já são fregueses da Comissão de Infraestrutura. Sempre que o tema aperta aqui, ou eles vêm aqui para poder se colocar diante dos Senadores, para responder aos questionamentos, ou tanto eu quanto outros Parlamentares também frequentamos a agência, para fazer as sustentações na defesa dos interesses, sobretudo, dos Estados que nós representamos. Então, a agência tem tido um papel destacado no relacionamento com a Comissão de Infraestrutura.

E faço menção também do apreço pessoal que tem por V. Sa. o Senador Eduardo Braga, que seria o Relator do caso de V. Sa. e me pediu essa relatoria em razão do vínculo entre professor e aluno. Ele me disse que foi aluno de V. Sa., disse que o que sabe aprendeu com o indicado.

Mas, enfim, nesse momento, acabou sendo acometido pela Covid e ficou impossibilitado de estar, mas tenho certeza de que, não fosse isso, estaria aqui hoje, fazendo essa relatoria, dando inclusive aqui o seu depoimento pessoal do convívio, do respeito que tem por V. Sa. Mas faço questão de mencionar aqui, porque ele manifestou a mim essas impressões a respeito de V. Sa.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. HέλVIO NEVES GUERRA (Para expor.) – Obrigado, Exmo. Senador Marcos Rogério, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Saúdo o Exmo. Senador Eduardo Braga, Relator nesta Comissão do processo de minha indicação para o cargo de diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, a quem estimo pronta recuperação.

Agradeço também ao Senador Eduardo Gomes pela leitura do relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo as Exmas. Senadoras e os Exmos. Senadores que também compõem esta Comissão e cumprimento todas as pessoas que estão acompanhando esta sessão: boa tarde a todas e todos.

Faz parte do rito da sabatina, nesta Comissão, que o candidato fale sobre seu currículo. Eu não vou repetir aqui que fez parte do relatório, tão bem elaborado pelo Senador Eduardo Braga, a respeito de minha formação acadêmica. Gostaria de adicionar somente aquilo que o currículo nem sempre consegue revelar, que é o que aprendemos e descobrimos ao longo de nossa trajetória profissional.

Talvez uma das coisas mais importantes que descobri, ao longo do tempo, é que gosto muito de ser um servidor público – acho que nasci para isso. Mas há uma coisa que acho que nasci sabendo: eu sabia que queria ser engenheiro. E foi isso o que eu fiz ao prestar vestibular.

Fui estudar Engenharia e escolhi uma das mais tradicionais escolas de Engenharia do País, a Escola Federal de Engenharia de Itajubá. Só que lá eu aprendi mais do que fazer a energia elétrica ser produzida; aprendi sobre pertinácia e sobre sonhos.

Nem todos sabem que a engenharia de Itajubá surgiu da visão de um advogado que tinha certeza da importância da engenharia elétrica para o desenvolvimento brasileiro. Foi buscar professores de renome no mundo e os instalou no sul de Minas Gerais, contrariando o senso comum, pois, à época, aquela era uma região com forte vocação para a cultura cafeeira. Mas, seguro quanto à contribuição que estava dando ao País, o Advogado Teodomiro Santiago criou um curso para a formação de engenheiros. Talvez esse tenha sido um aprendizado, uma descoberta para um jovem estudante tão importante quanto conhecer como funcionam os circuitos elétricos: acreditar nos seus sonhos e persistir em realizá-los, mesmo que remando contra o senso comum.

Formado, fui trabalhar como professor no recém-criado curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Amazonas. Como bem referiu aqui o Senador Marcos Rogério, lá tive a oportunidade de ser professor do jovem, à época, estudante, hoje Senador da República, Eduardo Braga.

E lá se deu nova descoberta: a existência de localidades no Brasil que viviam, se não totalmente, muitas horas do dia sem energia elétrica, fato que despertou em mim o desejo de alterar essa realidade.

Fui estudar soluções para que a eletricidade chegasse às comunidades isoladas da Amazônia. Aí se deu um novo aprendizado: a energia elétrica é um dos bens essenciais para cada um dos cidadãos, e não basta gerar energia: ela tem que ter sustentabilidade e não pode ser um fim em si mesma; tem que chegar à porta dos consumidores e atender às suas necessidades. Precisa ter qualidade e poder ser paga por quem a usa e tem que ser indutora do desenvolvimento social e econômico.

Além dessa descoberta, também aprendi que a engenharia não resolve problemas sozinha. Não basta implementar soluções para demandas por infraestrutura se elas não trouxerem junto a solução para questões sociais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi aí, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, que aprendi que a energia não é um fim em si mesma e que desafios que envolvam o setor elétrico ensejam soluções que convirjam para o melhor atendimento do interesse público, aí envolvidos o Poder concedente, o Congresso Nacional, as agências reguladoras, os próprios agentes setoriais e as organizações sociais que representam as demandas da sociedade.

Parti, então, para trabalhar na Aneel. Nos 18 anos em que lá estive, ocupei a posição de superintendente em quatro diferentes áreas e por quatro anos fui presidente da comissão que realiza os leilões de geração e de linhas de transmissão.

Na agência aprendi que regular é a arte do saber ouvir, é a arte do equilíbrio. O mercado de eletricidade é um ambiente complexo, onde se vende e se compra energia elétrica, em que alguns têm capacidade de gerenciar seus custos e seus riscos e outros nem tanto, como é o caso dos consumidores chamados cativos. Aprendi que é condição para fazer uma boa regulação que os riscos e os custos sejam alocados de forma justa e eficiente, sob pena de não a fazermos de forma equilibrada.

Descobri o real sentido de algumas palavras como imparcialidade, transparência, coerência, diálogo, interesse público, ética, previsibilidade, isonomia, simplicidade, todas importantes, mas uma delas sempre norteou o meu trabalho: simplicidade. O setor é naturalmente complexo, com quatro segmentos muito distintos, porém totalmente articulados entre si: geração, transmissão, distribuição e comercialização; mas a regulação não pode ser complexa. Ela precisa ser simples para ser bem aplicada e bem entendida por todos, sejam os grandes empresários e os grandes investidores, que normalmente conhecem bem como o setor elétrico funciona e conseguem gerenciar seus custos e seus riscos, sejam as pequenas empresas ou as pessoas mais humildes, que pagam as suas contas de energia e, de modo geral, são passivas nesse processo e precisam ser protegidas.

Ao regulador cabe saber como alocar os custos e os riscos próprios do sistema de forma equilibrada. Isso está na gênese da regulação e bem representado na missão da Aneel: proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes em benefício da sociedade.

Aqui eu acrescento outra palavra: comunicação. Ela é quem vai dizer mais do que a qualidade técnica se uma norma vai funcionar ou não. Ser totalmente claro nas razões para propor uma nova norma e o que se espera alcançar com ela é essencial para a sua aceitação.

E aqui vem à lembrança o genial Haruki Murakami. No que eu falo, quando eu falo de comunicação? Eu falo em relacionamento, em articulação com toda a sociedade, seja por meio de sua representação nesta Casa, nesta Comissão de Infraestrutura, seja por meio das associações setoriais, seja por meio dos agentes, seja diretamente com os próprios consumidores. A regulação não tem futuro se viver sozinha.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também consta do meu currículo a minha passagem pelo Ministério de Minas e Energia. Estou lá há pouco mais de um ano e meio, mas quanta coisa eu aprendi. Pude participar das discussões para a formulação de políticas públicas e das discussões para a elaboração do planejamento de médio e longo prazo. O Plano Decenal de Expansão e o Plano Nacional de Energia, essenciais para sinalizar as tendências da expansão da área energética.

Atuando no planejamento setorial, pude ver como o nosso País se destaca no mundo quando falamos de setor elétrico. A participação das fontes renováveis em nossa matriz elétrica supera os 80% e continuará crescendo tanto no horizonte decenal quanto no mais longo prazo considerado no Plano Nacional de Energia, que olha 30 anos à frente.

Além das hidrelétricas, ainda temos a participação das eólicas, com mais de 16%; das fotovoltaicas, com mais de 8%; e da biomassa, com mais de 10%. Também surgirão soluções para o aproveitamento energético dos resíduos sólidos urbanos e alternativas economicamente viáveis para a utilização energética do hidrogênio.

Aprendi no MME, acima de tudo, a importância de haver relação harmoniosa entre a regulação, o planejamento e a formulação da política pública para o setor elétrico. É a articulação entre todos que permite obter os melhores resultados para o setor elétrico e para os demais campos da área energética, viabilizando a atração de investimentos sejam eles privados, sejam eles públicos, para promover o desenvolvimento de nosso País e para ofertar energia de qualidade em quantidades e preços justos a todos os consumidores.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, o que de mais importante aprendi e descobri ao longo dessa trajetória é o quanto ainda tenho que aprender. Se eu puder contar com a honrosa aprovação de minha indicação para a diretoria da Aneel pelas senhoras e pelos senhores, meu compromisso será utilizar tudo o que eu aprendi e descobri até aqui em minha vida profissional pessoal em favor do setor elétrico brasileiro e, acima de tudo, continuar aprendendo para melhor servir à sociedade e ao nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao indicado à Aneel, Dr. Hélivio Neves Guerra, último dos indicados a se manifestar, e abro a palavra, neste momento, aos Srs. e Sras. Senadores que queiram arguir os indicados.

Com a palavra o Senador Diego Tavares.

O SR. DIEGO TAVARES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente, colega Senador Marcos Rogério.

Cumprimento todos os três indicados, cinco, melhor dizendo: Dra. Symone, Rodolfo e esses três últimos, o Eduardo Nery, o Carlos Baigorry e o Hélivio Guerra. Primeiro, parabenizar pelas indicações.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Analisei os currículos, e a competência que têm para tais cargos só engrandece, cada vez mais, as agências, que vêm como forma de regulamentar e ajudar o desenvolvimento das empresas naturalmente.

Vou me restringir aqui a alguns aspectos. Primeiro caso, Baigorri: durante a pandemia, ficou clara e explícita para o País a grande desigualdade social e digital que existe. Nós tivemos um período em que ficou evidente a dificuldade de as pessoas de alta vulnerabilidade terem acesso à internet. Segundo o Ipea, nós temos 36 milhões de brasileiros que ou têm internet precária ou nem sequer têm internet, dos quais 6 milhões, durante este período, tiveram dificuldade de acesso ao nosso ensino.

Voltado a isso, faço algumas considerações e algumas perguntas: quais as ações prioritárias que a Anatel deve empreender para produzir os entraves e a massificação do acesso às conexões em banda larga?

Segundo: quais medidas, inclusive sob o ponto de vista legislativo, devem ser implementadas para que o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, o tão famoso Fust, venha a contribuir efetivamente para a redução da desigualdade digital?

Terceiro: como V. Sa. enxerga a conectividade especialmente pela população mais carente no pós-pandemia? Quais ações?

E agora me dirijo ao Sr. Hέλvio. E aqui cumprimento inclusive o Presidente da agência, Dr. André Pepitone, inclusive como representante hoje do Estado da Paraíba. Quero aqui, André – sei que você teve um papel importante nisso –, que recentemente esteve ao lado do Presidente Jair Bolsonaro quando inaugurou o maior complexo de usinas de energia solar do País, que tem a previsão de ser concluída até junho de 2021... Serão 700 mil painéis que deverão beneficiar até 300 mil casas.

Mas, Dr. Hέλvio, aqui eu me restrinjo porque eu tenho visto muito como a energia solar é uma das grandes opções inclusive para o empreendedorismo, para as pessoas, como forma de ajudar e diminuir o custo dos microempresários. E aí diretamente me restrinjo: quais as perspectivas, em sua visão, de crescimento do mercado de geração de energia fotovoltaica residencial no País e quais os desafios para tornar essa tecnologia mais acessível para os empreendedores, que acaba gerando emprego e renda para as pessoas?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Pela ordem de inscrição, na sequência, o Senador Esperidião Amin.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Saúdo o Presidente, os Srs. Senadores, os prezados colegas, e saúdo especialmente os sabatinados, nossos indicados deste momento.

Eu quero me dirigir, de maneira muito clara, ao nosso candidato Hέλvio Neves Guerra, da Aneel. Eu assisti há pouco à sua exposição. E vou deixar aqui, para que conste da nossa ata, o porquê das minhas colocações. Primeiro, eu acho que o Governo cometeu um grave erro quando prorrogou, pura e simplesmente, as concessões. A meu sentir, a primeira manifestação do Tribunal de Contas era contrária ao teor da Lei 12.783, de 2013. E as diretrizes que esta lei deixa por resolver, sem solução e sem diretriz, têm gerado não só desconforto como também injustiças e, o que é pior, imobilidade reguladora.

Então, eu posso resumir as minhas perguntas a três.

Qual é a avaliação do Sr. Hέλvio sobre a prorrogação nos termos em que ela aconteceu? Pouco importa se transitou em julgado, se o Tribunal de Contas mudou de posição; mas isso foi bom ou foi ruim? É uma avaliação sumária; se puder detalhar, melhor.

A prorrogação das concessões em geral e particularmente daquelas que são distribuidoras notoriamente de custos antieconômicos, e aí eu estou me referindo... Eu, que sou o maior defensor de pequenas e microempresas, tenho que considerar o seguinte: no caso de distribuidoras que têm um custo fixo muito elevado e uma dependência de geração, isso está gerando absurdos, como a Aneel reconheceu no caso concreto de duas das quatorze pequenas empresas que estão operando pelo Brasil agora: no caso de Santa Catarina, em que uma parte de um Município – uma parte de um Município – recebe energia elétrica 35% acima da outra parte do Município. Casos concretos já estudados.

Como a Aneel pode corrigir essa falha de monitoramento identificada pelo TCU que contraria os objetivos para os quais a agência foi criada e que prejudica os consumidores dessas pequenas empresas, cuja antieconomicidade não é sanável nem por modelos alternativos de suprimento?

Visando enfrentar essa situação, Sr. Presidente, eu pediria, só para concluir. Eu apresentei uma sugestão na Medida Provisória 998. Como não há outro jeito de regular? Essa situação é uma situação que produz revolta. O senhor imagine um Município, e multiplique isso por outros, em que uma fatia do Município pague 35% do custo da energia elétrica em relação à outra parte do Município em que a supridora é outra e a distribuidora é outra. De um lado, uma cooperativa; aqui uma empresa privada que não pode receber o subsídio que a cooperativa recebe e continua existindo. Um vício insanável!

Eu apresentei uma proposta muito modesta de incentivo para que as distribuidoras supridoras adquiram as distribuidoras supridas. Como? Parte do recurso da conta de desenvolvimento energético, que é usada para subsídio, transforma-se em incentivo para que sejam adquiridas por aquelas que possuem escala, porque não há política pública que agente suprir os subsídios numa falta de escala. O nosso Presidente conhece esse assunto, relator que foi de marcos fundamentais neste assunto.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essa medida reduziria no prazo o custo da CDE, ou seja, os custos da CDE, beneficiaria o conjunto dos consumidores e, o que é mais importante, não estaria confiscando o direito de ninguém. Claro que se houver uma recalcitrância, uma birra para não vender, aí entrariam o Ministério Público, como já está entrando em Santa Catarina, o Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e a defesa do consumidor, diante de uma situação – perdoem-me a expressão – para a qual a Aneel foi incompetente para regular a busca da eficiência.

É dever da Aneel, está lá escrito na missão, no quadro, eu já visitei, já li: missão, nossa missão é promover um serviço razoável, inclusive com a razoabilidade de custo para o consumidor. Tal não está ocorrendo e nenhuma providência corretiva, estrutural ou tópica foi tomada até agora.

Eu queria que o senhor levasse esta missão para a próxima tarefa que o senhor, se Deus quiser, vai poder realizar junto com os seus parceiros de Aneel: pensar nessa proposta ou em outra melhor. Eu não sou o melhor estudioso no assunto, mas, aqui no Senado, nós temos bons assessores. E não posso deixar de mencionar um, que é o Rutelly.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Se está precisando do meu depoimento para a sua promoção, ele o tem sem termo e pedido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin.

Este tema é recorrente nas audiências públicas. Aqui, sempre se tratou do debate também do novo marco legal do setor elétrico. O 232, também discutimos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Muito bem conduzido por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado.

Foi um projeto que nós desenhamos aqui, a muitas mãos, com a participação de toda a cadeia envolvida, com colaboração ampla dos Senadores e Senadoras, da Agência Nacional de Energia Elétrica. O Ministério de Minas e Energia participou efetivamente do tema e, na verdade, os agentes geradores, transmissores, distribuidores, comercializadores e o que paga a conta e que, na maioria das vezes, não é chamado à mesa para discutir: o consumidor.

Foi um projeto que foi amplamente discutido. Aprovamos na Comissão, e, em razão da pandemia, acabou não prosperando no Plenário ainda. Mas a nº 998, que o Senador Amin menciona aqui, é fruto, é





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

derivada justamente de boa parte daquilo que nós construímos no 232. Por isso, reputo, das MPs do setor elétrico, uma das melhores que nós tivemos nos últimos tempos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Permite-me?

Não ficaria maculada se aceitasse a minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aí seria perfeito. Mas penso que V. Exa. deu um dever de casa interessante não só ao Dr. Hélivio, que está aqui, mas estão aqui outros diretores, o Pepitone, o Dr. Efrain, que conhecem o assunto com profundidade e, certamente, estão buscando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – ... sair daqui...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, quando o Amin chegou, eu pensei: aquele assunto de Santa Catarina vai entrar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por isso eu vim de surpresa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... vai entrar em pauta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estava na tocaia ali.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É um assunto que está sempre presente.

Agradeço a V. Exa. as suas ponderações.

Os dois questionados aqui pelos Senadores foram o Baigorri e o Dr. Hélivio. Então, asseguro a palavra aos dois para se manifestarem sobre os questionamentos.

Carlos Baigorri.

O SR. CARLOS MANUEL BAIGORRI (Para expor.) – Obrigado, Senador Diego Tavares, pelas perguntas.

De fato, a pandemia do Covid deixou claro que existe uma grande diferença em termos de conectividade entre as classes sociais brasileiras. O papel da Anatel é tentar atacar esse problema de duas formas diferentes. Uma forma, que é a mais corriqueira dentro da Agência, é pelo lado da oferta, ou seja, levar oferta, levar conectividade para essas localidades que eventualmente não tenham conectividade,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque pode haver o problema de um local onde o cidadão tem o recurso, tem a renda para contratar o serviço, mas o serviço não está disponível. Há o problema do lado da oferta e o problema do lado da demanda, em que o serviço está disponível, mas o cidadão, por questões de renda, não tem condições de contratar o serviço.

A questão do Covid mostrou, de forma muito explícita, esses dois problemas.

O papel da Anatel mais corriqueiro, como eu ia dizendo, é conseguir levar a oferta. Para isso, nós temos instrumentos como os que eu mencionei: o TAC, a obrigação de fazer, e os leilões de radiofrequência. Desde 2007, a Anatel vem convertendo parte do preço mínimo do edital, do ativo público, que é o espectro de radiofrequência, em obrigações de levar cobertura para que o serviço esteja disponível.

Mas isso não resolve o problema. Nós ainda temos um problema de renda, um problema de demanda. O serviço chega lá, mas muitas vezes o cidadão não tem condições de arcar com aqueles custos.

Eu vejo basicamente nessa frente, Senador Diego Tavares, duas iniciativas legislativas que podem e têm todo o potencial para resolver essa questão utilizando, conforme V. Exa. mencionou, os recursos do Fust.

Temos o PL nº 172, inclusive sob a relatoria de V. Exa., que justamente trata de um substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 103, do Senado, de 2007. Esse projeto de lei tem o objetivo de destravar os recursos do Fust, permitindo que ele seja utilizado para outros fins que não a telefonia fixa. A lei limita que esses recursos do Fust sejam utilizados somente para o fomento da telefonia fixa. Mas o cidadão não quer mais telefonia fixa. O desafio hoje não é a telefonia fixa. É a internet. Então, eu diria que o problema estrutural a ser resolvido está no PL nº 172 para poder destravar esses recursos.

O problema emergencial é justamente a questão da falta de conectividade de estudantes de baixa renda, por exemplo. A gente percebeu que, na questão do Enem, vários estudantes tiveram dificuldades até no acesso à internet. Famílias de baixa renda não conseguiram manter seus filhos atendendo às aulas, porque, ou não tinham conectividade suficiente, ou não tinham computador. São situações delicadas desse tipo. A solução para essa situação específica, no meu entendimento – e eu entendo que a Anatel e o Governo Federal apoiam – é o PL nº 2.338, de 2020, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro. Eu acho que o PL nº 172 resolve de forma estrutural o problema do uso dos recursos do Fust, e o PL nº 2.338 resolve, de forma emergencial, essa situação específica que nós temos hoje dos estudantes de baixa renda, que não têm condições, não estão tendo condições de manter seus estudos em dia em razão das dificuldades de conectividade, por causa da renda que eles não detêm para manter os seus estudos em dia.

Acho que esses são os principais pontos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Diego Tavares, espero ter respondido a contento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa. pela manifestação.

Com a palavra o Dr. Hέλvio Neves Guerra para responder os questionamentos. Penso que sào alguns questionamentos e outros sào dever de casa mesmo, propriamente dito.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. HέλVIO NEVES GUERRA (Para expor.) – Primeiro, agradeço as perguntas, tanto do Senador Diego Tavares como do Senador Esperidiào Amim.

Em relação às perspectivas para as fotovoltaicas, o Brasil é um País que tem uma grande vantagem, porque os recursos naturais do Brasil, sejam eles o nosso imenso potencial hidráulico, que foi e ainda é o carro-chefe da sustentabilidade da nossa matriz... O nosso País já está no lugar onde muitos países querem estar quando se fala de transição energética e muito por conta do aproveitamento do potencial hidráulico. Hoje nós temos mais de 60% da nossa matriz com recursos provenientes de usinas hidrelétricas e com um crescimento muito importante de outras fontes, como a eólica, que hoje está em torno de 10% da nossa matriz.

E há uma coisa curiosa e interessante, e aí eu me refiro a essa perspectiva, Senador Diego Tavares, da fotovoltaica.

A participação da fotovoltaica hoje no Brasil é de 2% na matriz. A nossa projeção para 2029 é de 8%, ou seja, multiplica por quatro vezes a participação da fotovoltaica. Aquilo que nós olhamos em termos de participação da GD, da geração distribuída, que é essencialmente residencial, com uma participação hoje dos consumidores industriais e comerciais, mas com uma grande participação residencial, quando nós olhamos para o nosso plano decenal 2030, quando nós já estamos em estudo para 2030, a projeção de participação da fotovoltaica em geração distribuída é de 24 gigawatts, 24 mil megawatts. Para se ter ideia do que isso significa, a nossa usina de Itaipu tem 14 mil, considerando toda a potência, e 7 mil, que é a parte brasileira na usina. Então, a nossa estimativa é de um crescimento muito importante.

E, com a queda de preços, se a gente olhar os últimos leilões de energia, a fotovoltaica já vende a menos de R\$100. Ela é mais competitiva hoje do que pequena central hidrelétrica. Então, a queda de preço, o aumento da presença da fotovoltaica, seja em geração centralizada, seja em geração distribuída, vai fazer com que haja realmente um incentivo muito importante para que ela chegue aos lares dos nossos consumidores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao que o Senador Esperidião Amin coloca, eu acho que nós vivemos ao longo do tempo, Senador, alterações do marco legal muito importantes. Se a gente olhar a história do Brasil e a história do setor elétrico, nós tivemos grandes alterações no marco legal desde a publicação da Lei nº 8.631, com a equalização tarifária, com o fim da remuneração garantida, até hoje, e agora com o Projeto de Lei nº 232, que é uma revolução, talvez uma das grandes inovações para a modernização do setor elétrico. Eu acho que essa alteração do marco legal no Brasil e a evolução do marco legal vão resolver questões como aqui muito bem coloca o Senador Esperidião Amin.

Sempre é uma grande discussão quando nós falamos em licitar ou prorrogar, sempre é uma grande discussão. Eu sou um favorável, eu sempre fui favorável, Senador, ao processo licitatório. Eu acho que o processo licitatório é sempre muito bem-vindo porque ele tem uma tendência à redução de preços, sempre tem uma tendência à redução de preços. Em determinadas situações, a prorrogação é bem-vinda, é importante. Eu sou um defensor – e repito aqui – da licitação.

Em relação à questão da MP nº 998 e àquilo que o senhor coloca como uma missão, eu coloquei na minha manifestação inicial que esse é meu compromisso. Então, o meu compromisso é com o interesse público, o meu compromisso é com o melhor uso da energia elétrica para todos os consumidores. Então, eu assumo aqui, obviamente se contar com a aprovação das Senadoras e dos Senadores, que levarei isso, se aprovado, como uma missão para a Agência Nacional de Energia Elétrica, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa.

O Senador Amin pediu a palavra para...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu gostaria de dizer que até, depois da minha indagação, eu me dirigi ao Dr. Pepitone para dizer o seguinte: a empresa pequena... Agora vou falar da questão: Urussanga, Siderópolis... "Eu tenho um contrato. Eu tenho um contrato de 30 anos. É mais difícil negociar comigo". Esse foi o saldo da prorrogação. "Ah, mas é necessário para segurança jurídica..." Não vai fazer nada! Imagine um Município numa área razoavelmente industrial, rico, um Município rico, ir empobrecendo, porque quem vai colocar uma pequena, média ou grande empresa que requeira muita energia não vai ficar num lugar que cobra 35% a mais do que o vizinho. E diz à empresa que eu tenho um contrato de 30 anos, fruto de uma prorrogação! Então, a resposta à prorrogação, nesse caso, é mau serviço.

E não é um negócio de direito privado. Isto que eu estou lhe falando – não quero invocar o testemunho – eu falei agora para o doutor: isso não é direito privado. Entre as partes... Como é o nosso provérbio? *Rebus sic stantibus*. Questões leoninas eu negocio. *Pacta sunt servanda* de um lado, mas de outro lado tem *rebus sic stantibus*. Nesse caso, o *stantibus* é a Aneel.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estão faltando padrões para declarar o que é leonino e o que não é. E, nesse caso concreto, a empresa não abre as contas para a *due diligence*, porque a estatal até compraria. "Mas eu não quero vender porque o negócio é bom e está protegido pela concessão". Então, nós estamos – olha bem –, todos, Congresso, Tribunal de Contas da União, Aneel, Parlamentares, coonestando uma iniquidade. Eu não fico contente com isso. Longe de mim querer... "Não, o senhor está querendo favorecer uma grande empresa que vai comprar..." Mas é estatal! Uma estatal a que eu tenho a honra de ter dado o grau de governança 2 na Bolsa de Valores de São Paulo como primeira empresa do Brasil, incluindo públicas e privadas de todos os segmentos. A Celesc foi a primeira empresa que, em maio e junho de 2002, conseguiu o nível de governança 2, ou seja, transparência. Pode até fazer bobagem, mas transparentemente, com governança corporativa. Então, é essa empresa que está querendo comprar. Eu não abro as contas para fazer a proposta. Eu estou protegido por um contrato. Então, esse tipo de iniquidade não pode ser cláusula pétrea. Algo tem que ser feito. Claro que dentro do Estado de direito, sem opressão para um lado e sem opressão para o outro, porque este Município vai empobrecer, está empobrecendo, por causa de uma iniquidade que nós estamos bancando.

Essa é a sua missão a ser compartilhada com seus pares. O senhor vai ter meu voto, mas eu vou lhe cobrar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Esperidião Amin.

Esse tema é sempre recorrente e, talvez, uma das possibilidades de solução para ele fosse o caminho que nós estamos construindo aqui, com a aprovação do 232, que amplia a possibilidade de migração para o mercado livre. Ao mesmo tempo, nós colocamos dentro desse mecanismo de migração uma regra de amortecimento dessa migração para que, também, quem migre – quem saia do mercado cativo para o mercado livre – não deixe apenas quem está hoje operando no mercado cativo só com a conta. Ele comprou um volume de energia para abastecer e, com a saída, fica com aquele volume. E, aí, o que fazer? Então, você tem que criar uma regra de amortização. Nós criamos isso.

Então, essa é uma solução de meio termo, mas que não resolve o problema dele. O problema de Santa Catarina é um problema muito específico, precisa ser estudado de maneira muito peculiar para achar uma alternativa.

Concluídas aqui as falas, os questionamentos, apenas mencionando aqui, aproveitando a fala do Senador Diego Tavares, recentemente, fui procurado pelo pessoal que é do setor de fotovoltaica com um questionamento – e aproveite a oportunidade, porque há aqui alguns diretores da agência –, tratando de algo que me parece preocupante e pertinente.

O Governo brasileiro ofereceu vantagens para quem faz a aquisição de placas, a importação de placas, mas que, na prática, não estão acontecendo. A Camex, pela via da regulamentação, criou algumas peculiaridades que estão inviabilizando a importação das placas, as chamadas placas bifaciais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem três critérios objetivos para você fazer a importação: não haver similar nacional, a questão da capacidade técnica e preço. Não é um ou outro. São esses os elementos que estão lá. Aí existe um problema com o ex-tarifário, Ptax e outras coisas mais que, simplesmente, inviabilizaram.

Existe hoje um conjunto de aquisições, de placas adquiridas, compradas e ficam paralisadas em um lugar, porque não têm como entrar no Brasil. Quando fazem o contrato, quando apresentam a proposta, eles levam em consideração o valor do dólar do dia. Quando efetivam a transação num modelo de dólar flutuante, você tem outro cenário. Então, aquilo que era 15 dias atrás não o é mais 15 dias depois, especialmente neste momento que o Brasil está vivendo.

Então, já coloco, inclusive, no radar de vocês também essa mediação junto ao próprio Governo Federal. O pessoal do Ministério da Economia tem um departamento que cuida disso. Eu até pedi que recebessem o pessoal do setor para avaliar, porque é uma área que está crescendo muito, representa pouco ainda – em torno de 2%, talvez, do abastecimento nacional seja dessa fonte fotovoltaica – em comparação com a eólica, em que nós já estamos passando de 10%. É um setor que pode crescer muito, mas ainda depende desse destravamento. É isso.

Bom, enfim, queria agradecer a todos os nossos indicados aqui presentes da ANP, os dois indicados: a Dra. Symone e também o Almirante Rodolfo.

Penso que cumprimos a missão da sabatina e V. Sas. terão a missão, doravante, de, no exercício do mandato pleno que lhes, tenho certeza, será outorgado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado Federal, entregar especialmente aos brasileiros as respostas que eles tanto almejam dessas agências.

Eu conversava com o Almirante no meu gabinete. O Brasil alcançou a sustentabilidade em petróleo, mas a pergunta que fica é: o que mudou para o consumidor? Porque o consumidor pagava caro pelo produto, pelos derivados e continua pagando um dos combustíveis mais caros do planeta. O que mudou para o consumidor brasileiro com a autossuficiência? Obviamente que há gente que passou a ganhar mais, mas o brasileiro paga lá na bomba ou nos aeroportos Brasil afora combustíveis caros. E ainda temos um agravante: importamos combustíveis de aviação, tanto AvGas quanto querosene. Por quê? Para a reflexão dos senhores que vão ocupar os postos na Agência Nacional do Petróleo.

Em relação ao Eduardo Nery Machado Filho, indicado da Antaq, mencionou aqui, nós temos um desafio, Eduardo, grande. Nós temos uma nova lei, a Lei dos Portos, que foi uma lei, ao seu tempo, moderna, mas que se mostra hoje desatualizada em relação a alguns aspectos. Você mencionou aqui duas situações que carecem de reflexão: cobra-se muito dos portos organizados e liberdade quase que plena, quase que total, para os terminais privados. É preciso equilibrar essa balança, não se pode ter um ambiente onde o porto organizado tem um custo muito maior, e você acaba inviabilizando o porto organizado. E falo aqui com um olhar especialmente para quem está no interior do Brasil. Na navegação interior, temos um grande desafio: rios navegáveis, mas sem os investimentos necessários, com dragagem, sinalização,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

segurança e portos funcionando com efetividade. É um desafio que V. Sa. tem à frente da agência, é um desafio grande, ao lado dos demais integrantes daquela casa.

Com relação à Anatel, já mencionei aqui, eu já fiz referência aqui ao Carlos Baigorri, que é um Diretor que, na curta passagem que teve lá, já inovou na agência, tem o reconhecimento interno e externo e talvez até faça inspirar outras agências com a solução que foi dada na Anatel. É um Diretor com visão inovadora. E tanto você quanto o Leonardo são da própria casa, mas com essa visão menos corporativista e mais conectada com o Brasil real que está lá fora. Eu te cumprimento por isso.

E, com relação à Aneel, o Dr. Hélvio já fez aqui a sua manifestação, eu mencionei aqui os avanços que construímos com o 232, com a 998, que estamos em curso agora para aprovar na Câmara e posteriormente no Senado. Eu acho que avançamos muito com isso, mas o desafio da Aneel é um desafio permanente. E eu digo sempre aqui – o Dr. Pepitone já sabe –, eu uso sempre uma frase para definir – não é minha não, isto aqui foi uma frase acho que de um Nobel de Economia: "Nós temos um tripé a ser atingido no campo da energia: precisamos de energia farta, barata e, cada vez mais, renovável". É um sistema complexo, e olhado, e discutido, e regulado com a simplicidade que V. Sa. mencionou aqui. A gente precisa atingir este objetivo: ter energia para produzir segurança energética. Então, tem que ter energia farta, mas ela tem que ser uma energia barata, não pode ter o cenário que nós temos hoje. Temos que trabalhar para reduzir o preço da energia e, ao mesmo tempo, caminhar cada vez mais para uma energia renovável.

Agradeço a todos os Senadores e Senadoras que compareceram à Comissão de Serviços de Infraestrutura no dia de hoje para discutir e votar o nome dos nossos indicados, de maneira que estamos concluindo às 16h17 com as votações.

Agradeço penhoradamente a presença de todas as Sras. e Srs. Senadores.

Está encerrada a votação.

Peço que se abra o painel para a proclamação do resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos lá.

Anatel, Carlos Baigorri: SIM, 14 votos; NÃO, 01.

Eduardo Machado, da Antaq: SIM, 14 votos; NÃO, 01.

Dr. Hélvio, da Aneel: 13 votos SIM; 02 votos NÃO.

Rodolfo Saboia, ANP: 13 votos SIM; 02, NÃO.

Symone Araújo, ANP: 13 votos SIM; 02 votos NÃO.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Estão todos os indicados aprovados no âmbito da Comissão de Infraestrutura.

As matérias vão ao Plenário do Senado Federal para o seguimento da tramitação.

Agradeço mais uma vez a presença dos indicados, desejando-lhes uma profícua e exitosa missão à frente das agências cujos quadros comporão na diretoria colegiada.

Indago se há por parte dos Senadores algo a acrescentar. *(Pausa.)*

Não havendo mais nada a tratar, apenas agradeço aqui à Secretaria-Geral da Comissão, à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, ao seu Presidente, Senador Davi Alcolumbre, pelas condições que dá a esta Comissão e às demais que terão, ao longo desta semana, a missão de sabatinar e aprovar nomes de autoridades em uma semana de um esforço grande – só hoje aqui foram 15 nomes sabatinados e aprovados.



A CAS tem votações a fazer na sequência, a CAE também tem e a Comissão de Constituição e Justiça, concluindo com seus nomes.

Mais uma vez, agradeço a todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 21 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

